



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**DE PELE ESCURA E TINTA PRETA:
A IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX
(1833-1899)**

Ana Flávia Magalhães Pinto

Brasília, setembro de 2006



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação

**DE PELE ESCURA E TINTA PRETA:
A IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX
(1833-1899)**

Ana Flávia Magalhães Pinto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: História Cultural, Linha de Pesquisa: Identidades, Tradições e Processos – da Universidade de Brasília, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito

Brasília, setembro de 2006

**DE PELE ESCURA E TINTA PRETA:
A IMPRENSA NEGRA DO SÉCULO XIX
(1833-1899)**

Banca examinadora

Prof^a Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito – HIS/UnB
(Presidente)

Prof^a Dra. Denise Maria Botelho – FE/UnB
(Membro)

Prof^a Dra. Maria T. Ferraz Negrão de Mello – HIS/UnB
(Membro)

Prof^a Dra. Diva do Couto Gontinjo Muniz – HIS/UnB
(Suplente)

Encontrei minhas origens
em velhos arquivos
..... livros
Encontrei
em malditos objetos
troncos e grilhetas
encontrei minhas origens
no leste
no mar em imundos tumbeiros
encontrei
em doces palavras
..... cantos
em furiosos tambores
..... ritos
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei.

Oliveira Silveira

Dedico este trabalho a Sara e Luiz, minha mãe
e meu pai, símbolos da resistência negra
manifesta na simples grandeza de existir.



AGRADECIMENTOS

Quem muito recebe tem sempre muito a agradecer. Por isso, vamos lá:

Sou infinitamente grata à minha mãe, Sara Ramos Magalhães Pinto, e ao meu pai, Luiz Pereira Pinto, pela dedicação infalível e pelo imenso carinho dedicados a mim.

Agradeço às minhas irmãs Luana e Mariana, essas figurinhas que, na insistência em solicitar a minha companhia, quiseram demonstrar a confiança em mim e no meu sucesso – quando muitas vezes nem eu acreditava nele.

Por ordem de nascimento, presto minha reverência a Carlos Moore, Edson Lopes Cardoso, D. d’Ogum e Lunde Braghini Jr., pessoas que sempre aparecem na minha vida com ensinamentos decisivos.

Realço ainda o meu “muito obrigada” a Eleonora Zicari Costa de Brito, minha orientadora, que topou o desafio do encontro com a imprensa negra do século XIX e compartilhou comigo a alegria da escrita desta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer às professoras doutoras Denise Botelho e Tereza Negrão e ao professor Lunde Braghini Jr. pelos apontamentos essenciais durante a banca do exame de qualificação.

Meus agradecimentos a Fernanda Felisberto, Raul Cláudio, Maria Cláudia Cardoso, Márcio André, Leonardo Bento, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Lia Maria dos Santos, que do ou no Rio de Janeiro tanto cooperaram na pesquisa dos pasquins de 1833. Não poderia me esquecer da equipe da Biblioteca Nacional, pessoas às quais dedico minha gratidão na figura de Monique da Silva Cabral, quem cuidou da preparação do material da pesquisa.

Agradeço imensamente a Martha Rosa Queiroz, Marcus Joaquim Maciel de Carvalho e Adriana Maria Paulo da Silva, historiadores a partir dos quais se fez o caminho que me levou ao jornal pernambucano *O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social*.

Ao grande mestre Oliveira Silveira, quem gentilmente garantiu as condições indispensáveis para o meu encontro com *O Exemplo*. À mãe Vera Lopes e seus filhos Horácio, Camila, que me acolheram no período de descoberta dos encantos de *O Exemplo*. À

querida Thatiane Silva, que participou na busca do material e na torcida pela finalização da pesquisa.

Aos parceiros Guilherme Neves Pinto e Lino Vaz Muniz e às parceiras Sabrina Horácio, Lúcia Franco, Márcia Regina Lopes, Eliete da Costa Marin, Eliane Cavalleiro, Raíssa Gomes, Edileuza Penha de Souza, Simone Magalhães, Cristiane Pereira, Iraneide Soares, Maria Lúcia Braga, Eronildes Rocha, Maria Helena Vargas e Vera Lúcia Benedito, bem como ao Pedro e ao Washington, da secretária da pós-graduação. Gente, valeu pelos incentivos e pelas incríveis contribuições.

Agradeço ainda ao CNPq pela bolsa de estudo de mestrado.

Às e aos ativistas que honram o significado do EnegreSer – Coletivo Negro no Distrito Federal e Entorno, que em tantos momentos fizeram parte das minhas reflexões.

Agradeço, enfim, a toda a minha ancestralidade, mulheres e homens que, em sua realidade visível e invisível, tornaram possível esta empreitada.



RESUMO

Ao reconhecer a existência da imprensa negra brasileira do século XIX e sistematizar um conjunto de oito jornais, este trabalho se inscreve nos estudos sobre os processos de construção identitária de pessoas negras livres em meio à vigência do sistema escravista e seus desdobramentos imediatos. A amostra é composta dos seguintes títulos: *O Homem de Côr ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*, do Rio de Janeiro (RJ), em 1833; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, de Recife (PE), em 1876; *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*, de São Paulo (SP), em 1889; *O Exemplo*, de Porto Alegre (RS), de 1892; e *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*, também de São Paulo (SP), em 1899. Ainda que se localizem em espaços e períodos diversos, esses periódicos vieram à baila em momentos marcantes para a história política brasileira e trouxeram representações, senão inversas, conflitantes. Entre as estratégias argumentativas de denúncia e combate ao racismo, empreendem o aproveitamento dos valores da democracia moderna, dos ideais iluministas e liberais para colocá-los a serviço do combate à discriminação racial e do estabelecimento de uma democracia efetiva. Tanto no Império quanto na República, todos os jornais protestaram para que os talentos e virtudes, e não a cor da pele, fossem a garantia dos direitos dos cidadãos. Desse modo, colocaram em xeque as efetivas condições de realização das promessas da igualdade moderna no Brasil oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE: História do século XIX, imprensa negra, sociedade brasileira, racismo, identidades e democracia.

ABSTRACT

By recognizing the existence of the Brazilian black press in the 19th Century, and by systemizing a group of eight newspapers, this work is inscribed in the studies about the process of identity construction of freed black people upon the legality of slavery system, and it is immediate consequences. The sample is composed of the following titles: *O Homen de Cor ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*, of Rio de Janeiro (RJ), in 1833; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, of Recife (PE), in 1876; *A Pátria – Orgam dos Homens de Cor*, of São Paulo (SP), in 1889; *O Exemplo*, of Porto Alegre (RS), of 1892; e *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*, also from São Paulo (SP), in 1899. Even though those having taken place in various spaces and periods, these periodicals come to light in remarkable moments in the Brazilian political history, and brought about representations considered as conflicting, if not inverse. Between argumentative strategies of denunciation and combat against racism, they undertake the employment of values of modern democracy, the illuminist and liberal ideals to put them in service against racial discrimination and for the establishment of an effective democracy. In the Empire as well as in the Republic, every newspaper has protested for the talents and virtues, and not the skin color, be the guarantee of the rights of the citizens. In doing that, the effective conditions of accomplishment of the promises of modern equality in the 18th century in Brazil were threatened.

KEY WORDS: 19th century history, black press, Brazilian society, racism, identities and democracy.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	XI
CAPÍTULO I – DE PELE ESCURA E TINTA PRETA: ENTENDIMENTOS SOBRE A IMPRENSA NEGRA NO BRASIL	17
1. Os jornais negros na trajetória da resistência negra	17
2. A imprensa negra como peça do jornalismo brasileiro	23
3. Encontros da historiografia com a imprensa negra	36
CAPÍTULO II – ECOS DA CIDADE NEGRA: <i>O MULATO OU O HOMEM DE CÔR, BRASILEIRO PARDO, O CABRITO E O LAFUENTE</i>	51
1. Tipografia Fluminense: ponto de geração de redes negras de ascensão social	51
2. Os pasquins negros: quando a cor da pele virou notícia na Regência	59
3. Argumentos e contra-argumentos, porque de polêmicas se fazem os pasquins	66
CAPÍTULO III – DO LEÃO DO NORTE SEGUIU A NOTÍCIA: “REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL”	84
1. O Recife no tempo de <i>O Homem</i> falar	84
2. <i>O Homem</i> : a subversão negra das práticas racistas	98
3. Educação cívica, denúncia e exaltação dos exemplos: as práticas sociopedagógicas de <i>O Homem</i>	119
CAPÍTULO IV – DEMOCRACIA RACIAL EM NOME DO <i>PROGRESSO DA PÁTRIA</i>	132
1. O avanço da memória rumo ao passado: a imprensa negra paulista no século XIX	132
2. <i>A Pátria</i> e a viabilidade do sonho de República para um órgão dos homens de cor	135
3. Desilusões e desafios na escrita de <i>O Progresso</i>	147
CAPÍTULO V – <i>O EXEMPLO</i> – NEGRAS LIÇÕES QUE NÃO PODEM PASSAR EM BRANCO	156
1. De uma barbearia nasce um jornal	156
2. A folha como tribuna do combate do racismo	162

3. De tanta instrução, eis que surgem as divergências...	170
4. Quando o treze de maio era “dia de negro”	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	182
LISTA DE ABREVIATURAS DOS JORNAIS	185
FONTES DAS IMAGENS	186
FONTES PRIMÁRIAS	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189



INTRODUÇÃO

Tanto a atuação organizada de grupos e indivíduos afro-brasileiros contra a discriminação racial, de forma ampla, quanto o estabelecimento de veículos de imprensa negra, em particular, têm sido fenômenos comumente localizados no século XX.¹ Uma rápida observação é capaz de indicar que considerável parcela dos estudos desenvolvidos no e sobre o Brasil tem realçado as iniciativas levadas a cabo a partir do Novecentos em detrimento de outras antecedentes.² Dessa sorte, a despeito de suas intenções, forjam-se representações que conduzem à associação dos feitos da resistência negra livre da escravidão aos tempos que se seguiram ao fim desse sistema de exploração indébita.

A origem dessa fatura pode ser visualizada nas opções e nos recortes metodológicos que orientam a execução das pesquisas. De uma parte, o reconhecimento alcançado pelos jornais negros paulistas do início da década de 1910; pelas atividades da Frente Negra Brasileira, nos anos de 1930; pelo Teatro Experimental do Negro, em sua atuação dentro e fora dos palcos, que se inicia em 1944 e se estende em anos seguintes; pelas produções do Movimento Negro Unificado, potencializadas por sua fundação em 1978, e por tantos outros fatos, tudo isso serviu como estímulo à geração de narrativas que lhes garantiram lugares distantes do esquecimento. Somado a isso, quando outros trabalhos se voltam para períodos anteriores, tem-se o prevalente interesse por certas experiências e formas de resistência desempenhadas pelos africanos e seus descendentes submetidos ao regime escravista no Brasil na condição de cativo.

Para além do reconhecimento da seriedade e da legitimidade de vários desses estudos, as lacunas deixadas muito em virtude da restrição a essas áreas de interesse têm de ser admitidas. Inúmeras ocorrências permanecem à espera de um exame detido, o qual poderá, até mesmo, revelar outras conexões entre diferentes momentos e segmentos do grupo sociorracial

¹ Nesta dissertação, utilizo o termo “negra(o)” nos contextos de referência à população descendente de africanas(os) e a seus feitos, em detrimento das variações atuais disponíveis sobre esses. Em algumas ocasiões, sirvo-me do termo “afro-brasileira(o)”. No entanto, como será percebido, é preciso informar que os termos utilizados nos jornais serão mantidos.

² Entre os vários trabalhos existentes, destacaria alguns: Bastide, 1973; Domingues, 2002; Fernandes, 1978; Ferrara, 1986; Moura, 1992 e 2004; Silva, 2004; Simões Pires, 2005; Souza, 2005.

negro. Até porque, tendo em mira o que se passou na última centúria, o historiador Flávio Gomes observa que:

De uma maneira geral, as lutas e as organizações negras no Brasil do século XX têm sido analisadas sob uma perspectiva a-histórica. Acusados de fracos, inconsistentes e sem continuidade, associações e movimentos sociais negros no Brasil republicano foram desenhados em muitos estudos com um processo de luta anti-racista: ora desdobramento linear de um abolicionismo inacabado, ora tradição romantizada das lutas escravas, tipo quilombos. (...) Enfatiza-se, assim, uma visão de *vazios e/ou descontinuidades*, que supostamente só haveria nestes movimentos e não em outros, como por exemplo, nas lutas operárias e nos partidos políticos (Gomes, 2005, p. 49).

Trata-se de um questionamento de longo alcance, pois, ao tempo em que destaca a urgência de um tratamento efetivamente histórico a essas ocorrências, também impulsiona dúvidas quanto a situações precedentes. Questões dessa natureza foram justamente as quais me serviram de ponto de apoio e estímulo para empreender as reflexões apresentadas nesta dissertação, que versa sobre a existência e a atuação de jornais negros no século XIX brasileiro. Houve, por suposto, um caminho que, ao ser percorrido, teve termo nesses apontamentos.

Ocorre que, em 1999, quando recebi um fac-símile do pasquim *O Homem de Côr*, pelas mãos do professor Lunde Braghini Jr., me causou surpresa o fato de os textos datados de 1833 trazerem à baila denúncias de discriminação de ordem racial, apresentadas por publicistas que faziam questão de indicar sua ascendência africana – “pardo”, “mulato”, “de cor”. Dirigidas aos cidadãos negros da Corte, aquelas palavras se colocavam a serviço da afirmação dos talentos e das virtudes dos membros desse grupo sociorracial, a fim de estabelecer contrapontos aos prejuízos a que eram expostos. Um protesto pelo respeito à cidadania de indivíduos negros já no século XIX?...³

Daquela admiração à escrita deste texto, passaram-se sete anos, tempo em que fui encontrando – ou fui encontrada por – outros periódicos com características muito próximas, contudo, publicados por pessoas diferentes, em épocas e locais igualmente distintos. No fim das contas, a amostra formou-se de oito títulos que, apesar dos intervalos, compreendem um período que vai de setembro de 1833 a agosto de 1899, aparecendo em localidades do Nordeste, do Sul e do Sudeste do país. Os jornais negros analisados respondem à seguinte ordem de lançamento: *O Homem de Côr ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O*

³ Cabe informar que o estudo em tela passa pelo esforço de dar continuidade à pesquisa iniciada na graduação – a qual, antes de ser reorganizada como monografia de conclusão de curso, foi apresentada à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na Jornada de Iniciação Científica em Comunicação Social.

Lafuente, do Rio de Janeiro (RJ), em 1833; *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, de Recife (PE), em 1876; *A Pátria – Orgam dos Homens de Côr*, de São Paulo (SP), em 1889; *O Exemplo*, de Porto Alegre (RS), de 1892; e *O Progresso – Orgam dos Homens de Côr*, também de São Paulo (SP), em 1899.⁴

Curiosamente, muitos dos recursos argumentativos e das características distinguidas nesses títulos oitocentistas seriam encontradas por Roger Bastide reproduzidas nos jornais negros paulistas fortemente propagados nas décadas de 1920 e 1930. Bastide assim descreve sua amostra:

Em primeiro lugar, raramente é uma imprensa de informação: o negro letrado lê o jornal dos brancos, é uma imprensa que só trata de questões raciais e sociais, que só se interessa pela divulgação de fatos relativos à classe da gente de cor. (...) Esses jornais procuram primeiramente agrupar os homens de cor, dar-lhes o senso da solidariedade, encaminhá-los, educá-los a lutar contra o complexo de inferioridade, superestimando valores negros, fazendo a apologia dos grandes atletas, músicos, estrelas de cinema de cor. É, pois, um órgão de educação. Em segundo lugar, é um órgão de protesto. (...) Outro caráter comum a toda a imprensa afro-americana é a importância dada à vida social, às festas, aos bailes, as recepções, aos nascimentos, casamentos e mortes – a exigência sociológica de mostrar seu status social e sua honrabilidade (Bastide, 1973, p. 130).

Tal cenário indicava, assim como pressupunha, condições propícias à emergência de veículos da imprensa negra no Brasil. Todavia, na medida em que esses traços já apareciam nos títulos anteriormente publicados, eis que surgiu outra pergunta: que grupos de pessoas estariam por trás de todas aquelas empreitadas jornalísticas oitocentistas? Na busca de respostas, o reconhecimento de um detalhe precioso, a saber, a existência e o desempenho de um razoável número de negros letrados capaz de, à época, gerar e absorver as idéias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados.

Desse modo, na execução do objetivo central de apresentar um panorama dos jornais da imprensa negra no século XIX, o resultado da pesquisa envolveria a veiculação de fragmentos de representações forjadas por homens negros livres ou até mesmo libertos acerca de questões caras ao seu cotidiano. Lançando-me nesse duplo desafio, pude consolidar a própria justificativa deste trabalho, ou seja, contribuir para a eliminação de algumas lacunas que envolvem o conhecimento das trajetórias históricas dos descendentes de africanos em terras brasileiras.

⁴ Procedi à atualização gráfica referente às citações de trechos dos jornais, sendo mantida, contudo, a grafia dos títulos.

À luz dessas questões, facilmente se entende o porquê de o repertório da Nova História Cultural figurar como ferramenta promissora ao desenvolvimento da investigação em tela. Grosso modo, o que apresento nas próximas páginas corresponde ao resultado de problematizações voltadas tanto para as representações sociais que circulam nas falas dos jornais quanto para os processos de construção das identidades ali registradas, como expressões culturais historicamente urdidas.

Dessa feita, a organização das partes desta dissertação acabou sendo tributária desse conjunto de diretrizes. Os cinco capítulos são, ademais, divididos conforme os locais de origem dos jornais, de modo a garantir um espaço específico para apresentações comentadas de seus respectivos feitos e suas especificidades.

O capítulo I “De pele escura e tinta preta – um entendimento sobre a imprensa negra no Brasil”, ao tempo em que busca localizar as especificidades da atuação dos periódicos analisados na trama da resistência negra e no desenvolvimento do jornalismo impresso no Brasil, apresenta o conceito de imprensa negra que norteará o trato das fontes, bem como evidencia as distinções entre esses periódicos e os produtos da atuação de jornalistas negros no período em questão. Para tanto, recuo ao final do século XVIII para recapitular a experiência comunicativa da Revolta dos Búzios tanto quanto prossigo no século XIX com a explanação de lances do desempenho jornalístico de Antonio Pereira Rebouças, José do Patrocínio, Luiz Gama, Machado de Assis e Manoel Querino. Por fim, estabeleço um diálogo entre as questões identificadas no material de pesquisa e as categorias de análise.

Como fica sugerido no próprio título “Ecos da Cidade Negra – *O Homem de Côr, Brasileiro Pardo, O Cabrito e O Lafuente*”, o segundo capítulo destina-se à abordagem do material disposto nos pasquins negros publicados no Rio de Janeiro de 1833, sob a Regência Trina Permanente. A partir de uma coleção de dados sobre algumas personalidades envolvidas na produção desses periódicos e da imprensa fluminense – como Francisco de Paula Brito e Maurício José de Lafuente –, busco dar conhecimento de uma rede de solidariedade negra que permitia seja a conservação de garantias individuais, seja a construção de uma voz coletiva direcionada ao fortalecimento do grupo sociorracial. As polêmicas criadas em torno dos acontecimentos da política imperial servem ainda como espaço singular para a identificação de como os publicistas colocavam os ideais iluministas e liberais de democracia a serviço da luta pela igualdade de todos os cidadãos independentemente da cor da pele ou de qualquer outra diferença fenotípica em solo brasileiro – onde vigorava a força de arbitrariedades e caprichos da elite branca.

Saindo da Corte Imperial, o estudo teve em Recife o seu próximo porto. Nos primeiros meses do ano de 1876, aquela cidade assistira à publicação dos doze números do jornal *O Homem*. A escrita do capítulo III “Do Leão do Norte seguiu a notícia: ‘Realidade constitucional ou dissolução social’” – tornada possível graças à decisiva contribuição da historiadora Adriana Maria Paulo da Silva, que me contemplou com a toda a coleção do periódico, existente apenas em Recife –, dirige-se, então, ao exame da vasta argumentação desenvolvida pelos publicistas acerca de vários assuntos de interesse da população negra local, fossem os indivíduos livres, libertos ou escravizados. Além de ser, até onde se sabe, o primeiro jornal negro de Pernambuco, *O Homem* responde também pelo título de o primeiro periódico abolicionista daquela província. Num nível técnico bem mais avançado que o disponível nos pasquins fluminenses, o jornal pernambucano conseguiu também articular um sofisticado repertório intelectual a fim de desbancar as teorias raciais que postulavam a superioridade das raças “sem cor” e a inferioridade das raças “de cor”. Afora a defesa e o fortalecimento dos “pretos e pardos”, grupo sociorracial do qual faziam parte os responsáveis pela publicação, aquela folha reconheceria a importância dos povos indígenas na luta contra o “preconceito de cor” no Brasil.

O quarto capítulo, intitulado “Democracia racial em nome do *Progresso da Pátria*”, ocupa-se de dois exemplares da imprensa negra paulista ainda no século XIX. Pouco depois do fim da escravidão, mas não dependente desse evento, o jornal *A Pátria* apareceu em São Paulo em 1889. Sua fala, marcada pelo reconhecimento e o compromisso com a ancestralidade africana, na figura de seus pais, avós e pares recém-libertos do escravismo, destacava-se também por uma incontestável simpatia para com o republicanismo, entendido como o passo seguinte rumo à extinção do “preconceito de cor” em malefício da população negra. Curiosamente, no transcurso de dez anos, tais expectativas assumiriam a forma de desilusões nas páginas de *O Progresso*. A proclamação da República não garantiria melhores condições de vida para os cidadãos negros, em vez disso havia evidências do agravamento do quadro. Por isso, a folha optava por não se vincular a qualquer das disputas políticas hegemônicas, voltando-se para o fortalecimento da luta dos negros em seu próprio benefício.

O capítulo V, “*O Exemplo* – negras lições que não podem passar em branco”, fica, por fim, reservado à abordagem do primeiro jornal negro do Rio Grande Sul, iniciado em 1892. Desde o primeiro contato com o número de lançamento desse periódico – um presente que recebi do poeta e pesquisador Oliveira Silveira, a quem se deve a conservação da coleção da fase inicial de *O Exemplo* –, pude notar a multiplicidade das questões tratadas como alvo de

grande interesse para a população negra gaúcha. Essa impressão pôde ser comprovada e ampliada com a posterior leitura dos outros números, outra generosa concessão de Oliveira. Neles pude identificar os recursos argumentativos adotados pelos jornalistas para afiançar legitimidade a seus pronunciamentos. E mais, tive condições de visualizar como detalhes da vida sociocultural eram arranjados e assumiam importância aos olhos das comunidades negras gaúchas.

Em todo este texto dissertativo, mantive a preocupação de realçar a maior quantidade possível de detalhes. No entanto, estou longe de exaurir o universo de significações registradas naquelas muitas páginas envelhecidas. Ao fim e ao cabo, o que mais importa e gratifica é a sensação de que, embora essa modalidade de escrita seja uma ação individual, o resultado do trabalho é fruto de um empenho coletivo. Numa feliz constatação, por meio da leitura das seqüências de palavras, posso confirmar a presença das várias pessoas que fizeram dessas reflexões uma realidade. Às que passam a ler o trabalho, desejo poder saudá-las com informações valiosas para seus próprios questionamentos.



CAPÍTULO I

DE PELE ESCURA E TINTA PRETA

ENTENDIMENTOS SOBRE A IMPRENSA NEGRA NO BRASIL

– 1 –

OS JORNAIS NEGROS NA TRAJETÓRIA DA RESISTÊNCIA NEGRA

Foi num sábado de 1833, dois anos após a abdicação de D. Pedro I (o Sete de Abril) e a criação da Guarda Nacional, também chamada de “milícia cidadã”. O cenário era o da intensa agitação em torno dos valores da democracia moderna que marcou o período regencial. Vivia-se um momento de reafirmação prematura da cidadania brasileira. O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil, o pasquim *O Homem de Côr*, surge da Tipografia Fluminense de Paula Brito, na capital do Império, a 14 de setembro, pondo em xeque as efetivas condições de realização dessas promessas.

Em seu cabeçalho, reproduzido nos cinco números do jornal, de setembro a novembro de 1833, o que se vê é uma apresentação esquemática de um debate vivo ainda hoje: no lado esquerdo, a transcrição do parágrafo 14 do artigo 179 da Constituição de 1824, que diz: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”; no direito, literalmente, reproduz-se um trecho de um ofício do Presidente da Província de Pernambuco, datado em 12 de junho de 1833: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar-se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas” (HC, n. 1, p. 1) (Imagem 1).

Ao longo desse texto oficial – uma proposta apresentada na Corte –, estimulado pelo temor de os “homens de cor” chegarem ao controle de importantes espaços políticos e públicos, Manuel Zeferino dos Santos, o presidente, propõe a divisão da classe dos cidadãos de acordo com a tonalidade da pele, de modo a essa pautar a distribuição diferenciada e hierarquizada de cargos públicos. Em outras palavras, o objetivo era a instalação de uma forma mais eficaz de controle do poder, em que, no caso da Guarda Nacional, as altas posições não poderiam ser ocupadas pelos “homens de cor”, a classe mais numerosa, por isso ameaçadora...

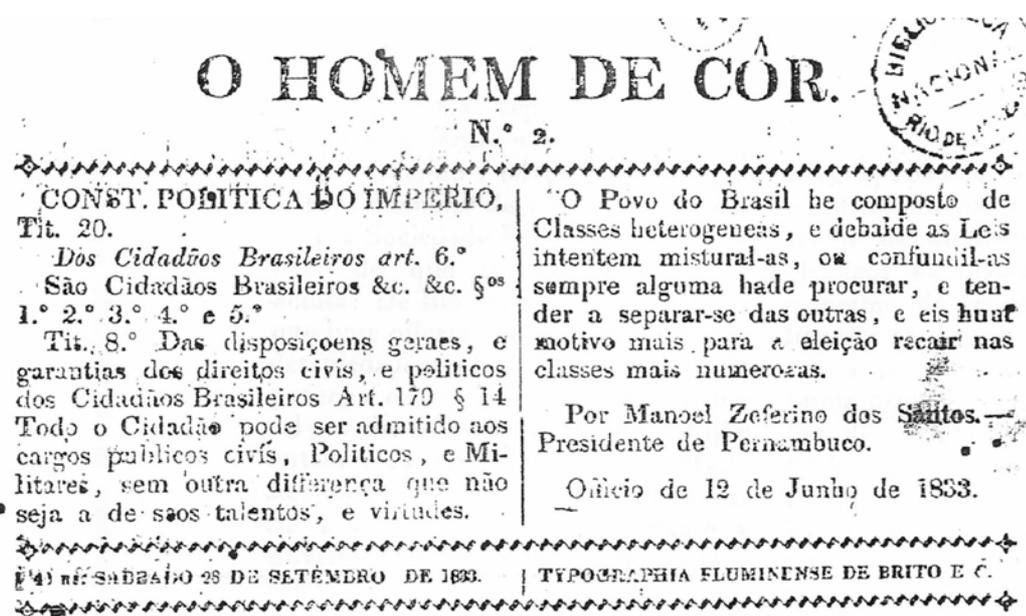


Imagem 1
Cabeçalho do pasquim *O Homem de Cór*, n. 2

Localizado na extensa trama de resistência ao cotidiano hostil à gente de ascendência africana, esse pasquim se conecta a feitos anteriores, bem como deu vazão a realizações seguintes. De fato, a colonização lusitana ao lado de sua parceira preferida, a escravização de populações negro-africanas, tiveram bem cedo a concorrência das respostas à barbárie formuladas pelos contingentes negros seqüestrados para a América. Os caminhos conduziram tanto à afirmação de valores culturais e religiosos africanos quanto à adesão a irmandades católico-européias; quer a transações no próprio domínio do cativo quer à formação de espaços autônomos, como os quilombos (Moura, 2004).

Circunscritas ao escravismo ou para além dele, essas pessoas e seus descendentes ora se direcionavam a rupturas bruscas, ora faziam uso de medidas menos incisivas; em certas

ocasiões concomitantemente.⁵ Tudo isso a depender das possibilidades locais, temporais, sociais e culturais; em outros termos, das representações sociais fundamentadas em matrizes de sentido diversas.

Acerca desse domínio, Denise Jodelet argumenta que, em virtude da partilha do mundo com os outros, “que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo”, estabelecemos as representações sociais que, assim, se tornam importantes na vida cotidiana. “Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente posicionar-se frente a eles de forma defensiva” (Jodelet, 2001, p. 17).

Tendo em vista aspectos dos espaços de socialização em que se inscreve a população negra oitocentista, em especial a fração livre e liberta, e o modo como esses são dados a ler pelos historiadores – como momentos em que são operadas a construção e a disputa entre visões díspares e, até mesmo, conflitantes –, salienta-se a utilidade de uma recapitulação sobre as representações forjadas em casos de disputa de poder, em que também está em jogo a construção de identidades sociais e culturais.

O cenário remete, então, a “uma história das modalidades do fazer-criar e das formas da crença que é antes de tudo uma história das relações de forças simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar sua dominação” (Chartier, 1994, p. 9). Essa rejeição das representações hegemônicas pode constar mesmo em um contexto de negociação, assim como pode haver a presença da aceitação dessas pelos alvos de dominação ainda que num momento de conflito – de modo que se torna impraticável uma explicação redutora desses embates.

Entre mulheres e homens negros, com o passar do tempo, ser escravizado, liberto ou livre – pela hierarquização explícita nessas posições – passou a informar conjuntos de ações específicas. Certas investidas, como o envolvimento duradouro na edição de jornais,⁶ ficaram

⁵ A partir da experiência dos escravizados, os artigos de João José Reis e Eduardo Silva, em *Negociação e Conflito*, formam um interessante exercício reflexivo. Estimulados em esquadrihar o repertório de permutas ou saídas ao escravismo, os historiadores asseveram: “O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até os inícios do século passado [XIX], nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e [escravizados] pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do ‘temor da violência’, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política” (Reis & Silva, 1989, p. 14).

⁶ Entre os jornais estudados, não encontrei a ocorrência de algum redator que esteve submetido à escravidão. Como será apresentado, a imprensa negra oitocentista será feita por cidadãos negros, conforme obrigava a lei.

mais restritas à parcela livre e liberta, ainda que mantidos certos laços com as pessoas escravizadas.

A virada do século XVIII para o XIX assistiu, dessa feita, a novas estratégias forjadas por pessoas negras no intuito de se esquivarem dos tentáculos da ordem escravista. O próprio desenvolvimento dos espaços urbanos brasileiros manteve estreita relação com as possibilidades de ascensão social do contingente de livres e libertos. Idealizadas como regiões fecundas para os sonhos de liberdade de muitos, “as cidades da colônia brasileira recebiam neste período grande número de libertos e livres de origem africana, já que abriam caminho para emprego em ocupações urbanas, propiciavam maior contato com livres e, por conseguinte, maior possibilidade de afastamento do passado escravo” (Grinberg, 2002, p. 47).

Nesse espaço citadino, transcorreram-se anos até que o tipógrafo e jornalista negro Francisco de Paula Brito (1809-1861) adquirisse o seu maquinário e uma publicação como *O Homem de Côr* pudesse se tornar realidade. Mas, outrora, em 1798, pessoas negras compuseram a organização da Revolta dos Búzios ou Revolução dos Alfaiates, em Salvador (Bahia),⁷ utilizando como catalisador os manifestos e boletins colados em pontos estratégicos da cidade – uma versão primária do contemporâneo jornal mural. Tida por alguns historiadores como “a primeira rebelião de raízes verdadeiramente populares ocorrida no Brasil”, nas palavras de Florisvaldo Mattos, “ela foi, do princípio ao fim, um imenso tecido de comportamentos comunicativos, e se consumou mesmo, na realidade de sua existência sociopolítica, em apenas atos de comunicação” (Mattos, 1998, p. 76).

A partir desses manuscritos – que “não se dirigiam apenas aos que sabiam ler, mas a todos que pudessem alcançar os conteúdos dessas mensagens por processos de repercussão em cadeia em nível de comunicação direta” (*Idem, ibidem*, p. 83) –, as vozes de Luís Gonzaga das Virgens, João de Deus, Lucas Dantas e Manuel Faustino ampliaram as fronteiras da comunicação interpessoal e espalharam-se pela cidade entre livres, libertos e escravizados, reivindicando uma sociedade em que as pessoas valessem por seus talentos e virtudes e não pela cor de sua pele.

A Revolta dos Búzios acabou por mobilizar nas autoridades da época o temor de “um levante dos escravos e, mais do que tudo, temia-se uma aliança entre escravos e libertos *a la*

⁷ “A Revolta dos Búzios, Revolta dos Alfaiates ou Revolta das Argolinhas, como ficou conhecido o movimento, recebeu esses nomes devido ao fato de os revoltosos usarem um búzio preso à pulseira ou uma argola na orelha, para facilitar a identificação entre si, e também porque alguns dos conspiradores eram alfaiates. Presume-se que os búzios seriam usados como moeda corrente na nova república, a exemplo do que ocorria em muitos lugares da África” (Rodrigues, 2003, p. 93-94).

São Domingos, que traria mais instabilidade ao já difícil controle sobre a população” (Grinberg, 2002, p. 56). Os ideais de igualdade, justiça e liberdade, a princípio franceses, ganharam, assim, novas cores à luz das demandas dos revoltosos baianos, em grande parte descendentes de africanos. Ao fim e ao cabo, esse levante demonstrou a possibilidade de pessoas negras organizarem espaços de opinião pública a serviço de seus próprios interesses. Não por acaso, frustrada a sublevação, os revoltosos negros, incluindo as mulheres Luiza Francisca D’Araújo, Lucrecia Maria Gercent, Domingas Maria do Nascimento e Ana Romana Lopes, sofreram punição exemplar, ou seja, absurda e atroz.⁸

Um pouco mais adiante, ainda em Salvador, será a vez de o jurista Antonio Pereira Rebouças (1798-1880)⁹ publicar *O Bahiano – pela constituição e pela lei*. Para garantir a existência do jornal, após esse ter sido fechado e censurado, Rebouças chegou a comprar uma tipografia em 1828. Daí até pelo menos 1831, dirigiria e escreveria no periódico. Em sintonia com a trajetória legalista de seu proprietário, *O Bahiano* foi difusor de opiniões simpáticas a uma ordem liberal, de respeito ao texto constitucional e anti-restauração lusitana. Muitas dessas idéias – e a defesa perene da parte de Rebouças – se chocavam com os interesses da gente graúda da região, alguns até de tendências absolutistas. Isso acabou lhe rendendo mais inimizades, além das que adquirira quando dos processos de independência do Brasil, em 1822, e da Bahia, em 1823 (*Idem, ibidem*).

A despeito de seu empenho, as pelejas em torno da Independência da Bahia não lhe renderam as glórias justas a seus olhos. Uma vez excluído do novo jogo das forças políticas da região, mas fiel à crença em seu capital simbólico particular, resolveu naquele mesmo ano tentar a sorte no Rio de Janeiro. Esse episódio da vida de Rebouças é recheado de acontecimentos e práticas comuns ao dia-a-dia de cidadãos negros da época (Imagem 2). Ocorreu que antes mesmo de sair da Bahia, Rebouças e sua família foram impedidos de seguir viagem à altura de Porto Seguro. Que razões explicariam um embaraço de tal natureza? Nas palavras de Keila Grinberg:

Embora Rebouças não especifique os motivos que levaram ao incidente, claro está que ele poderia ser confundido com outra pessoa de *status* e condição inferior, como um liberto, problema que ele logo tratava de resolver *provando a sua identidade*. Ou seja: se fosse apenas mulato, sem a fama dos recentes feitos, Rebouças possivelmente nem passaria da fronteira da província, ainda mais

⁸ Além dos trabalhos de Mattos (1998) e Rodrigues (2003), para mais informações sobre a trajetória das personalidades negras da Revolta dos Búzios, conferir: Dias Tavares (1999) e Mattoso (1990).

⁹ Pai de André Rebouças, engenheiro e abolicionista, e de Antonio Pereira Rebouças Filho, engenheiro ferroviário.

naqueles tempos, quando revoltas de escravos, libertos e outros pardos assustavam os engenhos da região (Grinberg, *op. cit.*, p. 77 – grifo meu).



Imagem 2
Antonio Pereira Rebouças

Conquanto Antonio Pereira Rebouças apostasse que sua conduta reta, seus conhecimentos e parceiros influentes lhe serviriam de armas para livrá-lo de contratemplos desse tipo, tais “adornos” não apagaram a sua cor. Ao chegar à Corte, obteve, até mesmo, êxito em algumas de suas ambições, mas não deixou de ser objeto de “preconceito de cor” em várias ocasiões – como no dia em que deixou de ser convidado para jantar na casa do deputado Gondim, a quem estava de visita em companhia de um amigo, pelo fato de ser negro.

Quando em 1824 foi nomeado secretário da província de Sergipe, Rebouças recebeu como recepção o apelido de “o miserável neto da Rainha Ginga”. De acordo com Grinberg, “incomodados justamente com o fato de ter um mulato à frente dos negócios do governo, os proprietários do local fizeram de tudo para tirá-lo de lá, o que conseguiram ao cabo de um ano” (*Idem, ibidem*, p. 78).

Poderia ainda pinçar outras cenas como essas da vida de Antonio Pereira Rebouças. No entanto, muito mais do que os apuros pelos quais passou por carregar seus traços negros no contexto do racismo brasileiro, interessam-me suas respostas a esse cenário. Por isso avançarei em direção ao jornal *O Bahiano*.

Na medida em que Rebouças primava pelo legalismo – defendia a monarquia constitucional – e se negava a debater várias ocorrências a partir do reconhecimento do preconceito de cor como algo definidor, as falas expressas em seu periódico e em suas falas públicas mantiveram certa distância dos discursos emitidos pelos revoltosos da Bahia de 1798, bem como daqueles publicados nos jornais da imprensa negra, de anos posteriores. A experiência de Rebouças, materializada em *O Bahiano*, seria, portanto, mais uma possibilidade individual e indireta de resistência ao “preconceito de cor”, do que um enfrentamento direto e/ou coletivizado, como manifesto nos dois exemplos.

O jornalismo feito por Rebouças era repleto de comentários políticos, sintonizado, portanto, com a forma e os gêneros jornalísticos mais comuns à época. Ao seu turno, porém, tanto o conteúdo quanto o público previsto o diferenciaram da prática jornalística verificada nos exemplares da imprensa negra. Nem por isso, assim como a de outros jornalistas/publicistas negros do século XIX – Machado de Assis, Luiz Gama, José do Patrocínio, Cruz e Souza, entre outros –, a atuação de Rebouças perde seu brilho, na medida em que compreende uma série de debates e enfrentamentos caros à percepção da experiência histórica dos negros no Brasil. Importa entender, por conseguinte, a que caminhos conduzem essas distintas formas de atuação.

– 2 –

A IMPRENSA NEGRA COMO PEÇA DO JORNALISMO BRASILEIRO

Diferentemente do que se passou em outras colônias americanas – a exemplo do Peru, do México e dos Estados Unidos –, onde a dominação colonial, em larga medida, foi assegurada graças a um investimento na imprensa escrita e na educação, como veículos para disseminar as idéias dominantes, a vasta faixa do império colonial português na América, que daria origem ao Brasil, só contaria com a imprensa pouco antes de sua independência política. Juarez Bahia informa:

A arte gráfica existia no Brasil pelo menos desde 1706, quando uma tentativa de funcionamento de um prelo em Pernambuco foi impedida pela autoridade colonial. No Rio de Janeiro, em 1747, houve iniciativa mais importante, com a tipografia de Antonio Isidoro da Fonseca, também condenado por Carta Régia de 6 de julho do mesmo ano que proibiu a impressão de livros ou papéis avulsos.

O regime de Portugal, por todo o tempo da colônia, asfixiou a manifestação do pensamento por meio da palavra impressa, sendo responsável pelo atraso do Brasil na montagem de prelos e tipografias. A Carta Régia que mandou fechar a tipografia de 1747, punia os infratores com a pena de prisão e o exílio para o Reino, à disposição do Conselho Ultramarino, além do seqüestro dos tipos, que deveriam ser remetidos para Portugal (Bahia, 1967, p. 14).

Não à toa, o marco de fundação da imprensa brasileira confundiu-se com o ano da autorização de seu funcionamento, a qual se deu por meio do decreto do príncipe regente D. João VI, em maio de 1808. A consagração da novidade, mesmo assim, ficou sujeita à outra polêmica, dessa vez entre o *Correio Braziliense* e a *Gazeta do Rio de Janeiro*. O primeiro periódico dirigido e redigido por Hipólito da Costa, em Londres, apareceu a 1^o de junho de 1808, três meses antes do lançamento da *Gazeta* na Corte, escrita por portugueses. Nessas condições, uma vez integrado à imprensa brasileira pelo fato de dedicar-se aos problemas do Brasil e ter circulação direcionada a essa região, ao *Correio Braziliense* caberá o título de inaugurador (Sodré, 1999, p. 22-23). Caso esse argumento não seja o mais convincente, e a força maior recaía sobre o território no qual o impresso tenha sido produzido, tal representatividade ficará a cargo da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Essa peleja, aparentemente inocente, ilustra bem os embates em torno dos quais pode ser construído o conceito de imprensa brasileira, sua identidade. Seguindo a sugestão de Antonio Candido (2000) presente em suas reflexões sobre a formação do sistema literário brasileiro, tomo as categorias “autor”, “obra” e “público”, na qualidade de momentos da produção comunicativa, como estratégia de explicação.

A noção de pertencimento, sobretudo, tende a orientar essas três instâncias de acordo com suas especificidades. Nesse sentido, o reconhecimento de um jornal como manifestação da imprensa brasileira passa pelos laços desse com o espaço em questão: feito por brasileiros; em solo brasileiro; direcionado a um público brasileiro; em estreito diálogo com esse público; tratando de assuntos brasileiros.

Só que, a depender dos interesses, da ocasião e das perspectivas, esses requisitos não precisaram – ou precisam – ser contemplados em sua totalidade para que um impresso se afirmasse como tal. A história e a historiografia da imprensa brasileira fizeram-se muitas vezes a partir de obras capengas em alguns desses pontos. Mesmo assim, essas não tiveram de ser descartadas ou consideradas ilegítimas.

Desse ponto de vista formal, imprensa negra, do mesmo modo que imprensa brasileira, imprensa abolicionista, imprensa operária ou imprensa feminina, é somente uma expressão

composta em que o adjetivo posposto ao substantivo sugere algumas possibilidades de entendimento, às quais também se conectam questões relativas à autoria, ao público e aos objetivos – jornais feitos por negros?; para negros?; veiculando assuntos de interesse das populações negras?. Há de se reconhecer, por suposto, que no desenvolvimento do jornalismo isso traz à baila um elemento de maior complexidade, a saber, a especialização ou a segmentação da produção jornalística.

Nos anos que se seguiram ao advento do referido decreto, por óbvio, as dificuldades técnicas não foram extintas de imediato, nem tampouco a intransigência do regime seria interrompida. Tanto assim que o Rio de Janeiro não contou com outra tipografia senão a da Imprensa Régia (oficial) até o ano de 1821, ficando a publicação de outros jornais, que não a *Gazeta*, submetida ao arbítrio do governo. Logo, todo tipo de sofisticação seria tarefa para momentos futuros.

Gerar um jornal era, pois, atividade restrita a poucos. Como tal, aos “homens de letras” da época, traduzia-se em demonstração de poder, autonomia e prestígio, ou mesmo coragem – em especial àqueles que tratavam de questões políticas específicas e quase sempre a contragosto dos grupos hegemônicos.

À sua hora, a concessão de independência de 1822, precedida por apaixonadas disputas locais, serviu como uma espécie de rito de passagem para o jornalismo brasileiro. Nelson Werneck Sodré, em sua memorável *História da Imprensa no Brasil*, ressalta que “o ano da Independência assinalou o aparecimento de numerosos periódicos, na Corte e nas províncias, caracterizando a tensão política vigente e assinalando as tendências” (Sodré, 1999, p. 64). A semente do jornalismo periódico fora, de uma vez por todas, plantada em solo brasileiro e germinaria, a despeito de atropelos, nas cabeças dos que assistiam ao alvorecer da existência autônoma da nação.

O conservadorismo impulsionado pela coroação de D. Pedro I e materializado no fechamento da Constituinte e na suspensão da liberdade de imprensa em outubro de 1822 não foi suficientemente forte para desagregar esse espírito: “Era o primeiro retrocesso no longo e tortuoso processo da Independência; não seria o único. Como o avanço anterior não havia sido o único. Entre o fechamento da Constituinte e o movimento de Sete de Abril, decorre nova etapa, em que, gradativamente, as liberdades vão sendo reconquistadas, até o episódio da abdicação, quando se abre a etapa liberal por excelência” (*Idem, ibidem*, p. 82) – ao menos no que compete à efervescência de títulos de orientação variada.

Mesmo nesse ínterim, em desobediência à proibição que só seria revogada em 1827, fervilharam pelo país impressos opositores de tendência liberal exaltada e moderada, campos em que se rascunhavam possibilidades para a democracia nacional. Priorizar as representações forjadas nas e a partir das legislações, bem como nas datações instituídas pela oficialidade a respeito da imprensa apagaria o que de espontâneo se processou – peça chave para o entendimento da imprensa negra em suas diferentes fases. Justamente na marcha desses acontecimentos que se inseriu o periódico *O Bahiano*, de 1828, propriedade de Antonio Pereira Rebouças, um homem negro descendente direto de Rita Basília dos Santos,¹⁰ mulher negra liberta que se casou com o alfaiate português Gaspar Pereira Rebouças.

Afora isso, como registra Juarez Bahia, outras novidades não tardaram a acontecer:

A partir de 1828 surgiram jornais dedicados a assuntos especializados. O *Precursor das Eleições*, de Ouro Preto (a primeira gazeta mineira foi *O Compilador*, em 1823); *O Olindense*, órgão estudantil do Recife e Olinda que não deixara de dedicar farto noticiário à “setembrada pernambucana”; o *Semanário Político, Industrial e Comercial*, do Rio; o *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia* (Bahia, 1967, p. 24).

No bojo dessa ampliação, em resposta ao cotidiano do período regencial, mostrou-se, enfim, o mencionado pasquim *O Homem de Côr* ou também *O Mulato ou O Homem de Côr*, como passou a se chamar a partir do terceiro número. Próximos ou simultaneamente, os outros títulos deram sua graça: *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*,¹¹ e *O Lafuente*. Peças que circularam na Corte entre setembro e novembro de 1833, esses periódicos anunciaram, agora por intermédio das letras tipográficas, o protesto negro a serviço de seus direitos – nesse caso, aqueles prometidos a todo cidadão. A marcha dos negócios públicos, apesar do avanço liberal, não garantia melhores condições à população negra livre, muito menos à liberta, quiçá, então, à escravizada. “A população que queremos é branca”, dizia José Bonifácio a Chamberlain, cônsul da Inglaterra, em carta de apoio ao afundamento de navios negreiros (tumbeiros) no Atlântico na década de 1840 (Bonifácio *apud* Luz, 2005, p. 92). Alvo direto desse mal-querer e de suas investidas concretas, felizmente e antes de mais essa

¹⁰ Ainda segundo Grinberg: “Não se sabe por quanto tempo ela havia sido escrava, nem se alguma circunstância especial, como descendência do senhor ou a compra da alforria – que poderia até ter sido feita por terceiros nela interessados, como Gaspar Rebouças –, havia concorrido para sua libertação. Na realidade, pouco se sabe sobre a própria condição de liberta de Rita Basília dos Santos. A única referência está no texto de Leo Spitzer, que menciona, em nota sobre vários assuntos, o Registro de Casamentos do Arquivo da Cúria de Salvador e o Registro de Batizados da freguesia de Maragogipe para corroborar suas afirmações; o autor não explicita, contudo, em que documento estaria esta informação nem – mais importante – os termos usados para caracterizar a condição” (Grinberg, 2002, p. 47).

¹¹ Embora a historiadora Ivana Stolze Lima indique a localização desse pasquim no Arquivo Nacional, essa instituição, na figura do funcionário Antonio Carlos G. Valério, informou não dispor de tal material.

verbalização foi possível aos negros registrar suas denúncias e manifestar seus desejos e expectativas, principalmente sobre o futuro governo de D. Pedro II.

Deixando o Rio de Janeiro do período regencial, a próxima manifestação da imprensa negra, o jornal *O Homem – realidade constitucional ou dissolução social* terá assento na Recife de 1876, capital da Província de Pernambuco, tempos do imperador D. Pedro II. Os rasgos de esperança inscritos nos impressos anteriores foram passados a limpo com as marcas da frustração, sendo, portanto, alvo de críticas. E os governantes, acusados de empurrarem a “classe dos homens de cor” ao ostracismo, “contra toda a justiça, contra a própria lei fundamental de país”. Em outras palavras, passados 43 anos, o mote das denúncias e reivindicações é basicamente o mesmo.

Pouco depois será a vez de São Paulo, com *A Pátria – orgam dos homens de côr* (1889) e *O Progresso – orgam dos homens de côr* (1899), bem como Porto Alegre, com *O Exemplo*, de 1892. Esse, de vida longa, rompeu as fronteiras do século XIX e findou-se somente em 1930, em decorrência da crise desencadeada pela quebra da bolsa de Nova York. Nesses tempos de República, quando o fim da escravidão era peça-chave para se fazer crer na dissolução de qualquer possibilidade de se estratificar os cidadãos por meio de cor ou raça e assim hierarquizá-los, o jornal *O Progresso – orgam dos homens de côr* apresenta-se com objetivos bem delimitados, um espaço para o fortalecimento do contingente populacional negro e para a denúncia da discriminação racial cotidiana:

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se muitos pretos e mulatos (que vêm a dar no mesmo) que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da *igualdade* e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém, a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos, oficialmente, abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos em vez de curar do adiantamento dos pretos, atira-os à margem, como coisa imprestável? (OP, n. 1, p. 3)

Esses momentos iniciais da imprensa negra no Brasil demonstram que, a despeito de inúmeros contratempos – entre os quais o próprio escravismo e seus instrumentos afins –, negros aqui formularam uma fala própria e tornaram-na pública. Ainda que não tenham

alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los. Nas palavras de Frantz Fanon, “falar é poder usar certa sintaxe, possuir a morfologia de uma ou outra língua, mas é, sobretudo, assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 1983, p. 17). Uma vez engolfadas pelo sistema colonial, coube às populações africanas se posicionar.

A par das questões que definem a chamada imprensa negra brasileira, no que concerne a seu conteúdo e sua linha de atuação, pode-se, então, dizer que essa corresponde aos jornais que se inserem na luta contra a discriminação racial no Brasil. De maneira distorcida, costuma-se indicar o “engajamento” de parte da imprensa dominante no processo abolicionista como momento inaugural dessa refrega.

Essa valorização da imprensa abolicionista, potencializada na década de 1880, não apenas encobre o balanço que ainda está por se realizar sobre como, por exemplo, os anúncios da economia escravocrata fizeram fortuna de vários órgãos da imprensa dominante. É verdade que personalidades como Luiz Gama, André Rebouças, José do Patrocínio e Manoel Querino formaram os quadros abolicionistas, muitas vezes colaborando ou mesmo dirigindo impressos com esse fim. Todavia, a imprensa abolicionista, no que a definia, não necessariamente esteve em sintonia com as questões levantadas pela imprensa negra.

Interessante perceber que confusão semelhante não se deu com a imprensa operária, mesmo diante da participação de negros seja na produção de notícias, seja na massa para qual poderia dirigir-se e envolver. Maria Nazareth Ferreira, em seu esforço para estabelecer o raio de atuação dessas folhas, consente no paralelo de que “a história da imprensa operária é a história do movimento operário, igualando-se em todos os países, inclusive no Brasil” (Ferreira, 1988, p. 6-7). E mais, que “o processo de politização ocorrido com o operariado brasileiro teve por base a participação do operário imigrante”, de marcante orientação anarcossindicalista (*Idem, ibidem*, p. 9).

Pois bem... Se o que caracteriza o operário é o fato de esse não possuir os bens de produção e ter de dispensar sua força de trabalho a outrem a fim de garantir condições materiais para reproduzir sua vida, bem antes da chegada de imigrantes europeus, estimulada pelo Estado brasileiro, esses existiam e em grande quantidade no Brasil, seja de uma forma não convencional aos moldes europeus – os trabalhadores escravizados –; ou os trabalhadores livres e libertos, que contemplavam perfeitamente esses requisitos.

Muito ligada à representação de progresso nacional, a exaltação da imagem do operariado branco-europeu tem ganhado mais espaço do que o reconhecimento de um operariado brasileiro majoritariamente negro, que circulava antes mesmo do fim da escravidão. E mais, como se verá, muitos dos textos apresentados pelos jornais da imprensa negra no século XIX trataram de questões relativas ao mundo do trabalho livre. Indo mais adiante nesses questionamentos, chamo à lembrança a atuação de Manoel Querino (1851-1923) e do contexto por ele experimentado (Imagem 3).



Imagem 3
Manoel Querino

Nascido em 28 de julho de 1851 na cidade de Santo Amaro, Bahia, Manoel Querino viveu momentos importantes de sua vida em Salvador. Lá se envolveu com a luta operária, entendida como o passo seguinte à emancipação dos trabalhadores escravizados. Conforme dados de Jorge Calmon: “No espaço de menos de quarenta anos, correspondendo às últimas décadas de existência da escravidão, processara-se na Bahia a substituição quase completa do trabalho servil pelo trabalho livre, nos chamados serviços mecânicos. Formara-se, em razão disso, uma classe operária relativamente numerosa” (Calmon, 1995, p. 23). Tal imagem de classe operária reconhecia a ligação dessa com os outrora escravizados negros.

Ainda durante a Monarquia, em diálogo com sua anterior atuação na Liga Operária Baiana (1874 e 1875) – uma das primeiras cooperativas de trabalho do Brasil, composta basicamente por trabalhadores da construção civil –, Manoel Querino fundou um jornal a serviço da causa operária sob o título de *A Província*, em 1887, que circulou até o ano

seguinte. Chegada a República, em 1892 foi a vez de editar, sob o mesmo propósito, o jornal *O Trabalho*. Atento à prevenção contra os políticos partidários, mesmo assim militou no Partido Operário, em nome de uma forma diferente de atuação dos trabalhadores...

É fácil entender que aqui não há a pretensão de esgotar a trajetória desse indivíduo. Esse pequeno quadro é simplesmente ilustrativo de questões que ainda precisam ganhar as páginas da historiografia da imprensa no Brasil, de modo a essa superar suas lacunas pungentes.¹² Pois é justamente na medida em que as investidas dos negros na imprensa estão dali afastadas que escritos sobre o espaço específico da imprensa negra no Brasil ganham mais legitimidade.

Manoel Querino exerceu o ofício de jornalista por um período de sua vida. Assim como ele, outros o fizeram, sendo a emergência dessas atuações importante para a flexibilização de certos marcos ou, se necessário, o estabelecimento de outros, que contemplem experiências individuais e coletivas silenciadas. No que interessa a esta pesquisa, a atuação dessas personalidades tem muito a dizer acerca das redes de solidariedade indispensáveis para a sua participação em espaços privilegiados como o jornalismo, bem como para o estabelecimento da própria imprensa negra.

Recentemente, Franklin Martins, em seu livro *Jornalismo Político*, fez um gesto em direção contrária e reservou lugar especial a José Carlos do Patrocínio (1857-1905), também conhecido pelo povo coetâneo como Zé do Pato, ou ainda como Proudhomme, entre os combatentes da abolição.¹³ Em detrimento do estudo de caso da cobertura política sobre a briga entre Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, que culminou na renúncia de ambos, Martins optou por acompanhar a movimentação de Patrocínio em sua atuação jornalística

¹² Uma investigação interessante seria o rastreamento de jornalistas negros que tiveram atuação durante o século XIX. Entre esses, por exemplo, será encontrado João Cruz e Souza. Nascido na cidade de Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina, em 1861, ainda sob a condição de escravo, tornou-se liberto aos quatro anos de idade. Depois de concluído o secundário e a par de seus conhecimentos sobre humanidades, latim e grego, engajou-se em uma companhia teatral em 1881. Pouco depois, lançou, em companhia de Virgílio Várzea, um jornal de orientação republicana e abolicionista. Afora também os jornais literários que também produziu. Em 1890, muda-se para o Rio de Janeiro, onde se dedica com afinco à poesia.

¹³ Filho de Justina Maria do Espírito Santo, cativa, e do padre João Carlos Monteiro que a engravidou aos treze anos de idade, tendo José Carlos do Patrocínio em Campos no ano de 1853. De acordo com a caracterização feita por José Murilo de Carvalho, Patrocínio “foi um homem complexo que viveu na fronteira de mundos distintos, se não conflitivos. A começar pela fronteira étnica: pai branco, mãe negra, um mulato, como se dizia na época, cor de tijolo queimado, em sua própria definição. Depois, a fronteira civil: mãe escrava, pai senhor de escravos e escravas. A fronteira do estigma social, a seguir: oficialmente registrado como exposto, só mais tarde constando o nome da mãe, nunca legalmente reconhecido pelo pai. Mais: a fronteira entre o mundo interiorano em que se criou e viveu até os 15 anos e o mundo da corte em que exerceu a atividade profissional e política. Ainda: a fronteira intelectual de uma formação superior mas de baixo prestígio, a de farmacêutico, convivendo com a formação dos bacharéis em direito, medicina e engenharia. Por fim, a fronteira entre o reformismo e o radicalismo políticos” (2006).

direcionada para o fim da escravatura nas últimas décadas do século XIX. Assim explica sua escolha: “Pesou também o fato de que cheguei à conclusão de que poderia aproveitar o estudo de caso para estimular estudantes e jovens repórteres a lerem algo sobre o Zé do Pato, um homem tumultuado, apaixonado e contraditório, e um dos maiores jornalistas que este país já conheceu” (Martins, 2005, p. 120). Bem adiantado aos estudiosos da comunicação, o historiador José Murilo de Carvalho, anteriormente, se atentou para o jornalismo de Patrocínio como fonte ímpar para a construção de sua narrativa sobre a agitação republicana e a mudança da forma de governo (Imagem 4).



Imagem 4
José do Patrocínio

De 1880 a 1889, Patrocínio dedicou-se integralmente à libertação dos escravos sem que houvesse qualquer indenização aos escravocratas. Como meio de catalisar a transição, primeiramente, escreveu artigos na *Gazeta de Notícias* (1877), depois na *Gazeta da Tarde* (1881),¹⁴ finalmente na *Cidade do Rio* (1887), jornal que comprou com a ajuda do sogro. Em sua obstinação, chegava a dizer que o combate à escravidão era tarefa a se dar por todos os meios necessários. Nesse sentido, pela leitura dos artigos, é possível perceber que até mesmo um malabarismo com as forças operantes a cada situação era exercício de grande valia e desenvolvido com maestria por Patrocínio. Justamente aí recai a afirmação categórica de José Murilo de Carvalho, para quem: “Não há, pois, que buscar coerência em pontos que não se refiram ao objetivo final” (2006).

¹⁴ Acrescento que a *Gazeta da Tarde* era outra folha abolicionista, de propriedade de outro jornalista negro, a saber, Ferreira de Meneses, sobre quem não disponho de informações mais detalhadas.

Os embates, contudo, não faltaram. O fim do escravismo e de sua opressão imediata às pessoas negras escravizadas e seus descendentes não seria consequência imediata da instauração do regime republicano. Com base nisso, e a contragosto de muitos republicanos, José do Patrocínio, no Rio de Janeiro – assim como Luiz Gama, em São Paulo – insistiu na tecla da urgente extinção do regime escravocrata em detrimento das lutas republicanas. “Por essa razão, não hesitou em ficar ao lado da regente Isabel, e da Monarquia, quando ela se decidiu pela abolição imediata. Abandonou a República e só voltou a apoiá-la no dia 15 de novembro de 1889” (Carvalho, 2006). Escolhas dessa natureza renderam a Patrocínio um punhado de inimigos, os quais o obrigaram a pagar um alto preço, a condução tortuosa ao desprestígio público, uma vez estabelecida a República.

Relativamente e aproveitando a ocasião, a trajetória de Luiz Gama (1830-1882) aproximou-se da traçada por Patrocínio, tendo em vista que suas arengas em nome da libertação de seus irmãos de cor escravizados deram força a essas figuras legendárias. Afora isso, há também o fato de eles, assim como vários outros, terem operacionalizado suas vidas à luz das condições estabelecidas pelo regime de dependência ao qual eram submetidas pessoas negras livres, ao mesmo tempo, dependentes dos laços de apadrinhamento de figurões da elite – ainda por cima, com considerável mobilidade nesses espaços majoritariamente brancos (Imagem 5).



Imagem 5
Luiz Gama

Por seu turno, Gama se distanciou de Patrocínio na medida em que suas escolhas foram mais proveitosas e melhor aproveitadas por ele. Os elementos da extensa rede de solidariedade cultivada por ele, que ia de ex-escravizados a escravocratas, serviram-lhe de retaguarda em diferentes ocasiões e de formas distintas. Conforme exemplarmente demonstra Elciene Azevedo (1999), Luiz Gama foi um homem negro que, uma vez livre da escravização ilegal aos dezoito anos de idade,¹⁵ soube transitar com maestria no mundo branco, pouco à vontade com sua presença – uma perícia que revela a dimensão absolutamente humana dessa personalidade mitológica. Ao acompanhar a inserções de Gama em jornais de São Paulo, em dado momento a historiadora pontua:

Trazendo à luz meandros de sua relação com o conselheiro Furtado [o delegado de polícia Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, no gabinete de quem Gama trabalhava como amanuense], a polêmica nos jornais mostra como ele se movia dentro de laços de apadrinhamento, manipulando os seus sentidos e alargando, assim, os limites de possibilidade de atuação em favor de sua causa. Isso só era possível porque, sabendo exatamente o que o conselheiro Furtado esperava dele, conseguia avançar, atingindo seu alvo, e em seguida recuar, garantindo que os laços de proteção não se quebrassem. Esta tensa “negociação” entre protegido e protetor ajuda também a explicar a lógica que o fez, nestes anos, lutar ao lado de homens com vidas tão diferentes da sua. Ao jurar ódio aos senhores e reis, e buscar explicar este ódio através de sua história, Luiz Gama revelava o sentido particular que atribuía a essas bandeiras levantadas em comum, trazendo à tona as diferenças que o separavam destes – que não eram poucas (Azevedo, 1999, p. 125).

Jogando com essas questões Luiz Gama desenvolveu sua atividade jornalística no cenário paulistano da segunda metade do século XIX. Após sua rápida experiência na literatura satírica, com as *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, em 1859, o mundo letrado assistiu ao publicista Luiz Gama, quando suas sátiras se associam ao repertório liberal, abolicionista, republicano e maçom (*Idem, ibidem*). Entre 1864 e 1865, redigiu e dirigiu o *O Diabo Coxo*, juntamente com o caricaturista italiano Angelo Agostini (Gama, 2005) (Imagem 6). Em seguida, com o mesmo parceiro e mais Américo de Campos e Antonio Manuel do Reis, colaborou, sob o pseudônimo de Barrabaz, em *O Cabrião*, 1866-1867; bem como na folha liberal do Club Radical Paulista, o *Radical Paulista*, em 1869.

¹⁵ Consta que Luiz Gama, filho de Luiza Mahin, fora escravizado ilegalmente, haja vista que sua mãe, uma mulher nagô, já havia chegado ao Brasil depois da Lei de 7 de novembro de 1831, que dizia não reconhecer a legalidade da escravização de africanos que aqui aportassem a partir desta data. Mesmo assim, teve de se valer de documentos para que aos dezoito anos de idade pudesse se livrar da condição de cativo, que já lhe era de direito intocável desde o nascimento. Mais detalhes dessa trajetória são expostos no capítulo IV desta dissertação.

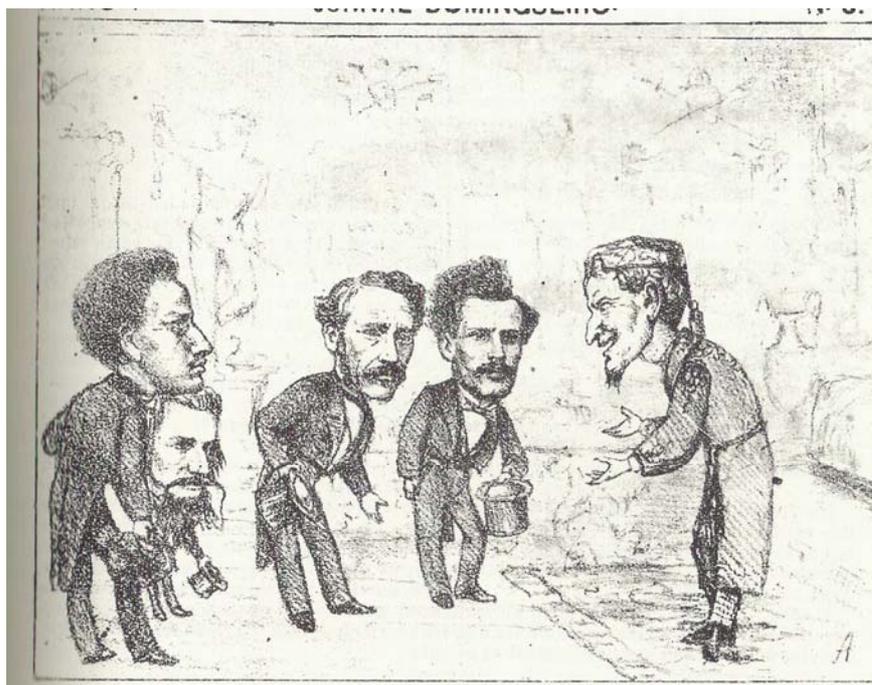


Imagem 6

Luiz Gama à esquerda.

O Diabo Coxo agradece ao jornalismo – a recepção que lhe deu

Luiz Gama também teve inserção na grande imprensa durante a década de 1870, a exemplo dos jornais *Correio Paulistano*, *A Província de São Paulo* e *Gazeta do Povo*. Além disso, no ano de 1876, ao lado do republicano Pompílio de Albuquerque redigiu o jornal *Polichinelo*, que contava com ilustrações de um discípulo de Angelo Agostini, Nicolau Huascar de Vergara (Gama e Albuquerque, 1981). Ao longo de seus sessenta anos de vida, Gama alcançou constante reconhecimento, tanto que seu funeral, em 1882, transformou-se num ato público amplamente registrado em vários jornais, mobilizando três mil dos quarenta mil habitantes da cidade de São Paulo e suas freguesias.

Outra figura vultosa entre os jornalistas negros do século XIX foi Machado de Assis (1839-1908), a quem as folhas periódicas foram de grande valia para seu sucesso na literatura. Como cronista, contista, poeta e crítico literário, Machado esteve mais ligado ao jornalismo literário (Imagem 7). Tendo em Francisco de Paula Brito seu primeiro padrinho, colaborou de formas diversas em periódicos como a *Marmota Fluminense* – onde iniciou em 1855 sua publicação literária, com o poema *Ela* –; o *Correio Mercantil* (1859); o *Diário do Rio de Janeiro* (1860); e a *Gazeta de Notícias* (1888-1889); bem como na revista *O Espelho* – na qual estreou como crítico teatral –; na *Semana Ilustrada* e no *Jornal das Famílias*, no qual publicou majoritariamente contos. Entre tantos outros espaços ocupados por Machado de

Assis, cabe dizer ainda que as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, romance que marca a carreira desse literato, foi inicialmente publicado em folhetins na *Revista Brasileira*, entre 15 de março de 1879 e 15 de dezembro de 1880 (Sodré, 1999).



Imagem 7
Machado de Assis

Em contraponto à representação depreciativa de Machado de Assis como um “negro de alma branca” ou à pretensamente elogiosa como “um representante da Grécia antiga”, as experiências de Luiz Gama e José do Patrocínio servem para iluminar sua trajetória. Sob condições muito próximas, Machado, a seu modo, registrou os conflitos vivenciados pelo contingente negro no Brasil. Sua sofisticação não se limitou, portanto, ao tratamento dado às figuras da elite branca local. Exemplos dessa sua apurada percepção são dados nas crônicas *Bons dias!*, publicadas inicialmente na *Gazeta de Notícias* a partir de abril de 1888, onde os caminhos construídos pela escravidão e os anunciados pela abolição são tratados logo nos textos iniciais com grande lucidez, a partir da voz de narrador tão especial quanto o das *Memórias* (Machado de Assis, 1990). Ou ainda nos contos “Caso da Vara” e o “Pai contra Mãe” (*Idem*, 1998). Em todos os casos, tanto os interesses e os direitos das pessoas negras eram atropelados pelos desejos de senhores e demais pessoas brancas quanto seus infortúnios não eram encarados com a mínima consideração exigida para o tratamento de outras pessoas. Enfim, aos olhos de Machado, as promessas de igualdade não passavam de balela.

Visivelmente, esses jornalistas negros, arbitrariamente escolhidos por mim, não trabalharam apenas e/ou declaradamente com as questões ligadas a seu pertencimento racial. A maioria, nos momentos em que o fez, envolveu-se com temas que, na aparência, lhe

tocavam indiretamente, como o debate sobre os direitos civis de uma perspectiva liberal e o fim do escravismo. Os jornais de imprensa negra, por sua vez, tiveram sua razão de ser justamente em sua organização em prol da igualdade racial, em tese aventada e assegurada pelos textos constitucionais.

– 3 –

ENCONTROS DA HISTORIOGRAFIA COM A IMPRENSA NEGRA

O universo anunciado nos jornais da imprensa negra sinaliza entradas rumo a alguns gestos de leitura. As datas de cada surgimento, ao serem tomadas como base para a reflexão, poderiam sugerir, entre outras coisas, períodos de arrefecimento dos embates representados nesses impressos. Assim percebeu a historiadora Jeanne Berrance de Castro, num ensaio sobre os pasquins negros da Regência:

A agitação contra a discriminação racial, mais violenta nos primeiros anos do Brasil independente, amainou-se aos poucos à medida que foi havendo maior aceitação de padrões de sentimento e comportamento do grupo branco pelo não-branco, quando este último foi gradualmente se acomodando na estrutura social brasileira (1969, p. 188).

Incorporar essa perspectiva, porém, não seria simplesmente subdimensionar um aspecto para sobrevalorizar outro, mas apagar realidades registradas em uma série de documentos e memórias. O Oitocentos não ficou marcado pela dissipação de conflitos, muito pelo contrário, haja vista a série de embates narrados sob várias perspectivas historiográficas. Quando a observação se volta para o cotidiano da população negra de então, seja escravizada, liberta ou livre, o cenário não apenas não muda de figura como, em vez disso, ganha detalhes mais complexos.

O fotógrafo Januário Garcia avança sobre esse terreno e lança a assertiva: “De qualquer janela que quisermos ver o horizonte do Brasil, fatalmente iremos deparar com a presença negra. Sabem por quê? Simplesmente porque existe uma história do negro sem o Brasil, o que não existe é uma história do Brasil sem o negro” (Garcia, 2005). Essa crítica vai de encontro à tendência por muito tempo naturalizada no fazer historiográfico, de modo geral, e brasileiro, em particular: o silenciamento da existência de práticas racistas e de choques culturais entre grupos raciais/racializados e das ações de combate ao racismo engendradas

pela população negra no Brasil – sendo isso reproduzido nas próprias ferramentas de produção de conhecimento sobre o passado.¹⁶

Em termos epistemológicos, esse é um dado comum a várias outras áreas das ciências humanas. Como demonstra Muniz Sodré, não corresponde a um problema da historiografia isoladamente, mas de um mal que acomete as bases da tradição filosófica impulsionada por Hegel e o próprio modo de pensar ocidental: “Na verdade, não se trata apenas do senso comum, porque a própria instituição filosófica reivindica às vezes isenção ou mãos limpas no que diz respeito ao esmagamento político e econômico das históricas diferenças culturais, ou então aos etnocídios” (Sodré, 1999, p. 27).

Anteriormente a Sodré, Frantz Fanon, diante das formas de retroalimentação do domínio colonial e neo-colonial direcionado à gente africana e afro-diaspórica, determinou os seguintes limites:

A reflexão sobre o valor normativo de certas culturas, decretado unilateralmente, merece que lhe prestemos atenção. Um dos paradoxos que mais rapidamente encontramos é o efeito de ricochete de definições egocentristas, sociocentristas.

Em primeiro lugar, afirma-se a existência de grupos humanos sem cultura; depois, a existência de culturas hierarquizadas; por fim, a noção de relatividade cultural.

Da negação global passa-se ao reconhecimento singular e específico. É precisamente esta história esquartejada e sangrenta que nos falta esboçar ao nível da antropologia cultural (Fanon, 1980, p. 35).

Ao instituírem sentido às pessoas, aos grupos e aos processos, essas narrativas acabam servindo para sedimentar hierarquizações de longa data. O aclamado respeito às “alteridades” adquire, assim, um tom de armadilha, uma vez que se dá pela chave da exotização, por si só nociva, pois rebaixa os valores veiculados por essas culturas: “Partindo daí, nenhuma confrontação cultural pode existir. Por um lado, há uma cultura à qual se reconhecem qualidades de dinamismo, de desenvolvimento, de profundidade. Uma cultura em movimento,

¹⁶ Essa linhagem de pensamento tem em figuras como Yvonne Maggie, Peter Fry, Ali Kamel, entre outros, seus mais recentes representantes. Há pouco, Kamel publicou uma coletânea de artigos sob o título *Não somos racistas* – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”, tendo o apoio de Yvonne Maggie e seus demais pares. Sob a égide de um discurso de autoridade, esses intelectuais partilham a idéia de que a explicitação dos conflitos raciais seria, antes de tudo, uma criação da sociologia paulista expressa nos trabalhos de Florestan Fernandes, Oracy Nogueira, entre outros. Os resultados dessas investigações científicas teriam conduzido, nas palavras de Kamel, “ao paroxismo de permitir a suposição de que um racismo explícito é melhor do que um racismo envergonhado, esquecendo-se de que o primeiro oprime sem pudor, enquanto o segundo, muitas vezes, deixa de oprimir pelo pudor” (2006, p. 20). Todavia, ao comentar a obra de Kamel, Sueli Carneiro observa que ali “um tom mais claro em relação à negritude é saudado como a porta redentora do embranquecimento ou da indeterminação racial pela qual se decreta que temos que renunciar a nossas cores e racialidades, sob pena de estarmos nos insurgindo contra o que, segundo o autor, há de melhor em nossa identidade nacional, a ausência das nossas cores e das nossas raças sociais” (Carneiro, 2006).

em perpétua renovação. Frente a esta, encontram-se características, curiosidades, coisas, nunca uma estrutura” – complementa Fanon (*Idem, ibidem*, p. 39).

No momento em que o manto da identidade nacional brasileira cobre gentes de ascendência indígena, branca e negra, forja-se a imagem de disputas universalistas que os envolvem e se sobrepujam conflitos entre contínuos civilizatórios, em especial o negro e indígena. Nesse sentido, de acordo com Muniz Sodré:

o campo do pensamento identitário no Brasil – este que, desde a Independência, tem buscado não uma mera “explicação geral” do país, como se costuma dizer, mas um reflexão “amigável” (filos) ou afetiva sobre as raízes da experiência humana no território nacional – aproxima-se bem mais da filosofia em sentido amplo do que as repetições acerca de textos estrangeiros (...) [E] os pensadores identitários representaram um povo virtual (ilusório, sem realidade histórica) e um território desejável (imaginário e pleno de riquezas inesgotáveis), logo, sublimaram o Brasil (Sodré, 1999, p. 90, 95).¹⁷

De toda sorte, os jornais mencionados sempre vieram à baila em momentos marcantes para a história política brasileira, trazendo relatos e informações de pontos de vista, senão de sentidos absolutamente diversos, conflitantes, o que possibilita um outro entendimento sobre várias coisas. Os vácuos existentes entre os impressos, então, foram aqui entendidos simplesmente como uma provável não-produção editorial da imprensa negra brasileira nesses períodos, nada mais.¹⁸ Ao mesmo tempo, em conformidade com Sidney Chalhoub, os documentos espalhados no tempo não podem ser entendidos como o movimento da história. Percebê-lo depende do engendramento de uma forma de ler as fontes dos demiurgos habituais da história (2003, p. 22).

Tarefa laboriosa, o estabelecimento dessa ferramenta ímpar impele a uma atenção especial à identificação das questões suscitadas nos e pelos próprios jornais. Em contato com construções fragmentárias de um cotidiano passado, incorporo a sugestão de Edwiges Zaccur, segundo a qual:

Partindo do cotidiano, entendemos que metodologias são por ele determinadas, como a gramática ensina e a sintaxe da pesquisa, realizada no cotidiano e dele se

¹⁷ E acrescenta: “Isso não implica a existência de um metadiscorso sistemático e explicativo do ser brasileiro, mas implica afirmar que os textos sobre ‘brasilidade’ – alguns deles à beira do delírio epistemológico – configuram uma espécie de conjuntura teórica ou um ‘plano’ onde se desenvolve uma atitude protofilosófica, como se a especulação sistemática ainda devesse ser instaurada, talvez sob a forma de uma filosofia regional da História, uma ‘historiosofia’, para se usar uma expressão de Étienne Balibar, ou mais especificamente, uma ‘etnosofia’” (Sodré, 1999, p. 91).

¹⁸ Como observa, Nelson Werneck Sodré: “Curioso assinalar como os órgãos de vida longa, no Brasil, foram sempre conservadores, o *Diário de Pernambuco*, o *Jornal do Comércio*, o *Correio Paulistano* mesmo, apesar de seus intervalos liberais, mas sem extremos” (Sodré, 1999, p. 190).

impregnando, confirma. (...) Quem pesquisa o cotidiano vai se dando conta de que lida com caça especialmente arisca. A exemplo de quem exercita a *arte muda* da caça, precisa aguçar a sensibilidade e estar permanentemente à espreita do que nele se entremostra a quem possa ler pistas, seguir o faro, explorar intuições. Diga-se de passagem que tal refinamento conjuga emoção e razão, um sentir que sabe, um saber que sente e também presente (2003, p. 178).

Fazendo referência à assertiva de Sandra Pesavento, “o que o historiador pretende é reconstruir o passado, para satisfazer o pacto de verdade que estabeleceu com o leitor, mas o que constrói pela narrativa é um terceiro tempo, situado nem no passado do acontecido nem no presente da escritura” (Pesavento, 2005, p. 50).

Direcionamento estável no terreno da História Cultural, o ofício do historiador é entendido como a “análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço” (Chartier, 1990, p. 19).

Dentro do panorama da história como disciplina científica, a “nova história cultural”, no entender de Peter Burke, “é uma tradução cultural da linguagem do passado para o presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Seu objetivo é tornar a ‘alteridade’ do passado ao mesmo tempo visível e inteligível. Isso não significa que os historiadores devem tratar o passado como completamente estranho” (Burke, 2000, p. 245).

Ao estender a dimensão de cultura – incorporando ao universo de análise produtos das culturas material e imaterial, as tradições populares, enfim, as “construções” das pessoas comuns, entre outros –, os novos historiadores culturais abriram espaços para outras reformulações. De acordo com Roger Chartier, num ensaio que trata das dúvidas, desafios e propostas da história recente, “sensíveis a novas abordagens antropológicas ou sociológicas, os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. Daí resultaram vários deslocamentos fundamentais: das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as estratégias singulares” (Chartier, 1994, p. 2).

Na condição de constituinte da quarta geração da Escola do *Annales*, a perspectiva da nova história cultural, nas figuras de Roger Chartier e Jacques Revel, rejeitou a caracterização de *mentalités* como integrante do terceiro nível de experiência histórica – tal como formulada por Braudel em momento anterior. Logo de início, suspende-se a idéia de um terceiro nível no sentido de nível, sendo mais produtivo entendê-lo como um determinante básico da realidade

histórica. Nas palavras de Chartier, “a relação assim estabelecida não é de dependência das estruturas mentais quanto a suas determinações materiais. As próprias representações do mundo social são os componentes da realidade social” (Chartier *apud* Hunt, 1992). As relações culturais, portanto, deixam de ser entendidas como sendo submetidas às sociais e econômicas, sendo estas perpassadas pelas práticas e produções culturais.

Tal percepção indica que as práticas cotidianas, de modo geral, necessitam das representações forjadas socialmente pelos indivíduos para adquirir e dar sentido ao mundo. Mais uma vez, Chartier expõe uma tripla definição de representação, a qual permite designar e ligar três realidades maiores: primeiramente, as representações coletivas “que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem”; logo depois, “as formas de exibição do ser social ou do poder político tais como as revelam signos e *performances* simbólicas através da imagem, do rito ou daquilo que Weber chamava de ‘estilização da vida’”; por fim, “a ‘presentificação’ em um representante (individual ou coletivo, concreto ou abstrato) de uma identidade ou de um poder, dotado assim de continuidade e estabilidade” (Chartier, 1994, p. 8).

Assim, o debate sobre representação caminha junto com a discussão sobre a natureza do texto histórico e as possibilidades do trabalho do historiador. Entendido o resultado da pesquisa historiográfica como uma narrativa, o historiador da cultura fica impossibilitado de não se ater a alguns cuidados ao trabalhar com suas fontes. Paul Veyne percebe que a narrativa histórica não explica no sentido de deduzir e/ou prever. As explicações históricas “são o sentido que o narrador dá à narração” (Veyne, 1992, p. 84).¹⁹ Contudo, a validade da explicação histórica é sempre dada pela inteligibilidade que emana de uma narração suficientemente documentada.

Isso, de certo modo, figura como uma contraposição à idéia de “crise da representação”, estreitamente vinculada a um “retorno da narrativa”, formulações geradas no ambiente do *linguistic turn*, que alcançam seja a condição dos documentos, seja a do trabalho historiográfico. “Em síntese, trata-se da ‘crise da representação’, ou seja, da idéia moderna de representação e de sua substituição pela idéia de que, como ‘representação’, o texto histórico é um ‘artefato’

¹⁹ Para Veyne, “o termo explicação é tomado, ora num sentido forte, onde explicar significa ‘atribuir um fato a seu princípio ou uma teoria a uma outra mais geral’, como fazem as ciências ou a filosofia; ora num sentido fraco e familiar, como ao dizer: ‘Deixe-me explicar-lhe o que se passou e logo compreenderá’. (...) Não existe explicação histórica no sentido científico da palavra, que essas explicações levam àquelas do segundo sentido do termo; essas explicações ‘familiares’, do segundo gênero, são a verdadeira, ou melhor, a única forma de explicação histórica. *Assim é a explicação histórica: subllunar e nunca científica; nós lhe reservamos o nome de compreensão*” (*Idem, ibidem*, p. 82, grifo meu).

lingüístico elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da ‘narrativa’, sendo sua referencialidade unicamente de ordem intra e intertextual” (Falcon, 2000, p. 44).

Não descartando as estratégias dadas pela crítica literária a fim de questionar a posição dos historiadores diante de textos históricos, para Chartier seria até escusado ressaltar a necessidade de uma abordagem sócio-histórica dos textos, estreitando suas relações com os seus contextos de produção e recepção. Ao perceber como “ilegítima a redução das práticas constitutivas do mundo social a princípios que comandam os discursos”, esse historiador assevera:

Reconhecer que as realidades passadas só são acessíveis (maciçamente) através dos textos que pretendiam organizá-las, submetê-las ou representá-las nem por isso significa postular a identidade entre duas lógicas: de um lado, a lógica letrada, logocêntrica e hermenêutica que governa a produção dos discursos; de outro, a lógica prática que regula as condutas e as ações. (...) Por outro lado, deve-se constatar que toda construção de interesses pelos discursos é ela própria socialmente determinada, limitada pelos recursos desiguais (de linguagem, conceituais, materiais etc.) de que dispõem os que a produzem. Essa construção discursiva remete portanto necessariamente às posições e às propriedades sociais objetivas, exteriores ao discurso, que caracterizam os diferentes grupos, comunidades ou classes que constituem o mundo social (Chartier, 1994, p. 6).

Ao defrontar com o fato de o debate histórico não ser mais conduzido por regras fixas e rígidas e estando distante a resolução dos impasses gerados em torno das representações, os historiadores são ainda mais impelidos a um constante cuidado epistemológico, em que todos os espaços de significação – sejam textos ou práticas sociais – devem ser interpelados perenemente.

Avançando com a problematização sobre o terreno do gênero narrativo, entendido no sentido aristotélico da articulação em um enredo de ações representadas, surge a oportunidade de pensarmos a diferenciação entre o texto historiográfico e o texto literário ficcional, uma vez que se entende que a caracterização de “narrativa” ou a sua proximidade com o texto literário não garantem que o texto histórico possa ser pensado de modo igual.

No recente debate sobre historiografia, há quem, ao entender a história como “narrativa organizada com base em figuras e fórmulas que as narrações imaginárias mobilizam”, dirija o raciocínio no sentido de anular qualquer diferenciação entre ficção e história – resumindo esta a uma “*fiction-making operation*”, expressão de Hayden White. Argumento contrário a esse é apresentado por Roger Chartier, para quem,

é preciso lembrar que a ambição de conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto.

Mesmo que escreva de uma forma “literária”, o historiador não faz literatura, e isto pelo fato de sua dupla dependência. Dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio. (...) Dependência em relação aos critérios de cientificidade e às operações técnicas que são as do seu “ofício” (Chartier, 1994, p. 11).

Do mesmo modo, Chartier também apresenta em outros termos a questão da presença da narração na trajetória da histórica como disciplina, na medida em que tem se tornado recorrente a idéia de uma recuperação da narrativa pela história na contemporaneidade. Chartier considera

como uma questão mal-colocada o debate travado em torno do suposto “retorno da narrativa” que, para alguns, teria caracterizado a história nesses últimos anos. Como, na verdade, poderia haver “retorno” ou redescoberta onde não houve nem partida nem abandono? A mutação existe, mas é de outra ordem. Ela tem a ver com a preferência dada recentemente a algumas formas de narrativa em detrimento de outras, [ditas] mais clássicas (*Idem, ibidem*, p. 4).

Diante de trabalhos em que transparece a escolha por essas formas narrativas “não clássicas” – como os de Carlo Ginsburg (1987) e Robert Darnton (2001) –, tal opção sinaliza, por sua vez, um modo particular de trabalhar com os documentos empregados como fontes de pesquisa.

Além de serem entendidos como representações do passado, e não como um pedaço do passado no presente, esse material acaba assumindo o caráter de vestígios, de pistas de uma intriga complexa, de fios de uma trama muito extensa. “Analisando o documento onde ele é mais opaco, talvez se consiga descobrir um sistema de significado estranho. O fio pode até conduzir a uma pitoresca e maravilhosa visão de mundo”, é o que diz Darnton na introdução de seu estudo que utiliza uma série variada de fontes na urdidura de um quadro sobre a França do século XVIII (*Idem, ibidem*, p. XV).

Diante de questões sugeridas pela “cultura das classes subalternas” ou “cultura popular”, Ginsburg contribui com outro ponto caro neste momento, mediante o qual diz que a dificuldade de estudo da cultura popular, em virtude de esta ser predominantemente oral e as informações sobre ela (as fontes escritas) serem filtradas pelos processos de representações das classes dominantes, não inviabiliza o estudo: “...não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta” (Ginsburg, 1987, p. 21).

Por seu turno, Darnton põe em contato a reflexão referente às fontes com as estabelecidas anteriormente:

A confissão de não-sistematização não implica que tudo entre na História Cultural porque qualquer coisa possa passar como antropologia. O método antropológico da História tem um rigor próprio, mesmo quando possa parecer, a um cientista social tarimbado, suspeitosamente próximo da literatura. Começa com a premissa de que a expressão individual ocorre dentro de um idioma geral, de que aprendemos a classificar as sensações e a entender as coisas pensando dentro de uma estrutura fornecida por nossa cultura. Ao historiador, portanto, deveria ser possível descobrir a dimensão social do pensamento e extrair a significação de documentos, passando do texto ao contexto e voltando ao primeiro, até abrir caminho através de um universo mental estranho (2001, p. XVII).

Nesse momento, à luz das questões reconhecidas nos jornais da imprensa negra oitocentista, interessa-me inquirir os motivos e como, desde 1833, pessoas negras brasileiras produziram jornais marcados por um específico sentimento de grupo. “Quem compraria um pasquim com o título de *Brasileiro Pardo*, um único número (ainda que nomeado o primeiro) lançado em 21 de Outubro de 1833?”, instigante pergunta feita pela historiadora Ivana Stolze Lima (2003, p. 3). A essa altura do campeonato, rodeios são muito mais que desnecessários. Ainda que, formal e intelectualmente, a utilização do termo “racismo” date dos anos 1920, bem antes disso, práticas racistas tornavam a vida do segmento populacional negro brasileiro uma tarefa difícil – com escravidão institucionalizada ou não, no campo ou no meio urbano.

Ter como chave de análise a categoria de identidade faculta a quem procede ao trabalho historiográfico o contato com as lutas de poder presentes nas construções discursivas dos grupos envolvidos: “Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais, porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais” (Woodward, 2000, p. 4).

Por isso, nas palavras de Muniz Sodré:

Dizer identidade humana é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências (naturais, psicossociais) e de relações com outros indivíduos, vivos ou mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento de um “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente (1999, p. 34).

A proposta de Sodré é pensar as identidades a partir das problematizações formuladas por pensadores como Heidegger e Riccoeur e de princípios da tradição do pensamento hindu:

Para começar é preciso estabelecer uma distinção entre os termos *idem* e *ipse*. *Idem* significa “o mesmo”, mas enquanto noção relacional, isto é, de igualdade ou assemelhamento entre dois termos de comparação. *Ipse*, por outro lado, é “o mesmo”, mas não relacionado a outro; não é “igual”, mas “si mesmo”. O *ipse* acolhe na igualdade todas as diferenças: não é um caminho pronto para se andar, mas o caminho que surge com e ao se andar” (*Idem, ibidem*, p. 37).

Nos processos identitários, aquilo que primeiro se apresenta à percepção é o indeterminado, a diferença. A ordem social, em sua tendência a controlar o diferente pelas “determinações identitárias”, busca garantir a homogeneidade dos seres e a previsibilidade das ações sociais.

Na realidade, cada ente é único, singular, incomparável, mas *relacionável* por semelhanças (traços físicos, lingüísticos, simbólicos, etc.). A identidade é, portanto, *ilusória* (ou imaginária) porque diz respeito apenas às representações e aos objetos sobre os quais se podem fazer projeções intelectuais.

Afirmar o caráter ilusório da identidade implica, no termos da tradição do pensamento hindu, em aceitar num primeiro momento a realidade da ilusão (*Idem, ibidem*, p. 42).

Dessa forma, a identidade é firmada pela acomodação da ipseidade à identidade como “mesmidade”. No aproveitamento que Sodré faz de Ricouer, essa diferença essencial informa sobre a questão da permanência no tempo, associada exclusivamente à de identidade ou “mesmidade”: “A temporalização persiste na noção de ‘hábito’, próxima da de ‘disposição’ durável’. O hábito torna-se uma disposição durável, um traço de caráter, capaz de vincular-se às *identificações adquiridas*, que são a via de acesso do outro à composição do mesmo” (*Idem, ibidem*, p. 44).

Além do mais, a identidade, como categoria analítica, garante maior abertura de diálogo com os trabalhos existentes. Entre as possibilidades, Ivana S. Lima (2003) e Célia M. M. Azevedo (2005), que compreendem os textos jornalísticos como espaços no quais as identidades se encontrariam materializadas.

Lima, em “Com a palavra a cidade mestiça – imprensa, política e identidade, 1831-1833”, aponta como alvo de sua pesquisa “as construções de identidade, as designações raciais, as variações em torno da noção de mestiçagem e sua articulação com os projetos políticos em disputa. O teatro da imprensa foi um campo de batalha onde se definiram tais identidades” (1999/2004, p. 2). Em trabalho mais amplo, a partir dos termos de caracterização racial, a historiadora questiona e simultaneamente dá cabo do debate:

Seria válido agregar essa polissemia, reduzindo-a, e denominá-la “questão racial” na história do Brasil? A armadilha contida na idéia de “uma questão racial” que atravessaria a história é exatamente naturalizar essa “questão”, como se ela guardasse uma certa essência, que iria apenas tomando formas variadas ao longo

das mudanças sociais, políticas e culturais. (...) ao invés de perceber a história da formação da sociedade brasileira como composta por brancos, negros, índios e mestiços, conceber uma história dos termos branco, negro, índio e mestiço e de tantos outros (Lima, 2003, p. 18).

Envolvida com essas preocupações, as leituras efetuadas por Lima fazem que a noção de mestiçagem formate o entendimento do universo construído nos jornais. As formas de identificação apresentadas nos pasquins são percebidas pelo seguinte viés:

Mais uma variação é encontrada no *Brasileiro Pardo*. O título deste pasquim pode servir a algumas questões. A noção de brasileiro era noção a ser construída, que precisava ser defendida. No caso do *Brasileiro Pardo*, o primeiro termo não se ligava por exemplo à defesa do Estado-Nação e às noções de território, soberania, unidade, na medida em que se admitia outras formas de ser brasileiro: “Brasileiros adotivos”, “Brasileiros Natos”, “Brasileiros Brancos”. O segundo atributo do título talvez seja a mais interessante expressão ligada à identidade. Em primeiro lugar porque é indefinível de forma fixa e acabada. É também impossível tentar atribuir significados precisos e compartilhados, constantes a termos como cabra, caboclo, curiboca, mulato. Mesmo quando alguns discursos de época tentam defini-los o que se depreende é a inexistência de fronteiras rígidas. Um dos sentidos usuais da palavra pardo é a da união das “três raças”, o resultado homogêneo, a síntese, o amálgama. Não é esse o sentido do título do pasquim, pois o jornal não quer a “união das raças”, mas sim uma união explicitamente política entre vários brasileiros que permanecem com seus atributos de especificidade (adotivos, natos, brancos, pardos) contra as orientações moderadas.

Na lógica discursiva escravista, o conteúdo de pardo é marcadamente social. Pouco provável seria a ocorrência de expressões como “pardo escravo”, assim como seria redundante o termo “preto escravo”. Pardo pode significar liberto. Um mesmo indivíduo que obteve a alforria passa de “preto” (isto é, escravo) a pardo (*Idem, ibidem*, p. 12-13).

Item bastante problematizado por vários pensadores, a perspectiva de quem pesquisa e as perguntas formuladas ao objeto seriam decisivas para os resultados. Quando o interesse pelo passado e as perguntas feitas – a exemplo dos jornais negros oitocentistas – são produzidas a partir de questionamentos gerados no e pelo espaço da identidade negra, como no nosso caso, dificilmente a leitura se dá no sentido de reforçar a noção de mestiçagem.

Ao contrário do que sugere a interpretação de Lima, as variações expressas em termos como “cabra, caboclo, curiboca, mulato”, entre outros, em vez de desembocar numa fluidez absoluta, que pouco informa e mais confunde, remete à composição do grupo populacional não branco e, mais ainda, de marcada ascendência negro-africana. E como até mesmo reconhece a autora, naquele contexto, ser “pardo” não necessariamente correspondia a ser filho de pai ou mãe não negro. Isso já possibilita o reconhecimento de um dado de grande valia para construção desta narrativa histórica. Por outro lado, cabe lembrar que, naquele momento, para as populações negras livre e liberta, principalmente, reivindicar o título de “brasileiro” era participar da disputa em nome do reconhecimento de sua cidadania, uma vez

que, de acordo com o projeto que circulava na Câmara, os libertos não seriam contemplados com esse “título” (Grinberg, 2002).

Gislene Aparecida dos Santos diz que “se muitas barreiras foram ultrapassadas, pelo reconhecimento da contribuição da cultura africana para a formação do nosso povo, isso só foi possível mediante a mitificação do mestiço” – não pelo reconhecimento igualitário de todos os grupos racializados (Santos, 2002, p. 150).

Por isso, o recurso ao universo argumentativo da identidade negra garante que a diversidade de denominações, que anuncia sua pluralidade interna, passe a servir como vestígio dos possíveis desdobramentos do que tem significado ser uma pessoa negra neste país – proposta com a qual dialogamos diretamente. Inscrita no jogo político em prol do branqueamento do povo brasileiro, o discurso da mestiçagem é algo que toca diretamente a experiência das populações negras em solo nacional.

Para esta pesquisa e para o estudo dos jornais em questão, a categoria “negro(a)” tem nos parecido mais pertinente que a categoria “mestiço(a)”, uma vez que o uso desta poderia levar a um afastamento de questões que se apresentam caras à discussão pretendida. As autodenominações presentes nos impressos (“homem de côr”, “mulato”, “moreno”, “pardo”, etc.), além de ser um elemento do processo de construção de representações da realidade experimentada, confirmam as diferenciações construídas com base nos elementos “brancos” e “negros”. Para a identificação das pessoas brancas não foi preciso construir e legitimar o uso de um sem número de expressões. Nessa história, até agora, o “outro” nunca foi o branco.

Paralelamente, a carga simbólica que o “ser identificado como negro” adquiriu nas práticas cotidianas da sociedade brasileira, de modo geral, mantém ligação com certos tipos de distanciamento. Além do mais, uma breve observação de dados estatísticos atuais, ao menos, sugere que o “preto” que passou a ser formalmente identificado como “pardo”, do qual falava Ivana S. Lima, nunca conseguiu deixar de ser negro, seja por auto-afirmação, seja pelos lembretes dados pelo racismo brasileiro. Apesar de todas as promessas da mestiçagem e do branqueamento, esse esquecimento de fato não se realizou, o que faz que até mesmo o que vem sendo entendido como social tenha de ser repensado (Munanga, 2004).

Esse, portanto, foi o modo encontrado para pensar as identidades expressas nos jornais. No campo das complexidades que envolvem as construções identitárias, Stuart Hall comenta:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas

específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma *unidade idêntica*, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferença interna (Hall, 2000, p. 109, grifo meu).

Em outro texto sobre as dinâmicas das culturas negras diaspóricas, Hall se preocupa em garantir a atenção sobre a diversidade e a multiplicidade de estratégias forjadas muito em função dessa experiência histórica dos povos negros a partir da Modernidade, que, por seu turno, mantém estreito diálogo com a edificação de nossas identidades:

Por definição, a cultura popular negra é um espaço contraditório. É um local de contestação estratégica. Mas ela nunca pode ser simplificada ou explicada nos termos das simples oposições binárias habitualmente usadas para mapeá-la: alto ou baixo, resistência *versus* cooptação, autêntico *versus* inautêntico, experiencial *versus* formal, oposição *versus* homogeneização (*Idem*, 2003, p. 341-342).

Nesse momento, uma encruzilhada: se desse vazão ao poder fragmentador que, de pronto, vem à mente quando se pensa na diáspora negro-africana, teria grandes chances de produzir um distanciamento da compreensão dos laços que unem essas particularidades. Compreendo que as diversas práticas forjadas pelas populações negras a partir do estabelecimento do sistema moderno de escravidão, sejam essas de resistência declarada ou não, são elementos de uma identidade comum, mas não pasteurizada.²⁰ Algo que tem dialogado, por exemplo, com o manifestado no discurso de Willian Lynch, um traficante de escravos caribenho, proferido aos colonos das Índias Ocidentais, em 1712, o qual é recheado de idéias caras à manutenção da estratificação racial da população brasileira:

Tenho aqui em minha pasta um comprovado método de controle de negros escravos. Eu garanto que, se implementado corretamente, este método será capaz de controlar escravos por pelo menos 300 anos. Meu método é simples, qualquer membro da família e até o feitor pode usá-lo.

Eu listei algumas diferenças existentes entre negros escravos e pego essas diferenças e as torno maiores ainda. Eu uso o *medo*, a *desconfiança* e a *inveja* como elementos de controle. Esse método tem funcionado em minha modesta plantação lá nas Índias do Oeste e funcionará também aqui no Sul. Leiam esta pequena lista de diferenças e pensem a respeito. No início da minha lista está a “*idade*”, mas poderia começar com outro item. O segundo é a “*cor*” ou “*gradação de cor*”, existe também a inteligência, a estatura, o sexo, o tamanho da plantação, o comportamento do senhor, se o escravo vive no vale ou na colina, se é do leste, do oeste, do norte ou do sul, se tem cabelos lisos ou crespos, ou se são altos ou baixos. Agora que os senhores já têm a lista das diferenças, devo enumerar-lhes algumas atitudes a serem tomadas, mas, antes disso, devo assegurar aos senhores que a

²⁰ Devo ao professor PhD Carlos Moore, intelectual cubano-jamaicano de formação multidisciplinar, as primeiras discussões sobre essa questão. Os limites dessa discussão neste texto, contudo, não são de sua responsabilidade.

desconfiança é mais forte que a confiança e a inveja é mais forte do que a lisonja, o respeito e a admiração.

Os negros escravos depois de receberem essa doutrinação deverão incorporar-se a ela e se tornarão, eles próprios, *reprodutores dela por centenas de anos*, talvez milhares de anos.

Não se esqueçam, os senhores devem jogar um negro velho contra um negro novo e um jovem escravo contra um velho escravo. Os senhores devem usar o escravo de pele escura contra o escravo de pele clara e o escravo de pele clara contra o escravo de pele escura. Deverão também os senhores ter os seus criados e capatazes negros, implementando a desconfiança entre os negros, mas é necessário que vossos escravos confiem e dependam de vós. Eles devem amar, respeitar e confiar apenas em nós (*apud* Cush, 2000, p. 267-268).

A partir desses dados é possível estabelecer uma ponte com as questões levantadas por Célia M. M. Azevedo, no ensaio “A recusa da ‘raça’: anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830”.²¹ Em que pese o fato de que, de acordo Hebe Maria Mattos, “quando pela primeira vez se definiu uma ‘cidadania brasileira’ – na ocasião da emancipação política do país, em 1822 –, o Brasil comportava não apenas uma das maiores populações escravas das Américas, mas também a maior população de descendentes livres de africanos do continente” (2000, p. 13), o espaço e as representações sociais estabelecidas tendo o suporte de peças jornalísticas como os pasquins negros do período regencial deixam muitos de “cabelo em pé”.

Entre os historiadores, há alguns que, quando se dão conta que estão diante de jornais negros não necessariamente direcionados ao questionamento imediato do sistema escravista, tendem a entender isso como uma contradição ou um absurdo. Os pressupostos de retidão e coesão parecem não dizer muita coisa acerca das ações empreendidas por esses sujeitos. Como pensá-los?²²

Célia M. M. de Azevedo tenta fazê-lo a partir de uma comparação entre os possíveis efeitos da luta anti-racista empreendida na década de 1830 – momento em que a identificação racial parecia ainda não ter subsídios mais consistentes para servir de instrumento de luta política contra-hegemônica – e os da realizada hoje – quando os discursos remetem a um processo de resignificação de “ser negro”, por meio da afirmação. Por esse raciocínio, a historiadora imputa às Ciências Humanas, em geral, a falta de ratificar a naturalização do termo raça:

...por um lado, afirma-se que as “raças humanas” não passam de uma construção racista de cientistas europeus e americanos, cujos interesses associavam direta ou

²¹ Esse texto dialoga com a proposta apresentada por Célia Maria Marinho de Azevedo no livro *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo* (2004b).

²² Uma vez passei por um título de livro que dizia mais ou menos assim: “O Brasil não é para principiantes”. Para além do significado que possa ter “principiantes”, é de fato difícil dar conta dessa trama complexa.

indiretamente a grandes empreendimentos imperialistas na África, na Ásia, nas ilhas do Pacífico e naquilo que se convencionou designar “América Latina”. Nada melhor aqui que sintetizar esse movimento conjunto do pensamento científico e das práticas colonialistas do que a frase lapidar de Hannah Arendt: se o racismo não existisse, o imperialismo o teria inventado. Mas por outro lado, as Ciências Humanas incorrem no paradoxo de se pensar a história do racismo a partir da categoria de relações raciais; ou seja, o racismo seria compreendido à luz das relações entre “raças humanas” (Azevedo, 2005, p. 298-299).

Não desacreditando no efetivo alcance epistemológico que esse questionamento possa vir a ter, não se pode esquecer que o material de análise disponível às Ciências Humanas no Brasil corresponde a dados de uma sociedade racializada. Como afiança Boaventura de Sousa Santos, em artigo recente:

Só quem pertence à raça dominante tem o direito (e a arrogância) de dizer que a raça não existe ou que a identidade étnica é uma invenção. O máximo de consciência possível dessa democracia hipócrita é diluir a discriminação racial na discriminação social. Admite que os negros e os indígenas são discriminados porque são pobres para não ter de admitir que eles são pobres porque são negros e indígenas (Santos, 2006)

Sem embargo, ao contrário de ser fundamentado em uma categoria fora da história (a-histórica), os estudos das “relações raciais” só se fazem possíveis pela sua própria historicidade. Em outras palavras, em vez de girar em torno da legitimidade ou não da categoria raça – debate, de fato, superado –, importa, pois, promover o efetivo debate sobre os caminhos e os resultados de práticas cotidianas marcadas por processos de racialização de seus sujeitos.

Para além dos possíveis limites de um debate que reconheça o processo de racialização dos seres humanos – na condição de construto social –, Sueli Carneiro relaciona o conhecimento produzido sobre o assunto e o atendimento das demandas sociais reconhecidas a partir desse quadro hierarquizado. Essa chave facultada, até mesmo, a avaliação de quão mais promissora pode ser a produção acadêmica nas ciências humanas:

A contribuição fundamental desses estudos genéticos é a demonstração da ilegitimidade científica das teses racistas e das práticas discriminatórias que elas geram. É a explicitação do caráter político e ideológico de que elas se revestem. Portanto, era de se esperar que a reação que eles deveriam provocar seria uma condenação enfática das práticas racistas que produziram e permanecem reproduzindo violências e exclusões ao longo de nossa história. Desse reconhecimento adviria, como consequência ética obrigatória, a defesa de reparação dos males provocados. Ao contrário, as conclusões do estudo são utilizadas para negar uma dessas possibilidades, a adoção de cotas para negros no nível universitário (Carneiro, 2004).

Contudo, ao compartilhar uma percepção bem próxima à questionada por Sueli, Azevedo conclui:

Em termos comparativos, mais uma vez, podemos dizer que enquanto a *primeira geração de homens negros de letras* lutou contra o racismo nos anos 1830, buscando libertar-se do *fardo* histórico da “raça”, a geração atual de anti-racistas luta para se liberar do mito da democracia racial brasileira. Quanto a isso, nenhum problema. Mas, será preciso repor o *fardo da “raça”*, onde houve tanto esforço anti-racista no sentido da sua desconstrução? (Azevedo, 2005, p. 315, grifo meu).²³

Reconhecida a impropriedade das teses racistas e das desigualdades justificadas por elas, de pouco adiantaria não lidar com os termos com o quais o problema foi gerado. Mesmo não havendo base científica para uma classificação racial, as bases para a discriminação existiram e continuam a existir. Afora isso, no caso específico da historiografia, a aposta na inversão/formulação de Azevedo pode levar a outros problemas.

Além da complicada demarcação do início da luta contra o racismo no Brasil nos anos 1830, a historiadora aposta na coerência dos princípios ilustrados para elencar possíveis paradoxos expressos nos pasquins oitocentistas:

...podemos identificar dois legados paradoxais do anti-racismo brasileiro em seus anos iniciais. São eles: 1. a omissão em relação à continuidade da escravidão por tempo indeterminado; 2. a colocação dos primeiros tijolos na construção daquilo que conhecemos hoje como o mito do paraíso racial brasileiro. (...) Minha sugestão aqui é que a luta contra o reconhecimento público das “raças”, ao mesmo tempo em que deixava a escravidão intocada, contribuiu para consolidar a antiga prática cotidiana já observada na colônia – a de não mais se referir à cor daquele que conseguiu “passar” socialmente para o mundo dos de cima (*Idem, ibidem*, p. 312- 313).

É certo que há algum tempo, a simples reprodução da oposição binária “dominador *versus* dominado” – sendo o primeiro responsável por todas as mazelas do segundo – deixou de satisfazer às aspirações do fazer historiográfico. Mas, no limite, os comentários de Azevedo, salvo engano, vão no sentido de atribuir a segmentos do grupo dos não beneficiários da democracia brasileira a responsabilidade pelos seus infortúnios coletivos...

²³ Responderíamos a essa pergunta com outra: Como empreender uma luta por poder inscrita na história e fundamentada em identidades conflitantes sem ao menos o empoderamento simbólico do grupo destituído de poder? Resgatar o universalismo ilustrado e liberal não nos parece a melhor saída.



CAPÍTULO II

ECOS DA CIDADE NEGRA

O HOMEM DE CÔR, BRASILEIRO PARDO, O CABRITO E O LAFUENTE

– 1 –

TIPOGRAFIA FLUMINENSE: PONTO DE GERAÇÃO DE REDES NEGRAS DE ASCENÇÃO SOCIAL

Graças ao empenho de seu avô, um jovem de vinte e dois anos adquire os conhecimentos e recursos financeiros necessários e compra de seu primo as máquinas de uma tipografia – alvo de seus sonhos. Desse momento em diante, impulsiona sua carreira, a qual envolverá nomes importantes das letras do país onde nascera, entre eles o autor do primeiro romance nacional e o maior romancista daquele tempo, talvez de muitos outros.

Esse poderia ser o enredo de uma narrativa qualquer caso não tivesse tempo, espaço, dinâmica e, principalmente, personagens bem específicos. Aqueles que viveram essa história foram todos homens negros livres que, na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, estabeleceram laços de solidariedade entre si, base para o desenvolvimento de suas trajetórias pessoais. Falo, respectivamente, de Martinho Pereira de Brito, Francisco de Paula Brito (Imagem 8), Silvino José de Almeida Brito, Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa e Joaquim Maria Machado de Assis.

Francisco de Paula Brito, nasceu a 2 de dezembro de 1809, no Rio de Janeiro, fruto da união entre Jacintho Antunes Duarte e Maria Joaquina da Conceição Brito. A mãe de Paula Brito certamente era negra e nascida livre. Filha de Martinho Pereira de Brito, esse é apresentado por Eunice Ribeiro Gondim, como: “um dos maiores toreutas do Brasil, discípulo de Mestre Valetim. (...) Comandou o 4^o Regimento de Milicianos, denominado Regimento dos Pardos, sendo depois reformado como sargento-mor” (1965, p. 17). Martinho morreu com quase cem anos de idade em 4 de julho de 1830, sendo enterrado na catacumba n^o 7 da Igreja

do Hospício, hoje Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte. No terreno dessa igreja existiu um hospício, demolido para a construção do novo templo a partir de 1735. Ali se instalaram a Ordem de N. S. da Conceição dos Homens Pardos e a Irmandade de N. S. da Boa Morte, daí decorre a explicação dos nomes (*Idem, ibidem*).

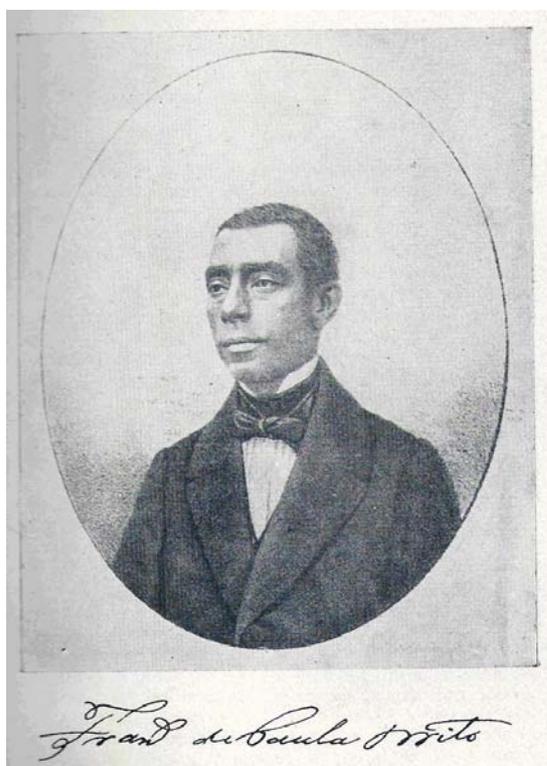


Imagem 8
Francisco de Paula Brito

Quanto ao pai de Paula Brito, a historiadora informa que era um “carpinteiro de origem humilde”. Em todo caso, a figura decisiva na vida de Paula Brito foi seu avô materno e não seu pai ou sua mãe. Em 1815, lutando contra dificuldades financeiras, Jacintho, Maria e filhos tiveram de mudar-se para Suruí. Paula Brito retornaria ao Rio somente em 1824 graças ao empenho do avô. Nesse mesmo ano, tornou-se aprendiz de arte gráfica na Tipografia Imperial e Nacional, ex-Impressão Régia. Depois passou pela Tipografia de R. Ogier e pela de Seignot-Plancher, fundador do *Jornal do Comércio*, onde nosso homem ocupou os postos mais elevados – compositor, diretor das prensas, redator, tradutor e contista. Como acentua Gondim: “Os conhecimentos tipográficos adquiridos durante o tempo em que trabalhou nas maiores editoras nacionais da época, possibilitaram a Paula Brito a direção no sentido da arte gráfica. Daí por diante começaria uma nova etapa. Tudo quanto empreendesse seria por sua própria conta e risco” (*Idem, ibidem*, p. 18).

Em 1831, adquire o maquinário essencial e dá início aos trabalhos. A tipografia foi instalada na Praça da Constituição nº 21 – antigo Largo do Rocio, atual Praça Tiradentes –, onde antes funcionava uma casa de chá e cera, papelaria e encadernação, propriedade de seu primo Silvino José de Almeida Brito.²⁴ Ali lançou o periódico *A Mulher do Simplicio* ou *A Fluminense Exaltada* (1832-1846), em ataque ao liberal moderado Evaristo da Veiga e a seu órgão, a *Aurora Fluminense*.²⁵ Anos depois, em 1849, criou *A Marmota na Corte*, que a partir de 1852 passou a se chamar *Marmota Fluminense – jornal de modas e variedades*, referência para época. Afora as publicações reconhecidamente de sua autoria, Paula Brito não se furtou a publicar um sem número de outros periódicos, alguns até de tendência política diferente da sua. Essa abertura não necessariamente lhe rendeu aprovação irrestrita. Em 6 de dezembro de 1833, Paula Brito “num boletim avulso, reverbera o procedimento de alguns brasileiros que tentaram invadir e depredar o seu estabelecimento e residência, pelo fato de nele ter sido impresso o jornal *O Restaurador*, defendendo-se, também, da acusação de pertencer ao Partido Restaurador ou Caramuru” (*Idem, ibidem*, p. 118).

Estabelecido, Paula Brito dispôs de seus bens para orientar os primeiros passos de outros jovens como ele. No início da década de 1840, recebeu em sua tipografia o cabofriense Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa (Imagem 9),²⁶ o qual trabalhou como “tipógrafo,

²⁴ Um episódio da vida de Silvino é narrado por Ivana Lima. Os conflitos conhecidos como “a noite das garrafadas” ocorreram entre os dias 11 e 15 de março de 1831. Em áreas do centro do Rio ecoaram gritos de vivas ao Imperador, à Constituição, à Monarquia, desde que constitucional e daí em diante: “Segundo uma testemunha, gritou-se também vivas à ‘liberdade de imprensa’. Outro grito de guerra, este sem dúvida bastante repetido, era o insultoso ‘mata, mata que é cabra’, algumas vezes acompanhado de golpes de chuços ou garrafas sobre algum ‘brasileiro’ infeliz, a quem em geral tirava-se também o chapéu que portasse o laço nacional. (...) O insulto de ‘mata que é cabra’ foi dirigido também a um livreiro (atividade que não podia ser neutra naquele contexto) chamado Silvino José de Almeida, com loja na ‘praça da Constituição’ (...) Designado como pardo pela documentação, presenciou, acuado em sua loja fechada, uma confusão e ajuntamento de pessoas. As janelas foram quebradas e ouviu os gritos de ‘mata, mata que é cabra’” (Lima, 2003, p. 74).

²⁵ Evaristo Ferreira da Veiga e Barros, jornalista, político e livreiro, nasceu em 8 de outubro de 1799 e faleceu em 12 de maio de 1837 na cidade do Rio de Janeiro. O início de sua atuação política liga-se ao seu ingresso, em 1827, no recém-fundado jornal *Aurora Fluminense*, do qual logo se tornou proprietário, escrevendo quase todos os artigos até 1835. Foi fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, organização com perspectiva nacional conservadora. Em 1830 foi eleito deputado por Minas, sendo reeleito até morrer. Figura eminente do Sete de Abril, tornou-se um dos pilares da situação durante as regências (ABL, 2004).

²⁶ De acordo com as informações prestadas por Domício Proença Filho, antes de encontrar apoio em Paula Brito, Teixeira e Sousa teve uma trajetória bem conturbada: “Nasce em 28 de março de 1812, de pai português, branco, o comerciante Manuel Gonçalves, e mãe, negra, Ana Teixeira de Jesus. As condições econômicas da família são precárias, sobretudo com a independência do Brasil, que leva o pai a fechar o negócio. A situação chega a tal ponto que o menino Antonio interrompe resignadamente os estudos de latim que iniciara, sob a orientação de Inácio Cardoso da Silva, poeta, cirurgião e professor régio na sua cidade natal, para dedicar-se à profissão de carpinteiro. Atua e aperfeiçoa-se na profissão no Rio de Janeiro, para onde vem com o pai, em 1825, e onde permanece durante cinco anos. Uma infecção pulmonar leva-o a retornar a Cabo Frio. Dedicar-se ao trabalho e à leitura. Ao longo de quatro anos, perde cinco irmãos. E logo o pai. Não há notícia da data da morte da mãe. Mas o fato é que, de repente, está sozinho. Com poucos bens, herdados. Retoma os estudos com o mesmo orientador. Amigos e vizinhos propõem-se ajudá-lo a estudar medicina. Recusa. Volta às terras cariocas em 1840” (Proença

caixeiro e revisor de provas, freqüentou a sua livraria, a famosa ‘Petalógica’, a loja do Largo do Rocio, centro de aglutinação da intelectualidade da época” (Proença Filho, 1997, p. IX). Em 1843, Teixeira e Sousa conseguiu publicar *O Filho do Pescador*, o primeiro romance brasileiro, cuja edição ficou sob a responsabilidade e os cuidados de Paula Brito.

O editor adotou, anos depois, o mesmo procedimento com o ainda menino Machado de Assis,

que ingressando na loja de Paula Brito, como revisor de provas, em 1854, época da *Marmota Fluminense*, viria, pouco depois, a fazer a sua iniciação literária, escrevendo em prosa e verso para esse órgão da imprensa da Capital do Império, deixando, ainda, a Paula Brito, ao amigo dedicado e muito querido, o prazer de ter sido o seu primeiro editor, o que tornou inseparáveis os seus nomes, ligados que estão, para sempre, à bibliografia nacional (Gondim, 1965, p. 44).

Logo em 1855, com quinze anos, lançou o primeiro trabalho literário, o poema “Ela”, no número de 12 de janeiro de 1855 da *Marmota Fluminense*. Em 1861, apareceram os dois primeiros livros: a *Queda que as mulheres têm para os tolos*, uma tradução, e *Desencantos*, fantasia dramática.



Imagem 9
Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa

Por esses e outros feitos nessa linha, Paula Brito não precisaria fazer mais nada para conquistar espaço nas páginas da história brasileira. Mas sua trajetória apresenta outras facetas. Significativamente, no segundo ano de sua tipografia, será ele o editor – e quem sabe

Filho, 1997, p. VIII). Infelizmente, não foi por meio da literatura que Teixeira e Sousa alcançou a tranquilidade econômica e o reconhecimento do público. Sua produção literária foi alvo de severas críticas. Após vários dissabores, sempre amparados pela presença de amigos como Paula Brito, termina os seus dias como escrivão da primeira Vara de Juízo do Rio de Janeiro, em 1º de dezembro de 1861.

até o redator – do pasquim que abriu a coleção de jornais da imprensa negra no século XIX, *O Homem de Côr* ou *O Mulato*, entre setembro e novembro de 1833.

Acrescente a isso o fato de Paula Brito não estar sozinho nessa empreitada. Como é sabido, a Tipografia Fluminense de Brito e as demais propriedades do jornalista eram bastante freqüentadas na condição de ambiente para o debate. Das figuras que por lá passavam, existia, entre tantos outros, um homem negro chamado Maurício José de Lafuente. Figura ímpar nesse contexto, antes de chegar ao Rio de Janeiro, Lafuente havia passado por várias províncias do Império – Espírito Santo, Bahia e Pernambuco –, sempre envolvido em revoltas e disputas políticas. Segundo *O Mulato ou O Homem de Côr*, fora “Patriota de 1817”, “trabalhador da Revolução de 1824”, um dos primeiros a celebrar o Sete de Abril [a abdicação] na Província da Capitania do Espírito Santo; além de negociador de brilhantes na cidade do Rio de Janeiro (HC, n. 4, p. 1-2).

A forma exata da participação de Lafuente nesses conflitos não fica explícita nos pasquins, todavia, tendo a crer que ele não foi indiferente aos conflitos raciais estabelecidos nessas ocasiões, haja vista sua movimentação no Rio de Janeiro da década de 1830. Conforme apontado pelo historiador Marcus Carvalho, em artigo sobre as disputas políticas entre centralistas e federalistas da província de Pernambuco entre os anos de 1817 e 1824, no tocante à atuação militar:

Seria simplista reduzir a questões raciais os conflitos dentro da tropa de primeira linha, e entre essa e as milícias [no período da Independência]. Mas também seria ingênuo não perceber que as cores de pele tornaram-se mais evidentes naqueles dias de incertezas. Conflitos raciais entre soldados já haviam acontecido em 1817. Um dos estopins da insurreição foi uma briga entre soldados do batalhão dos negros livres – os Henriques – e soldados portugueses. Continuariam depois envolvendo até a própria tropa vinda da Corte para acabar com a república. Comentava o cônsul americano em Recife em 1818 que a convivência entre o batalhão do Rio de Janeiro e o de Lisboa era muito difícil, havia muita “ciumeira” (*jealousy*) entre os dois corpos. Esses atritos se agravariam depois de 1820. Em 1821, houve brigas entre o batalhão dos Henriques e soldados portugueses, repetindo assim o que acontecera em 1817 (Carvalho, 1998, p. 346).

Pois foi como ex-cadete da Marinha que Lafuente viveu a capital do Império, com um arsenal político-cultural que reunia o repertório liberal exaltado, algumas idéias republicanas e o entendimento de como se processavam as relações raciais na sociedade brasileira do início do século. No contínuo de suas peijas, em 1832, foi detido, identificado como “pardo” e submetido a processo judicial pela acusação de ter se envolvido em um “motim e assuada” no largo do Paço, por meio do qual se pedia a reintegração legal de um ministro, assim como a exoneração do que fora nomeado. Como consta nos autos do processo, os amotinados

afixaram um impresso contendo a proclamação na porta do correio, onde declaravam que, se fosse necessário ir o “povo às armas”, assim o fariam. “Sob a vista grossa do juiz de paz gritaram-se vivas ao próprio juiz, à ‘memória da Câmara dos Deputados’ e à ‘maioria do Senado’. Uma das testemunhas afirmou ter o impresso saído da Tipografia do Diário” (Lima, 2003, p. 54).

Virado o ano, foi a vez de recorrer à tipografia de Paula Brito para publicar o “Rebate aos editoriais do 7 de abril”; assim como o convite para o enterro de Clemente José de Oliveira, redator de *O Brazil Afflicto*, assassinado por Carlos Miguel de Lima, filho do regente Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. O caso atiçou os ânimos. A cobertura de *O Mulato ou O Homem de Côr* às questões do crime e os demais registros dos pasquins *Brasileiro Pardo* e *O Lafuente* dão conta de que o envolvimento de Maurício José de Lafuente nessa situação lhe rendeu mais uma vez o cárcere, em 19 de outubro – “no dia em que apareceu o novo Periódico moderado chamado – *A Restauração* – no qual é tratado o Sr. Lafuente de *bode*, negro e outros insultos próprios dos vingativos moderados” (MHC, n. 4, p. 1).

O Homem de Côr, em nota no fim de seu primeiro número, reafirma a notícia: “Sabei oh Brasileiros, que no dia 9 do corrente às 4 horas da tarde fora barbaramente assassinado o Redator d’*O Brazil Afflicto*, o Sr. Clemente, pelo Sr. Carlos Miguel de Lima, filho do Excelentíssimo Sr. Regente Lima” (HC, n. 1, p. 4), que, junto com seu irmão, teria antes espancado o senhor Alferes Faustino e acutilado o Tenente Lopes. Usando de suas prerrogativas, Carlos Miguel de Lima forjou uma série de artimanhas para justificar ou até mesmo se eximir do assassinato, mas o pasquim não perdeu tempo e procedeu à denúncia no número seguinte (HC, n. 2, p. 4). Se isso não foi suficiente para impedir a impunidade de Lima, serviu para aumentar o embaraço.

Ocupando até aquele momento espaço secundário no periódico, o assunto foi tratado na primeira página do terceiro número, datado de 16 de outubro. O artigo, assinado por “O Redator”, torna público o incidente ocorrido durante o velório de Clemente José de Oliveira, em 26 de setembro, quando “uma patrulha de permanentes comandada por um oficial aparecera para perturbar a boa ordem que reinava entre o Povo apinhado, carregando pistolas e desembainhando espadas” (MHC, n. 3, p. 2). De nada teriam servido as ordens dos inspetores e do juiz de paz que se faziam presentes no velório – custeado por Lafuente. A patrulha do Corpo de Guardas Municipais Permanentes – herança deixada por Feijó em 1831 – tomou a rua e acompanhou o cortejo e todos os procedimentos funerários sem o consentimento dos amigos de

Clemente, que segundo esse pasquim teria sido um dos homens que trabalhara em prol da abdicação de D. Pedro.

Contados três dias dessa ocorrência, Lafuente seria preso sob a acusação de vadiagem e por andar armado, sem que lhe fossem prestadas quaisquer explicações. *O Mulato ou O Homem de Côr* não deixou por menos. Sua quarta edição, de 23 de outubro, foi toda dedicada ao assunto. O único artigo, intitulado “Prisão arbitrária do Sr. Lafuente”, começa com um clamor a todos os “homens de cor”: “Criminoso seria o homem de cor, se na crise mais arriscada, na ocasião em que os agentes do Poder desembainham as espadas dando – profundos – golpes na Constituição, na Liberdade, e em tudo o que há mais sagrado no enfeitado Brasil guardasse mudo silêncio, filho da coação, ou do terror” (MHC, n. 4, p. 1). Daí em diante, trata da “prisão mais escandalosa, a mais arbitrária, e a mais desumana que se tem visto nos nossos últimos tempos” (*Idem, ibidem*).

Diferentemente do sugerido pela acusação, Lafuente dispunha de licença, “que na forma de lei tinha obtido do Juiz de Paz do 2^o Distrito da Freguesia do SS. dando uma justificação de sua conduta, e mostrando como sua vida estava ameaçada, pois que as folhas do Governo todos os dias lhes lançavam montões de injúrias, e desafiavam sua cólera” (*Idem, ibidem*, p. 1-2). E mais: do mesmo modo que foi preso sem justificativas fundamentadas, também seguiu para a cadeia, permanecendo incomunicável até às nove horas da noite. Após requerer informações sobre o tipo de delito que poderia ter cometido, àquela hora da noite mesmo, foi emitida uma “Portaria do Exm. Sr. Aureliano de Souza e Oliveira”, ministro da Justiça, ordenando para que aquele cidadão fosse levado “a bordo da Presiganga²⁷ a assentar proa de Marinheiro” – ele que já havia ocupado o posto de cadete... Diante desse fato, o redator de *O Mulato* protesta:

...sem lembrarem dos tempos passados em que o Sr. Lafuente era chamado de verdadeiro Brasileiro etc., etc. Assim é que hoje alguns moderados pagam ao seu bem-feitor; porém esses serviços seriam tomados em consideração, se o Sr. Lafuente não tivesse a *pecha* de ser mulato, único motivo que deu origem à sua prisão, pois foi feita no dia em que a *Restauração* apareceu tratando-o de *bode*, *farroupilha* etc. (...) Desnecessário é mostrar-vos, imparciais leitores, que os nossos governantes só tratam de fazer guerra aos *mulatos*; e mais atropelam aqueles que não podendo deixar de mostrar que têm *raça misturada*, querem hoje exterminar a gente de cor, a quem a *Aurora* chamou – maioria atrevida (...) Se o Governo, ou se os que hoje promovem a ruína do Brasil pensam que com tais arbitrariedades hão de amedrontar a firme e exaltada gente de cor, enganam-se, uma vez levados ao

²⁷ Palavra de origem inglesa (*pressgang*), presiganga corresponde a um navio que serve de prisão ou que recolhe os prisioneiros. Para um entendimento mais abrangente sobre o funcionamento da presiganga e dos abusos que por lá ocorriam, consultar a dissertação de Paloma Siqueira Fonseca, *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social* (2003).

desespero por este modo, preferirão a morte ao vergonhoso despotismo que agora sofrem amolando as espadas para cortarem a cabeça da Hidra que nos vai devorando, procurarão então vingar-se da pestilenta canalha moderada, que enganando ao nosso Governo vai pondo em prática todos os seus planos, isto é – acabarem os homens de cor (*Idem, ibidem*, p. 2-3).

Em resposta a esse propósito, o de “acabarem os homens de cor”, os argumentos fixam-se na ratificação do apreço aos valores nacionais, à legalidade e aos direitos civis, por meio da exortação ao respeito à Pátria e ao amor à Constituição e à Liberdade. Empenhados para que sua cidadania legalmente estabelecida fosse assim entendida por todos, esses homens negros livres apostavam nos princípios da tendência liberal exaltada e entendem como uma cilada a participação de “seus iguais” nas fileiras moderadas:

Eis, oh entes desgraçados, que servis debaixo das bandeiras da moderação, o prêmio que recebeis da vossa servidão, os moderados treparam sobre os vossos ombros em Sete de Abril, e pondo aos *claros amigos* no zimbório Político, desmancharam com os pés a escada por onde treparam e começaram desde então a excluïrem dentre si os homens de cor como nós. Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante de nossas cores, dos Empregos Públicos e de toda a parte nos excluïram, e vós oh escravos, que mamando na teta de tais feras lhes estão dando força, desenganai-vos, pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame, e anti-brasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vinde de novo alistar-vos nas nossas fileiras. Desta sorte pungido da mais sensitiva dor, clamará desesperada a maioria dos homens de cor, e talvez forças humanas não sejam capazes de a conter!!! (*Idem, ibidem*, p. 4).

Somada à indignação do *Brasileiro Pardo* sobre essa prisão, outras informações são dadas pelo pasquim que carregava o nome de Lafuente. Na edição do sábado de 16 de novembro, tem-se a notícia de que Lafuente, ao reclamar pelo cumprimento da lei,

foi lhe respondido, oh aviltamento dos Brasileiros!, que a Constituição era para a terra, que ali era a vontade do malvado taberneirinho de óculos do Porto das caixas, testemunha falsa em 15 de Julho, a que só, e só dominava: a impudência, o despotismo não parou aqui, despojaram-no de seus vestidos e calçados e com uma vassoura o forçaram a varrer o convés, dando-lhe calabroteadas; de que valeriam os protestos para uma Administração de tigres, de verdugos e de malvados! Apesar disso ele clamou com energia contra tal despotismo, e talvez a essa energia deva ele a conservação de sua vida. Não pára daqui a carreira da iniquidade, ela foi mais longe: próximo a sair a cruzar uma Escuma de guerra, o bote é mandado à presiganga com ordem de dali arrebatam a triste vítima, que sem vestuário, desprovida de tudo o necessário para o mar, com uma perna deslocada é levado para bordo da Escuna e nela pela barra afora! Eis, Brasileiros, em sucinta, e pouco circunstanciada exposição, o que aconteceu ao vosso corajoso Patrício, porque inimigo dos déspotas, inimigo da crueldade fazia constante operação ao partido atroz, sanguinário, liberticida e ladrão que por três anos não tem cessado de beber o nosso sangue! (LF, n.1, p. 3).

Lafuente acabou deportado, a despeito da tentativa de constrangimento comunicada no último número de *O Mulato*, ainda em 4 de novembro, segundo a qual: “Na Bahia e Pernambuco, onde o Sr. Lafuente é assaz conhecido, dir-se-á a Capital do Brasil é o matadouro dos homens livres, e quem escapa a espada dos assassinos acha nos porões das embarcações uma morte lenta” (MHC, n.5, p. 2). Após um vazio de informações, fica-se sabendo que, já no contexto do regresso conservador, em dezembro de 1835, surgiu *O Compadre de Itu a Seu Compadre do Rio*, folha de oposição a Feijó, impressa na Tipografia Patriótica, de propriedade de Lafuente (Sodré, 1999, p. 129). Mas em virtude de contratempos, em 1836, voltou a usar a Tipografia Fluminense de Brito para publicar a “Defesa do autor contra as injustiças sofridas” – embora, estranhamente, existisse a Tipografia do Sr. Lafuente, na rua da Cadea (Castro, 1979, p. 226). Tratava-se de uma vida bem tumultuada, ou seja, bem afinada ao contexto.

De tudo se percebe que as figuras de Francisco de Paula Brito e Maurício José de Lafuente terminaram sendo pontos de ligação entre os pasquins negros de 1833, cada um a seu modo. A iniciativa tomada a partir das prensas da Fluminense de Brito ganhou espaço e simpatia em ao menos outras duas tipografias – a Paraguassu e a Miranda e Carneiro.

Numa seqüência cronológica de títulos, a capital imperial assistiu ao aparecimento de *O Homem de Côr* ou *O Mulato ou O Homem de Côr* (Tipografia Fluminense de Brito – n. 1: 14 de setembro; n. 2: 28 de setembro; n. 3: 16 de outubro; n. 4: 23 de outubro; e n. 5: 4 de novembro); *Brasileiro Pardo* (Tipografia Paraguassu – n. 1: 21 de outubro); *O Cabrito* (Tipografia Miranda e Carneiro – n. 1: 7 de novembro; e n. 2: 20 de novembro); e *O Lafuente* (Tipografia Paraguassu – n. 1: 16 de novembro).²⁸

– 2 –

OS PASQUINS NEGROS: QUANDO A COR DA PELE VIROU NOTÍCIA NA REGÊNCIA

O conjunto organizado respondeu às mesmas características formais. Todos foram pasquins do período regencial e, como tal, apresentavam uma linguagem ácida, particular ao jornalismo produzido na época. Como assinala Nelson Werneck Sodré:

²⁸ Conforme informação dada no Capítulo I, existiu ainda o pasquim *O Crioulinho*, editado na Tipografia do Diário a partir de 30 de setembro de 1833. Contudo, não tive acesso a essa fonte, por esse motivo não foi incorporado à análise.

A técnica de imprensa, ainda nos primeiros passos do país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in-4º, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; comprava-se nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros (Sodré, 1977, p. 182).

Os números de *O Homem de Côr*, por exemplo, são assinados apenas por “O Redator”, marca localizada quase sempre na última página do pasquim. Mas quem estaria por trás dessa assinatura? Existiriam, ainda, chances reais de essa personalidade e a de outros redatores serem desvendadas? Aqui se instaura um enigma.

Seguindo algumas pistas, grande parte dos pesquisadores que trabalharam de alguma forma com esse pasquim, entre eles Hebe Maria Mattos (2000), o classifica como um impresso ligado à facção exaltada na capital do Império. Porém, o historiador Hélio Vianna, sustentado em acusações emitidas em um outro pasquim, o *Indígena do Brasil*, defende a tese de *O Homem de Côr* ter como redator o “Coronel Conrado Jacó de Niemeyer, comprometido na intentona restauradora de 17 de abril de 1832” (Vianna, 1945, p. 219). Tais conclusões se pautaram num artigo de tom provocativo que acusava vários personagens da época de serem pró-restauração, mas que, por vontade manifesta, queriam criticar os moderados substitutos do trono decaído:

Creiam os Portugueses, que já estamos mais perto de imitar os nossos irmãos e vizinhos ex-espanhóis, do que estivemos antes do aparecimento dos *Caramurus*, *Papeletas*, *Homens de Côr*, e outros tais escritos como estes que têm origem na perfídia e vingança que, como seus autores, *David*, *Cavroé*, e *Conrado* respiram todos os Lusitanos desesperados de verem ter desaparecido de seus olhos em menos de um dia toda a sua influência na pessoa do Lúçifer Bragantino, seu ídolo, e únicas esperanças de seus danados corações!!! (IB, n. 10, p. 2).

A imputação, além de vaga, termina por nivelar os interesses da população negra livre às pretensões dos restauradores portugueses, como se não tivessem origens e diferenças bem delimitadas. O trecho chama para si o descrédito, uma vez que o protesto emitido em *O Homem de Côr*, mesmo com o marcado arrebatamento liberal exaltado, é ignorado naquilo que o dá sentido – sendo alvo de depreciações da parte dos moderados. Até a possibilidade de Francisco de Paula Brito, membro do Partido Exaltado, ter influenciado a orientação do periódico, como reconhece Hélio Vianna, não serviu de garantia, como também não livrou o tipógrafo de, naquele período, ter seu estabelecimento depredado sob o argumento de ser restaurador.

Agora, se o postulado por aquele pasquim e admitido por Vianna estiver correto, as idéias emitidas em *O Homem de Côr* se tornam, por motivos outros, mais instigantes, uma vez que as demandas dos cidadãos negros, próximas ou não aos ideais dos liberais exaltados, teriam sido usadas como plataforma de ação de um grupo não negro e portador de demandas diversas. Isso também serve para potencializar sua relevância naquele contexto, mesmo que por fundamentos indignos.²⁹

Censuras desse tipo também foram lançadas por Evaristo da Veiga a respeito do *Brasileiro Pardo*. Porém, a partir de uma perspectiva inversa à assumida no caso anterior. A *Aurora Fluminense* sustenta ou prefere fazer acreditar que a redação do pasquim recaía sobre o proprietário da Tipografia Paraguassu, o branco português David da Fonseca Pinto, para com isso deslegitimar a autoridade da folha:

Em – *Pardo e Brasileiro* – quis disfarçar-se Sr. David da Fonseca Pinto, digníssimo redator que foi do Poaquê, do V. Patriota, e ultimamente do Caramuru. Aquele que tanto inventivou e encheu de injúrias os de *cabelo insubordinado*, como ele dizia, aquele que tanto simpatizou com os festejos de março pela feliz chegada, e que combateu, com Lusitano patriotismo a indignação brasileira, então envolvida, é quem agora, *torcendo o cabelo*, e afetando indignação contra os garrafistas, se apresenta na cena, como pardo e antigo exaltado, hoje converso para o bom partido, e saudoso do homem que nos deixou (AF, n. 833, p. 3550).

Nisso fica preservada minha desconfiança acerca da perspectiva de Evaristo. Como observa Nelson Werneck Sodré, os veículos de imprensa da época viviam de acusações mútuas no afã de enfraquecer seus oponentes. O jornalismo era, de fato, um espaço para a criação de histórias, ambiente bem utilizado para a teatralização dos acontecimentos. Seja qual fosse o grupo de interesse, a preferência pela verdade era bastante relativa.

Particularmente, Evaristo da Veiga era perito nesse ofício. Na *Aurora Fluminense*, dificilmente àquele que demonstrava oposição ao liberalismo moderado não sobrava a alcunha de restaurador ou caramuru. Some-se a isso o fato de essa oportunidade não ter sido a única em que ele aproveitou para desmentir a participação de pessoas negras nos eventos políticos do Império. Em referência aos eventos do Sete de Abril, rebate a narrativa do *Verdadeiro Patriota*, apelidado por ele de o *Verdadeiro Caramuru*, segundo a qual: “O Fundador da Monarquia e Independência Brasileira foi obrigado por uma torpe sedição de

²⁹ Sobre os comentários de Hélio Vianna, caberia mais uma ressalva: embora os pasquins comentados pelo historiador – *Homem de Côr*, *Brasileiro Pardo*, *Crioulinho* e *O Cabrito* – guardem consideráveis diferenças entre si, esse invalida em todos a possibilidade de terem sido produzidos por pessoas negras.

tropa, e garrutos, envolvidos até com negros de ganho, ou de Ele assinar a lei fundamental na escolhas de seus ministros, ou de ser assassinado...”. Contra isso se projeta:

Sobre a insolência com que o *V. Caramuru* se exprime acerca da gente que teve parte na revolução de 7 de Abril, o que diremos, quando a imprudência e cegueira de alguns desses mesmos lhe insuflam a ousadia? As nossas tristes divisões têm dado aos escravos uma audácia que cairá por si mesma, logo que os liberais conheçam seus verdadeiros interesses e esqueçam intrigas miseráveis para se ocuparem com os destinos da pátria, e para tratarem de impedir que as influências retrógradas preponderem outra vez no país. – Os *negros de ganho* não estavam no Campo da Honra na madrugada de 7 de Abril: nada tendo a *ganhar* numa ordem de coisas que só prometia liberdade, eles se escondiam assustados e receosos da vingança do povo que suas *negridões* tinham irritado. Era tal sua covardia que o rapaz de menos força e de condição mais humilde se atrevia a insultá-los em massa, sem que eles fossem ousados a dar mínima resposta. Só imploravam perdão e lastimavam o engano em que tinham vivido a respeito do ex-Monarca, que cobriam agora de injúrias e de baldões. Desses *negros de ganho*; conhecemos centos; mas nem um só podemos descobrir no Campo da Honra na célebre noite, que tanto os traspassou de medo (AF, n. 791, p. 3368).

O publicista moderado socorreu-se no artifício de ridicularizar a figura dos negros de ganho, impingindo neles a personificação do medo. Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos “deslizes”, que por óbvio não estavam no *script* do conservadorismo. Felizmente, a diversão ficou garantida pelo contrastante temor ou, quando menos, pelo incômodo que as elites brancas manifestavam diante da mais discreta possibilidade de uma ação política feita por negros escravizados ou não, seja em associação entre grupos ou circunscrita à realidade específica de cada segmento.

Certamente não foram raros os lances em que rebeliões negras mexeram com o dia-a-dia da sociedade escravista e racialmente hierarquizada (Gomes, 2005; Grinberg, 2002, Moura, 2004; Reis, 1989 e 1996). Tais intervenções de escravizados, libertos ou livres muitas vezes lograram transformar práticas que atravancavam sua participação como membros efetivos e legítimos desse universo social. Para além do contexto local, essas ameaças efetivas tanto quanto simbólicas encontraram suporte fora das fronteiras brasileiras. A experiência do levante que culminou na formação do Estado negro do Haiti na virada do século XVIII para o XIX, por exemplo, correu as Américas, mexendo com a emoção de brancos e negros a tal ponto que, como menciona João José Reis:

Em 1805, apenas um ano após a proclamação da independência haitiana por Jean-Jacques Dessalines, seu retrato decorava medalhões pendurados dos pescoços de milicianos negros do Rio de Janeiro, episódio que ganha maior significado se lembrarmos que Dessalines era também militar, o general comandante-em-chefe das forças haitianas que derrotaram os exércitos de Napoleão enviados para recuperar a ilha e reintroduzir a escravidão. (...) Na conjuntura revolucionária nordestina de 1824, o Haiti esteve muito presente. Em Laranjeiras, Sergipe, num

jantar de “mata-caiados” – como se denominavam movimentos antilusos – deram-se vivas ao “Rei do Haiti” e a “São Domingos o Grande São Domingos”. No mesmo ano, durante a chamada Confederação do Equador, em Pernambuco, o comandante do batalhão de pardos em missão antilusa teria distribuído pasquins contendo os versos seguintes: “Qual eu Imito a Cristóvão / Esse Imortal Haitiano / Eia! Imitai ao seu povo / Oh meu povo soberano!” (Reis, 1995-1996, p. 27-28).

Para completar, a população negra era temida, antes de tudo, por ser numerosa. Ao longo da primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contou com a maior população escravizada urbana do hemisfério, bem como uma expressiva quantidade de cidadãos negros, livres e libertos – de tal maneira que “vários viajantes que estiveram no Rio na primeira metade do século XIX estimaram que cerca de 2/3 da população da cidade era de cor” (Karasch *apud* Chalhoub, 1990, p. 270). Uma trama complexa que, em seus desdobramentos posteriores à década de 1850, motivou Sidney Chalhoub a chamá-la de “a cidade negra”:

Com efeito, os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia, alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX. Esta cidade negra se fez através de movimentos e racionalidades cujo sentido fundamental, independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi inviabilizar a continuidade da instituição da escravidão na Corte (*Idem, ibidem*, p. 185).

É preciso enfatizar que, extrapolando a dicotomia senhor-escravo, os libertos e livres, “a elite africana no tempo da escravidão, constituíram a liderança de muitas revoltas escravas. Sem dúvida eles ocupavam posições estratégicas na estrutura social, a partir das quais podiam conspirar eficientemente contra a classe senhorial” (Reis, 1995-1996, p. 35). Inscritos nessas responsabilidades, esses homens negros versados no modo de vida dos brancos eram alvo de constante desconfiança por simbolizarem uma ameaça eminente à ordem – ainda que em determinados casos isso nem participasse de seus objetivos.³⁰

Em tal contexto, a existência de jornais com títulos tão sugestivos quanto *O Homem de Côr*, *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito* tinha tudo para despertar apreensão de gente como Evaristo da Veiga. Ainda mais quando as identidades desses emissores e receptores – e a própria mensagem – eram informadas por um pertencimento de grupo de marcação racial negra. Observe o caso de *O Cabrito*. Os termos “cabrito” ou “cabra” guardavam e ainda

³⁰ Exemplo disso foi dado também por Antonio Pereira Rebouças. A despeito de sua marcante personalidade liberal moderada e de seu afastamento das lutas declaradamente de mote racial, nas palavras de Grinberg, “Rebouças era acusado de tudo, de pertencer à ‘Sociedade Gregoriana’, que teria como objetivo a tomada do poder dos brancos pelos pardos, de aliciar a população em geral contra os brancos, de ser republicano e democrata, e, pior de tudo, de ter dados vivas à Revolução do Haiti” (2002, p. 81).

guardam essa carga semântica. Pelo que consta no glossário construído por Jeanne Berrance de Castro em seu trabalho sobre a Guarda Nacional, trata-se de “designação dada aos brasileiros que não primavam pela limpeza de sangue” (1979, p. 250).

Além de “pardo”, “mulato”, “de cor”, “crioulo”, “trigueiro”, a denominação “cabrito” também era usada especificamente para a classificação das pessoas negras da época, estando mais próxima da experiência da parcela não escravizada, em conformidade com o escrito por Marcus Vinícius Fonseca. No artigo “Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX”, ao examinar listas de registro da população de cidades mineiras, o pesquisador reconhece que o alcance desse termo ainda precisa de mais investigações, na medida em que é preciso saber o que diferenciava os cabras dos pardos e crioulos, e se esse diferenciar fazia sentido em outras localidades do país. Segundo Fonseca, “a condição de cabra pode ser uma denominação que registrava um certo nível de proximidade do indivíduo com a escravidão, pois a maioria dos cabras livres era crianças e jovens” (2005, p. 103).

João José Reis indica outra variação de entendimento do termo cabra. À luz dos embates que se seguiram no processo de independência da Bahia nos primeiros anos da década de 1820, o historiador assinala que “‘cabra’ significava, no vocabulário racial da época, alguém de pele mais escura que um mulato e mais clara que um negro [preto]” (Reis, 1989, p. 85). Como se vê, a denominação referendava uma ascendência africana incontestável. No fim das contas, dizia respeito a pessoas negras.

No intuito de marcar uma identificação com os prováveis leitores, o redator de *O Cabrito*, em sua apresentação, utiliza essas designações como sinônimas:

Brasileiros *mulatos*, um *cabrito* vosso patricio é quem vos vai falar; não é um filho de cacheu (*sic*), que se finge *pardo* para vos iludir; é um cabrito que hoje ainda tem manchas no corpo recebidas na rua da Quitanda, Pescadores, Rozario &c. &c: é um cabrito que não é moderado, e que não se unirá a eles enquanto forem protetores dos malvados chumbeiros (CB, n. 1, p. 2 – grifo meu).

Aliás, por meio de recursos retóricos dessa natureza, os jornais ensaiavam instaurar ou, quem sabe, fortalecer um sentimento de coletividade entre os setores negros livres e libertos. Algo que, a depender do grau de convencimento e da disseminação da palavra escrita, alimentaria uma opinião pública negra na cidade do Rio de Janeiro. Sempre afeitos a assuntos que envolvessem de perto o cotidiano dessas pessoas, entre esses pasquins houve até aquele que, ao se intitular *O Lafuente*, promoveu a imagem de um desses personagens da vida pública local.

O mentor desse pasquim, a princípio, pode não ter sido Maurício José de Lafuente, mas essa possibilidade também não fica descartada. Ambas as chances são insinuadas no trecho seguinte: “Preso com a mais revoltante e escandalosa arbitrariedade, sem ser ouvido, sem ser convencido dos crimes que a malvada *Aurora* e seus salteadores companheiros aleivosamente *me* imputaram, ele, o jovem, cujo nome tomei para o meu periódico...” (LF, n. 1, p. 2). Nelson Werneck Sodré, por exemplo, aceita o fato de Lafuente ter mantido esse pasquim, mesmo estando preso (1999, p. 170). Cipriano Barata – pugnaz e instigante jornalista e político baiano – conseguiu em vários momentos combater a partir da prisão os desmandos do governo por meio de suas *Sentinelas da Liberdade* (*Idem, ibidem*, p. 67-73). Assim também pode ter feito Lafuente...

Apesar da imprecisa identidade do redator, esse procura especificar em dois momentos do primeiro artigo quem são seus interlocutores e identificar-se com eles: “Cidadãos Brasileiros de cor, escutai-lhes a voz [de Lafuente], ouvi-lhe os brados, e morrerão os déspotas que os tiranizam, e *nos* oprimem” (grifo meu); ou “e é possível, Cidadãos de cor, amigos entusiastas da Liberdade que consentais que a corja de pelintras e de caturras vos açoite, vos assassine, vos deporte, e vos envie a ser pasto dos tubarões?” (*Idem, ibidem*, p. 1).

Ao ganhar as ruas, ou mesmo no interior de certas casas e estabelecimentos, essas palavras tiveram a oportunidade de reproduzir em outra escala a experiência da Revolta do Búzios na Bahia de 1798, no que diz respeito ao aproveitamento da palavra escrita. Até porque, mesmo com a imprensa minimamente difundida, o consumo da cultura letrada continuava garantido pela leitura em voz alta para um público iletrado, mas, de todo modo, aplicado. Antonio Candido, atento a esses meandros, fez uma síntese da dinâmica cultural oitocentista:

A ação dos pregadores, dos conferencistas de academia, dos glosadores de mote, dos oradores nas comemorações, dos recitadores de toda hora, correspondia a uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos à leitura. Deste modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo no escritor certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura (Candido, 2000, p. 73-74).

Ao fim e ao cabo, o noticiado nos pasquins negros conquistou repercussão, extrapolando, assim, os limites que a pessoa hipotética dos redatores poderia determinar. O enigma fica, portanto, esvaziado diante da amplitude da mensagem emitida. À luz da debilidade dos registros que tentaram asseverar os responsáveis pela escrita daquelas folhas, opto por solucionar essa peleja apostando na veracidade e legitimidade do narrador

construído, na *persona* negra que revela as demandas dos segmentos negros livre e liberto da Corte nos anos de 1830. Em vez de continuar adentrando no terreno movediço das especulações, é preferível tomar outro caminho e deslindar os fatos e as questões suscitadas nos pasquins e em seu contexto.

– 3 –

ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS, PORQUE DE POLÊMICAS SE FAZEM OS PASQUINS

Aproximadamente um mês antes do aparecimento de *O Homem de Côr*, o pasquim *O Carioca – jornal político, amigo da liberdade e da lei* deu uma prévia do debate público a respeito das investidas do governo moderado e dos integrantes desse partido contra os cidadãos negros. Entre as questões anunciadas, está a Proposta de Pernambuco acerca da Guarda Nacional, feita sob a anuência do ministro da Justiça, Aureliano de Souza e Oliveira. A partir do publicado em folha mantida por Saturnino de Souza, irmão do ministro, o redator deprecia a “proposta do Sr. Manuel Zeferino dos Santos (é pena não ser de *Sousa e Oliveira!*), atual presidente de Pernambuco, que diz não ser boa a Guarda Nacional por compor-se de classes heterogêneas, que de balde a Lei tentou uni-las” (CC, n. 2, p. 2). Contra esse estado de coisas, *O Carioca* interpõe-se:

Os homens de cor, esta classe respeitável pelo seu nacionalismo, talento e virtudes não há de cair no engodo [dos fraticidas planos moderados]. *O Carioca* está disposto a encaminhá-los, não lhes há de acontecer o que coube por sorte aos da América setentrional. Eles formam a maioria da Nação Brasileira, ninguém os excede em amor ao lugar em que nasceram, ninguém lhes é superior em aferro à Liberdade. Os homens de cor não querem despotismo nem de Pedro, nem de moderado; querem só a liberdade e a igualdade; querem a sua pátria livre das arpias (*sic*) que, não contentes com os melhores lugares da Nação, os querem escravizar, enredando-os e tornando-os odiosos para reduzi-los à triste condição dos da América do Norte, se eles excitados por tanta impunidade saírem a campo a reivindicarem os seus direitos (CC, n. 3, p. 2).

Auto-identificado como produto de um “verdadeiro exaltado”, *O Carioca* se colocava a serviço da união e do fortalecimento de todos os brasileiros, a fim de “defender a nacionalidade, sustentar os princípios da revolução de Sete de Abril, fazer a decente e necessária oposição ao governo e opor um invencível baluarte à ignominiosa e aviltante restauração do Duque de Bragança” (CC, n. 1, p. 1). Esse periódico, também editado na Tipografia Fluminense de Brito, durou bem mais que os pasquins negros. Lançado em 17 de agosto de 1833, o último exemplar encontrado data de 21 de janeiro de 1834, totalizando doze

números. Em várias dessas edições, *O Carioca* não se furtou a abordar temas do repertório da discriminação racial contra os “homens de cor”. O tratamento desses fatos como de interesse da sociedade fluminense em sua diversidade sinaliza, assim, para a penetração e a relevância que práticas discriminatórias contra negros encontravam entre os cidadãos e em seu cotidiano. Disso é possível atinar que a conjuntura se mostrava favorável ao aparecimento dos pasquins negros – o que faltasse seria trabalho para os redatores.

Aliás, os primeiros anos do período regencial ficaram marcados por um *boom* no jornalismo brasileiro, o qual facultou em larga medida o detalhamento do fazer jornalístico. Mesmo com a iminência de ataques à liberdade de imprensa, as demandas sociais tiveram uma oportunidade sem igual de ser abordadas sob múltiplas perspectivas. Desse modo, somada ao empenho particular dos cidadãos negros insatisfeitos, a emergência dos primeiros títulos da imprensa negra no Brasil é também tributária dessa ampliação.

Esse cenário de inconstância acabou registrado na forma de organização e apresentação dos pasquins negros. Nenhum deles exhibe um modo linear para contar as histórias. Tal descontinuidade se mostra ainda em outros procedimentos: no tempo de vida reduzido dos jornais; no jeito como as matérias eram escritas e ordenadas nas páginas, não havendo seções fixas e/ou temáticas – nem mesmo em *O Homem de Côr*, o pasquim de maior duração –; na não-existência de uma abordagem única sobre os assuntos; bem como nas mensagens tantas vezes cifradas, principalmente para o leitor da atualidade.

Diante de tanta variabilidade, por óbvio, houve espaço para uma triste estabilidade. Todos os pasquins constroem representações segundo as quais estaria em curso no Rio de Janeiro, assim como no Brasil, uma perseguição aos cidadãos negros, no tocante a seus direitos e em detrimento de seus talentos e virtudes – uma mácula ao estabelecido na Carta Magna de 1824, aos princípios de liberdade e igualdade. Signatários desse ideal de sociedade, *O Homem de Côr*, *o Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente* colocam-se a serviço do cumprimento desses preceitos.

Ao comparar a Antiguidade aos tempos modernos, *O Mulato ou O Homem de Côr* ajuíza: “hoje no século das luzes, na América, terra da liberdade, aproveitam-se os erros da Antiguidade, não dissemos bem, vai-se muito além do que praticaram povos não ilustrados, ressentindo-se sempre da ignorância e brutalidade em que se achavam por tanto tempo sepultados” (MHC, n. 5, p. 1). Embora, as transformações encerradas no Sete de Abril tivessem sido vendidas aos cidadãos brasileiros de todas as cores e ascendências como catalisadoras da Ilustração em terras brasílicas, diz “mal poderíamos crer que o golpe de

Estado começaria pelos homens de cor, por aqueles primeiros a abrasarem-se pela causa do Brasil” (*Idem, ibidem*, p. 2).

Quando entre a terceira e a quarta edições de *O Mulato ou o Homem de Cor*, a cidade do Rio de Janeiro recebeu, o primeiro e, possivelmente, único número do pasquim *Brasileiro Pardo*, a sentença não havia sido diferente. As letras da segunda-feira de 21 de outubro apresentavam no cabeçalho do impresso um provérbio português que dizia: “O gato escaldado d’água fria tem medo”. Tal epígrafe matinha diálogo com o primeiro artigo da folha, no qual é expresso o desencanto perante os caminhos tomados pelo governo liberal moderado ao subir ao poder após a abdicação de D. Pedro I.

A identificação anterior existente entre os moderados e os “brasileiros pardos” figura em 1833 como uma farsa. O redator do pasquim, apresentando-se como um “homem de cor”, um “pardo”, argumenta que a sua “classe” teria sido incorporada às pelejas de 1831 não em virtude de sua importância como membros efetivos da sociedade brasileira – no reconhecimento real de suas demandas –, mas como instrumento eficaz e valioso para o fortalecimento da derrubada do antigo imperador.

De acordo com o narrador-redator, os “brasileiros pardos” se inseriram no jogo formado de dois campos delimitados e aparentemente antagônicos, corcundas (absolutistas portugueses) e liberais, sendo que a aliança com os últimos lhes pareceu à época mais profícua:

Quando o Duque de Bragança era Imperador do Brasil, não obstante ver eu nas repartições públicas, no ministério, e até na Câmara dos Senadores alguns pardos; e de ver que o então Imperador se não esquecia deles mesmo para a casa Imperial, e que os tratava bem, que lhes dava patentes, condecorações, etc.; contudo, como o coração humano é naturalmente ambicioso, e nenhum desses favores me chegou por cada, a minha alma era insensivelmente seduzida pelas doces palavras dos homens que nesse tempo se inculcavam defensores do povo e combatiam o Poder; de forma que era tal a prevenção em que eu estava que, quando D. Pedro despachava algum homem de cor, eu atribuía a graça a quantos motivos podiam ocorrer-me, menos, porém, à afeição do Príncipe para com os homens da minha classe: assim como eu, muitos outros, talvez a totalidade dos pardos igualmente pensava; daqui nascia que nós fossemos um elemento certo, e seguro com que a oposição de então contava: em verdade, quanto os homens se enganam! Há quantos desvarios não está a nossa alma sujeita! (BP, n. 1, p. 1).

Entre as justificativas para o emparelhamento com as investidas de homens como Evaristo da Veiga – figura marcante entre os liberais moderados –, há o apreço que esses diziam ter pela liberdade e pela “observância da Constituição”. Afora isso, havia uma

motivação de contorno racial para o envolvimento com o movimento pela deposição de D. Pedro I e anti-lusitano:

O Lino [Coutinho] era para mim um anjo! Ele tinha, de mais a mais, a circunstância de ser pardo para que simpatizar com ele; os ministeriais, porém, chamavam-no *capadócio*, *tolo*, *charlatão* etc. e eu me mordía ao ouvir estes impropérios: finalmente os homens de cor identificados com a minha opinião, e seduzidos pelas belas expressões destes e de outros homens declararam guerra ao governo, e não poupavam meio de o perseguir. (...) e eu, pobre patinho, ia caindo no logro, e, à semelhança do carneiro, seguia a direção dos então pastores: amigo do meu país, extremoso pelos princípios livres e *zeloso pelo que eles então chamavam nacionalidade* (*Idem, ibidem*, grifo meu).

Outrossim, as razões aventadas para o desgosto perante os resultados do Sete de Abril estão, em especial, na permanência dos “chumbos”³¹ não apenas em terras brasileiras, mas principalmente nos mesmos postos que os mais ricos entre eles ocupavam anteriormente – isso graças ao silêncio dos “laranjeiras” ou “*Evaristos*”, como eram chamados os moderados: “D. Pedro foi-se, e os seus ministros e Conselheiros aí ficaram nos seus lugares e, o que mais é, são esses mesmos homens hoje os conselheiros, amigos e defensores e sustentáculos dos *Evaristos!*” (*Idem, ibidem*, p. 2). Isso tudo em detrimento dos nacionais, maioria de ascendência africana.

As queixas não se limitavam apenas ao fato de os cidadãos negros estarem sendo conduzidos a uma simples troca de vagão; mais do que isso, as acusações convencem que essas pessoas, como coletividade, estariam sendo jogadas para fora do trem da história. Em outras palavras, os ataques teriam conseqüências mais amplas do que um mero golpe contra os liberais exaltados, já anunciado e dentro da normalidade do jogo político. Para além das disputas partidárias, a presença de cidadãos negros incomodava por outros motivos e teria de ser combatida com práticas específicas.

Quanto a isso, outro artigo de *O Mulato ou O Homem de Côr* informa e de imediato rebate a emissão de uma circular do governo que instituía a declaração obrigatória da cor dos indivíduos nas listas dos cidadãos:

Não sabemos o motivo por que os brancos moderados nos hão declarado guerra, há pouco lemos uma circular em que se declara que as listas dos Cidadãos Brasileiros devem constar a diferença de cor e isso entre os homens livres! A Constituição tantas vezes desflorada pelos *moderados*, é hoje apenas letras de que apreço nenhum fazem os liberais por excelência. Seria melhor que tomassem o conselho do *Homem de Côr* que não exasperassem os mulatos sempre amigos da lei e da ordem, e se deixassem de distinções que em verdade são fatalíssimas, mormente

³¹ Designação depreciativa dada aos portugueses.

quando a Nação Brasileira se achava dilacerada pelos partidos, e quase forçada a um rompimento pelo golpe de Estado que estão dando os chimangos e imbecis; ao contrário a idéia de restauração que poderia produzir uma forte sensação será, com efeito, para os homens pouco pensadores abraçada com ardor; e se o nosso Governo quer a divisão das Classes [!] pensando que assim melhor nos terá debaixo do jugo, engana-se. Só nas cacholas dos moderados poderá existir semelhante desvario, e o tempo o mostrará (MHC, n. 5, p. 2-3).

No terreno das estratégias de reprodução de vida localizadas no tempo, o registro das diferenças de cor/raça por parte do governo era uma cilada naquele momento. Pelo que deixa entrevê *O Mulato*, oficializar essa identificação racial levaria ao aprofundamento de problemas que os cidadãos negros já experimentavam de forma efetiva, mas ainda não tornada oficial. A historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo tem outra leitura dessa passagem. Segundo ela, esses protestos de pessoas alvo de discriminação racial sinalizariam uma opção pelo apagamento da cor, de modo que a construção da democracia, na visão do pasquim, partisse do não-reconhecimento das diferenças fenotípicas. Uma vez apagadas as diferenças, seria combatida a desigualdade e alcançada a “cidadania desracializada” (2005, p. 303).

Mas que significado teriam, então, todas as marcações de identidades até ali afirmadas? Pois, senão, veja: um forte traço de afirmação racial apresenta-se logo nos títulos dos jornais, persiste delineado no público ao qual os textos se remetem e chega às reivindicações que passam pela defesa dos direitos dos cidadãos “de cor”, “mulatos”, “pardos” – enfim, afro-brasileiros/negros. No caso, o que reivindicavam não era o esquecimento da diferença, mas o respeito a elas e a avaliação dos indivíduos por meio de seus talentos e virtudes. Logo, uma vez servindo de instrumento do governo, agente da discriminação racial, essa proposta de identificação oficial se tornaria indesejável aos olhos desses cidadãos, na medida em que se colocaria inversamente a seus interesses.

Precedentes para essa desconfiança existiam, nos quais a noção de “classes heterogêneas” assume dimensão de pertencimento racial. No artigo de fundo que abre a primeira edição de *O Homem de Côr*, a crítica é dirigida primeiramente a esse “parto monstruoso e revoltante”, que era a proposta do presidente da província de Pernambuco, Manuel Zeferino dos Santos, por quem era adotada essa singular idéia de classe. Enunciava, em ofício de 12 de junho, a criação de “batalhões segundo os quilates da cor, criava-se um batalhão dos intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos”. Caso isso acontecesse, restaria uma pergunta feita pelo pasquim: “O Comandante Geral seria branco?”

Em tal caso as classes heterogêneas o não quereriam. O Governo sendo composto de brancos não viria a ser obedecido pelas classes heterogêneas” (HC, n. 1, p. 2).

Provocações à parte, no entendimento do jornal, a execução desse projeto seria um golpe “para de uma vez romper-se o nó que liga a Família Brasileira” (HC, n. 1, p. 1). Tal embate gira em torno da organização da Guarda Nacional; e levadas a cabo, essas medidas trariam outros prejuízos aos cidadãos negros, uma vez que estaria institucionalizado de uma vez por todas o impedimento de esses ocuparem os altos postos da milícia cidadã – participação que já em 1833 não era muito fácil.

A Guarda Nacional foi criada por meio de Lei de 18 de agosto de 1831. Por meio dessa nova regra, foram extintos os corpos de milícias e ordenanças ligados ao Ministério da Guerra, sendo substituídos pela Guarda Nacional, submetida ao Ministério da Justiça. “Também a Guarda Municipal era declarada extinta, mas Feijó [ministro da Justiça na época], posteriormente, pela lei de 10 de outubro, transformou-a na Guarda Municipal Permanente, a Guarda dos Permanentes, como foi popularmente designada” – acrescenta Paulo Pereira de Castro (2004, p. 31).³²

Segundo Jeanne Berrance de Castro, “o conceito da ‘nação em armas’, institucionalizado, possibilitou ao poder civil o controle militar, auxiliado de outro lado pela descentralização dessas milícias nacionais que, com isso, suplantaram as forças militares regulares” (1979, p. 3). Ao longo de boa parte do século XIX, o militar, alijado do mundo da política e dos negócios, foi substituído pelo cidadão soldado e, passou para uma posição secundária especialmente em países como Brasil, onde o perigo de uma guerra externa parecia remoto.

No que diz respeito ao Rio de Janeiro, em suas particularidades, o perigo militar que agitara o Primeiro Reinado – e em várias ocasiões apresentara contornos raciais – continuava a assombrar o novo regime. Em julho de 1831, o 26^o batalhão de infantaria sublevou-se, tendo o apoio de outros grupos armados da Corte e de populares ligados ao Partido Exaltado. Nas palavras de Keila Grinberg:

³² Na descrição de Jeanne Berrance de Castro, hierarquicamente: “Como milícia cidadã, estava a Guarda Nacional subordinada às autoridades civis que, no município, era o juiz criminal mais antigo, na falta deste, o juiz de paz mais velho. Na escala regional seguia-se, hierarquicamente, o presidente da província e, na escala nacional, o ministro da Justiça, na Corte. Eram formadas Guardas Nacionais nas paróquias e curatos do município, cabendo às câmaras municipais a organização dos corpos, com o alistamento dos cidadãos, inscritos nos livros de matrícula, por ela subministrados. Outro elemento municipal, o juiz de paz, formava o conselho de qualificação, composto de seis eleitores do distrito, dentre os mais votados e, quando não houvesse número suficiente de eleitores, podia completá-lo o juiz de paz, convocando novos elementos” (Castro, 1979, p. 175).

O clima tenso tinha, entre outros motivos, a insatisfação das tropas. Tidas como descontroladas desde o 7 de abril, estavam descontentes com a substancial redução do orçamento feito pela Câmara, que cortava promoções, subsídios e salários, e com a lei de 5 de julho que subordinava todas as forças armadas ao superpoderoso ministro Feijó, garantindo a este direito de controlar todo o aparato judiciário e policial do Império (Ginberg, 2002, p. 106).

Embora tenha sido desmontado rapidamente e as reivindicações das tropas levadas à Câmara, o incidente terminou por estimular um posicionamento mais duro por parte do governo, sendo a criação da Guarda Nacional corolário do processo. Sobre isso discorre Paulo de Castro:

Com a suspensão do recrutamento e o franqueamento das baixas individuais, com a dissolução de alguns corpos e a remoção de outros para diferentes pontos do País, a guarnição militar da Corte se foi reduzindo a quase nada. Uma parte importante do oficialato se pôs à disposição do Governo civil, por iniciativa do General José Manuel de Moraes, constituindo um corpo composto exclusivamente de oficiais, o *Batalhão dos Oficiais Soldados Voluntários da Pátria*, ou, como os chamou Evaristo, os *Bravos da Pátria* (Castro, 2004, p. 31).

A princípio, a Lei de 1831 curiosamente não distinguia o eleitorado a partir de critérios de cor ou raça, assim como não apresentava impedimentos declarados para que essas pessoas pudessem acessar aos postos de comando. Com isso, até mesmo ex-escravizados teoricamente poderiam comandar seus ex-senhores.³³ Conforme sublinhado por Berrance de Castro:

O que sobretudo deve ter inquietado a classe dominante era o perigo que representava a Guarda Nacional como veículo de um igualitarismo social e racial, possível elemento de perturbação. O direito de eleger a oficialidade significava, na França, manutenção dos privilégios da burguesia, ao passo que, no Brasil, agia no sentido inverso, sobrepondo-se aos privilégios de nascimento e de fortuna (Castro, 1979, p. 183).

Isso fica muito nítido no ofício do presidente de Pernambuco quando diz: “tendo a sua organização sido feita em tempo de organizações políticas, quando os habitantes pacíficos e que tem a perder procuraram ser esquecidos, e fogem de ajuntamentos populares, a escolha de oficiais feitos pelas Guardas Nacionais recaiu pela maior parte em gente que lisonjeia o povo” (HC, n. 1, p. 2).³⁴ Indisfarçavelmente, o alcance da promessa de uma milícia cidadã

³³ Essa possibilidade se apoiava sem exclusão no artigo 179 da Constituição de 1824, bastante evidenciado no cabeçalho de *O Homem de Cór*.

³⁴ Castro ainda transcreve dos *Anais do Parlamento Brasileiro* um registro do quão chocante foram os primeiros resultados dessas eleições para as elites tradicionais: “nas eleições que por essa lei se fizeram, homens notáveis pela sua posição social e oficiais superiores no inteiro gozo das honras de seus postos foram, como por acinte, nomeados cabos de esquadras. Isto é bastante para caracterizar o espírito da época” (Castro, 1979, p. 186).

evidenciara-se limitado. Concordo com Castro quando diz: “Numa sociedade escravocrata e hierarquizada, uma instituição niveladora e democrática, como o pretendeu ser a Guarda Nacional, não poderia sobreviver sem mudar, adaptando-se afinal às circunstâncias do meio” (Castro, 1979, p. 181).

Nos trabalhos da Câmara em 1832, o deputado Antonio Pereira Rebouças se opôs às investidas antidemocráticas que rondavam a Guarda Nacional, materializadas nas propostas que visavam a restringir a possibilidade de escolha unicamente aos homens que eram, de acordo com a Constituição, considerados eleitores.³⁵ Sua aprovação, por conseguinte, bloquearia os libertos de fazerem parte da Guarda Nacional. Grinberg resgata o fato de que sempre que Rebouças levantava o tema da participação dos libertos, recebia a reprovação de seus pares liberais moderados e exaltados. Por várias sessões, essa disputa parecia completamente perdida. Por isso,

mesmo depois de a condição de ingenuidade ter sido revogada pelo Senado e o Decreto de 1832 ter previsto o ingresso de libertos, tão dividida estava a Assembléia Nacional em relação a este assunto que era possível mesmo que Rebouças estivesse apreensivo com sua efetivação. Afinal, algum tempo depois, a condição de ingenuidade voltou a ser aprovada pelos deputados, “também por diferença de mui poucos votos” (Grinberg, 2002, p. 115).

Ainda assim, a situação dos guardas nacionais negros agravou-se enormemente depois das deliberações de 30 de julho de 1832. Até mesmo os pilares de sua cidadania foram conhecidos em terreno arenoso. Ocorre que cerca de dez anos atrás, nas discussões em torno do projeto da Constituição, “quando falavam em extensão da cidadania para libertos – e nisso todos concordavam –, os representantes da Assembléia Constituinte referiam-se a direitos civis, nunca a direitos políticos, aqueles que, para eles, tornariam possível a intervenção efetiva nos destinos do Império” (Grinberg, 2002, p. 112).

Cumpram-se, portanto, que o sistema eletivo para a ocupação dos postos de oficiais da Guarda Nacional, disposto na Lei de 1831, havia deixado brechas perigosas à perpetuação da lógica discriminatória estabelecida, as quais precisariam ser preenchidas. Muitas dessas lacunas foram supridas pelas resoluções encerradas no Decreto de 1832, outras só seriam enfrentadas mais abertamente com a reforma de 1850. Entre as soluções imediatas, restringiram-se sobremaneira as possibilidades de pertencimento à Guarda Nacional, as quais,

³⁵ Segundo explicação de Keila Grinberg, “eleitores eram aqueles cidadãos brasileiros maiores de vinte e cinco anos que, tendo renda líquida anual superior a duzentos mil réis em bem de raiz, indústria, comércio ou emprego, não fossem criados de servir, nem primeiros caixeiros das casas de comércio, nem criados da Casa Imperial, nem administradores das fazendas rurais e fábricas, nem ‘filhos família’ que estivessem na companhia de seus pais, nem religiosos enclausurados, criminosos ou libertos” (Grinberg, 2002, p. 101 – grifo meu).

de mais a mais, deixaram no ar o cerceio da participação de libertos, mesmo que dispusessem da renda necessária ao direito de voto ao cidadão livre.

A preocupação com a “qualidade do voto” tinha, desta feita, um quê de cinismo, na medida em que não era verdadeiramente motivada pelo apreço aos talentos e virtudes – pelo menos no que de teoria iluminista liberal isso tinha –, mas sim pelo temor de os eleitos possuírem as mesmas características das “classes heterogêneas” ou “mais numerosas”, seus eleitores. Na contramão das relativas boas intenções iniciais, “a qualificação passou a ser feita quase exclusivamente em termos de prestígio pessoal, de perseguições particulares ou política. Qualificava-se para favorecer ou oprimir, conforme o caso ou a circunstância” (Castro, 1979, p. 182).

Os resultados desse artil repercutiram nos pasquins, como foi o caso do *Brasileiro Pardo*: “Nós, os pardos, com a exclusão dos libertos, da Guarda Nacional, já ficamos reduzidos a não podermos pertencer-lhe senão aqueles entre nós que nasceram livres”. Em compensação, “os adotivos,³⁶ a quem tinham tirado as armas, e sobre quem nos haviam arremessado nas noites de Março, foram todos armados!” (BP, n. 1, p. 2).

Aproveitando-se desses impasses, a “sanha moderada Zeferina”, formalizada no ofício de 12 de junho, desqualificava até mesmo aqueles que ocupavam naquele momento os postos da milícia civil. Mesmo com as barreiras fortificadas em 1832, os procedimentos adotados para o preenchimento desses ainda previam a viabilidade de negros comandarem brancos. Permanecendo na lei os mesmos termos, o proposto pelo presidente da província de Pernambuco feriria a Constituição de 1824, uma vez que:

o título 2º da Constituição, marcando os Cidadãos Brasileiros não distinguiu o roxo do amarelo, o vermelho do preto, mas o ditador Zeferino; na Pátria dos Agostinhos, e Canecas, ousou em menoscabo da grande Lei cravar agudo punhal nos peitos Brasileiros. (...) *Quando se há mister dos homens, todos somos patrícios, a terra é nossa, fingem-se cartas de liberdade, forças no Arsenal; quando servidos, mulatos e pretos tomam vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de chinelo e cacete* (*Idem, ibidem*, p. 2 – grifo meu).

A instabilidade à qual estariam submetidos os cidadãos negros mostra-se incontestável. O texto ilumina uma dinâmica social em que ora se acenavam possibilidades democráticas para negros livres e libertos, ora, resolvidos os impasses, se realizava o desmantelamento dessas mesmas possibilidades. As práticas cotidianas se processavam num terreno onde a arbitrariedade era senhora.

³⁶ Referência aos portugueses nascidos em Portugal e residentes no Brasil, que possuíam cidadania brasileira.

Há de ser considerado um outro detalhe. Corria junto com a criação de obstáculos ao acesso à Guarda Nacional, o esvaziamento do militarismo. Embora esteja por ser feito um estudo mais detido sobre o quanto essas alterações interfeririam nas trajetórias dos contingentes negros, os pasquins deixam alguns vestígios. Esses militares, ao mesmo tempo em que eram “estimulados” a evadir de seus postos, não encontravam chances tranquilas para assumir os novos postos de cidadãos soldados.

Os primeiros casos relatados aparecem no terceiro número de *Homem de Côr*. Parte-se do que acontecera a um certo Capitão Solidonio:

O Capitão Solidonio que merecera os maiores elogios pelos gloriosos acontecimentos de 6, hoje acha-se oculto para evitar uma deportação vergonhosa; como parte de doente e, depois de ter sido inspecionado, pretextos frívolos se procuraram, deu-se ordem a qualquer permanente segundo consta prender um Oficial distinto pelos serviços prestados ao exaltamento dos nossos Governantes (HC, n. 3, p. 2).

A outra história refere-se ao Alferes Bacellar, que “cansado de sofrer injustiças e ódio de entes baixos e vis, pediu sua demissão e assim 11 anos de serviços, 2 embarques, os feitos para o glorioso 6 de Abril são apenas compensados com o bom conceito de seus concidadãos” (*Idem, ibidem*).

Não sendo de nacionalidade portuguesa, que outros motivos levariam à perseguição desses oficiais? O pasquim explica o caso entendendo que a razão recaía no fato de eles serem “de cor”, ainda mais que uma filiação ao partido restaurador fica descartada: “Brasileiros em geral, serão também restauradores os briosos militares que empunharam as armas e promoveram a abdicação? Não de certo” (*Idem, ibidem*, p. 3).

E antes de fechar o artigo por meio de deboche remetido a Carlos Miguel de Lima – “O Homem de Côr que tem muito medo do peixe espada pede ao filho do Regente lhe conceda alguns dias de vida” (*Idem, ibidem*) –, há ainda a informação de que o Cadete Constantino Marçal de Souza, do Arsenal de Guerra, havia sido demitido por ter acompanhado o enterro do redator d’*O Brazil Afflicto*, o que teria sido caracterizado como exemplo de péssima conduta.

No mesmo número argumenta-se sobre os encaminhamentos dados em prol de reformas na legislação referentes à duração das penas, bem como à lei da Guarda Nacional. Bastante envolvido com essa demanda, Saturnino de Souza e Oliveira, que elogiara o assassinato de Clemente José de Oliveira, é alvo das críticas de *O Mulato ou O Homem de Côr*:

...querendo S. Exa. desenvolver toda a brandura e mesmo satisfazer ao branco Presidente de Pernambuco, lembrou-se da Lei das G. Nac. tão recomendada, objeto de escândalo para os moderados que parecem não poder sofrer que homens de cor também comandem aos brancos (como o Saturnino). É tudo palhaçaria, reforma e mais reforma e para maior desgraça se há reformado o cobre pelo chenchem (*sic*) das fábricas moderadas (*Idem, ibidem*, p. 4).

Nesse vai-vem entre Guarda Nacional e forças armadas, o quinto número de *O Mulato ou O Homem de Côr* reserva espaço especial para abordar o sucedera com Candido de Assis, demitido do Arsenal de Guerra. De acordo com a argumentação do pasquim, sua demissão foi apenas o desfecho de uma história cheia de detalhes perversos. Esse cidadão negro teria sido empregado do Arsenal de Guerra por quatro anos. Desses, dois anos corresponderam a serviços gratuitos e o restante teria correspondido ao soldo de 150 mil réis.

Na época do assassinato de Clemente José de Oliveira, o senhor Candido de Assis empreendia uma peleja para ser reformado, uma vez que, ao ser realizada a reforma do Arsenal, seu nome não foi contemplado, mesmo tendo “imensos atestados de boa conduta, honra e probidade, que desempenhara seus deveres exatamente e que é de 7 de Abril”. Questionada a razão para tanto, a ocorrência de um engano na lista dos reformados [!] foi apresentada como justificativa para essa preterição. Qual não foi a surpresa de Candido de Assis quando, após ter apresentado requerimento à Câmara dos Deputados, recebeu uma portaria regencial demitindo-o de seu posto, sem se dizer a causa da demissão.

Há muito tempo que o Sr. Candido devia esperar pela sua demissão, pois em 1828 quando entrou para o Arsenal, fez-se crua guerra por ser *mulato*, a ponto do Sr. Thomaz Joze de Aguiar Sandinabo deixar de ir ao Arsenal por espaço de DOIS ANNOS, *vencendo o seu ordenado*, só porque não queria estar numa repartição com MULATOS (MHC, n. 5, p. 4).

O ponto de maior tensão, entretanto, estava em que após o Sete de Abril, Sandinabo, primo do regente Lima, resolveu retomar o seu lugar. No momento da reforma dos oficiais, esse foi contemplado, recebendo 1:000\$000, enquanto Candido de Assis recebeu como recompensa a demissão. Como acusa o pasquim, o problema não se encerra no reconhecimento de um ato de nepotismo, mas de racismo: “Quando dissemos que se perseguem aos homens de cor, gritam os chimangos apresentem provas! E quando as damos ao público eles metem logo a ridículo, arma sempre do fraco” (*Idem, ibidem*).

Ademais, assim como ecoa em *O Homem de Côr*, no *Brasileiro Pardo* há a denúncia de que os cidadãos negros, antes chamados a engrossar as fileiras dos liberais, passaram a ser desprezados e tratados por “patriotas de chinelo, homens de faca na manga, gente de cacete e

punhal, rusgientos”, etc. Partindo essas ofensas de cidadãos brasileiros, o redator coloca o antagonismo em outros termos, reconhecendo parte dos “adotivos” como mais uma peça do jogo comandado pelos moderados:

Os pobres adotivos, coitados, que são amigos, com razão, do que é seu; e que em se lhes dizendo que lhes querem roubar o seu toucinho e por ele *alma, vida e coração*; ao ouvirem dizer aos da súcia que os *cabras* os queriam roubar; estavam prontos a janizarar (*sic*), contanto que os não roubassem: quis a sorte, porém, que um deles, conhecendo o plano escrevesse o *Caramuru*, e abrisse os olhos aos seus, fazendo-lhes conhecer que os queriam para Janisaros e escadas, assim como eu e outros servimos (BP, n. 1, p. 2).

Com isso, reafirma-se a desconfiança em relação aos moderados e exalta-se o apreço dos “brasileiros de cor” pela honra e pelos valores da lei.

As intrigas envolvendo o raio de atuação da Guarda Nacional e as demais instâncias da segurança pública não findaram tão cedo. Pelo contrário, ao longo do tempo, tiveram seus contornos e sua disposição ampliados. A imprensa também não deixou de acolher essas idéias. Mais uma vez, a tipografia de Paula Brito serviu à reprodução do debate em meio impresso destinado ao público interessado. Posteriormente ao ano de 1833, serão editados em seu estabelecimento outros títulos com esse mote, como *O Guarda Nacional*, de 1836.

Mantendo o foco no recorte estabelecido para este trabalho, pude averiguar que o tratamento das questões referentes à Guarda Nacional constantemente fez uso da argumentação de base liberal exaltada em contrapondo às ações da facção moderada. Arbitrariedade e despotismo atuam como ponto dinâmico para o engendramento de representações em resposta aos problemas. Essas ora se pronunciam por meio de um legalismo de forma e fundo, ora com uma pegada mais acintosa, com nesta nota/aviso que encerra o primeiro número de *O Homem de Côr*: “O Homem de Côr como é livre sairá quando quiser, sem licença do Branco Presidente de Pernambuco; salvo se algum *Roldão* acutilar o Redator!...” (HC, n. 1, p. 4). Ou, antes disso, diante das ações desencadeadas sob o poder da Regência Trina Permanente e as possíveis conseqüências dessas no rumo dos cidadãos negros, é lançado o “conselho”:

[Sendo] coexistente com o poder a resistência, em vão pretende o governo destruí-la, ela só acabará com o poder, e nem diremos que ao governo compete a direção convenientemente da ação desta resistência, e o que não pensa desta forma jamais acredite conter pela força a Povos que já saborearam os efeitos da Liberdade; e se por algum tempo o poder fizer calar a resistência à opressão, a reação torna-se maior... (*Idem, ibidem*, p. 3).

Em face de tal desarranjo, o redator desautoriza os agentes do poder a falarem em temor da restauração, uma vez que os próprios governantes, em seus atos, é que estariam assumindo a postura de restauradores. Como prognóstico para esse quadro, o texto apregoa que não haverá crescimento da Nação sem o respeito aos preceitos constitucionais e sem o reconhecimento igualitário de todos os cidadãos.

Há, destarte, a manipulação de uma espécie de chave de acesso à arenga liberal exaltada com os moderados, que se revela no decorrer da leitura dos jornais e que informa sobre os caminhos da construção argumentativa empreendida. Novamente *O Homem de Côr* é ilustrativo. Em 28 de setembro, sábado, o pasquim aparece em seu segundo número com três artigos. O texto de abertura trata, a despeito do “branco Presidente Manoel Zeferino”, das duas propostas apresentadas pela Sociedade Federal de Pernambuco em 15 de agosto, que dispunham sobre “a decretação do banimento do Duque de Bragança”; e a suspensão de garantias e o aumento das penas. Sobre a primeira, entende-se ser essa perfumaria, pois “uma tal formalidade quando existe a força, de nenhum proveito poderá servir” (HC, n. 2, p. 1). Quanto à segunda, por seu caráter inconstitucional e ligar-se aos interesses específicos dos cidadãos, receberá tratamento mais detalhado. Seria até escusado dizer que a narrativa aborda ações arbitrárias incidentes, em grande parte, sobre o dia-a-dia de cidadãos negros; todavia, era disso mesmo que se tratava:

Para que suspensão de garantias? Os Pernambucanos deportados sem as fórmulas garantidoras da Liberdade para Fernando [de Noronha] (talvez por haverem muitos homens de cor) não convenceram a Sociedade Federal de Pernambuco de que tal autorização é ociosa? São sim esses mesmos homens que hoje ofertam as vidas e se batem desapiedadamente pela sustentação do governo central, da Sociedade Federal, e do branco Presidente. O que ontem fora crime tornou-se virtude só porque os credos são diversos (...) A Brigada não existe hoje no porão da Presiganga porque é composta de homens de cor? Ao mesmo tempo em que os baixos cortesãos do Duque de Bragança, João Paulo, Cônego Januário, Paula Barboza, Lages, Barbacena, João Rodrigues de Carvalho, e muito outros são pedestais do trono da moderação e nomes tão clássicos na história do servilismo e mesmo do crime são considerados liberais sem mancha por assim convir à facção moderada (*Idem, ibidem*, p. 2).

Dito isso, o redator segue acautelando os leitores sobre a tendência de os futuros atos governamentais conduzirem ao restabelecimento das condições vivenciadas antes do Sete de Abril – muito em virtude do possível retorno de José Clemente Pereira ao comando de uma pasta ministerial, que em 1831 excedia em desmandos na capital brasileira.

Para ratificar esse argumento, num outro artigo sobre “os tiranos que oprimem a Pátria”, o jornal manifesta o seu compromisso de lembrar aos leitores o embate e as

agressões ocorridas dois anos antes no Teatro São Pedro, ponto habitual dos exaltados, no mesmo 28 de setembro: “Mas acreditarão os vindouros que em um século esclarecido depois do movimento de 6 de Abril, os filhos da revolução pretenderam manter-se à força de crime e do sangue dos seus outrora irmãos?” (*Idem, ibidem*, p. 3).

Em virtude de um tumulto provocado pela briga entre dois oficiais, Saturnino de Souza e Oliveira, juiz de paz suplente da freguesia de Sacramento, mandou fazer fogo contra cidadãos desarmados que estavam no teatro em divertimento. De acordo com *O Carioca*, “o ministro de Justiça [Diogo Feijó], que devia mandar devassar e proceder contra os culpados, elogiou o juiz, a Sociedade Defensora fez o mesmo, e o resultado desse procedimento foi ser agora eleito deputado pelo Rio de Janeiro o mesmo juiz de paz” (CC, n. 7, p. 4). Igual sorte teve Feijó, eleito senador também pelo Rio de Janeiro. Contra esse estado de coisa, reclama *O Homem de Côr*:

Se ao menos os criminosos não passeassem entre nós, se os remorsos os cercassem por todos os lados, deixaríamos de desabafar nossos peitos ulcerados; mas se as vítimas não foram vingadas, e o crime tem entre nós uma proteção tão demarcada, é preciso que hoje lamentemos a sorte adversa das famílias que ficaram entregues à miséria e à orfandade pela satisfação dos novos canibais (HC, n. 2, p. 4).

A querela maior se dava pelo fato de a impunidade agraciar tão constantemente personalidades como Saturnino Souza e Oliveira e o Padre Diogo Feijó. Essa realidade tinha, portanto, de ser confrontada com os valores liberais – tão na moda –, haja vista que esses mesmos princípios eram vulgarmente usados na retórica dos autocráticos de plantão. O curioso é que, em aparente contradição, esses valores eram também chamados a justificar as mais variadas arbitrariedades.³⁷ De todo modo, parecia valer de alguma coisa a denúncia. Caso contrário, o que mais justificaria a feitura de uma listagem com as ações degradantes, aos olhos do periódico, que o governo moderado vinha empreendendo?

Dizer-se aos adotivos que os Brasileiros querem roubá-los, e persuadindo-se depois aos Brasileiros que adotivos são restauradores. (...) Fazer liga com criminosos do tempo de D. Pedro, perseguindo aos que de boa fé trabalharam para o engrandecimento dos paus de laranjeiras. Reduzir o Povo à miséria, ampliar o tesouro, não pagar aos Militares, ao passo que os oficiais de Permanentes têm um soldo vantajoso (*Idem, ibidem*, p. 3).

³⁷ Ao suplantar o debate dualista entre idéias avançadas e realidade atrasada, o crítico literário Roberto Schwarz representa a dinâmica das idéias no Brasil oitocentista. À luz da obra de Machado de Assis, esse intelectual contribuiu em larga escala para a percepção do quanto de realidade havia na aparente farsa dos discursos da elite brasileira. Uma versão bem condensada desse entendimento encontra-se no ensaio “As idéias fora do lugar” (Schwarz, 1992, p. 13-25).

Os moderados eram repetidamente tratados como os que prioritariamente estariam a serviço de D. Pedro I ou da manutenção da ordem anterior. Só que, paralelamente, *O Mulato* apostava no futuro com D. Pedro II, como um tempo em que seria suplantada a “pestilenta corja de chimangos” que perseguiram os homens negros livres, em especial aqueles exaltados. Assim termina o conteúdo deste exemplar: “salvaremos de uma vez a Liberdade e o Brasil, nossa cara Pátria. Nisso confia *O Redator do Mulato*” (*Idem, ibidem*). Nesse ambiente, não era tão difícil apontar culpados para tantas mazelas:

Muito se esforçam os moderados para dividirem os homens de cor, e chamar o odioso sobre esta gente, que tem defendido com coragem o Brasil desde a gloriosa luta da sua Independência. Perseguições atrozes têm-se feito; as folhas *chimangas* têm vomitado impérios contra os homens de cor, e tudo para quê? Para só pôr em desespero a ver se saem a campo, e depois levá-los a ferro e fogo, como se fez em três de Abril! Porém, muito se enganam os chimangos, hoje já não pegam as bichas!!... (MHC, n. 5, p. 3-4).

As palavras dão por certo que os “homens de cor” tinham um afinado entendimento da situação, garantido pelo acúmulo obtido anteriormente. Realmente, ao repertório do liberalismo – fosse exaltado ou moderado – é devido um valor de novidade na luta contra a discriminação racial naqueles anos, mas é preciso atentar para o fato de que as práticas cotidianas de resistência ao racismo vinham de bem antes. De diferentes modos, eram aproveitados os mais variados recursos disponíveis para o seu estabelecimento. Assim, é preciso reconhecer, as idéias européias desempenharam papel secundário e ao mesmo indispensável na fatura dos pasquins negros de 1833 – o que, por sua vez, não lhe garante ser a pedra fundamental da tarefa, aquilo que provocou a percepção dos problemas e a produção de respostas.

Evidenciando melhor essa assertiva, veja o caso introduzido pelo *Brasileiro Pardo* em “HISTÓRIA VERDADEIRA – *O Preto, e o decreto da regência*”. Chamando o leitor – ou o ouvinte – a acompanhar a história, o redator principia: “Eu vou contar-vos, meus leitores, um fato acontecido há poucos dias, cuja veracidade vos afianço e do qual haveis de pasmar: achareis nessa história descritas diversas paixões d’alma, como a soberba, o patronato, o crime, a impunidade, e a clemência da Exma. Regência inviolável, referendada por Sua Insolência o ministro das injustiças” (*Idem, ibidem*, p. 3).

Tratava-se da prisão de um negro escravizado, cujo nome não é mencionado e que havia sido pego por capitães do mato portando uma faca. Esse homem foi conduzido ao juiz de paz, o qual notificou o ocorrido a Joaquim Moreira da Costa, a quem o “preto” estava submetido. Ocorre que Moreira da Costa não deu a menor importância às formalidades do juiz

de paz. Pouco depois, o juiz de paz recebeu ofícios do ministro da Justiça Aureliano de Souza e Oliveira, por meio dos quais esse intervém no caso, desabona o poder daquela autoridade local e até mesmo perdoa a pena estabelecida ao escravizado – cinquenta açoites e um mês de ferro ao pescoço.

À primeira vista, o debate racial perde o sentido. Entretanto, o termo de comparação utilizado é o caso de Maurício José de Lafuente. Ou seja, em vez comparar o caso de Lafuente com o do “preto”, como a outra peça-chave, a argumentação adota o senhor Joaquim Moreira Costa como tal. A discussão sobre as arbitrariedades do governo gira em torno das diferentes formas de tratamento para com cidadãos negros e brancos, um ato condenável:

...pois agora seria bom que vós perguntásseis aos escravos dos novos laranjeiras [moderados], se foi também a magistratura, ou o Poder Judiciário, quem, por desfeitear um Juiz de Paz, e por patronato ao dono do escravo, perdoou um negro que estava de faca; e isto quando, para tirarem as armas ao *Lafuente*, puseram o Picanço dos óculos, e *ejusikem fur-furis*, a cassar as licenças que se haviam concedido aos cidadãos ameaçados para poderem trazer armas em sua defesa (*Idem, ibidem*).

Com esse espírito o *Brasileiro Pardo* faz uma apreciação acerca das atividades das Sociedades Defensora e Federal, as quais estariam forjando propostas de remoção do tutor de D. Pedro II e deportação dos papeletas.³⁸ O redator desconfia dessa movimentação e chega a considerá-la parte de uma estratégia para “despovoar o Brasil, porque depois dos papeletas não de ir dos adotivos, depois os natos que não convierem, depois sabe Deus quem!” (*Idem, ibidem*, p. 4). Há o temor de o alvo futuro ser os próprios “homens de cor”: “*Mata chumbo hoje, e mata rusguento amanhã é o credo de tais homens*”. Por fim, o número se encerra com o seguinte comentário: “Quando foi preso o *Lafuente*, disseram dois chimangos – como teve o bode tanta gente por si! Eis-aquí o que são chimangos a respeito de pardo!” (*Idem, ibidem*).

Não resta a menor dúvida de que essa história é complicada. Mas se a paciência for amiga, haverá condições de se atinar para o fato de que foi justamente a fim de fazer frente à arbitrariedade de Aureliano de Souza e Oliveira a favor de Joaquim Moreira da Costa, num caso, e contra Maurício José de Lafuente, em outro, que se acionaram as idéias liberais de respeito à lei e à ordem. Não foi gratuitamente, pois, que a atitude do escravizado vinha à cena para ser condenada. Essa serviu de trampolim para se alcançar o objetivo final, que era a defesa de Lafuente. Logo, percebe-se que a utilização de prosa liberal-iluminista tinha

³⁸ De acordo com o glossário feito por Jeane Berrance de Castro, o termo papeletas corresponde ao “nome dado aos portugueses, que deveriam trazer sempre com eles o atestado de nacionalidade, passado pelos respectivos cônsules” (1979, p. 253).

momentos determinados para acontecer. A condenação e a absolvição das práticas eram bem relativas, sempre negociadas.

Outra expressão desse quiproquó emerge das páginas de *O Lafuente*, uma afronta dirigida a um certo “Doutor Toucinho”, talvez Lino Coutinho, conforme referência feita no *Brasileiro Pardo*. A provocação toma como gancho o seu pertencimento racial, estratégia não empregada nos outros pasquins:

O renegado Doutor Toucinho mostra bem a raiva que o devora e que consagra a tudo o que é homem; animal de nova espécie, ele aborrece os seus semelhantes, os homens de cor, não se lembrando que uma mulata escrava do P. Batalha lhe deu a vida; mas de que se admira o *Lafuente*? Acaso são os homens de cor parasitas sem vergonha, e sem caráter, ladrões, perjuros, e assassinos? Homens briosos, inimigos da Tirania, e da ladroeira a não poder jamais se adidos ao partido que os açoita, e agasalha, que rouba, perjura, alcova..., mata, caloteia, com eles, e eis explicada a razão porque os FONSECAS, BORJES e os BARBACENAS, os TORRES, os PAULOS JOËS, e os CARVALHOS estão tão intimamente ligados: *similes cum similibus!* (*Idem, ibidem*, p. 2).

Fica delineado o quanto o pertencimento racial naquela sociedade informava sobre várias instâncias do cotidiano de seus cidadãos negros e brancos. Aos negros – “mulatos”, “pardos”, “de cor”, “cabras”, “cabritos”, etc. –, tanto a afirmação quanto a tentativa de silenciamento dessa identidade podiam levar à ridicularização, variando de acordo com os interesses de onde a fala emergisse.

Como aparece no trecho transcrito, era importante lembrar a Doutor Toucinho, dissidente dos interesses anti-moderação, sua origem (filho da “mulata escrava do P. Batalha”), ainda que para chamá-lo atenção para os prejuízos que estaria produzindo ao conjunto dos “homens de cor”. Esse tipo de exposição era cabível como contra-argumento. Enquanto eram presumíveis, ainda que revoltantes, os atos arbitrários de Carlos Miguel de Lima, filho do regente Francisco de Lima e Silva, a postura de Doutor Toucinho era um desvio digno de hostilidade apenas, pois aos “homens de cor” corresponderia o papel de “homens briosos, inimigos da Tirania, e da ladroeira...”.

Diante desses episódios, a cobrança e a reprovação pelo fato de o sistema escravista não ser imediata e declaradamente atacado nas páginas desses pasquins negros do início do século XIX perdem o sentido de ser. Obviamente seria mais agradável aos leitores de hoje encontrar nessas representações fragmentárias do passado tamanha sintonia com os desejos da atualidade, mas nem só de alegrias vive a historiografia.

A população negra era interpelada por um divisionismo cotidiano, próprio das lógicas racistas. A coerência, portanto, não pôde se processar a partir dos idealizados valores e

imagens branco-brasileiros, muito menos dos branco-europeus. Práticas específicas foram moldadas. Mais que tudo, os feitos conseguiram se manter congruentes com os fins virtualmente acordados. Qualquer gesto de entendimento por um viés moralizante acaba por encapsular os resultados das produções de sentido manifestas, por exemplo, na imprensa. Vozes antes estridentes repentinamente se calariam e pouco ou nada se entenderia.

Em sua realidade, esses jornais demarcaram e mais registraram um avanço de parte da população negra em seu próprio benefício. Existiram não no subterrâneo da história, mas nas ruas, casas, tipografias, em lugares públicos e privados da cidade do Rio de Janeiro, a cidade negra. Essa característica lhe confere grandeza. Suas possíveis limitações lhe afiançaram humanidade.



CAPÍTULO III

DO LEÃO DO NORTE SEGUIU A NOTÍCIA:

“REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL”

– 1 –

O RECIFE NO TEMPO DE *O HOMEM* FALAR

A liberdade não é a igualdade. Somos livres,
segundo a Constituição Política, mas a igualdade
ainda está muito longe de nós.
O Homem, n. 9, p. 2

Queremos que qualquer carcamano que nos engraxa
as botas pelo nosso dinheiro não se julgue superior a
nós somente por pertencer à classe dos pretensos
descendentes de Cáucaso.
O Homem, n. 5, p. 1

Menos de cinco anos se passaram desde que a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, anunciara oficialmente à Nação que dentro em pouco o contingente de escravizados seria absolutamente convertido em cidadãos. O escravismo seria finito no Brasil desde que não ocorresse um retrocesso na legislação. No entanto, diferentemente do sugerido pela euforia imediata, essa medida não traria mudanças tão radicais à paisagem brasileira oitocentista, seja pela fragilidade da própria lei e dos procedimentos tomados para sua aplicação,³⁹ seja por a condição de cidadania vir sendo experienciada por consideráveis parcelas da população negra há algum tempo, o que lhe tolhia o caráter inovador.

³⁹ Édison Carneiro entende que “a Lei 2.040, sancionada pela Princesa Isabel, Regente do Império, levou a seu termo uma batalha que se arrastou, sem grandes lances, por mais de vinte anos. Travada num período de crise econômica e social, agravado pela crise externa, a batalha nada teve de decisiva. (...) O senhor foi constringido legalmente a criar e tratar os ingênuos até os 8 anos, mas podia optar pela utilização dos serviços, passando esse prazo, até a maioridade [21 anos] – ou por uma indenização de 600\$” (Carneiro, 1980, p. 19). Afora isso, no que

Factualmente, essas pessoas de um jeito ou de outro transitavam pelos mais diversos espaços sociais – representações iconográficas que chegaram à atualidade revelam fragmentos dessa realidade (Imagens 10-12). Outrossim, ultrapassados marcos e eventos de importância simbólica e/ou efetiva, como a Lei de 7 de novembro de 1831, proibindo o tráfico de africanos para o Brasil, declarando livres os que aqui chegassem posteriormente; a sua subsequente ratificação em 1850; a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870; bem como conquistadas alforrias por meio de recursos mais ordinários, a exemplo das apelações judiciais e das compras diretas, negros e negras em liberdade tornaram-se paulatinamente elementos comuns à cena de várias cidades do país.



Imagem 10

Rua da Cruz, antes Rua dos Judeus, depois Rua do Bom Jesus
Gravura de Luis Schlappriz

Tratava-se de um processo que ganhava força ano após ano. Em Pernambuco, em 1833, setores dos poderes locais não se furtaram a reconhecê-lo e tentar enfrentá-lo. Manuel Zeferino dos Santos, presidente da província, propôs a criação de batalhões da Guarda Nacional segundo os quilates da cor dos cidadãos soldados, no intuito de controlar os passos

teve de avanço, a lei fracassou. Nesse ponto, as providências tomadas para a não-execução do Fundo de Emancipação deram um bom exemplo. Nas palavras de Carneiro: “A burocracia retardava consideravelmente as manumissões, retardando, em conseqüência, a extinção da escravidão. Era tão lenta a tramitação dos projetos nas juntas regionais e locais que André Rebouças, em 1874, observou que no Tesouro estavam implicados 4000 contos do Fundo – o que significava que pelo menos 4000 indivíduos continuavam sob o cativo, havendo recursos para alforriá-los” (*Idem, ibidem*, p. 23).

dos membros da classe “mais numerosa”, a saber, a formada por negros, também chamada de a “classe dos homens de cor” (HC, n. 1, p.1).

Distante do burburinho da capital do Império, naquela província do “Norte”, esses sujeitos viviam intensamente a cidade do Recife. Ao reverenciar cenas e personagens pernambucanas do século XIX, Estevão Pinto reconhece: “as ruas, com os seus negros, com os seus nichos, com as suas quitandas, atraem a atenção dos estrangeiros” (1922, p. 11). Um pouco distante desse fascínio de coordenadas exóticas, os relatos também informam sobre demonstrações menos amistosas no contexto de tal convivência. Assim aparecem episódios como os que se deram em 1823, quando milicianos negros, à porta dos quartéis, cantavam as rimas: “Marinheiros e caiados / Todos se devem acabar / Porque só pardos e pretos / O país hão de habitar” (*Idem, ibidem*, p. 155).

Essas cenas, que num golpe de vista evidenciariam posicionamentos diametralmente opostos, acabam por iluminar uma infinidade de muitas outras.⁴⁰ São histórias cujo fio condutor leva a práticas cotidianas particulares, a partir das quais houve ocasião até para o lançamento de um jornal que logo em seu frontispício afirmava ter por fim principal “promover a união, a instrução e a moralização dos homens de cor pernambucanos”. A folha advogaria a causa dos interesses legítimos do grupo ao qual se ligava e defenderia seus direitos políticos propagando para que a Constituição fosse “uma realidade para todos os brasileiros sem distinção de classes”. E mais, *ipsis litteris*: “As injustiças que lhes forem feitas serão levadas ao conhecimento do público para que a maldição geral caia sobre aqueles que as tiverem praticado e o mesmo terá lugar relativamente à opressão e perseguição que sofrerem” (HM, n. 1-12, p. 1).

O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, semanário impresso na Tipografia Correio do Recife ao pátio da Matriz de Santo Antônio nº 15, localizada na Praça da Independência, deu início à sua coleção de doze números na quinta-feira de 13 de janeiro de 1876. Sua apresentação à capital da província começava com o asserto:

Há tempo de calar e há tempo de falar. O tempo de calar passou, começou o tempo de falar.

A classe dos homens de cor, sem dúvida nenhuma, a mais numerosa e a mais industriosa do Brasil, parece atualmente voltada ao ostracismo pelos homens que nos governam, contra toda a justiça, contra a própria lei fundamental do país.

⁴⁰ Entre as inúmeras situações possíveis, o historiador Marcus Carvalho identifica no artigo “Os nomes da Revolução – lideranças populares na Insurreição Praieira” (2003) a participação de homens negros na revolta, sobretudo nos espaços urbanos de Olinda e Recife.

Embora os particulares tratem-nos com as atenções merecidas, embora muitos dentre eles se achem ligados conosco pelos laços da mais sincera amizade, todavia os fatos denunciam que o partido que há tempos predomina na província parece manter o propósito desleal de ir apartando dos empregos públicos aqueles nossos que para eles haviam sido nomeados por consideração de seus talentos e virtudes, conforme preceitua a Constituição do Império (HM, n. 1, p. 1).

A inquietação marcava o ritmo da escrita e de suas motivações, os fatos. Debalde alguns brancos apoiassem as demandas dos cidadãos negros, a exceção servia para confirmar a força da regra. Nos tempos de D. Pedro II, práticas segregacionistas davam contornos cada vez mais definidos à sociedade brasileira, à nação que se queria formar. Na percepção do periódico, a Carta Magna corria o risco de ser apenas adorno nas mesas dos medalhões Brasil adentro. Não por outro motivo, o primeiro artigo de fundo põe à prova a crença de que o trabalho livre seria, de fato, instrumento para a equiparação de sujeitos tratados como desiguais ou somente engano motivado pelo calor da hora (*Idem, ibidem*).



Imagem 11

Rua da Cruz, então Rua do Bom Jesus, 1885
Fotografia de Guilherme Gaensly

Em *O Homem*, não há indícios que sequer sugiram um reconhecimento ou a arquitetada continuidade do empreendido nos pasquins negros do Rio de Janeiro, mas o que nos anos de 1830 grassava como risco se transformara em dado da realidade de Pernambuco em meados da década de 1870, tendo destaque no jornal:

Sim houve tempo em que já tivemos deputados gerais, deputados provinciais, chefe e delegados de polícia, juizes municipais, desembargadores, tenentes coronéis comandando batalhões da guarda nacional, chefes de repartições, intérpretes

públicos, secretários da presidência, da instrução pública, e do Ginásio, professores de instrução secundária, e vários outros empregados de uma condição menos elevada, o que tudo nos dava consideração e fazia que fossemos tratados em perfeito pé de igualdade com os demais cidadãos; infelizmente porém, deste expendido estado maior com que nos honrávamos, quase nada existe. Não há mais nesta província um só emprego de alta importância e consideração que seja exercido por homem de cor! (*Idem, ibidem*).

Diante do agravamento da situação, é curioso observar que à medida que o sistema escravista tinha suas estruturas mais e mais fragilizadas, aumentavam-se os problemas para a população negra livre e liberta. O crescente número de cidadãos negros e mesmo de escravizados no decurso do Oitocentos não deixou arrefecer nas elites o debate sobre o que se entendia e se pretendia como povo brasileiro. Mesmo porque, segundo os dados do Censo Demográfico de 1872, ao menos 58% da população nacional era negra (pretos e pardos) (Alencastro, 1997b, p. 83). E é preciso não esquecer que grandes chances de imprecisão envolvem esses dados, podendo a cifra ter sido ainda mais expressiva. A desconfiança fundamenta-se nos desdobramentos relativos aos impasses gerados pela proibição do tráfico após 1850, aos quais os escravocratas muitas vezes responderam com a não-declaração das pessoas escravizadas ilegalmente. E antes de tudo, em face de hostilidades permanentes, a identificação como não branco estava submetida a temores de retaliações, fazendo com que “livres e libertos procurassem ser brancos” – prática logo reconhecida por Luiz Felipe de Alencastro (*Idem, ibidem*).

No caso específico da província de Pernambuco – que tempos antes recebera o honroso apelido de Leão do Norte, em virtude de sua importância na política nacional –, a crise da economia açucareira, aliada à proibição do tráfico internacional de mão-de-obra negro-africana escravizada, que favoreceu o tráfico interprovincial não logrou dispersar a notável participação negra entre a população local, principalmente as dos segmentos livre e liberto. De um total de 834.314 habitantes, conforme o Censo de 1872, os pretos e pardos somavam 63,9% da população. Dessa mesma soma retira-se também que 10,5% da população era ainda escravizada à época. Ou seja, à sua maneira, os números confirmavam o que *O Homem* já dizia em seu primeiro número: os cidadãos pernambucanos eram majoritariamente negros (Alencastro, 1997a, p. 474 e 479).



Imagem 12

O cais do Trapiche, 1875
Fotografia de Marc Ferrez

Para além das limitações estatísticas, o caso é que certa infiltração de indivíduos da “classe dos homens de cor” em espaços de prestígios instou a aristocracia a se pronunciar. Cerca de um ano antes do surgimento de *O Homem*, “chegou ao ponto de publicar-se pela imprensa, e no próprio jornal oficial [o *Diário de Pernambuco*], *que a nossa sociedade repugna aceitar homens de cor para empregos em que tenham de representar papel de pai, e outras insolências mais*” (HM, n. 3, p. 2). A atitude, em vez da reprovação do governo, foi bonificada, mesmo estando disponível o expediente de se acusar apenas o publicista responsável pelo texto ou o jornal. De tal sorte, nem sempre interessava dissimular a situação de conflito. Assim,

o atrevido que isto escreveu, em vez de ser demitido, como indigno, do emprego que já tinha, recebeu do ex-presidente Lucena um outro emprego em prêmio do seu atrevimento, e ainda presentemente é conservado funcionando em duas repartições provinciais diferentes no mesmo dia e recebendo quatro contos e tantos mil réis de ordenado. (...) ao mesmo tempo em que tais escândalos se praticavam, eram demitidos ou forçosamente aposentados, em um só ano, seis homens de cor que ocupavam diferentes empregos com perícia e honradez, não sendo nomeado nenhum dessa classe para substituí-los (HM, n. 3, p. 2).

O desejo e os esforços manifestos de impedir que negros assumissem até os cargos de pouco prestígio não deixavam muita coisa a fazer além do estabelecimento de um espaço para a resposta e o confronto. Aqui repousa outra justificativa de *O Homem*. Pois mesmo que algumas medidas acenassem para a democratização dos espaços públicos – como foi à época a Lei do Ventre Livre –, eram sempre engendradas prevendo a manutenção do controle sobre

as pessoas negras livres do futuro próximo. A historiadora Clarisse Nunes Maia, embora não incorpore abertamente a discussão racial em seus argumentos, destaca:

Nas últimas décadas do século, com a Lei de 1871, que preparava o caminho para a formação de um mercado de trabalho livre, há uma intensificação na repressão à vagabundagem em nível municipal e as posturas servirão a este propósito.

Em Pernambuco elas eram propostas pelas Câmaras Municipais, avaliadas pela Assembléia Provincial, a qual, depois do seu parecer, enviava-as ao presidente da província para serem aprovadas ou não (Maia, 2001, p. 24).

Em diálogo como o Código Criminal do Império em determinados momentos, tais leis recaíam sobre os populares que realizavam suas tarefas e ações diárias à vista de toda a cidade, uma vez que essa era entendida também como um espaço do povo. Muita coisa acontecia nas mais variadas ocasiões e espaços em que as pessoas se encontravam – festividades religiosas, carnavalescas ou até ajuntamentos fortuitos. O que se passava incomodava à gente dos “salões, esquinas privilegiadas e lojas de pura escolha” e seus tantos outros simpatizantes. Entre as medidas repressivas, decorre a instituição em 1875 da postura que proibia “livres e escravos” de “afixar cartazes, anúncios, avisos, etc., nas paredes ou esquinas”. Localizado acima da implicância pueril, o asseio dos espaços públicos serviria de despiste para a garantia da segurança pública de particulares. Até mesmo a iluminação se tornava assunto de segurança, uma vez que “as áreas que possuíam iluminação pública eram freqüentemente as mais abastadas da cidade e que tinham comércio intenso” (*Idem, ibidem*, p. 34).

Tema de inúmeras queixas entre os cidadãos aos quais se dirigiam, intervenções dessa natureza não deixaram de ser capturadas e repreendidas nas páginas do *Homem*. No intuito de fazer frente à regra comezinha do “Aos amigos tudo, aos inimigos a lei!”, ao tempo em que recorria ao repertório legalista para autenticar sua fala, quem redigia os artigos também se municiaava para a defesa da cidadania dos negros livres e libertos e o respeito aos direitos básicos dos por ora escravizados. Condignamente com esse propósito, escrevem-se declarações como esta:

Queremos a efetiva realização da igualdade constitucional para todos os brasileiros, qualquer que seja a classe a que pertençam; queremos *como um direito que nos é outorgado pela própria natureza e reconhecido pela lei fundamental do país* aquilo a que a uns tem sido até hoje absolutamente recusado, e a outros dado somente a modo de favor ou antes de esmola; queremos que os indivíduos que têm cor mais escura não sejam, somente por isso, considerados como inferiores aos que têm a cor mais clara, como se a cor, qualquer que ela seja, por si pudesse dar ou tirar merecimento a alguém; queremos a extinção total da escravidão no Brasil, único país do mundo em que tão reprovada instituição ainda desgraçadamente existe (HM, n. 4, p. 2).

Antes mesmo de tais arrazoados, o próprio desenho do cabeçalho do jornal condensaria esse complexo exercício argumentativo e anunciaria as correntes filosóficas acionadas para o desenvolvimento do pensamento a ser exposto (Imagem 13). A tríade da democracia iluminista – liberdade, igualdade e fraternidade – ocupa duas posições na cabeça da página inicial. Primeiramente, as palavras encontram-se ao centro do cabeçalho, inseridas num arabesco que sustenta o título do periódico. Em seguida, são distribuídas na porção superior, emoldurando também a denominação *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. À direita, lê-se: “LIBERDADE: Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. Const. Art. 179 § 1”. À esquerda: “FRATERNIDADE: Aquele que tem ódio a seu irmão está em trevas e anda nas trevas, e não sabe por onde vai porque as trevas cegaram seus olhos. S. João. Ep. I cap. II v. II”. Entre essas: “IGUALDADE: Todo cidadão pode ser admitido em cargos públicos, civis, políticos ou militares sem outra diferença que não seja a dos seus talentos e virtudes. A lei será igual para todos quer proteja quer castigue, e recompensará em proporção dos merecimentos de cada um. Const., art. 179, § XIII e XIV” (HM, n. 1-12, p. 1) – mesmo artigo utilizado no cabeçalho de *O Mulato ou O Homem de Cór*.



Imagem 13

Cabeçalho de *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*

Ao sabor dos costumes, davam-se vestimentas européias aos argumentos estimulados pelas necessidades criadas em solo brasileiro. Na contramão desse intuito de engrandecer o debate, ocorre, porém, que tal prática foi acompanhada constantemente pelo mal-estar advindo do sentimento de imitação. Foram muitos os publicistas e intelectuais coetâneos que deram por certa a inércia cultural brasileira. Tratar-se-ia de um país que pouca ou nada

produzia de original, que preferia a imitação das coisas do Velho Mundo – e, para piorar, de forma muito capenga. Participante ativo dessa alteração de longa data, o padre pernambucano Miguel do Sacramento Lopes Gama, por meio de seu *O Carapuiceiro*, reclamaria em crônica de 14 de janeiro de 1840: “E quantos negócios nossos são decididos a trouxe-mouxe só por arremedo à Inglaterra e à França!” (Gama, 1996, p. 342). A confusão existia, porém, muito mais do que “macaquear”, no Brasil assistiu-se também a uma série de ressignificações, um dos fundamentos de dinâmicas culturais de países colonizados.

Dilemas da intelligentsia à parte, sintonizada a essa prevalência dos influxos ingleses e franceses, em *O Homem* a associação entre iluminismo e liberalismo fez com que um servisse de sinônimo ou complemento do outro. Ao serem postos a girar na órbita do combate à discriminação contra os “homens de cor”, passavam a contribuir para a contenda à qual o jornal se lançava. Por ora, importa fixar que tal manobra facultou desencadeamentos vários dispostos em outras partes do jornal – o que será abordado adiante.

Ainda sobre os recursos argumentativos encontrados no cabeçalho de *O Homem*, relativa novidade ficava a cargo do uso da passagem bíblica para alertar sobre a importância da fraternidade em benefício da população negra. Mesmo que as leis e as práticas discriminatórias intentassem afastar os descendentes de africanos do convívio democrático, como cidadãos ou como iguais perante as leis naturais e divinas, eles se colocavam como irmãos de todos os brasileiros sem distinção de cor. Por isso protestavam. A partir daí, até mesmo a defesa dos direitos básicos dos ainda escravizados e de sua libertação saía fortalecida.⁴¹ Outra razão para a presença daquele dito cristão pode se encontrar na própria figura do coordenador do jornal. Em *Letras Católicas em Pernambuco*, Alfredo Xavier Pedroza afirma que *O Homem* existiu “graças à operosidade intelectual e ao zelo cristão do Dr. Felipe Nery Collaço, que o redigiu e publicou” (Pedroza, 1939, p. 107). Somado a essa devoção do diretor, o local de impressão do jornal também manteve estreita relação com a Matriz de Santo Antônio.

Em conformidade com Pedroza, e com base nos *Annaes da Imprensa Periódica Pernambucana*, de Alfredo de Carvalho, Leonardo Dantas Silva também atribui a Felipe Nery

⁴¹ Célia Maria Marinho de Azevedo nota que essa tendência não se repetiu entre a maioria esmagadora de abolicionistas brasileiros. A historiadora registra que “os abolicionistas brasileiros adotaram uma fala secular e utilitária na qual Deus representava um papel meramente decorativo. (...) O papel que cabia a Deus era o de emoldurar argumentos seculares, ou seja, de trazer a eles um tom de compaixão, o qual serviria bem às pessoas criadas de acordo com os preceitos católicos, sobretudo quando mencionavam aqueles situados em posição inferior na hierarquia social” (1995-1996, p. 100).

Collaço a direção e a redação de *O Homem* (1988, p. 1).⁴² Certamente, essa não foi a primeira experiência de Collaço no jornalismo. Uma busca nos arquivos da Biblioteca Nacional indicou que sua atuação remonta, pelo menos, ao ano de 1852, quando da publicação de *O Jardim das Damas: periódico de instrução e recreio, dedicado ao bello sexo*, pela Tipografia de M. F. de Faria, entre os meses de janeiro e novembro. Outras duas referências são *O Monitor das Famílias: periódico de instrução e recreio*, impresso na Tipografia Brasileira, entre dezembro de 1959 e janeiro de 1960; e *O Ramallete: periodico litterario e critico illustrado*, editado na Tipografia do Diário do Recife em 1861. Todos os três títulos circularam na cidade do Recife e foram editados e redigidos por Collaço.

O publicista, evidentemente, nem sempre desempenhou suas atividades jornalísticas direcionado para o combate à discriminação racial. Mesmo assim, o conteúdo e a estrutura de *O Homem* não condizem com um entendimento raso ou imediatista sobre os temas tratados. A leitura dos doze números leva a crer que houve tanto o acúmulo de experiências e conhecimentos acerca dos problemas enfrentados pela população negra pernambucana quanto o esforço reflexivo para o estabelecimento eficaz de contestações e contraposições. Foi por meio de uma polêmica estabelecida com *A União*, folha recifense que recentemente voltara à ativa, que mais informações sobre a identidade do principal redator de *O Homem* puderam ser encontradas:

Dando notícia da aparição do *Homem*, a *União* diz que ele não tem objeto porque entre nós não se olha para a cor do homem, uma vez que ele tenha merecimento elevado na hierarquia social (esta gente tem uma coisa na consciência e outra na boca).

“O próprio redator da folha, continuará ela, é uma prova do que dissemos, pois sendo da cor preta, segundo consta (repetimos tem uma coisa na consciência e outra na boca), todavia é doutorado pela Faculdade de Direito, tem ocupado diversos cargos e atualmente está gozando de uma jubilação como professor de instrução secundária da província.”

A *União* sabe que essa jubilação foi toda acintosa, e que o redator principal do *Homem* teria sido demitido se pudesse sê-lo; mas não fale ela tão altaneira, porque, mais dias menos dias, pode ser que logo seja também descarregado sobre seu proprietário e principal redator um golpe igual ao que sofreu o redator do *Homem*, porque ambos são, segundo consta, da mesma cor, sendo somente ele um pouco mais *fulinho* (HM, n. 3, p. 4).

Collaço seria, então, um descendente de africanos em Pernambuco. Em todo caso, a tarefa de pôr *O Homem* na rua não foi desempenhada por uma só pessoa. Uma vez não encontrados documentos que desmentissem a presença de Felipe Nery Collaço na obra, tal

⁴² Outra referência a *O Homem* encontra-se no sexto volume da *História da Imprensa de Pernambuco*, de Luiz do Nascimento (1972, p. 29-31).

informação foi acatada. Contudo, não sem o reconhecimento de o jornal contar com a participação de outros colaboradores; e de que a partir do quinto número o periódico deixara de ser uma propriedade individual: “O *Homem* passou a ser propriedade de uma associação. Pondo de parte esta ligeira modificação, continuará do mesmo modo que até o presente advogando a mesma causa, e propugnando pelos mesmos objetivos e pelo mesmo fim” (HM, n. 5, p. 3) – alteração confirmada no cabeçalho das edições seguintes.

Verdade seja dita, são poucos os textos identificados com a assinatura de seus respectivos autores. Entre esses, a maioria corresponde à transcrição de trechos e artigos anteriormente publicados. Mas, de modo geral, este jornal teria sido um feito dos “homens de cor”, pois é desse local de fala que o narrador ou os narradores se apresentam nos artigos de fundo, que abrem quase todas as edições, e nos escritos de opinião. Tanto isso era regra que, quando acontecia de um não negro ter seu texto opinativo publicado, o fato era rigorosamente notificado. A primeira ocorrência desse tipo encontra-se no quarto número, de 3 de fevereiro, sendo assim apresentada:

Em outra seção desta folha damos publicidade ao comunicado com que nos honrou o Sr. que assina *Um que não é de cor*, e para o qual chamamos a atenção de nossos leitores. O ilustrado comunicante compreendeu perfeitamente o nosso pensamento e faz perfeita justiça aos nossos sentimentos... (HM, n. 4, p. 2).

O expediente não era, pois, fortuito. Além de servir para reafirmar os objetivos da folha, a publicação daquele artigo e de outros escritos com a mesma origem contribuiriam para ampliar a legitimidade do trabalho desenvolvido. Em resposta aos insultos que *O Homem* ora recebia, aproveitou-se o ensejo para dizer: “não trabalhamos, como querem inculcar os mal intencionados, para plantar a desunião na família brasileira, trabalhamos sim para mais fortemente uni-la” (*Idem, ibidem*). Indo ao encontro da linha editorial do periódico, o artigo do “que não é de cor” parabeniza a iniciativa e aposta na reversão próxima do quadro de desigualdades:

Os interessados na manutenção do *status quo* gritam, berram, ridicularizam, descompõem (é só isso o que podem fazer), mas a despeito de todos esses meios merecedores de toda a reprovação dos homens imparciais e justos, a idéia nova, mais cedo ou mais tarde, ficará vitoriosa. (...) Avante pois o *Homem*, avante! (*Idem, ibidem*, p. 3).

Em outra ocasião, divulgar a produção intelectual de um branco justificava-se pelas informações nela transmitidas, caras ao crescimento político-cultural do público. Assim ocorrera com o artigo “O Brasil de 1870”, do ex-deputado por Pernambuco A. A. de Souza Carvalho, transcrito no décimo número de *O Homem*. “O autor não pertence à classe dos

homens de cor, mas seu espírito justiceiro leva-o a não desfigurar a verdade”, introduz o comentarista da folha (HM, n. 10, p. 3). Tem-se ali um exame da situação política de então, o que inevitavelmente conduzia à abordagem das leis e práticas de recrutamento, da Guarda Nacional e da organização policial. Falar disso era o mesmo que tratar do arbítrio das “influências oficiais” contra as “classes mais numerosas”:

Por meio do recrutamento, a autoridade pode legalmente, e a seu talante, mandar agarrar qualquer cidadão dos não excetuados, metê-lo em um calabouço, fazê-lo caminhar para a capital da província a pé e com as cautelas necessárias para não fugir, assentar-lhe praça no exército ou na armada, embarcá-lo e obrigá-lo a viajar para a capital do império no convés de um vapor, remetê-lo daí para os confins deste vasto país, retê-lo no serviço militar por tempo longo e indeterminado, apartá-lo ordinariamente para sempre de sua família e de suas afeições, de seus hábitos e interesses, fazê-lo morrer longe de sua terra pela mudança de clima ou pelos efeitos da guerra (HM, n. 10, p. 4).

Ainda que tais barbaridades fossem peças do conhecimento de todos e principalmente das autoridades competentes, na medida em que recaíam quase “exclusivamente sobre classes desvalidas, que há longo tempo vivem no abatimento”, os governos não priorizavam a sua suspensão. Até porque, como pergunta Souza Carvalho: “Quem são, na verdade, os recrutas remetidos para o exercício da marinha, os guardas nacionais, e as vítimas mais numerosas dos vexames policiais?”. Sem mais, dá a resposta: “São quase todos homens de cor. É por assim dizer um resto de escravidão que ainda pesa sobre eles. *É uma opressão que os descendentes de portugueses, escravos dos romanos, exercem sobre os descendentes de africanos, escravos dos portugueses*” (*Idem, ibidem* – grifo meu).

O jugo de um grupo racializado sobre outro, como chave da exploração e da dominação social, seria garantido pela manutenção da ignorância dos oprimidos. Ao compartilharem esse ponto de vista, o articulista e o comentarista de *O Homem* também alertam aos beneficiados pela iniquidade: “Dae graças a Deus não conhecerem as nossas classes mais numerosas os seus direitos e sua força. De outro modo não ousaríeis fazê-las passar por vexações tão ignominiosas” (*Idem, ibidem*). Entendo a ratificação desse aviso como um gesto de retórica, pois o que mais importava naquele contexto era acionar a atenção dos leitores, de modo que a ingenuidade dos “homens de cor” fosse ininterruptamente minada por elucidações como a que acabara de ser prestada. Esse era o público-alvo do jornal.

Curioso é pensar que a existência desse segmento de leitores era tida como realidade possível em uma província que contava com algo em torno de 20% de sua população livre

alfabetizada.⁴³ As razões efetivas para tanto escapam às atuais possibilidades de compreensão, mas a ressalva é feita à luz do fato de que o surgimento e a manutenção dos veículos da imprensa, via de regra, dependiam da existência de um público leitor mínimo, que coadunasse com as orientações das folhas e procedesse às assinaturas. Especificamente, as assinaturas de *O Homem* eram indispensáveis ao seu sustento e eram pagas adiantadamente à razão de 2\$000 rs. por três meses.

Ao que tudo indica, a redação do periódico honrou seus assinantes com edições semanais por exatos três meses, de 13 de janeiro a 30 de março. Nenhum outro exemplar que extrapolasse esse período foi encontrado. A décima segunda edição chegou a tratar do assunto. Na última página lê-se a seguinte advertência: “Pedimos vênias aos Ilms. Srs. Assinantes do *Homem*, que ainda não realizaram suas assinaturas, para lembrar-lhes que o quartel se acha findo com o presente número, e que a condição para todo jornal é o pagamento adiantado” (HM, n. 12, p. 4). Infelizmente, talvez por razões de ordem financeira, essa deve ter sido a última declaração de *O Homem*.

De todo modo, a coleção dá mostras de um apuro técnico e organizativo inviável aos pasquins negros da década de 1830 no Rio de Janeiro. Diferentemente daqueles, em *O Homem*, facilmente se percebe a existência de um planejamento para a produção e a manutenção do impresso, o que de certa forma contribuiu para sua vida um pouco maior. Tais questões estão evidenciadas no próprio programa de *O Homem*, que diz:

Sairá, por ora, uma vez por semana as quintas-feiras [Frequência].

As assinaturas serão pagas sempre adiantadamente à razão de 2\$000 rs. por três meses.

Os que tomarem duas assinaturas pagarão somente 3\$000 rs. por três meses [Logística].

Todo assinante tem direito a fazer publicar na folha artigos de interesse particular seu à razão de 2\$000 rs. por cada coluna que ocupar, uma vez que apresente responsável legal, não contradiga as idéias da folha e guarde convenções erigidas pela boa sociedade.

As publicações dos que não forem assinantes serão feitas mediante ajuste particular [Logística/Público].

Todos os outros cidadãos que se sentindo oprimidos ou perseguidos recorrerem ao *Homem* encontrarão também benigno acolhimento, qualquer que seja a posição social do opressor ou do perseguidor [Público secundário].

Todos os negócios relativos à folha serão tratados na tipografia do Correio do Recife ao pátio da Matriz de Santo Antônio n. 15 [Logística] (HM, n. 1, p. 1).

⁴³ De acordo com o Censo de 1872, a população livre de Pernambuco era composta por 746.753 habitantes. Desse total, 146.663 sabiam ler e escrever, ou seja, 19,6%. A cifra utilizada fia-se, pois, na crença num leve aumento processado até 1876 (Alencastro, 1997a, p. 475).

Além das preocupações assinaladas pelas marcações feitas no corpo da citação, os responsáveis pela folha preocuparam-se até mesmo em dar justificativas quanto à substituição do papel utilizado para a impressão do jornal: “Não havendo mais à venda o papel em que o *Homem* tem sido impresso, somos forçados, contra nossa vontade, a imprimi-lo no presente, que é inferior ao primeiro” (HM, n. 9, p. 4).

Em outra demonstração de odornamento do trabalho, *O Homem* atem-se ao produzido por outros jornais. Muito mais do que a marcação de conflitos e controvérsias – como foi o caso das polêmicas com *A Província* e *A União* –, as referências a outros periódicos permitem visualizar alguns grupos e linhas de pensamento com os quais se aproximava, dialogava ou mesmo procedia ao atento acompanhamento. A guisa de ilustração, houve oportunidade para manifestações de apoio e familiaridade com a *Luz* e o *Echo Artístico*, jornais antecessores cujas respectivas redações haviam lhes remetido exemplares, “porque deles se vê que não somos os únicos que levantamos a voz em favor da classe popular oprimida, nem os primeiros que falamos em seleção por parte dos governantes em favor de uma das classes em que nossa população se acha dividida com desprezo e menoscabo da outra” (HM, n. 3, p. 2). Do mesmo modo, ao longo das outras edições, são transcritos outros fragmentos de periódicos que anunciavam a insatisfação perante os atos arbitrários e às manifestações de poder pessoal empreendidas nos níveis de governo municipal, provincial e geral. Para a formação desse coro de descontentes, *O Homem* acionou, por exemplo, o *Pharol do Norte*, do Recife; o *Diário da Bahia*, de Salvador; a *Ordem*, de São Paulo; e o *Correio da Tarde*, do Rio de Janeiro.

Ainda dessa seleção, sobressai o comentário sobre uma notícia extraída de outro jornal que circulava no Rio de Janeiro. O texto corresponde à narração de uma tragédia ocorrida numa praia de Niterói que resultou na morte de quatro pessoas por afogamento. A história teve início quando duas moças brancas – identificadas como netas de um certo Sr. Conselheiro Mariano Carlos Souza Correa, diretor geral aposentado da secretaria da guerra – entraram no mar e foram tragadas para um buraco. Ao ouvir os gritos, um homem chamado José Joaquim Alves foi a socorro delas, “mas tão infeliz como uma das moças, foi vítima de sua dedicação”. Em seguida, “uma parda de 14 anos, escrava, e uma criada de cor foram igualmente envolvidas pela terrível onda”. Finalmente, o arremate da narrativa: “...uma família em consternação e os moradores do lugar aterrados pelo espetáculo que tinham diante dos olhos, sendo salva a mais nova das moças de nome Corina por um pardinho, que apareceu na ocasião e a arrebatou das ondas” (HM, n. 10, p. 3). Mais uma vez, o destaque

dado ao trecho tem razão especial. É a partir dele que *O Homem* impulsiona sua crítica ao tratamento normalmente dado pela imprensa às pessoas negras:

Eis aqui como se fala de um cidadão benemérito que não duvida expor a própria vida para salvar a de seu semelhante.

Se não fora ele homem de cor, não haveria elogios bastantes para a ação heróica que praticara, mas como quis Deus que pertencesse a raça mista, sua ação deixou de ser apreciada como deveria sê-lo, e nem ao menos se lhe fez a honra de escrever o seu nome (*Idem, ibidem*).

Fato digno de nota, a folha não estimula a retribuição do desprezo ou outra forma agressiva de revide. Ao contrário, recomenda: “Não diremos aos homens de cor que se abstenham de praticar ações semelhantes, não, apesar da ingratidão dos beneficiados, aconselhamo-lhes que não percam nenhuma ocasião de praticá-las, provando assim aos mais cegos a superioridade de sua raça e de seus bons instintos” (*Idem, ibidem*). Com isso, mesmo que sobre um terreno cristão, *O Homem* ensaiava uma relativa inversão de valores. Conforme sua lógica, os negros, até então inferiorizados, seriam sobrevalorizados justamente por não se prestar às torpezas empreendidas pelos brancos. Tratava-se de demonstrar que, no caso de se ter de reconhecer as diferenças entre os grupos racializados, isso não seria feito em prejuízo dos negros, mas dos brancos, que cotidianamente davam provas de suas limitações perante os outros segmentos da população. A fatura, pois, cumpria com o compromisso psicopedagógico da folha de promover a instrução dos “homens de cor” e fortalecer a sua auto-estima.

Em comparação com os pasquins negros de 1833, outra novidade trazida por este periódico corresponde ao estabelecimento de seções fixas voltadas para subtemas específicos, a saber, 1) Homens de Cor Vítimas da Política Conservadora dessa Província, 2) Galeria de Homens de Cor Ilustres, 3) Noticiário, 4) Variedades, 5) Transcrições, 6) Folhetim, sem falar dos 7) artigos de fundo, gênero jornalístico semelhante ao editorial da atualidade. Como não poderia deixar de ser, tais espaços guardam uma infinidade de questões que merece tratamento mais detido, mesmo que não exaustivo. Até aqui as preocupações deste texto giraram em torno da construção de um panorama acerca do desenvolvido pelo jornal negro *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*. Nos próximos subitens, o trabalho direciona-se ao exame de alguns desses meandros.

O HOMEM: A SUBVERSÃO NEGRA DAS PRÁTICAS RACISTAS

Recife, 20 de janeiro de 1876, mais uma quinta-feira do verão pernambucano. Da cidade, da província, da Nação..., de qualquer perspectiva, observadores diletantes ou tarimbados teriam muito a perceber e registrar acerca do viver cotidiano naquelas terras trópico-brasileiras. Cenas corriqueiras ou episódios inusitados, uma alma sensível, ainda que com o esforço devido, poderia arranjar tudo isso na composição de narrativas leves, crônicas escritas ao sabor e no ritmo da relaxante brisa do mar. Um espírito prático, ao seu turno, ignoraria as “miudezas” e iria direto e reto ao que lhe tocasse mais de perto! Outro, ainda, tendendo à “imparcialidade”, optaria pelo meio termo: falaria de tudo e todos para falar de si e por si... Muitas opções eram possíveis aos que desfrutavam o benefício da argumentação individual. Certamente, várias delas puderam se materializar. Mais certo ainda é que essa não foi a única base de expressão.

Num mundo regido por privilégios, algumas vozes só existiram porque se estruturaram coletivamente e, assim, conseguiram driblar os obstáculos e os caprichos de certas individualidades influentes. Munido desse ânimo, *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* alcançava naquele dia o seu segundo número, dizendo:

Venha donde vier a chufa, já nos não espanta nem inquieta. Já estamos acostumados a tragar a afronta com sangue frio imperturbável. Esse tem sido sempre o nosso manjar cotidiano. Já os nossos antepassados falavam-nos de outros muito piores. Em todas as reuniões e ajuntamentos onde não entramos senão à surdina, temo-las ouvido e na ausência não faltam se por ventura calam na presença com afetada e altaneira urbanidade. (...) [Mas] sem assomos nem de soberba nem de jactância, diremos, para que todos saibam, que temos consciência do que valem, que nos conservamos impávidos porque sabemos o que significamos e o que representamos no plano da natureza e que espécie de estância temos de cantar no misterioso poema da criação. Em uma palavra, continuaremos a trabalhar para ocuparmos o lugar que nos compete e nos está destinado na sociedade brasileira, para darmos-lhe mais lustre e realce com a seiva espontânea da nossa têmpera opulentíssima e de projeções ainda não conhecidas (HM, n. 2, p. 3).

O trecho é parte do primeiro artigo intitulado “Os mulatos em cena”, denominação extraída do uso sarcástico que a gente “dos salões e das esquinas privilegiadas” tranquilamente fazia dela quando cochichava sobre o surgimento de *O Homem*. Essas palavras vinham, portanto, apregoar a segura indisposição dos congregados pelo periódico perante a dinâmica social que em larga escala se valia da subjugação da população negra. Desde muito, insultos e escárnios teriam deixado de surpreendê-los. Essa maturidade, adquirida graças aos

ensinamentos passados de geração a geração, tornara possível a identificação de um caminho alternativo à discriminação sistemática. Naquela conjuntura, quando o racismo recorria a bases científicas para melhor se firmar e dali emergiam teorias como o darwinismo social e a frenologia/gallismo para fortalecer a crença na inferioridade congênita e na degeneração dos negros (Sá Barreto Júnior, 2005), *O Homem* não só forçava seu acesso ao debate público, como também, munido de científicidades, rebatia as teses apresentadas para desqualificar os “homens de cor”.

No número inicial, a redação não hesitou em informar seus leitores – e prováveis ouvintes – sobre a teoria da eugenia humana. Os argumentos partiam das bases da filosofia de Descartes, segundo a qual o ser humano seria composto por duas substâncias básicas – corpo e alma/matéria e mente –, tendo todos origem na criação única de Deus: “Iguais no corpo, iguais no espírito, não há entre eles [os seres humanos] senão diferenças acidentais. Nenhum portanto se pode considerar superior aos outros, pois que todos são gerados do mesmo modo, nus, fracos, faltos de tudo; e morrem igualmente, sendo afinal seus corpos reduzidos a pó sem exceção para nenhum” (HM, n. 1, p. 2). Outros filósofos e cientistas tiveram suas reflexões trazidas a lume para reafirmar a invalidade das teorias sobre a hierarquia das raças. Entre esses, Buffon, convencido da unidade da espécie humana, e Pierre Flourens, fisiologista que demonstrou os equívocos das explicações da frenologia (Kristensen *et alii*, 2001, p. 263):

O homem, diz Buffon, branco na Europa, preto na África, amarelo na Ásia e vermelho na América, não é senão o mesmo homem tinto com a cor do clima.

Meus estudos anatômicos, diz Mr. Flourens, convenceram-me de que a pele dos homens de raça caucásica (branca) e a dos homens de raça etíope (preta) são a mesma pele.

A pele humana compõe-se fundamentalmente de três lâminas ou membranas distintas: 1ª o epiderme externo; 2ª o epiderme interno; 3ª o derme, e esta estrutura se acha a mesma em todas as raças.

Nas camadas mais profundas das células do epiderme interno reside a matéria colorante chamada *pigmentum*; é esta matéria que colora a pele do negro. Notemos bem que o *pigmentum* não é uma membrana, nem um órgão, senão granulações amorfas que se desenvolvem nas células do epiderme (HM, n. 1, p. 2).

Ocorre que a prevalência dos pressupostos racistas escamoteava até mesmo os pensamentos e os avanços desses cientistas e filósofos. Entretanto, o articulista de *O Homem* os tinha em seu repertório e sabia como utilizá-los. Ouso dizer que seu conhecimento sobre o tema era suficientemente avançado para lhe permitir selecionar o que mais proveitoso fosse aos propósitos do jornal e de seu grupo racial. Motivos existem para justificar essa afirmação.

Em *A invenção do ser negro*, Gislene Aparecida dos Santos chama atenção para um traço importante do Iluminismo e seus produtos:

Ao mesmo tempo em que defende a tolerância e os direitos dos homens, oferece elementos para a construção de um conceito de homem restrito aos parâmetros europeus e intolerante quanto às diferenças entre este e os outros povos. Sob o olhar do “nós”, os europeus miram os “outros” (os não-europeus) com desprezo, enquanto tentam defender o que compreendem por direitos universais (2002, p. 21).

Conquanto aquele extrato da argumentação de Buffon tivesse grande valor para a fatura do artigo, outros poderiam ser extremamente nocivos aos interesses defendidos pelo impresso negro. Com nos informa Kabengele Munanga: “Em 1766, Buffon acrescenta que a mestiçagem [seria] o meio mais rápido para reconduzir a espécie a traços originais e reintegrar a natureza do homem: bastariam, por exemplo, quatro gerações de cruzamentos sucessivos como o branco para que o mulato perdesse os traços degenerados do negro” (2004, p. 28). Não interessou, pois, à folha divulgar tal informação. Em vez disso, preferiu valorizar certas personalidades ilustres de ascendência africana ou ameríndia, como Henrique Dias; Juarez, o restaurador da República mexicana; Antonio Gonçalves Dias; Alexandre Dumas, pai e filho (Imagens 14 e 15); José da Natividade Saldanha, poeta pernambucano; Antonio Pereira Rebouças; e Montezuma (Imagem 16). Com isso, volto a dizer que *O Homem*, em suas páginas, selecionava, construía e difundia representações adequadas ao fortalecimento da identidade do grupo no qual se inseria e a partir do qual propunha o diálogo.



Imagem 14
Alexandre Dumas, pai

Duas semanas depois da publicação desse ensaio, dando continuidade ao primeiro artigo “Os mulatos em cena”, a folha novamente se ocupou do destaque à importância dos descendentes de africanos na edificação do país. Muito mais do que contribuir para um projeto que lhes era alheio, homens e mulheres negras são exaltados como as pessoas que viabilizaram a construção da jovem Nação:

Não há canto do Brasil onde não tenhamos derramado o mais precioso do nosso sangue em defesa das instituições nacionais e manutenção da ordem; nem mesmo no chão estrangeiro, em desafronta da pátria ultrajada

Ofícios, artes mecânicas e liberais, serventuários, enfim todos os misteres é ao nosso renque que vem buscar a gente que os exerce.

Construímos os palácios e todos os edificios públicos, erguemos os monumentos com o nosso tino e vigor, enfim nada se faz nem se tem feito no Brasil sem o nosso esforço e prestância.

Ainda mais. As nossas encantadoras irmãs, pobres de ordinário por inevitável capricho da sorte, servem nas casas dos ricos e aquantilados; são elas que amamentam os filhos dos fartos e contentes (HM, n. 3, p. 2).

O que faltaria, então, para que “a igualdade de todos os cidadãos perante a lei sem distinção alguma, além da de seus talentos e virtudes” fosse assegurada? Na opinião de *O Homem* restaria apenas, da parte das autoridades, a observância e a manutenção do pacto fundamental que regia o país. Acontece, porém, que as leis eram manipuladas tal qual num jogo de peteca: ora estava no universo dos usos, imediatamente após poderia se achar no espaço dos desusos. Bem se vê que não era por acaso que todas as reivindicações pediam pela sincronia entre as normas e as práticas.



Imagem 15

Alexandre Dumas, filho

Bons exemplos dos quadros gerados por esse tipo de confusão aparecem numa polêmica travada entre *O Homem* e *A Província*, órgão que fazia frente à oligarquia pernambucana e que, em tese, seria aliado natural do jornal negro, especialmente por seus esforços em nome da realidade constitucional. A altercação, que atravessou sete números do primeiro impresso, principia com a resenha de dois textos opinativos publicados pela *Província* a respeito do aparecimento de *O Homem*.

Em 15 de janeiro, a edição de número 772 da *Província* saudava *O Homem*, por ser “protegido pelos princípios e teses mais verídicas e inconcussas” e “amparado por tão fortes protetores e por verdades que ninguém mais ousa contestar” e vir a público para o

desenvolvimento da nobre tarefa de promover a instrução e o desenvolvimento dos “homens de cor”, bem como a defesa de seus interesses e dos demais oprimidos. Ciente do grande desafio que aguardava os responsáveis pelo periódico, *A Província*, fraternalmente, alertava: “Não cremos que a indiferença seja tal que o *Homem* passe despercebido. Antes supomos que por muita gente será recebido com vaias e sarcasmos, e que os cochichos dos salões e das esquinas privilegiadas, e das lojas de pura escolha tomarão para tema de suas palestras – *Os mulatos em cena*” (PV, n. 772 *apud* HM, n. 2, p. 1). Tudo parecia correr na mais plena harmonia, tanto que houve oportunidade até para um arremate pomposo: “Seja como for, não deixaremos nunca de saudar qualquer novo representante da imprensa” – como transcreveu *O Homem*.

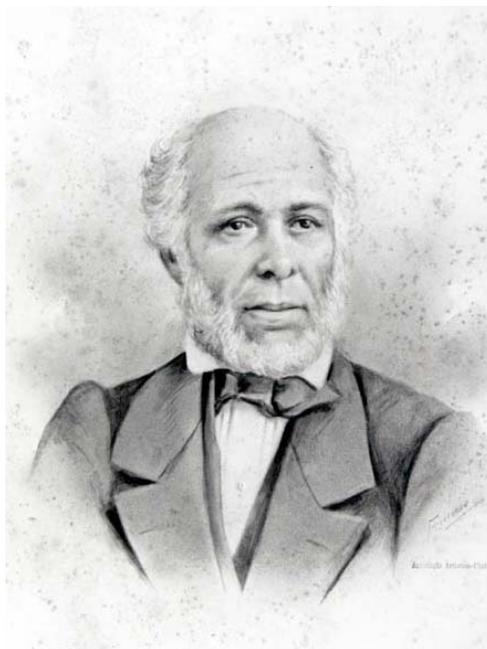


Imagem 16
Francisco Gê Acaiaba de Montezuma

Passadas vinte e quatro horas, qual não deve ter sido o desapontamento da redação ao deparar com o novo número da *Província* municiado de argumentos diametralmente opostos aos do dia anterior: “O branco tinha deixado de ser branco, o preto tinha deixado de ser preto, o bem tinha deixado de ser bem, o mal tinha deixado de ser mal. Ainda mais. O branco tinha passado a ser preto, o preto tinha passado a ser branco, o bem tinha passado a ser mal, o mal tinha passado a ser bem” (HM, n. 2, p. 1).

Anacronismos desculpados, eles bem que podiam ter desconfiado dessa possível reviravolta antes do raiar do novo dia – e quem sabe não desconfiaram –, veja por que: já no

primeiro artigo, diante da proposta do debate racial, a *Província* declaradamente se furtara à emissão de juízo a respeito, sob o argumento de precisar de mais observação e reflexão sobre o assunto para poder “conhecer de que lado [estava] a razão e a verdade” (PV, n. 772 *apud* HM, n. 2, p. 1). Caprichosamente, a difícil questão, um quase enigma, foi solucionada no intervalo de tempo de duas xícaras de chá, quem sabe até num daqueles salões da “boa gente”, de que se falava.

O novo ponto de vista, por óbvio, viria firme e cheio de autoridade. Aquilo entendido como idêntico ao seu trabalho permaneceu elogiado pela *Província*. “Quanto porém à especialidade propagada em favor dos homens de cor, acrescenta ela, nenhuma razão tem o periódico *O Homem*. Sua tarefa nesse ponto é ociosa, impolítica, geradora de ódios e desunião, etc., etc.” (PN, n. 773 *apud* HM, n. 3, p.1). O objetivo principal de *O Homem* deixara de ser digno de louvor e passara a ser alvo de aguda reprovação sob o argumento de “contrariar os grandes princípios de liberdade, igualdade e fraternidade!”. Mas o jornal não deixou por menos e, com uma simples pergunta, arriscou encurralar *A Província* e todos os que compartilhavam de opinião parecida:

Desde quando, perguntaremos, é considerada coisa reprovável e digna de censura procurar uma classe numerosa em um país qualquer reunir-se para, pelos meios aconselhados pelas circunstâncias, mas sempre dentro da órbita legal, tratar de apertar os laços naturais que ligam seus membros uns aos outros e promover mais e mais sua instrução e sua moralização? (HM, n. 3, p. 1).

Lamentavelmente, fazer frente àquele acinte não era o suficiente para desmontar o circo armado pela *Província*. Uma vez processada a inversão de juízos, os argumentos dessa folha pretendiam ir mais longe, chegando a lançar esta provocação: “Na classe dos homens de cor, como na dos descendentes de Cáucaso, há homens ilustrados e há homens ignorantes. A gente ignorante poderá compreender até onde quer ir o *Homem*, e o fim de sua propaganda?” (PV, n. 773 *apud* HM, n. 5, p. 1). Como a desfaçatez não gosta da hombridade, justamente com essa o impresso negro se vestiu para responder à pergunta:

De que gente ignorante fala a *Província*? Será da que pertence à classe dos pretensos descendentes de Cáucaso ou da que pertence à classe dos homens de cor, ou de uma ou de outra juntamente?

Parece que o contemporâneo quer referir-se somente aos segundos e não aos primeiros; entretanto, declaramos-lhe com toda a franqueza que pela nossa parte nos dirigimos não somente a uns senão ainda aos outros.

Dirigimo-nos à gente ignorante dos pretensos descendentes de Cáucaso para que fiquem sabendo que não são em nada superiores a nós; dirigimo-nos à gente ignorante da classe dos homens de cor para que fiquem sabendo que não são em nada inferiores aos outros, pelo que pertence a natureza, porque essa a mesma em todos.

Proclamamos essa verdade, é nosso propósito: 1º combater o orgulho infundado e a insolência de uns que, sem talentos e virtudes, únicas [definições] reconhecidas pela lei fundamental do país, julgam-se superiores a muitos que são ornados de umas e outras destas qualidades somente porque se dizem descendentes do Cáucaso; 2º elevar os brios e dignidade dos outros, muitos dos quais, pela sua ignorância e pela força do hábito, crêem que, com efeito, aqueles lhes são superiores.

É a estes dois preconceitos, ou antes a esse preconceito, considerado por ambas as suas faces, que nos propomos fazer guerra, e a faremos com toda a energia de que formos capazes, porque vemos dependente deste cometimento a honra da humanidade, ao mesmo tempo que a tranqüilidade e glória do Brasil (HM, n. 5, p. 1).

O temor de que o protesto estimulado por *O Homem* desembocasse numa “economia separada” ou em “independência ou revolta a favor da classe dos homens de cor” era, portanto, muito mais um recurso de retórica de quem advoga contra outrem, do que, verdadeiramente, algo vislumbrado a partir da leitura do jornal. Ali o preconceito de cor, que pressupunha a hierarquização das raças, era trabalhado como um problema de toda a estrutura social. Não se tratava apenas de uma situação difícil a ser vivenciada restritamente pelos não brancos. Os “pretensos descendentes de Cáucaso”, preocupados com “a idéia do predomínio exclusivo”, seriam tão ou mais problemáticos que os alvos diretos da discriminação, os negros e indígenas, na medida em que eram peças-chave para a manutenção da exclusão.⁴⁴ Diante de raciocínio tão amplo, a *Província* ficava até mesmo sem fatos a apresentar. Suas palavras, pretensamente sólidas, tornavam-se voláteis.

Sem falar que, diferentemente do que aquele diário pretendia fazer acreditar, o requerido no impresso negro não questionava a lógica burguesa de reconhecimento individual do mérito. Muito pelo contrário, esse era percebido como um ponto pacífico. O que se queria era nada mais que a ocupação dos espaços que eram de direito àqueles que, a despeito de quaisquer adversidades aceitáveis à vida, conseguiam o desenvolvimento de seus talentos e virtudes. Pois nem mesmo isso estava sendo respeitado. Em outras palavras, as práticas cotidianas que tolhiam o progresso das pessoas negras, em sua coletividade – gente preta ou parda, livre, liberta ou ainda escravizada –, serviam de sustento ou talvez de superfície de onde emergiram os protestos do jornal, sem necessariamente chegarem às páginas como uma proposta de levante impaciente diante de tantas atrocidades. O raciocínio era bem menos lancinante do que acusava *A Província*: uma vez que o preconceito contra as pessoas negras fosse eliminado, essas naturalmente poderiam apresentar-se em suas potencialidades, que

⁴⁴ À luz do Brasil dos séculos XX e XXI, Maria Aparecida Silva Bento dedicou-se ao estudo das conseqüências do racismo no contexto da branquitude. De certa forma, essa pesquisadora desenvolve as linhas gerais traçadas pelo jornal *O Homem* (Bento & Carone, 2002).

naquele momento se achavam represadas pelo arbítrio das elites brancas, que se julgavam superiores.

Extrapolando os limites impostos pelo debate restrito aos impropérios da *Província*, *O Homem* lança mão do tema “liberdade de pensamento” e dá uma resposta arrevesada àquele tipo de procedimento na imprensa. Tal estratégia foi adotada no quarto número do jornal. Coincidentemente ou não, naquela edição nem sequer o nome do jornal *A Província* foi mencionado. O texto específico, inicialmente, reporta-se a tempos imemoriais para demonstrar como a livre expressão de idéias sempre incomodou os donos do poder, tendo esses, por longa data, de recorrer à força bruta para obstruir a difusão de informações contrárias ao *establishment*. Ironicamente, a folha argumenta que, nos século das luzes, essa prática poderia estar chegando ao fim: “O poder não precisa mais do assassino, nem do verdugo, tem o jornalista caricato, o espadachim da imprensa que, não sabendo combater no terreno das idéias nobres e generosas, procura ferir seus adversários com a caricatura nojenta ou com a insolente mentira”. Apostando na seriedade do papel social da imprensa, *O Homem* incomoda-se com o aproveitamento vulgar que se fazia da galhofa, posto que, em sua opinião: “A imprensa moralizada é o primeiro tribunal da humanidade, onde se ensina o respeito ao dever e à lei, que procura sua base na moral” (HM, n. 4, p. 2).

Ao fim e ao cabo, ao menos no nível do debate público, tanta argumentação parece não ter sido em vão. No sétimo número, a “ilustrada redação do *Homem*” rejubila-se:

Mais cedo do que esperávamos, vão sendo seus esforços coroados pela vitória. Cinco números têm sido apenas publicados e já seus adversários emudeceram. Ainda mais, nenhum se atreveu nunca a sustentar em público o preconceito absurdo e estúpido da distinção dos homens pelas cores – é coisa admirável! (HM, n. 7, p. 3).

Com esse comunicado findava-se aquela contenda. Todavia, mais demonstrações de arbitrariedade e volubilidade eram ainda seguidas por tantos outros combates travados nas páginas de *O Homem*. Por força do hábito, o impresso discorria sobre essas questões sempre da perspectiva da legalidade, ao tempo em que também não deixava de comparecer com duras críticas às circunstâncias que lhe pareciam merecedoras de reprovação.

Na percepção do periódico, por exemplo, a relativa tranquilidade do processo de Independência brasileiro – uma vez que não careceu de lutas que empobrecessem a jovem Nação – poderia ter garantido mais possibilidades de desenvolvimento para todos. No entanto, o que se viu foi a consolidação de uma elite local disposta a tudo para manter seus privilégios, mesmo que à custa da estagnação da maioria. Quanto a isso, escreve: “A velha ronha e

pervicácia dos áulicos, que tinham crescido e prosperado, lançara raízes profundas e, vulpinando constantemente com os instrumentos da corrupção, apossou-se do país e hoje nele impera e impõe a seu talante” (HM, n. 4, p. 1). Resultado de gestões políticas tidas como absolutamente anômalas, o cenário de crise seria, sobremaneira, de responsabilidade dos homens e das práticas partidárias – liberais e conservadoras, sobretudo –, que pouco se diferenciavam uns dos outros.

Numa passagem próxima, o impresso fez suas as palavras do *Correio da Tarde* para fortalecer o que havia dito, bem como expor outras nuances do problema:

A administração pública mente, ilude a justiça, distribui o orçamento pelos compadres e sobrinhos e pelas grossas falanges de bajuladores e admiradores. A justiça pública mente, atrofia o direito, suborna-se, oprime as partes e, subserviente, serve ao governo como dócil instrumento. E os partidos, ou os grupos que se agitam e lutam sob tal denominação, que lhes não compete? Esses mentem descaradamente, falseiam a opinião, corrompem-se, transigem, derramam o sangue do povo, ao passo que descuram assuntos sérios, fundem-se e refundem-se, mas não pretendem outra coisa mais que a posse do governo e do tesouro! (CT *apud* HM, n. 4, p. 4).

O Homem entendia que aquele estado de coisas concorria para a manutenção de falhas e lacunas que em grande medida afetavam a vida e os interesses da população negra. Em todo caso: “Felizmente a classe dos homens de cor não carrega com semelhante culpabilidade. Pronta sempre a concorrer com seu trabalho e com o seu sangue para o engrandecimento e defesa da pátria, os áulicos conservaram-na, com receio, apartada da gestão dos negócios públicos” (HM, n. 8, p. 1). Categoricamente, mesmo estando presente nos mais diversos momentos, a gente negra era acionada pela administração pública tão-somente para assegurar vantagens firmadas tantas vezes em seu próprio prejuízo. Outro agravante é que tais gestos de cooptação quase sempre se valiam do incitamento ao patriotismo – seja aos que desfrutavam de cidadania formal ou dos que buscavam conquistá-la. À luz do “estado lastimoso que pretensos descendentes de Cáucaso hão levado o Brasil”, a Guerra do Paraguai (1864-1870), em fina sintonia com essa tensão, não deixou de se apreciada pelo jornal negro:

Só com a Guerra do Paraguai, que poderiam ter evitado, gastaram 600 mil contos de réis (com menos dessa quantia teriam libertado todos os escravos que há no país) e sacrificaram 100 mil brasileiros, sem nenhuma utilidade real para a pátria.

É certo que desses 100 mil brasileiros que lá morreram, 93 mil eram, sem dúvida nenhuma, pertencentes à classe da gente denominada de cor, para cujo patriotismo se apela sempre no dia perigo e *da eleição*, mas que passados estes, é invariavelmente depois tratada com a altivez e menoscabo de costume (HM, n. 6, p. 2-3).⁴⁵

⁴⁵ O historiador Jorge Prata de Sousa confirma essa sobre-representação dos negros nos Corpos de Voluntários da Pátria. À luz da discussão empreendida por Sousa, é possível afiançar mais créditos à opinião de *O Homem*. Ao contrário das imagens idealizadoras surgidas da pena de historiadores e cronistas da época, pelas quais “o recrutamento transmutou-se em heroísmo, abnegação de patriotas de primeira hora” (1996, p. 57), o considerável

Os comentários desnudam as fraturas de um sistema gerado para não funcionar em consonância com suas letras fundadoras, e sim a favor dos sentimentos mais particulares aos dominantes. Incrível é que, mesmo diagnosticando a dimensão farsesca das “coisas públicas” brasileiras, *O Homem* insistia na reprovação dos hábitos locais no intuito de convencer o público acerca da utilidade dos modelos ideais, numa espécie de profissão de fé para que sua efetivação pudesse ser viável um dia. Quanto a isso, o comentário a seguir é modelar:

Façam pois o que fizerem, tramem o que quiserem, o dia da redenção há de afinal chegar para o Brasil, como tem chegado para outros países. Ninguém é bastante poderoso para fazer parar o carro do progresso.

A lei da natureza há de ser cumprida, custe o que custar, mais anos, menos anos, mais dias, menos dias (HM, n. 8, p. 1).

Não se pode esquecer, por outro lado, que todas essas preocupações se fiavam em diagnósticos e prognósticos bem mais perversos do que os que davam conta da experiência das camadas privilegiadas da sociedade, na medida em que diziam respeito à vida dos desprotegidos ou submetidos àquelas e que estariam sendo corrompidos pelo ritmo e pelas possibilidades da vida social:

Essa falta de justiça e retidão nos governantes do país tem arrastado consigo uma desordem, um mal-estar, que não é fácil prever as tristes conseqüências que daí podem sobrevir e que já estão surgindo do meio do caos em que nos achamos. Já ninguém trata dos bons estudos, de cultura espiritual, nem mesmo de esmero e perfeição profissional, porque sabe com certeza que não é por este meio que obterá posição honrada e lucrativa. São outros os ductos que lhe hão de trazer vida longa e regalada. Que cidadãos somos nós então? (*Idem, ibidem*, p. 2).

A tentativa de resposta a essa pergunta fatalmente absorveria outra série de questionamentos tão ou mais difíceis quanto, posto que conectados aos processos de criação de sentidos à humanidade dos grupos racializados em questão. Observe que a discussão sobre a efetiva cidadania dos negros só pôde acontecer naquele espaço em que as teorias de superioridade e inferioridade das raças humanas estavam sendo desbancadas. Distante dali, quando muito, as saídas quase sempre sugeriam a reedição/modernização das cidadanias subdividas em fenótipos, condição de nascimento (“ingênuo” ou “cativo”), origem do pai ou da mãe, etc., etc. Portanto, se o exposto até aquele momento não era suficiente para sanar o impasse, pelo menos estava bem servido de indícios necessários à sua compreensão, porque

número de deserções indica que o chamamento para guerra não foi recebido com tanto clamor e patriotismo por todos os brasileiros. A despeito disso, o serviço tinha de ser cumprido, e assim o foi por uma maioria negra. O comentário do jornal chocava-se, portanto, com aquela percepção contemporânea sua e punha a descoberto os conflitos de ordem racial que passaram a ação brasileira na Guerra do Paraguai.

era justamente sobre essas bases que se firmava até mesmo o título *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*.

Permanecendo na crítica ao poder do Estado e suas instituições, o artigo de fundo que abre a nona edição de *O Homem* trouxe à baila o exemplo do Mestre de Campo Henrique Dias, “governador dos crioulos, pretos e mulatos do Brasil”. Com isso almejava sustentar a idéia de que, mesmo vivendo no século das trevas, submetidos ao Absolutismo, homens negros livres e libertos lograram posições sociais importantes na sociedade brasileira (Imagem 17). Ao rememorar o valor dessa personalidade e aludir à existência de outras próximas em importância, o periódico expunha a crença de que, tempos atrás, “a cor preta [de Henrique Dias] não foi um obstáculo para que lhe fossem conferidas tão distintas honras” (HM, n. 9, p. 1).



Imagem 17
Henrique Dias

Diante da representação do cenário de agravamento dos problemas da população negra livre e liberta, exemplos como esses eram usados para desqualificar as práticas discriminatórias observadas e vivenciadas no contexto do fim do século XIX. Para além do real desconhecimento do que significou o desmonte do Quilombo de Palmares, quando as atenções se dirigiam ao século XVII, a identificação de espaços iguais aos reservados a pessoas como Henrique Dias tinham importância bem maior. Relembrar que um filho de pais escravizados pôde lograr ascensão social era algo de grande valor simbólico. Ou seja, a respeito daquele período e do imediatamente posterior, insinuava-se que o boicote aos descendentes de africanos não daria conta de explicar o convívio entre os grupos racializados para além da escravidão. Ademais, o argumento avança. Especialmente após a Independência nos primórdios do século XIX, os homens negros teriam passado a viver um progressivo apartamento dos cargos públicos, políticos e militares, a ponto de, na década de 1870, se justificarem reclamações desta monta:

Mostrem-no atualmente em toda a província de Pernambuco um só coronel, um só major da guarda nacional que seja da cor parda!

Mostrem-no um só capitão, um só tenente que seja da cor preta!

Tínhamos antigamente batalhões de milicianos de homens pretos e pardos, todos comandados e tendo por oficiais cidadãos pertencentes às mesmas classes. Conhecemos ainda um coronel de nome Joaquim Ramos, homem preto morador à praça da Boa Vista, e um tenente-coronel de nome Joaquim de Siqueira Varejão, também da mesma cor. Nossos maiores falavam-nos de vários outros pertencentes às mesmas classes, bem assim de um grande número de oficiais de patente menos elevada. Tudo isso acabou (*Idem, ibidem*).

E por quê? A explicação habitual para justificar a situação dizia que os “homens dessas classes teriam degenerado de seus progenitores” e que, portanto, não teriam mais talentos para honrar tais atribuições... O argumento não era mesmo fora do comum para o contexto e solicitava uma contraposição por parte de *O Homem*, que a fez mediante a curta pergunta: “Seja ela qual for [a atual razão], perguntaremos, o que ganharam pessoalmente os homens de cor com a proclamação da independência e do império, para a qual tantos sacrifícios fizeram?” (*Idem, ibidem*). O que ganharam aqueles que não nasceram “degenerados”? As respostas possíveis giram em torno de uma exclusão sistêmica. Nesse ponto, o argumento do impresso consegue retomar o problema inicial, o acirramento da discriminação racial contra os negros no decorrer do século XIX, fossem essas pessoas livres, libertas ou ainda escravizadas.

Em meio a tantas questões que poderiam ser aventadas para o desenvolvimento da argumentação, o jornal escolhe uma que teria importância maior que todas as outras e, por mais delicada que parecesse à “opinião pública”,⁴⁶ não escaparia à sua percepção – tanto naquele artigo quanto em vários outros espaços do periódico. A atenção de *O Homem* estava voltada para o problema da continuidade do regime escravista e o impacto que esse exercia sobre a organização social como um todo. Mesmo que diante da hipótese da existência de um fator que promovesse a degeneração social dos representantes da “classe dos homens de cor”, esse não teria fundamento genético herdado da ancestralidade africana, mas do mal que a escravidão racial carregava e vinha reproduzindo em larga escala em todas as sociedades nas quais se instalava.

⁴⁶ Tratava-se, a bem dizer, de “opiniões particulares” de pouco valor e muita força impositiva, como deixa transparecer a queixa: “Basta que o capricho partidário eleve qualquer Manoel de Souza à categoria de ministro de estado para que, dentro de dois ou três meses, seja logo apregoado *urbi et orbi* como um espírito superior, uma águia, um gênio! tão grande é nesta terra o descaramento dos pretendentes, tão desprestigiado se acha entre nós isso que outrora se chamou opinião pública” (HM, n. 8, p. 1).

As influências internacionais somadas às pressões e a alguns acertos em nível nacional davam a entender que o desmantelamento total do regime escravista se aproximava.⁴⁷ A intervenção inglesa contra o tráfico clandestino, os exemplos da Rússia e dos Estados Unidos e, indiretamente, a Guerra do Paraguai contribuíam para o fortalecimento da idéia. Na opinião de *O Homem*, a própria Lei do Ventre Livre teria sido resultado desses estímulos externos que ecoavam internamente:

A lei do elemento servil é devida à influência das sociedades européias, que atuaram no ânimo do primeiro magistrado na nação.

A prova de que ela não foi resultado da opinião do país está no fato de que, sendo promulgada em 1871, até o presente nada tem feito o governo sobre as necessidades a que a mesma lei deu origem (HM, n. 10, p. 2).

A inércia do Estado expressa em suas ações perante a instituição escravista não foi poupada. Em direção oposta ao caminho a que as primeiras expectativas poderiam conduzir, o periódico não coadunava com as insistentes propostas de uma abolição gradual do regime escravista: “A extinção final virá, não como esperam alguns, mas por meios extraordinários. A escravidão é nó que não se desata, é preciso cortá-lo”.⁴⁸ A urgência estava posta. Só que, curiosamente, a figura do imperador ainda receberia algum crédito diante da possibilidade de um breve desfecho da peleja. Juntamente com toda aquela avaliação de cenário, um voto de confiança aparecia em meio à seguinte orientação: Para que a operação de acabar com a escravidão não fosse tomada pela mão de “algum ousado especulador” que se colocasse à frente das “massas populares irritadas”, “a sabedoria aconselha que antes que isso possa vir a ter lugar, um prático de mão segura proceda com critério à operação necessária, *e esse prático entre nós não pode ser outro que o Sr. D. Pedro II*” (*Idem, ibidem* – grifo meu).

Por mais estranho que pareça, essa aposta fazia muito sentido naquela conjuntura. Mas foi somente em seu último número, de 30 de março, que *O Homem* prestou explicações para o palpite, tendo justamente a viabilidade de um repentino fim da escravidão como perspectiva:

⁴⁷ De acordo com Alencastro: “Entranhado no Estado centralizado, difundido em todo o território, na corte e nas províncias mais prósperas como nas mais remotas, o escravismo brasileiro ameaçava a estabilidade da monarquia e fazia o país perigar. E a elite imperial sabia disso: malgrado a ameaça das canhoneiras da marinha britânica, o Brasil será – até 1850 – o único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais” (1997, p. 28-29). Na década de 1870, outros detalhes do sistema escravista brasileiro já haviam caído sob o peso de algumas pressões.

⁴⁸ A interpretação feita sobre essas propostas fica resumida no aproveitamento que *O Homem* dá à fábula do Leão que se nega a dividir a caça com suas consortes: “O leão da fábula fez sociedade para caçar, mas apanhando a presa, em vez de dividi-la igualmente com suas companheiras, tomou todas as partes para si, dizendo que uma lhe tocava por direito de sócio, outra pelo direito de mais forte, outra pelo direito de rei, e não tendo mais nenhum direito que alegar relativamente à quarta, disse: se alguém nela tocar, eu o estrangularei imediatamente. Será este o ponto a que se quer chegar?” (HM, n. 9, p. 1).

Se não nos enganamos, a operação está prestes a ser executada; e a mácula que ainda envergonha a nação brasileira vai ser apagada.

Todos sabem que S. M. o Imperador deixara o porto do Rio de Janeiro com destino à Filadélfia *no dia 26 do corrente*, e que dali irá outra vez visitar a Europa, estando fora do Brasil pelo espaço de dezoito meses.

O motivo alegado para esta longa ausência é a saúde de S. M. a Imperatriz, mas bem pouco perspicaz será quem não vir que esse motivo é outro muito diferente (HM, n. 12, p. 1).

Como justifica, havia já um ano que o imperador dispunha de licença da Assembléia Geral para ir ao estrangeiro cuidar da saúde de sua esposa. Considerando-se a urgência do motivo, tanta demora seria inaceitável. Porém, algo parecido havia ocorrido seis anos antes, quando tudo fora armado para a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871. Com a mesma desculpa, seguindo os conselhos do ex-presidente estadunidense Abraham Lincoln, D. Pedro II ausentara-se do Brasil a fim de proteger-se da ação de algum inimigo e, ao mesmo tempo, “deixar a glória do ato à sereníssima princesa imperial, que em nome dele ficara regendo o império, e aumentar-lhe assim mais a popularidade de que com justiça já gozava” (*Idem, ibidem*). Agora, era uma oportunidade ímpar para a monarquia constitucional se redimir – perante a insatisfação popular e o aumento da pressão externa – do fiasco que a lei que dizia emancipar o ventre de mulheres escravizadas tinha se tornado:

Seis anos são passados e quase nada se há feito relativamente a esse assunto de tão vital interesse para o Brasil. Ainda mais, a escravidão, que no princípio parecera desanimada, a ponto do preço dos escravos, principalmente das escravas, ter descido a quase nada do que era, cobrou ânimo, e os fazendeiros, contando com a persistência dela ainda por longos anos, não duvidam mais pagar por qualquer escravo o preço que eles ao princípio tinham (*Idem, ibidem*).

Isso tudo fazia *O Homem* acreditar que a escravidão estaria em vésperas de se acabar no Brasil. Havia até previsão de data para a apresentação da proposta que extinguiria de vez o sistema escravista e sem qualquer indenização aos escravocratas. A Assembléia Constituinte receberia tão honrado projeto das mãos da princesa Isabel em 31 de dezembro de 1876 – nisso também confiava *O Globo*, jornal que circulava na Corte... “Será um sonho tudo isso que acabamos de escrever? O tempo o mostrará” – finalizava o artigo... Ilusão!, quem sabe um pesadelo. Seriam precisos mais doze anos para que tal profecia, cheia de arranhões, fosse cumprida. No meio do caminho, haveria outra torpe manobra, a lei dos sexagenários, de 1885.

De todo modo, aquele momento, que parecia decisivo, pedia manifestações de apoio. Sacavam-se do passado, outrossim, lembranças das propostas de extinção do escravismo que vez por outra chegavam às assembleias gerais e provinciais, sem, contudo, surtirem efeitos decisivos. Nem a igualdade formal de todos fora alcançada, quanto menos respeitada a

igualdade natural entre os que se encontravam livres da desvalorização humana estimulada pelo trabalho forçado e pelo cativo. Da plêiade que ia de liberais exaltados a figuras conservadores, cada qual com suas razões próprias, obviamente, tratou do tema. Em *O Homem*, encontram-se registros emblemáticos dessas atuações.

Graças à transcrição de artigo de seu contemporâneo *Pharol do Norte*, em 1876, era possível, por exemplo, lembrar o pronunciamento de José Bonifácio de Andrada e Silva na Assembléia Geral Constituinte, em novembro de 1823, momentos antes de sua deportação para a França:

E vós, traficantes de carne humana, vós, senhores injustos e cruéis, ouvi com rubor e arrependimento, se não tendes pátria, a voz imperiosa da consciência e os altos brados da impaciente humanidade; aliás mais cedo do que pensais, tereis que sofrer terrivelmente da vossa voluntária cegueira e ambição, pois o castigo da Divindade, se é tardio às vezes, de nunca falta. E qual de vós quererá ser tão obstinado e ignorante, que não sinta que o cativo perpétuo é não somente contrário à religião e à sã política, mas também contrário aos vossos futuros interesses, e à vossa segurança e tranqüilidade pessoal? (PH *apud* HM, n. 8, p. 4).

Ao dizer isso, Bonifácio estava preocupado com a materialização de sua miragem de um país europeu na América. O trecho trasladado compunha a sua “Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura”, que propugnava de mais a mais, a emancipação gradual da escravatura. De acordo com a percepção de Miriam Dolnikoff, a aspiração maior do “patriarca da independência” correspondia à “intervenção estatal na relação senhor/escravo” (2000, p. 8). No entender de Andrada e Silva, a escravidão tanto quanto a heterogeneidade racial e cultural, alimentada pela ininterrupta entrada de “escravos”, eram obstáculos à grandeza de seu projeto: “Será mais fácil propagar as luzes e aumentar a riqueza no Brasil do que vencer as dificuldades que se opõem, por causa das raças e escravidão, a que seus moradores sejam sociais entre si e se olhem como irmãos e concidadãos” (Silva, 2000, p. 97-98). Não foi ocasional, portanto, sua simpatia aos afundamentos dos navios negreiros promovidos pela marinha inglesa.

Não cabe nos limites deste texto examinar em detalhes o desalinho entre as idéias de José Bonifácio e os interesses da população negra oitocentista. O parêntese feito serve apenas para ambientar a problematização dos motivos que teriam levado *O Homem* a referendá-las, mesmo que tão-somente naquele fragmento que pouca ameaça parecia ter a seus interesses específicos. De fato, é impossível se ter a medida exata do que tais recapitulações poderiam surtir nas mentes dos leitores. No entanto, à luz do próprio projeto político do jornal negro, muito mais que promover a simpatia do público por figuras como Bonifácio, almejava-se

sedimentar a proposta do fim do escravismo. Essa conjectura se sustenta, primeiramente, na avaliação acerca do conjunto da obra, na medida em que, ao longo de seus doze números, os redatores do impresso deram várias demonstrações de perspicácia e conhecimento sobre os percursos que as idéias das elites vinham tomando ao longo do século – contudo, “deslizes” nunca podem ser descartados por completo. Todavia, o próprio jornal desde seu primeiro número deixou bem evidente que tipo de personalidades individuais iria exaltar, no instante em que ficou definida a seção “Galeria dos Homens de Cor Ilustres” – a ser abordada no próximo subitem do capítulo. Os demais seriam apenas coadjuvantes da história a ser narrada.

Na década de 1870, contestar a legitimidade da escravidão ainda era uma atitude sujeita a riscos no Brasil. Especialmente para os negros livres e libertos, caminhar nesse terreno minado quase que obrigava o estabelecimento de parcerias incertas, mas necessárias. Afora isso, a construção de uma linha de raciocínio persuasiva que levasse em conta os interesses da população negra e, ao mesmo tempo, pudesse ocupar as páginas de um jornal – sem resultar no suicídio de sua fala coletiva – implicava recorrer a repertórios argumentativos complexos e talvez contraditórios, por se fundarem em motivações distintas das suas. *O Homem* assumiu não só esse desafio, como conseguiu formular soluções alternativas a um conjunto de idéias emprestadas seja da elite branca escravista, seja de contextos socioespaciais estrangeiros.

No bojo desses aproveitamentos, as narrativas que encerravam imagens da luta empreendida pelo Norte em nome da emancipação de negros escravizados no Sul dos Estados Unidos, na década de 1860,⁴⁹ estavam relativamente frescas na memória coletiva e foram, portanto, peças-chave na argumentação contra a escravidão brasileira. Os exemplos vindos daquele país que alcançara considerável destaque no cenário internacional ao longo do século poderiam estimular tanto o crescimento das discussões existentes quanto a geração de mudanças parecidas por aqui. – Era preciso dar um toque de glamour ao fim da escravidão.– O assunto facilitava ainda certas aproximações entre os dois contextos sociais, haja vista que as discussões lá e cá partiam de uma base comum. Nas palavras de Azevedo:

De fato, a imagem do escravo-vítima moldou o que se pode propriamente chamar de dimensão internacional do abolicionismo. Foi essa dimensão que permitiu a

⁴⁹ Nas palavras de Luiz Felipe Alencastro: “Nos Estados Unidos, o escravismo, desconectado do tráfico africano desde 1808, tornara-se uma ‘instituição peculiar’ restrita ao Sul do território e resolutamente combatida pelos outros estados da União” (1997, p. 29).

construção de um discurso de liberdade e humanidade cujos termos alcançariam mais tarde o *status* de verdade universal em todo o mundo (1995-1996, p. 97).⁵⁰

[No entanto] Imagens bem distintas do escravo surgiram da pena de abolicionistas americanos e brasileiros. Os primeiros imaginavam o escravo em geral como um irmão da família humana; já os segundos representavam-no como o inimigo doméstico do senhor e sua família (*Idem, ibidem*, p. 98).

Antes que os abolicionistas brasileiros *stricto sensu* robustecessem ainda mais essas imagens na década de 1880, seus antepassados haviam cuidado de sedimentá-las muito bem. Uma demonstração máxima dessa percepção é construída por Joaquim Manoel de Macedo, no livro *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*, publicado em 1869 (Macedo, 1991). Como observa Brito, “trata-se de um livro que defende a emancipação dos escravos da perspectiva da classe senhorial e, para isso, constrói um perfil aterrorizante para o escravo, misto de tigre e serpente, de vítima e algoz, capaz de atacar quando menos se espera” (Brito, 2004, p. 294). Em choque com essas práticas e representações, escrevia *O Homem*:

Rebentou a tremenda insurreição dos estados do Sul da América do Norte a fim de conservar a medonha escravidão que o governo legal queria extinguir com zelo e descrição. Daqui assistimos àquele espantoso vendaval sem tujir nem mugir, tremendo de horror porque tínhamos em casa os mesmos elementos da discórdia, o mesmo foco de desordens e calamidades. (...)

E também é verdade, digamo-la sem rebuço, que a União americana só depois da luta fatal, entrou no andamento regular de uma nação ilustrada, dando ao mundo espantado o singular espetáculo de uma sociedade regida pelas leis eternas da liberdade e da igualdade, em que todas as raças, todas as castas e classes sem distinção nenhuma são iguais perante a lei, graduando-se somente os cidadãos pelo mérito e honestidade.

O escravo tornou-se cidadão como qualquer outro, e a pátria honra-se com os seus serviços como se livres fossem de há muitos séculos (HM, n. 2, p. 2).

Mais que uma verdade, antes de tudo isso era um argumento de peso. Em que pesem os percalços e as discriminações a que os afro-estadunidenses estavam sujeitos de norte a sul, dizer que por lá todos os cidadãos eram tratados como iguais independentemente da raça poderia ser interpretado como um desrespeito às suas lutas diuturnas. Até porque isso não era sustentado sequer pelos republicanos brancos do norte. Numa frase que ficou famosa, o então presidente Abraham Lincoln – futuro conselheiro de D. Pedro II – deixou isso bem nítido:

⁵⁰Efetivamente, isso fica evidenciado nos argumentos do “Conde de Paris, neto do falecido rei Luiz Felipe e primo germano do Conde d’Eu” transcritos no décimo primeiro número de *O Homem*. Os motivos oferecidos para explicar o porquê de as nações européias defenderem o fim da escravidão encontram-se na sensibilidade de seus cidadãos perante a raça oprimida – “Com efeito, é em nome dos direitos da raça oprimida que ele [o público europeu] condenou a escravidão” – e principalmente à raça senhora: “Foi o quadro dos sofrimentos imerecidos dos nossos semelhantes que comoveu toda a Europa à leitura desse romance tão simples e tão eloqüente chamado a *Cabana do Pai Thomaz*” (HM, n. 11, p. 1). E foi justamente sob a alegação de combater as atividades do comércio escravista no Mediterrâneo que “a Inglaterra havia fincado pé em Gibraltar e Malta e a França invadira a Argélia (1830)” (Alencastro, 1997, p. 29).

“Meu objetivo principal é salvar a União, não é o de salvar ou destruir a escravidão. Se eu pudesse salvar a União sem libertar um só escravo o faria, e se eu pudesse fazê-lo libertando todos os escravos, o faria também...” (Lincoln *apud* Wedderburn, 2005, p. 329).

Existe, porém, algo a se considerar: os negros nos Estados Unidos já dispunham de uma organizada estrutura de resistência e de redes de solidariedade bastante apuradas que os afro-brasileiros não possuíam em proporcional intensidade e com semelhantes demonstrações de força. Segundo Azevedo:

A partir das primeiras décadas do século XIX, uma política de repressão abateu-se sobre os afro-americanos dos estados do norte, recém-saídos da escravidão. Essa política abriu caminho para o racismo, acarretando a crescente segregação dos negros em termos de moradia, transporte, trabalho, escolas, igrejas, bem como a sua exclusão do direito de voto. Houve contudo um desdobramento imprevisto: o fortalecimento da coesão social dos afro-americanos e da consciência dos seus direitos como cidadãos americanos. (...) [Isso porque,] Para começar, os habitantes negros do norte foram incorporados à cultura euro-americana emergente desde muito cedo, durante os séculos XVII e XVIII (...) Portanto, ao tempo da Revolução Americana os afro-americanos já haviam forjado instrumentos intelectuais suficientes para lutar em defesa dos seus direitos como cidadãos, e nos termos dos euro-americanos (1995-1996, p. 105).⁵¹

Não é difícil imaginar o quanto informações dessa natureza poderiam fazer os olhos dos redatores de *O Homem* brilhar, a ponto de produzirem expectativas que justificassem tais considerações sobre o processo histórico dos Estados Unidos, no que tocava a vida dos afro-estadunidenses. Ainda que os euro-americanos não tivessem abandonado o racismo, o direito formal parecia manter relação mais próxima com a vida prática – coisa que no Brasil era quase que uma lenda.

Outro emprego interessante de conteúdos disponíveis pode ser lido no texto de abertura da décima edição de *O Homem*, também dedicado à defesa da abolição. Entendendo que essa medida seria necessária ao bem geral da Nação, o narrador acessa a realidade local por intermédio da referência bíblica da escravidão dos hebreus no Egito antigo por cerca de quatrocentos anos.⁵² As previsões referentes aos coetâneos algozes escravizadores eram aterradoras, mas não se apresentam antes de uma distinção entre os dois sistemas e os personagens envolvidos:

⁵¹ É preciso ter em mente que, no fim da década de 1860, os afro-estadunidenses dispunham de pelo menos duas universidades negras, a Fisk University, em Nashville, e a Howard University, em Washington.

⁵² Num contraponto ao que ocorreu nos Estados Unidos, onde a população negra chegou a instituir a Igreja Batista Africana, graças ao habitual do domínio da leitura bíblica, no Brasil oitocentista – comenta novamente Azevedo – “a leitura da Bíblia era restrita ao clero que, durante os sermões dominicais, traduzia certos trechos do latim para o português, certamente aqueles do seu interesse e de acordo com a interpretação estrita da Igreja” (1995-1996, p. 108).

Diferente do que entre nós acontece, eram *os homens de cor clara que serviam aos de cor escura*, e a escravidão os tinha tanto degenerado que, restituídos à liberdade, queixaram-se muitas vezes do seu libertador, chorando pelas cebolas da terra onde viviam escravos.

Felizmente não se dá a mesma coisa relativamente aos homens de cor escura que entre nós servem aos de cor clara, porquanto todos suspiram pela liberdade, e não há um só que não esteja pronto para fazer todos os sacrifícios a fim de alcançar este bem precioso, sem o qual nenhum outro tem verdadeiro valor (HM, n. 10, p. 1 – gripo existente).⁵³

Nessa representação, sobressai a idéia da grandeza humana dos “homens de cor escura” escravizados no mundo moderno, em detrimento da imagem de submissão utilizada para descrever os “homens de cor clara” dominados no Antigo Egito. A chama da liberdade jamais teria se apagado nas mentes daqueles de “cor escura”, enquanto os hebreus teriam se adaptado à organização social que os abarcava. Mas, assim como os egípcios pagaram pela iniquidade praticada contra os hebreus, mediante o martírio das sete pragas, profetizava o periódico que os escravistas modernos viveriam situações de amplo desgaste, pois:

Para que este castigo tivesse lugar, diz a Escritura que a cada praga que infligida aos egípcios, Deus endurecia-lhes o coração para não deixarem sair o povo a quem tinham escravizado. É isso o que ainda acontece aos senhores atuais. Conhecem a injustiça, a iniquidade cometida pelos seus maiores, mas dizem que havemos de fazer? Se os pomos em liberdade, ficamos reduzidos à miséria (*Idem, ibidem*).

Em nome da melhor visualização dos prováveis resultados dessa “teimosia” em terras brasileiras, recorre-se também ao exemplo do conflito entre os estados do norte e do sul dos Estados Unidos da América, em que “depois de uma guerra civil sem exemplo na história, a iniquidade ficou abatida e a justiça triunfante”. Os acontecimentos passados eram interpretados ao sabor dos preceitos cristãos, como se fossem resultado da ação da lei divina. Um exame posterior relativizaria em absoluto essa vitória, mas para o momento ela servia como lição a ser seguida. Se o seria ou não, àquela altura não se sabia, mas outras certezas eram bem conhecidas e provocavam revoltas:

o que é certo porém é que o azorrague tem feito correr muito sangue das costas e nádegas de nossos irmãos escravos, que alguns até têm sido desse modo barbaramente assassinados, e que muitos, depois de esgotados de forças em consequência de trabalhos excessivos, têm sido desumanamente abandonados (*Idem, ibidem*).

Sobre esse trecho, duas considerações. Primeiro, dissonante da representação que se fazia do escravo-besta-fera, a monstruosidade recaía sobre os escravistas, capazes de explorar

⁵³ Caberia um adendo rápido sobre o emprego dessa imagem não arianizada do povo egípcio. Naquela época, a egiptologia de origem francesa e suas consortes disseminavam Europa afora a representação do Egito como uma civilização branca na África. Em franca sintonia com as idéias francesas, a redação de *O Homem*, curiosamente, não reproduziu essa representação.

até o limite outros seres humanos e depois entregá-los à sua própria sorte. Segundo, para além do incômodo provocado pelas barbaridades da escravidão, o trecho evidencia ainda o reconhecimento dos laços que uniam livres e escravizados. Mesmo que tal prática não desse conta da experiência coletiva de todas as pessoas negras livres da época, em *O Homem* isso não era negado.

Leonardo Dantas Silva, em *A Imprensa e a Abolição* (1988), atribui a *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* a responsabilidade de ser o primeiro jornal abolicionista de Pernambuco e deixa de enfatizar o fato de este também ser um dos precursores da imprensa negra naquela província e no Brasil. Em que pese a leitura dos outros títulos que compõe aquela compilação, percebe-se que a experiência de *O Homem*, no entanto, não foi seguida pelas posteriores folham abolicionistas que pulularam na década de 1880. De perspectiva bem diversa da posta em uso pelo periódico negro, a imprensa abolicionista brasileira, de modo geral, foi uma manifestação da elite branca de origem escravista acerca de seus impasses particulares no fim do século XIX. Sua pretensão de convencimento não se voltava a um de público de livres e libertos descendentes de africanos, mas aos fazendeiros e escravocratas quase sempre convictos de seu poder. Comparando as experiências abolicionistas no Brasil e nos Estados Unidos, Azevedo diz que “o abolicionismo americano era como uma voz de fora da escravidão, enquanto o abolicionismo brasileiro era uma voz vinda do coração mesmo da hierarquia escravista” (1995-1996, p. 102).

Nesse sentido, reconhecendo o mérito que lhe é devido há décadas, *O Homem* foi, doravante, um jornal ousado e avançado. Distintamente do que se tornara batido à época, as páginas do jornal não foram ocupadas para beneficiar ou beneficiar-se da escravidão – seja por meio de anúncios de venda, compra ou recuperação de pessoas escravizadas, seja para a defesa de sua permanência. Em vez disso, uma ampla força-combate foi acionada para minar a legitimidade da exploração indébita sobre o grupo populacional negro. Além do mais, o compromisso assumido solicitava a interferência em várias frentes. Quanto a isso, de nada pode se queixar. Em suas páginas não faltou lugar até mesmo para a indicação das lutas futuras, pois a garantia da justiça formal para toda a população era encarada como a base para a conquista de outras reivindicações. Pelo percurso traçado por *O Homem*, no momento em que igualdade formal fosse assegurada, a próxima demanda a se buscar seria a garantia de educação pública:

Queremos que a governança do país, seja qual for a parcialidade que pertencer, trate seriamente da instrução pública, dando-lhe uma projeção elevada, organizando-a com discrição, assentado-a em fundamentos sólidos de modo que

possa resistir a todos os embates das nossas mesquinhas lutas políticas. (...) Queremos instrução porque da ignorância crassa provém grande parte das nossas misérias; o atraso geral em que nos achamos dessa fonte dimana principalmente (HM, n. 6, p. 1-2).

Vários outros temas foram abordados por este jornal – os quais esperam ser trabalhados. Aceitos e sistematizados, poderiam ter resultado num projeto nacional dos afro-descendentes para o Brasil. Mas suas propostas não foram tão bem aceitas como gostariam os redatores de *O Homem*. Uma sociedade hostil aos negros impulsionou-lhe a fundação, não existia outra para deixar de fazer frente às suas propostas. Em todo caso, esteve em curso um trabalho visando aos próprios “homens de cor”, que buscava informá-los das atribulações que acometiam os membros do grupo, bem como difundir os exemplos de desvios à opressão.

– 3 –

EDUCAÇÃO CÍVICA, DENÚNCIA E EXALTAÇÃO DOS EXEMPLOS – AS PRÁTICAS SOCIOPEDAGÓGICAS DE *O HOMEM*

Valendo-se do reconhecimento do quão importante seria a educação da classe dos homens de cor para o alcance de condições sociais igualitárias entre todos os habitantes do país, o jornal estabeleceu algumas seções que tinham por objetivo dar visibilidade aos atos arbitrários que atingiam o grupo sociorracial, os exemplos a serem seguidos e algumas saídas possíveis à opressão. As mais evidentes eram: a coluna “Homens de Cor Vítimas da Política Conservadora dessa Província”, a “Galeria de Homens de Cor Ilustres”, o “Noticiário”, – havendo possibilidade de extensão às “Variedades” e ao “Folhetim”.

Já no primeiro número, a seção “Homens de Cor Vítimas da Política Conservadora nesta Província” é inaugurada com uma narrativa acerca da trajetória do Dr. Francisco de Paula Sales:

Nascido de pais, pobres de dinheiro, bem que ricos de honra e de virtudes, o Sr. Dr. Sales, como quase todos os da classe a que pertence, viu-se obrigado no princípio a aplicar-se a uma das artes mecânicas para, por meio de seu trabalho, satisfazer as necessidades da vida, a que todos estamos sujeitos, mas o fogo divino que lhe aquecia a mente não lhe permitiu permanecer tranqüilo por muito tempo nesta modesta condição (HM, n. 1, p. 3).

O próximo passo teria sido ingressar na Faculdade de Direito e formar-se bacharel em ciências jurídicas e sociais. Indo além, tempos depois conquistou o título de doutor. “*Labor improbus omnia vincit* (o trabalho aturado vence todas as dificuldades)”, essa era a lição

aprendida pela folha. Essas conquistas teriam aberto algumas portas ao Dr. Francisco de Paula Sales. Primeiro foi nomeado chefe de uma das seções da secretaria da presidência da província de Pernambuco, ademais oficial de gabinete de outro presidente, sendo afinal instituído secretário da província durante a administração do presidente subsequente.

No fim da década de 1860, no bojo das disputas entre os partidos políticos da Monarquia, os liberais “saem” do poder e os conservadores ocupam. “Daí data a perseguição traiçoeira feita aos homens de cor e o propósito de os ir excluindo dos empregos públicos para tirar-lhes toda a importância política” (*Idem, ibidem*). Dr. Sales, foi demitido de seu emprego por essa época – “o que não censuramos, visto ser ele de política contrária à que dominava”. Tendo já o desejo de compor o quadro docente da Faculdade de Direito, chegou a prestar concurso por cinco vezes, tendo alcançado a primeira colocação em duas ocasiões. Contudo, nunca foi admitido. Essa decisão caberia ao chefe do partido conservador na região:

Com essa exclusão foram ofendidos os princípios eternos de justiça; foi ofendida a lei fundamental do país que manda que não haja entre os cidadãos, relativamente aos empregos públicos, outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes; foi ofendida a dignidade da congregação dos lentes da Faculdade que reconheceu os talentos e o merecimento do Sr. Dr. Sales como superiores aos dos outros concorrentes; foram ofendidos os interesses da mocidade estudiosa que em vez de ser instruída pelos mais dignos passou a sê-lo pelos menos dignos; foram desanimados os talentos superiores e animada a mediocridade; foi finalmente ofendida em seus brios e em suas legítimas aspirações toda a classe dos homens de cor, vendo-se assim, excluída na pessoa de um de seus mais dignos membros, embora tivesse ele em seu favor o juízo da única autoridade competente em tal matéria, a congregação da Faculdade!

Senhores de governança continuais a proceder assim deslealmente para com a *classe mais numerosa* do país, para com *a única que trabalha, a única que, a falar propriamente, produz*; mas não vos queixeis depois das conseqüências que vossos atos possam ter (*Idem, ibidem* – grifos meus).

A possibilidade de um levante da população negra livre ou ainda escravizada parecia provocar “arrepios” em muitos integrantes da elite branca, sendo por isso mesmo usada como arma preciosa num momento de disputa política como esse. Com essas palavras, *O Homem* finalizava aquele artigo, anunciando que daria continuidade às denúncias daquela natureza.

Pois no quarto número, a seção voltaria a figurar entre as páginas do periódico, apresentando o caso do Dr. Aureliano Augusto Pereira de Carvalho. Nascido em Recife, Pereira de Carvalho, em idade devida, matriculou-se na Academia de Direito de Olinda; “tal foi o seu comportamento e aplicação que, não obstante não ser da cor privilegiada, ou antes não obstante a sua cor, foi-lhe conferido o título de bacharel formado com plena aprovação de seus examinadores” (HM, n. 4, p. 2). Após anos de batalha foi nomeado secretário de

instrução pública pelo presidente Francisco de Paula da Silveira Lobo, permanecendo no cargo durante os mandatos do conde de Baependy, senador Frederico de Almeida, Dr. Assis Rocha, Dr. Portela e conselheiro Diogo Velho. “Exercia o Dr. Aureliano seu lugar com a aptidão necessária, a contento dos diferentes diretores que aquela repartição tinha tido” (*Idem, ibidem*).

Quando Henrique Pereira de Lucena assumiu a Presidência da província, começaram os apertos de Aureliano, pois, em conluio e para agradar os desejos de um compadre seu, o presidente armou um cilada para Aureliano, pois:

em sua opinião, como na de alguns outros orgulhosos e malévolos, era deslustre para uma repartição pública ter à sua frente um homem que não fosse da cor privilegiada, embora uma família inteira composta de senhoras solteiras e de meninos ficasse privada do pão cotidiano que lhe procurava o ordenado que seu chefe percebia pelo exercício do emprego que ocupava (*Idem, ibidem*).

Uma vez que Aureliano não dava as menores razões para uma demissão justa, aproveitaram-se da morte do secretário e ecônomo do Ginásio Provincial, cargo de menor prestígio e rendimento, e realizaram a transferência de Pereira de Carvalho, ainda solicitando a esse o pagamento de fiança no valor de 15:000\$000 rs, cinco vezes maior que o valor convencional. “Como é fácil conjecturar-se, o Dr. Aureliano, homem sem bens de fortuna, não pôde dar a fiança exigida” (*Idem, ibidem*). Em seu lugar, admitiu-se um homem branco e sob a fiança de apenas 3:000\$000 rs. Diante da reprovação popular, Lucena usaria o subterfúgio da inocência, ao dizer que não sabia das irregularidades e que, tão logo vagasse um posto de juiz municipal no interior da província, no sertão, nomearia Aureliano. Pelos mesmos motivos de ordem financeira e também em cuidado com a educação de seus filhos, não lhe seria possível proceder à mudança, mesmo que um dia a tal requisição fosse efetivada. Pois sabendo disso, o presidente assim o fez.

No fim das contas, graças a um capricho, foi removido de seu emprego e de mais a mais acabou ficando sem meios de subsistência. Eis, então, mais um motivo a justificar o protesto de *O Homem*: “Há ou não há dois pesos e duas medidas à disposição dos governantes desta terra para eles servirem-se conforme se trata de homens de cor ou de homens sem cor? E dizem que nos queixamos em vão!” (*Idem, ibidem*).

Embora mantivesse a idéia de dar prosseguimento à essa seção, nos oito números seguintes, nada mais apareceu sob aquela assinatura. Isso não significa que casos de arbitrariedade tenham deixados de figurar entre as páginas do periódico. Havia desde o primeiro número, a seção “Noticiário”, que dispunha de espaço para tornar público

ocorrências que envolvessem as pessoas negras residentes em Recife ou em suas adjacências. Os fatos não envolviam apenas membros dos grupos livres e/ou libertos, como já se vê em uma das primeiras notícias:

Terça-feira, 18 do corrente, consta-nos que um homem, das 10 para as 11 horas da manhã, esbofeteara a outro de cor parda na Rua do Rangel, uma das principais dessa cidade.

Dizem ser o segundo escravo do primeiro, mas não importa, o ato foi não só degradante como contraria aos sentimentos que devem caracterizar a todo homem de brio (HM, n. 2, p. 4).

Em Recife, conforme notação de Clarisse Nunes Maia, houve vários “casos de denúncias em jornais de pessoas indignadas pelos maus-tratos praticados por vizinhos sobre seus escravos e que clamavam pela ação da polícia. (...) Era, portanto, um campo delicado de disputa entre autoridades e povo, cada um querendo impor um modo de viver diferente à área urbana” (Maia, 2001, p. 21). *O Homem* mostrava-se partidário dessa prática, apresentando um protesto nos seguintes termos:

Se o infeliz mereceu castigo, devia ser este dado em casa e não publicamente e em presença de grande número de cidadãos, provocando assim a justa indignação. (...) [Além disso,] *Uma bofetada não é castigo*, o castigo razoável concorre para a reforma e o melhoramento do castigado; o insulto, principalmente feito em praça pública, só é próprio para gerar ódio e despertar sentimentos de vingança (HM, n. 2, p. 4).

Dando aquelas notícias, *O Homem* dizia esperar a interrupção de atos como aqueles, a fim de que a sociedade, como um todo, pudesse dar mostras de sua boa educação. Não obstante, no quinto número, ao recapitular esse incidente, o publicista voltaria a lamentar a ocorrência de outro fato idêntico, desta vez na Rua do Imperador, bem como apuraria mais duas notícias lançadas em outro jornal da cidade (EX, n. 5, p. 2). A primeira dizia que, na Rua do Cotovelo (Boa Vista), uma senhora esbordoava “barbaramente a uma escrava parda de nome Ignez, a qual mostra no rosto indeléveis sinais de sevícias (*Idem, ibidem*, p. 3)”. Para este fato chamavam a atenção do subdelegado da freguesia. A segunda, não mais envolvendo pessoas escravizadas, daria conta das agressões sofridas por duas crianças negras:

Ontem, 27 de janeiro, às dez horas da manhã, andando dois meninos (oito e dez anos de idade) vendendo mangas nesta povoação (Afogados), foram chamados por um soldado de polícia aqui destacado, e como não quisessem eles vender *fiado* as tais mangas, o valoroso soldado puxou o sabre, e deu-lhes alguns panaços!!! Esse meninos são filhos de uma pobre mulher que se chama Antonia, aqui residente.

[*O Homem* complementa:] Sem dúvida esses meninos são pardos ou pretos (*Idem, ibidem*).

O tratamento desrespeitoso dado pelos zeladores da ordem pública aos “homens de cor” também foi tema do “Noticiário”. Afora o caso da prisão seguida de espaçamento de um

homem negro encontrado embriagado, executada pela guarda da Encruzilhada de Belém (HM, n. 6, p. 3), apresentou-se o resumo de uma notícia publicada em outro periódico, envolvendo o mesmo regimento, sendo que um homem de cor parda fora encarcerado e depois submetido a serviços forçados. Sobre o ocorrido, o articulista do jornal negro refletia:

A Constituição diz que nenhum cidadão será obrigado a fazer ou deixar de fazer coisa alguma senão em virtude da lei?

Quiséramos que nos indicassem a lei ou regulamento que autorize semelhante ato... e esta!

E nós a falarmos de lei?

Pois há que projete os homens de cor parda ou preta nesta boa terra? (HM, n. 10, p. 4).

Em seguida, a crítica se estende às instâncias competentes, que nenhuma atitude efetiva havia tomado até aquele momento para que as arbitrariedades fossem interrompidas, ainda que essas fossem divulgadas por vários outros jornais: “Em outros tempos a imprensa era acatada pelas autoridades superiores, e apareciam providências logo que ela denunciava algum ato arbitrário das autoridades subalternas; hoje vigoram outros princípios” (*Idem, ibidem*).

Ocorre que tais omissões e desprestígios alcançavam até mesmo o reservado “terreno da morte”. Entre os últimos dias de fevereiro e os primeiros de março, uma mulher procurou o jornal para denunciar o que havia acontecido com um seu parente. No último dia 26, uma sexta-feira, o referido senhor saíra de Beberibe em direção a Recife, quando no desembarque, ao tentar recolher seus pertences que caíram nos trilhos, foi acidentalmente esmagado pelo trem. “Até aqui, tudo se passara sem que haja lugar para censura; mas não assim depois” – comentava o narrador de *O Homem*. Consta que a polícia recolheu o corpo, depositando-o, primeiramente, na capela de Belém e depois o conduzindo ao cemitério. Contudo, não lhe deram sepultura. “Somos informados por pessoa da família do infeliz que isso só tivera lugar no dia da segunda-feira, quando já se achava ele em completa putrefação” (HM, n. 8, p. 3). Em seu relato, a mulher que recorrera à redação do periódico para apresentar seu protesto perante a sociedade “observou-nos chorando que, se o infeliz não fosse homem de cor (pardo) como era, não se teria dado tão grande escândalo” (*Idem, ibidem*).

Para além do registro desse triste fato, essa notícia demonstra que, no decorrer de sua existência de embates públicos por meio das páginas impressas, *O Homem* alcançava certas demonstrações de reconhecimento do seu trabalho, haja vista que as pessoas começavam a procurá-lo como ponto certo para a exposição de suas demandas. Estaria, assim, em acordo com seus objetivos primeiros.

Além disso, em sua atuação como agente de empoderamento da população negra local, o jornal atuaria em outra direção que não apenas a apresentação de fatos dolorosos. Havia a seção “Galeria dos Homens de Cor Ilustres”, dirigida majoritariamente à valorização de personagens negros da história brasileira, o que se inscreve no trabalho de fortalecimento da auto-estima dessa população. Falo em maioria uma vez que nesse ponto o impresso trazia uma particularidade, a saber, incorporaria três personagens de origem ameríndia na seleção: Antonio Felipe Camarão, D. Diogo Pinheiro Camarão e D. Sebastião Pinheiro Camarão, entendidos também como homens de cor, não parda ou preta, mas sim vermelha. A seguir um panorama dessa galeria, que aglutinou gente do meio político, literário, musical, religioso e militar.

No primeiro número são referendados trechos da atuação do “afamado Jurisconsulto Brasileiro o Sr. Antonio Pereira Rebouças” (1798-1880), cidadão negro que viveu durante os últimos anos do século XVIII e boa parte do XIX, passando por várias localidades do país. Das extravagâncias do governo ao contrabando de africanos, passando pela discussão dos direitos civis dos cidadãos, independentemente de cor ou origem, Rebouças atuou sempre pela via legalista, entendida como liberal moderada, por excelência.

Como demonstra Keila Grinberg, em sua tese de doutoramento, publicada sob o título “*O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*”:

Rebouças sempre tentou mostrar que a cor não poderia ser usada como critério distintivo, fosse ela vista de forma negativa ou positiva. Negava que a cor pudesse ser usada como argumento para fundamentar a exclusão de libertos da cidadania plena, e por isso atraía a antipatia de todo o grupo político que passou a ser dirigente a partir da implementação da política do Regresso em fins da década de 1830 (Grinberg, 2002, p. 185).

Ao prefaciá-la essa obra, Hebe Maria Mattos observa que, não obstante Rebouças tentasse excluir de seus argumentos a racialização – muito em virtude de essa ser comumente usada pelos demais juristas como justificativa para a continuidade legal da escravidão ou para restringir o acesso a direitos civis e políticos dos novos cidadãos, por exemplo –, em toda a sua trajetória, “falou, pensou e agiu sempre e antes de tudo como ser racializado” (Matos, 2002, p. 13).

Não por uma razão distante, o homem que, na condição de deputado, discursava em 1832: “Devotado à pátria, eu ponho o meu coração nas aras sagradas da liberdade, da honra e da verdade”, no momento em que recebia esses elogios na imprensa pernambucana, não ocupava mais assento na Câmara havia algum tempo. Sua moderação não valeu perenidade

naquele espaço. Teve de dirigir sua atuação quase exclusivamente à advocacia. Coube a um de seus filhos, André Rebouças, engenheiro civil e abolicionista a conquista de maior visibilidade. Sobre ele, essa folha comenta:

Este último, principalmente, é tão considerado no Rio de Janeiro e tão estimando que, segundo somos informados, em uma ocasião solene, teve a honra de dançar com Sua Alteza Imperial, a Sr.^a D. Izabel!

Lição sublime que partindo de tão alto, deveria calar no espírito de todos para acabar com infundados preconceitos (HM, n. 1, p. 4).

Continuando o percurso, o poeta José da Natividade Saldanha (1796-1830) seria lembrado no segundo e terceiro números do jornal. De acordo com a narrativa construída por um articulista de *O Homem*, desde cedo, o personagem ilustre esmerou-se em sua própria ilustração, estudando música, latim, filosofia, e teologia. Em Coimbra, formou-se bacharel em Direito, época em que já nutria apreço especial pela poesia. De volta a Pernambuco, quando a independência do Brasil já havia sido proclamada, envolveu-se nos embates circunscritos à Confederação do Equador na ala dos liberais republicanos. Malgrado o intento, exilou-se, respectivamente, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no México e na Venezuela, onde veio a falecer. Seu comprometimento político fora um dos maiores incentivos à sua produção literária. Ao gosto da época, *O Homem* observava: “Saldanha compôs mimosas e lindíssimas poesias e lindíssimas odes, principalmente em louvor dos quatro primeiros heróis da guerra contra o holandeses nesta província – Henrique Dias, Felipe Camarão, Vidal Negreiros e Francisco Rabello” (HM, n. 2, p. 3). Na edição seguinte, outros dados biográficos de José da Natividades Saldanha seria apresentadas com o apoio de artigo de Torres Bandeira, datado de 1868 (HM, n. 3, p. 2-3).

Com base nos dados do *Diário de Santos*, *O Homem* também presta uma homenagem a maestro Elias Lobo (1834-1901), autor da ópera *A Noite de São João*, a primeira escrita e estreada no Brasil. Em 1876, o músico paulista vivia em Itu, “confundido agora entre os mais obscuros, ele que já teve os aplausos e homenagem da multidão” (HM, n. 6, p. 2). Não mais grassava nas altas rodas da Corte como nos dias em que apresentara a novidade à cena cultural da cidade. Até conseguir lograr tal êxito, “sem mestres que o dirigissem, inteiramente isolado, começou a exhibir em sua pequena cidade natal [Itu] os primeiros frutos de sua inspiração”. Em pouco tempo havia se transferido para o Rio de Janeiro, levando consigo a composição de sua ópera. Foi, então, “no Teatro Lírico do Rio de Janeiro, diante da família imperial e de milhares de expectadores, a *Noite de São João* alcançou o mais lisonjeiro sucesso”. O triunfo alcançado com aquela peça cômica instigou em Elias Lobo o desafio de

compor uma peça carregada de tom mais solene, um “drama triste”. Eis que, pouco depois, apresentaria a ópera *Louca*.

Não obstante, seria vítima de conflitos próximos aos vividos pelo senhor Pestana, o musicista seu contemporâneo, gerado da pena de Machado de Assis, no conto “Um homem célebre”, que sofreu por não obter sucesso com produção ao “sabor clássico”, sisudo, tal qual os “imortais” da música erudita européia. Também “de cabelo negro, longo e cacheado”, e assim como Lobo teve a ajuda de Diogo Antonio Feijó, Pestana contou com o apoio de “um padre, que o educara, que lhe ensinara latim e música, e que, segundo os ociosos, era o próprio pai” (Assis, 1998, p. 368-377).

Semelhanças à parte – ou mantidas –, Elias Lobo parece ter padecido da síndrome da “eterna peteca entre a ambição e a vocação”. Frustradas suas ambições no Rio de Janeiro, voltara a morar em Itu, mas, como fazia questão de ressaltar *O Homem*:

Não se pense, porém, que se extinguiu nele completamente a chama da inspiração, pois que ainda compõe algumas vezes, se bem que forçado pela necessidade.

Quase que se dedica exclusivamente às músicas sacras, e nesse gênero possui uma coleção de missas sacras mui interessantes. (...) É notável a facilidade e rapidez com que escreve; a pena corre ligeira, e, ao mesmo tempo em que ele conversa com os amigos, brinca ou ralha com os filhinhos, deixa sobre o papel notas de uma harmonia incomparável! (HM, n. 6, p. 2).

Nesse caminho, nos anos seguintes, Elias Lobo ainda desfrutaria outras alegrias, que não poderiam ser registradas naquele jornal.⁵⁴

Por sua vez, a quarta personagem da “Galeria dos Homens de Cor Ilustres” foi o Bispo pernambucano D. Manoel de Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá (1798-1863). O artigo corresponde à transcrição de um texto publicado em algum jornal da Corte, cuja a origem precisa não era informada. A ilustre figura ordenou-se presbítero no Rio de Janeiro em 1822, por não haver vaga em Pernambuco. Mas “logo que o jovem Monte recebeu a unção sacerdotal, partiu para sua província, onde obteve a propriedade da cadeira de teologia moral, que já interinamente havia regido, em cujo concurso mostrou que havia de ser um dia um dos mais brilhantes talentos do clero” (HM, n. 7, p. 2). Experimentado na vida clerical e docente, tempos depois fora eleito à Assembléia Geral Legislativa em 1837. Dois anos depois, por ordem do regente do Império, ocupou a “cadeira episcopal da diocese do Rio de Janeiro, vaga por morte de seu Bispo” (*Idem, ibidem*). Deputou-se depois por essa província, permanecendo ali mesmo após findar esse outro mandato. Capelão-Mor do Imperador D. Pedro II, por sua

⁵⁴ Para algumas informações adicionais sobre a vida e a obra de Elias Álvares Lobo, consultar o *Dicionário Popular Brasileira*, de Cravo Albin (2006).

boa relação com o monarca, foi agraciado em 1845 com o título de “Conde de Irajá”. Após uma vida dedicada aos estudos, ao clero e à política, faleceu em 11 de junho de 1863, tendo ainda o respeito de muitas figuras importantes da época.

A última personalidade negra a ser contemplada pela seção foi o Mestre-de-Campo Henrique Dias, também conhecido como “Governador dos crioulos, pretos e mulatos do Brasil”, título concedido por Dom João IV. Ao longo de três números, os leitores são informados dos feitos desse homem negro que conseguiu alcançar importantes posições, a despeito das imputações pejorativas que pudessem ser ancoradas em sua origem racial. Assim fazia gosto de ressaltar o publicista responsável pela organização de seus dados biográficos: “Honra e glória de qualquer país que tivesse tido a fortuna de contá-lo no número de seus filhos. O herói pernambucano avantajou-se a tudo quanto de mais ilustre produziu a antiguidade. E se a raça de cor preta não tivesse dado ao Brasil nenhuns outros, bastaria ele só para ilustrá-la e enobrecê-la” (HM, n. 8, p. 1). Para dar lição da grandeza de Henrique Dias, apresentava-se a ode feita pelo poeta José da Natividade Saldanha, que em um trecho declamava:

Já tremula a primeira
Sobre as muralhas Portuguesa bandeira:
Já curvas, Holandês, com fado escasso,
Altiva frente do Africano braço (*Idem, ibidem*, p. 2).

Na nona edição, a fim de facultar aos leitores a visualização do tratamento dado aos “esforços e virtudes dos homens de cor” pelos reis de Portugal, considerado bem melhor do que o dispensado naquele momento pelas autoridades monárquicas brasileiras, *O Homem* transcreve a “Nomeação de Henrique Dias para Cabo e Governador dos Homens Pretos e Pardos em todo o Brasil”, assinada por D. Fernando Mascarenhas Conde da Torre, em 4 de setembro de 1639; e a “Nomeação de Henrique Dias para o Posto de Mestre de Campo”, de 1658 (HM, n. 9, p. 1-2). Por fim, publicam-se as duas notificações conferindo o prestígio de Henrique Dias perante a coroa portuguesa no século XVII (HM, n. 10, p. 2-3).

Do sexto ao oitavo fascículo, a Galeria dos Homens de Cor Ilustres dedicou-se a rememorar três figuras da família Camarão. A série é iniciada com Antonio Felipe Camarão. De acordo com a biografia resumida apresentada, esse homem de origem indígena teria nascido Pernambuco [!], servindo com heroísmo, juntamente com sua esposa, D. Clara, à Coroa portuguesa durante as lutas para a expulsão dos holandeses. Ao contrário do companheiro de batalha Henrique Dias não ficou para ver a conquista final, pois morreu em 1648. A título de ilustração, transcrevem-se a carta real que lhe deu a mercê da Comenda dos

Moinhos de Soure e a ode de José da Natividade Saldanha, introduzida pelo elogio: “Fale, pois, ele [Saldanha] por nós, e orgulhem-se os homens de cor pernambucanos de contar entre os seus, dois cidadãos tão distintos, um nas armas, outro nas letras” (HM, n. 11, p. 3).

Ainda naquele número, *O Homem* explicaria com mais detalhes o porquê de inserir aquele herói indígena na galeria, estabelecendo proximidades entre a situação dos povos indígenas e africanos no Brasil:

No México, no Chile, na Bolívia, no Peru, os Índios e seus descendentes figuram em grande número na ordem política. Juarez como sabem os leitores, Índio de puro sangue, foi presidente do México e restaurador glorioso da forma republicana naquele país. Mesmo nos Estados Unidos, há povoações inteiras compostas de índios civilizados gozando dos mesmos direitos que os outros cidadãos da grande república, sendo de notar que estes direitos não ficam em palavras como entre nós, pois que da Escola de West Point têm saído vários índios com a patente de oficiais regulares, e nos estados do sul muitos tiveram assento no congresso federal no tempo da guerra civil.

Entre nós, porém, pensa-se de outro modo, e basta que esta raça pertença à classe dos homens de cor para que o nosso governo não permita que possa desenvolver-se como convinha ao bem da mesma e à prosperidade do país (*Idem, ibidem*, p. 4).

Finalmente, D. Diogo Pinheiro Camarão e D. Sebastião Pinheiro Camarão são referendados no último número de *O Homem*. Recai, entretanto, sobre eles a referência ao “dano que se fez aos negros dos Palmares em um mocambo de mais de mil cabanas, a que se pôs fogo”, ocorridos entre 1675 e 1680 (HM, n. 12, p. 2) – ato não tão louváveis assim.

Ocorre, ainda, que as práticas sociopedagógicas adotadas em *O Homem* também se valeram de textos literários. Dispostos nas seções “Folhetim” e “Variedades”, textos em prosa e verso foram disponibilizados aos leitores do periódico no intuito de potencializar os questionamentos sobre a reprodução do “preconceito de cor”, bem como estimular a moralização dos membros da sociedade. A publicação de folhetins foi inaugurada pela novela “Beata – vítima dos preconceitos, história veneziana”, que tratava do caso fictício de um relacionamento entre dois mancebos que se tornara inviável por conta da discriminação acerca da distinta origem de seus principais personagens (HM, n. 2-5, 7-10). Houve tão-somente uma interrupção, motivada pela divulgação do conto “Um marido como há poucos”, de José de Sousa Lima (HM, n. 6).

Após aquela novela, publicou-se “A Louca”, conto de Ernesto Castro extraído do *Jornal das Famílias*, órgão do Rio de Janeiro. A narrativa encerra os lances da infeliz história entre a heroína Ana das Dores, uma jovem “mulatinha”, e Nicanor, rapaz branco “filho de um dos principais fazendeiros do lugar”. A moça, muito bonita e virtuosa, não se rendia aos

galanteios de Nicanor e de tantos outros que a cortejam, mas percebendo a transformação do espírito daquele e a verdade de seus sentimentos, aceitou-lhe a corte depois de algum tempo. O namoro rendeu uma proposta de casamento, que, no entanto, careceu da aceitação do pai do rapaz, posto que aquela união “só servia para envergonhar as suas cãs e o seu sangue, puro de mancha africana” (HM, n. 11, p. 4). Decido a impedir o enlace, o pai ordenou a seus capatazes que invadissem a casa de Ana das Dores, raptassem Nicanor e o enviassem a São Paulo para assentar praça; e, caso tentasse fugir no meio do caminho, que o matassem. Pois foi justamente esse o fim da história.

Na nota de apresentação da peça literária, o publicista ressalta que “o autor do conto não pertence à classe dos homens de cor”, mas “animado do espírito reto, ele não duvida não somente render sincera homenagem à beleza fascinadora das moças de cor, senão também ainda estigmatizar o preconceito dos pais desnaturados que imitam o do infeliz Nicanor” (HM, n. 11, p. 4). Nessa mesma linha, também poderiam ser lidos os versos da seção “Variedade”, como as “Aquarelas Brasileiras” de R. de S. Pato:

Aquarelas Brasileiras I

Estava na sacada, firme, altiva,
Como em sólio, real bela princesa.
Mais garbo, mais dengue e gentileza
Nunca vi, como nesta estátua viva.

Estava na sacada pensativa,
Súbito estremeceu, corou surpresa
Ouvindo atrás de si com aspereza:
“O que fazes, mucama? !... Era cativa!

Cativa!... Clara assim!... Se não tivera
A pálpebra que o rosto mais escura,
Ninguém por semi-branca a supusera;

Mesmo assim, por milagre da natura,
Da filha do *senhor* retrato era,
E a iaiá do papai era escultura!...(HM, n. 6, p. 4).

Aquarelas Brasileiras II

Num formoso jardim passam-se as cenas,
A hora – o pôr do sol. Os personagens
Duas moças em pé, entre folhagens
De um jasmineiro em flor, e de açucenas,

Era a tarde gentil, brisava apenas;
Na rua se cruzavam carruagens;
E discutiam castas e linhagens

As jovens, que eram lindas e morenas.

“Prefiro não casar a ser esposa,
De quem, como eu, não for da cor seleta.”
Dizia entusiasmada a mais dengosa.

Nesse tempo, uma velha quase preta
Entra exclamando: – Oh! Deus, como é formosa,
A meus braços, meu bem, querida neta (HM, n. 7, p. 4).

E mais este soneto, que, mesmo não tendo título ou autoria revelada, segue a estrutura dos anteriores:

Atado a um cafezeiro, ensangüentado,
Jazia o jovem pajem; se o gessaras
Um pálido andaluz certo o julgaras;
De tão belas feições era dotado.

A um lado, agricultor mal entrajado,
Recostado ao curral, feito de varas,
Um cigarro fumava, negras caras
Se grupavam tristonhas do outro lado.

“Vejam como eu castigo o petulante!”
Brada o Senhor sanhado. – O escravo o fita
E com voz alquebrada e soluçante

Diz: “Oh! Pode matar!... Mucama Pita
Ao senhor jamais quis! É minha amante!
E... “– acabem com este negro!” – o senhor grita (HM, n. 9, p. 4).

Os três poemas conformam imagens bem próximas. A partir delas, sugerem-se críticas às mazelas da escravidão; aos desdobramentos possíveis da vigência do “preconceito de cor”, tal como o estabelecimento de um desejo de negação da origem negro-africana e a instauração de um processo de branqueamento da população, seja por meio de relações oficiais ou extra-oficiais; bem como são iluminados os conflitos entre as pessoas de diferentes grupos sociorraciais em situações de disputas e afirmação de poder.

A todas essas questões eram expostos os leitores de *O Homem*, que além da instrução buscava incentivar o estreitamento dos laços entre as “várias famílias pertencentes à classe das pessoas de cor”. Em certa ocasião, teve oportunidade até para noticiar uma confraternização entre pessoas desse grupo sociorracial, ocorrida durante dois dias seguidos na freguesia de Afogados, à qual o redator manifesta votos de longa vida:

Desejamos de coração que entre as pessoas de classe cujos interesses nos propomos advogar, se vá desenvolvendo este espírito de sociabilidade, e que tais reuniões possam ter lugar aqui mesmo, na capital, pois que concorrerão para aproximá-las umas das outras, para apertar os laços de amizade que devem ligá-las entre si, para

instruí-las de seus direitos e também de seus deveres para com Deus, para com a pátria, para com a humanidade (HM, n. 1, p. 4).

Bem se vê que, do início ao fim e do fim ao início, *O Homem* conseguiu ser um jornal de muito fôlego. Apesar de sua provável curta duração, seus ensinamentos tiveram a solidez necessária para o rendimento de debates por ainda bastante tempo. De fato, seja pela permanência dos problemas a que se dedicara, seja pela disseminação silenciosa de suas idéias por meio de vários outros personagens da nossa história, muito do que fora ali registrado conseguiu perdurar à sua existência e se mostra muito familiar ainda hoje. Uma vez conectados a outras experiências, os redatores, afinal, acabaram por alcançar vários de seus objetivos, mesmo que o principal, o fim do “preconceito de cor”, infelizmente, ainda sobreviva.



CAPÍTULO IV

DEMOCRACIA RACIAL EM NOME DO *PROGRESSO* DA *PÁTRIA*

Aqui nesta parte da América do Sul, tivemos nosso
berço, mas onde está nossa Pátria?
A Pátria, n. 2, p. 2

– 1 –

O AVANÇO DA MEMÓRIA RUMO AO PASSADO: A IMPRENSA NEGRA PAULISTA NO SÉCULO XIX

Hoje é um dia que vou marcar no meu caderno; você me deu a oportunidade de falar de minha fé, de minha mãe, de minha gente e de minha raça. Nunca ninguém me perguntou nada. E eu nunca pude contar nada para ninguém. A minha própria vida ficou mais clara. Venha sempre que puder. Venha comer feijão com couve [disse D. Sebastiana a Teresinha Bernardo] (1998, p. 73).

Existem coisas que parecem acontecer só para subtrair alguma legitimidade do acaso. O encontro com fragmentos de memórias de mulheres e homens negros sobre suas vivências na cidade de São Paulo do pós-abolição, das primeiras décadas do século XX, deixou-me pouca margem de dúvida quanto a isso. É verdade que tal confluência foi facilitada pelo trabalho de Teresinha Bernardo, *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*, mas no momento em que comecei a leitura daquele livro não imaginava encontrar palavras tão irradiantes como as de D. Sebastiana, ditas ao fim de uma conversa-entrevista com a pesquisadora. Naqueles relatos pude entrever lances de como os antepassados davam sentido às suas vidas e às suas coisas na capital paulista da época.

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX, São Paulo recebia levas e levas de italianos, espanhóis e tanto outros imigrantes de origem européia, que aqui chegavam como símbolo da promessa do *progresso* para a *pátria* brasileira. Os projetos imigrantistas processavam-se a pleno vapor. “Em fins do século XIX – comenta Giralda Seyferth –, o estado de São Paulo já era o principal pólo imigrantista do país. Diante do maior número de

entradas, o período entre 1880 e 1914 é chamado de ‘a grande imigração’” (2005, p. 28), Simultaneamente, instituíam-se leis de caráter nacional que não só proibiam a entrada de negros no Brasil, africanos ou não, como também garantiam fôlego às práticas discriminatórias dirigidas aos afro-brasileiros. Sobre esse contexto, é importante lembrar que o decreto que fechava as fronteiras nacionais para o ingresso de negros foi promulgado em 1890 (Kaly, 2004). Como bem ponderou a historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo, quando escreveu sobre o tema nos idos da década de 1980:

Não se tratava do escravo, o ente abstrato que sobressai muitas vezes da historiografia ao se explicar sua suposta recusa ao trabalho livre por força de uma herança funesta da escravidão, bem como a decorrente necessidade de imigrantes. Era, sim, o negro, elemento considerado de raça inferior porque descendente de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias raciais ainda estavam longe de cair em desuso (Azevedo, 2004a, p. 134).

O afã da modernização nacional caminhava *pari passu* com a modernização do racismo. Figurando ao mesmo tempo como pressuposto e meta, o silenciamento das vozes e o apagamento dos interesses das pessoas negras produziram resultados como os que são arrostados pelas falas de D. Sebastiana e dos outros tantos velhos e velhas no fim do Novecentos. Por sua vez, esses testemunhos confirmam que os descendentes de africanos não foram tão inertes quanto pressupunham os autores dos projetos de extinção da presença negra no Brasil. Afora isso, aquelas histórias – que entre tantas coisas também me contavam sobre “feitiços” – despertaram minha percepção para a grandeza de outro material que tinha em mãos esperando para ser examinado. Falo dos dois jornais *A Pátria* e *O Progresso*, cujos subtítulos eram idênticos: *órgão dos homens de cor*. Os dois impressos circularam na cidade de São Paulo ainda no século XIX, lançados respectivamente nos anos de 1889 e 1899.

Ao atentar-me para essas datas, reconheci a possibilidade de deparar com algumas representações forjadas, no calor da hora, por membros do grupo sociorracial negro paulista durante dois momentos especiais: 1) os anos que seguiram à abolição e os meses em que se viveu a iminente instauração do sistema republicano; e 2) os primeiros anos da República brasileira. *A Pátria* e *O Progresso* teriam o poder de carregar consigo significados que a população negra atribuíra a todas aquelas medidas modernizadoras – uma dimensão inexistente no, mesmo assim, belíssimo trabalho de Teresinha Bernardo.

O material encontrado nos arquivos a que tive acesso, entretanto, não me favoreceu afirmar qualquer coisa acerca da periodicidade, nem sobre o tempo de existência de cada um

dos títulos. A escassez de referências bibliográficas sobre os periódicos veio ratificar, por ora, essa limitação. Conseqüentemente, resta somente dizer que utilizei na feitura deste capítulo o segundo número de *A Pátria*, de 2 de agosto de 1889, ido a público numa sexta-feira; e o exemplar de lançamento de *O Progresso*, de 24 de agosto de 1899. Constata-se, com base nisso, que ao menos um sobreviveu ao número inicial.

Mesmo que não tivessem a magia de fragmentos testemunhais praticamente inéditos, *A Pátria* e *O Progresso*, juntos, já seriam de grande importância no panorama da imprensa negra no Brasil, pois ensejam uma reformulação da convencional estréia desse segmento editorial no estado de São Paulo. A maioria – senão a totalidade⁵⁵ – dos trabalhos que se debruçaram sobre o assunto atribui originalidade aos títulos que surgiram na década de 1910, tendo quase sempre *O Menelick*, de 1915, como o inaugurador da série (Bastide, 1973; Domingues, 2002; Ferrara, 1986; Gomes, 2005b; Moura, 1992; Simões Pires, 2005, entre outros). Tais estudos acabaram reproduzindo a delimitação esboçada por Roger Bastide, no ensaio “A Imprensa Negra do Estado de São Paulo”, e depois consolidada por Miriam Nicolau Ferrara, em *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. Fora desse terreno, quando muito, alude-se à anterior existência de *O Baluarte – orgam oficial do “Centro Litterario dos Homens de Côr”*, editado na cidade de Campinas em 1903 (Maciel, 1997).

Em São Paulo, como ocorreu em outras localidades brasileiras, o racismo não foi capaz de aniquilar nos negros o desejo de transformação de suas vidas. Encontra-se aí o elo entre esses dois momentos da imprensa negra paulista. Essas folhas demonstram como o descrédito e o desdém, inúmeras vezes, foram transformados em desafio. Um desses episódios foi também narrado por Seu Raul a Teresinha Bernardo, tendo ele e sua companheira Lurdes como protagonistas:

Como contei, fiz tudo na vida; fui menino de recado, marmiteiro, consegui um emprego no [Instituto] Biológico para lavar carro e privada e pensava: “negro só trabalha”, isto martelava a minha cabeça. Fui estudar depois de velho, tinha diploma e só trabalhava... Tinham o diploma, mas nenhum dinheiro. Quando casei com a Lurdes, ela fazia doces para fora. No começo, como todo homem macho, combinamos que ela não ia mais trabalhar. Mas ela combinou uma coisa e fez outra. Começou a fazer doces e eu disse: “se é para trabalhar, é para ganhar dinheiro” e, como ela não sabia cobrar, então eu cobrava. Assim, conseguimos abrir uma doceria na Brigadeiro Galvão, que depois foi para Lopes Chaves. A doceria ia bem, a Lurdes era uma cozinheira famosa e então transformamos a

⁵⁵ Trata-se de uma forma de me desculpar previamente caso tenha deixado de fora estudos anteriores a este que tratem dos dois jornais como representantes primeiros da imprensa negra no estado de São Paulo. É de justiça confessar que tive notícia de uma possível referência feita pelo jornalista Paulo Duarte acerca da existência do jornal *A Pátria* – provavelmente no livro *História da Imprensa em São Paulo* –, porém não tive oportunidade conferi-la.

doceria em *buffet* e viemos para as Perdizes. Nas Perdizes, negro não era aceito; era um bairro de quatrocentonas que achavam que preto não podia morar, só podia trabalhar para eles. Lembro bem, uma vez que D. Adélia, falando com outra vizinha, disse: “Olha só como ficou as Perdizes! Até negro vem morar aqui!”. Sabe o que eu fiz? Esperei doze anos e comprei a casa dela, um palacete onde fiz o salão do *buffet*. Foi a forma de me vingar, eu que expulsei ela das Perdizes, mas não é vingar, é como se fala agora, foi a forma que encontrei de dar um chapéu nela... (Bernardo, 1998, p. 123-124).

A citação, extensa em vários sentidos, fala por si. Os fatos que compreende, uma vez conectados ao empreendido nos dois “órgãos dos homens de cor” em tela, vêm dar mostras de que nós, os negros, não apenas temos memória, como também nossos ancestrais recentes conseguiram nos deixar registros materiais e imateriais que dão conta de aspectos de nossa trajetória histórica – e que precisam circular em nossas mentes contemporâneas. São histórias que não discorrem apenas sobre escravização e derrotas, mas principalmente sobre resistência e superação. Assim como pessoas e falas tão preciosas foram colocadas no caminho de Teresinha Bernardo, no meu apareceram *A Pátria* e *O Progresso*. As próximas páginas são dedicadas a retirar do silêncio palavras muito bem ditas.

– 2 –

***A PÁTRIA* E A VIABILIDADE DO SONHO DE REPÚBLICA PARA UM ÓRGÃO DOS HOMENS DE COR**

Cerca de quinze meses transcorridos desde a promulgação da Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, a que declarou extinta a escravidão no Brasil. Na cidade de São Paulo, *A Pátria* apresentava ao público seu segundo número em 2 de agosto de 1889. A campanha pela abolição era feito digno de realce, ao menos naquele espaço. Sua primeira página fora totalmente reservada à “homenagem aos grandes abolicionistas” por meio da estampa do busto de três abolicionistas brancos: Visconde do Rio Branco (*in memoriam*), Feliciano Bicudo e Fernando de Albuquerque. No que concerne aos aspectos da diagramação dos jornais da imprensa negra, esta foi a primeira vez em que se houve o uso de imagens.

Como foi dito, a folha carregava o epíteto “órgão dos homens de cor”. A presença daquelas figuras não negras poderia, então, ser interpretada como um equívoco? Aos olhos da redação do jornal a resposta seria negativa, ou melhor, nem se tratava de uma questão colocada. Entretanto, uma informação prestada ali mesmo pode servir à pergunta. Conforme alusão disponível na última página do exemplar, a mesma seção no número inaugural fez deferências a Luiz Gama, José Bonifácio e o Fernandes Coelho – uma “Galeria preciosa”:

Aos nossos leitores, no primeiro número do nosso jornal, oferecemos uma trindade que inscreveram seus nomes no coração dos brasileiros, que contraíram para com ela uma dívida sagrada. Em nosso segundo número, apresentamos outra não menos distinta. Qual será o homem de cor que não se curve ouvindo falar nesses beneméritos da pátria? (AP, n. 2, p. 4).

Ou seja, a reverência correspondia a uma forma de sinalizar as correntes políticas com as quais estava conectada a argumentação desenvolvida no periódico. Localizado entre o fechamento das batalhas abolicionistas e a eminente transição para o regime republicano, este periódico acabou por absorver essas duas temáticas em sua argumentação, salvaguardadas suas idiossincrasias. Em que pese seu lugar de fala, a propósito, *A Pátria* pretendia não se ocupar com as disputas entre os partidos liberais e conservadores – chamados de “partidos monárquicos”. Quanto a isso, é bastante taxativa ao afirmar no primeiro artigo da edição: “Para nós homens de cor, em nada influiu a queda dos conservadores, assim como a ascensão dos liberais ao poder” (*Idem, ibidem*, p. 2).

A política conservadora era diretamente associada à perseguição e à opressão contra a população negra. Aos cuidados de personalidades como o Barão de Cotegipe – “um dos maiores algozes da raça de cor, tanto assim que contra a sua vontade é que o gabinete João Alfredo conseguiu a realização da áurea lei de 13 de maio” (*Idem, ibidem*) –, não poderia receber outro tratamento que não o completo descrédito perante os olhos de *A Pátria*. Quanto ao partido liberal, a crítica era não menos ferina: “Depois de sete anos no poder sem importar-se com a sorte dos míseros escravizados, tendo sido uma política de desordem e desmandos. (...) Celebrizando-se ainda mais na oposição que fizeram ao Gabinete Dantas quando, pretendia fazer uma lei que vinha suavizar a sorte dos descendentes da raça africana” (*Idem, ibidem*).

Entre 1878 e 1885, o Gabinete Ministerial do Império esteve nas mãos dos liberais. A omissão reclamada por *A Pátria* fundamentava-se no fato de que nenhuma providência efetiva fora tomada enquanto esses estiveram no poder. Quando os conservadores assumiram, promoveram alguns arremates, mas tão procrastinadores que não mereceram o respeito de muitos abolicionistas e alguns republicanos, por tabela – mas isso não era ressaltado pelo periódico. Acontece que em 1884, o senador liberal Manoel Pinto de Souza Dantas, nomeado chefe de Gabinete pelo imperador, ficou com a responsabilidade de buscar soluções para o problema da escravidão. Com o apoio de Rui Barbosa, produziu-se o Projeto Dantas, cujo texto propunha alguns benefícios aos futuros libertos, entre os quais a transferência paulatina

de terras arrendadas do Estado para que ex-escravizados as cultivassem.⁵⁶ A proposta motivou o descontentamento e a ira não apenas dos conservadores, como também dos próprios liberais – e tantos outros –, em seus interesses escravistas. O quiproquó desencadeou a dissolução da Assembléia e a convocação de novas eleições. Por fim, o resultado resguardou os interesses escravocratas e impulsionou a queda do Gabinete Dantas. Eis que ascendeu ao gabinete o conselheiro Saraiva, liberal que reformulou pontos fundamentais do Projeto Dantas, cuja aprovação se deu somente no mandato do conservador Barão de Cotegipe, ficando o documento conhecido como a Lei Saraiva-Cotegipe, ou dos Sexagenários, de 1885 – um dos últimos engodos que antecederam a Lei Áurea. Quando do lançamento de *A Pátria*, os liberais tinham voltado ao Gabinete, na figura de Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto. Em linhas gerais, esse era o cenário com o qual os redatores do impresso dialogavam.

Finda a escravidão em 1888, pelo que se depreende do desejo manifesto do periódico, a aposta na superação dos limites impostos à “raça de cor” teria de estar fundamentada pelo menos em demonstrações incontestes e nas propostas que permitissem vislumbrar à concretude das mudanças em benefício do grupo sociorracial negro. A adesão ao republicanismo parecia uma saída bastante promissora: “Teremos sempre por divisa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Abraçando por essa forma as doutrinas republicanas, porque só nela encontraremos a reabilitação de nossa raça estigmatizada pela escravidão” (*Idem, ibidem*). Resolvida a demanda abolicionista, a República seria o passo adiante.

Importa ressaltar que, enquanto *O Homem*, no Recife de 1876, atribuía à pressão externa a função de principal catalisador das conquistas em prol da liberdade formal de toda a população brasileira, de acordo com *A Pátria*, a abolição teria sido “obra imposta pelo terror que inspirava ao trono, e ao partido conservador, o movimento abolicionista. O governo,

⁵⁶ Segundo informações coletadas no Projeto Memória – Rui Barbosa, o Projeto Dantas “começava por definir algumas diretrizes para a emancipação: pela idade do escravo; pela omissão da matrícula; e por transgressão do domicílio legal do escravo. Ao fixar 60 anos como idade limite para o escravo, não prevendo qualquer tipo de indenização aos proprietários, desencadeou uma onda de protestos antes mesmo de o projeto ser apresentado à Câmara. Fundamentar a emancipação pela omissão de matrícula era aparentemente inofensivo. Mas, na verdade, ao obrigar que todos os escravos fossem novamente registrados e identificados com minúcias no prazo de um ano, representaria a libertação quase imediata de todos os menores de 14 anos com base na ‘Lei do ventre livre’. E, graças à prova de filiação, aqueles trazidos ao Brasil depois da proibição do tráfico, em 1831, ou que eram filhos de escravos contrabandeados, também seriam homens livres. Por fim, ao vedar a transferência de domicílio, evitava que províncias como Ceará e Amazonas vendessem negros para grandes centros de mão-de-obra escrava no sudeste do país. Uma das maiores novidades, contudo, consistiu na previsão de assistência ao liberto, mediante a instalação de colônias agrícolas para os que não obtivessem empregos. Determinava, ainda, regras para uma gradual transferência de terra arrendada do Estado para ex-escravo que a cultivasse, tornando-o proprietário” (Projeto Memória, 2006).

sabendo que a abolição seria forçosamente feita, rendeu-se à vontade popular, receando a revolução que com certeza traria a queda da monarquia no Brasil” (AP, n. 2, p. 2). Por outro lado, em sentido próximo ao formulado pelo impresso negro pernambucano anos antes, a Lei Áurea era também entendida pelo jornal paulista como uma tábua de salvação com a qual a princesa Isabel, ocupando naquela ocasião o posto de regente, teria se valido para salvar os alicerces do trono.

A escravidão enquanto vigente, de fato, esteve na boca de muitos grupos – liberais, conservadores, monarquistas, republicanos e por aí vai –, mas a partir do momento em que milhares de mulheres e homens negros tiveram de ser reconhecidos como cidadãos brasileiros, outras questões de fundo foram se notabilizando. Além de serem tema das conversas, os negros, a princípio, poderiam ter chances maiores de opinar sobre os rumos do país, caso o universo hipotético que a abolição prometera se concretizasse e a população como um todo alcançasse o debate público.

O certo é que, nos últimos tempos, a popularidade da monarquia constitucional sofria de altos e baixos. Na compreensão engendrada por *A Pátria*, no que competia aos interesses da população negra, haveria mais razões para deprecições do que para elogios, posto que: “em remuneração aos serviços que julga-nos ter *prestado*, exigiu a simpatia do povo e armando um laço ardiloso procuravam impossibilitar a raça de cor, receando-se que ela, compreendendo que nada deve à coroa, lançasse suas vistas para o partido republicano” (AP, n. 2, p. 2). O trecho ilumina o incômodo sentido diante de quaisquer sugestões de os negros terem de permanecer obrigados a devotar reverências ao Império ou mesmo da possibilidade de serem colocados à mercê das pretensões monárquicas – como se devedores de favores o fossem.

Se existia alguma dívida dos negros para com algo ou alguém, essa não seria aos “partidos monárquicos”, mas a todos que numa ação suprapartidária empreenderam esforços para a libertação dos ainda escravizados. Nesse grupo estariam, entre outros, José Bonifácio, o moço; o Barão do Rio Branco; os senadores Dantas; e, obviamente, Luiz Gama. A essas figuras emblemáticas o impresso dizia não se acanhar em estampar seus rostos logo na primeira página.

Todavia, aquela galeria de grandes abolicionistas permanecia falta de uma personalidade negra de reconhecida importância nas peijas pelo fim do escravismo, em particular no contexto político da Corte. Ia-se para o terceiro número e nada de aplausos a José do Patrocínio. Tratava-se da figura vultosa que, no dia em que todos foram declarados livres pelo poder imperial, fora “saldado pela multidão, agarrado, beijado e abraçado por homens e mulheres eufóricos com o fim

da escravidão”, mas que também, curiosamente, ouviu de seu amigo João Marques este comentário um tanto quanto tosco: “Que belo dia para morreres, Patrocínio!”. A essa ponderação, o historiador José Murilo de Carvalho acrescentou: “Foi uma observação perfeita. Patrocínio deveria ter morrido de uma síncope naquele dia, enquanto era aclamado pela multidão” (2006). Suas escolhas lhe renderiam dissabores não imaginados naquele dia. Em *A Pátria*, como se verá, existiam razões republicanas para explicar a ausência em tão pouco tempo do popularmente conhecido Zé do Pato.

No intuito de aproveitar os meios disponíveis para atingir a meta abolicionista, Patrocínio unira-se ao poder monárquico, mesmo tendo para si o nítido entendimento da relação que o Império mantinha com a escravidão. Ocorre que, uma vez alcançados os fins abolicionistas em 1888, avalia Martins,

Patrocínio, porém, não percebe desta vez “a brusca mudança que se operou no espírito público”. Talvez por gratidão à princesa por seu papel na abolição, talvez por *reação à hostilidade dos republicanos que o tratavam como adversário*, não vira a página, não muda de programa e não olha para o futuro – no caso, para a República que se avizinha (2005, p. 135 – grifo meu).

Pois veja que a figura de Patrocínio não apareceu na galeria dos maiores abolicionistas, o que não significou, porém, a inexistência de qualquer alusão a ele em *A Pátria*. A questão é que, não obstante tenha ficado sem o mais ínfimo gesto de reconhecimento por seu empenho, coube-lhe figurar como mote de uma zombaria estabelecida na crônica intitulada “A tempestade”, datada de 25 de maio de 1899. O enredo correspondia a um encontro onírico entre Ara, o narrador da história, e Deus, assessorado por um anjo! O texto principia com a apresentação do espaço onde se daria a trama:

A tempestade se aproxima. Os horizontes da pátria, outrora límpidos e belos se escurecem por uma nuvem negra.

É já noite. No céu não se vêem, como dantes, as rutilantes estrelas, quase enormes diamantes engastados na celestial abóbada, já se ouve ao longe rolando pelo espaço o ribombar do trovão; os relâmpagos, os que se denominam *olho de boi* ferem a escuridão da noite, deixando de permeio se ver as grossas e negras nuvens encapeladas, como um grosso exército, prontas para deixar a sua enorme carga d’água.

A natureza espavorida tomba! – as árvores e ramos acossados pelo rijo vento vergam soltando silvos aterradores, os animais silvícolas correm pela floresta, soltando uivos aterradores, os répteis rojam pelo chão velozmente, soltando pelo espaço o seu silvo monótono; a queda da cachoeira apavora, os rios, saindo fora do seu leito, alagam os bosques e prados, transparecendo na escuridão a sua prateada cor.

Pensava eu em toda essa hecatombe porque passava a humanidade! Que repentina mutação, me fez lembrar uma cena do *Guarani* (AP, n. 2, p. 2).

Eis que, neste momento, Ara é surpreendido pela visão de um carro de fogo puxado por dois velozes corcéis vindo do céu, trazendo um homem de longas barbas brancas – o próprio Deus –, acompanhado de muitos anjos. O narrador-personagem, de pronto, põe-se em reverência àquela figura divina, que manda a um de seus mensageiros lhe dizer: “– Ara, Deus ouviu-te a prece e reconhece que em ti um dileto filho. Ele perdoa-te”. Ara, então, indaga sobre o porquê de toda “aquela revolução”, ao que recebe a resposta que dará vazão à reviravolta da narrativa:

– Ara, não é por ti. Deus criou o mundo, tudo o que vede é dele. Adão e Eva tiveram dois filhos, Caim e Abel. Caim matou a Abel, seu sangue gritou a Deus onipotente: – Vingança! Vingança!

Deus vingou-o. Caim vive errante pelo mundo, amaldiçoando sua vida.

Deus julgava que nunca mais houvesse Caim. Mas ainda há neste país um Caim que Deus protegeu por muito tempo, mas o homem julga-se superior ao Onipotente e ofende-o, insulta-o. Deus que o patrocinou por tanto tempo, ele não quer viver na graça. O sangue do novo Abel clama vingança por haver ELLE assassinado com a ignorância, Deus vai vingá-lo.

Ara! Vai depressa! Vai pelo Brasil e prega o bem, dizeti ao povo que Deus exterminará com os PATROCÍNIOS escandalosos e demolidores e vendilhões do templo de Deus.

Deus vai castigar ao novo Caim. És de Deus abençoado.

E a tempestade desencadeou...

Ora bolas! Foi sonho! Levantei com o patrocínio do José (*Idem, ibidem*).

Ao sabor das sátiras da época, José do Patrocínio aparece nessa crônica associado à figura de Caim, o fratricida bíblico. De acordo com o sugerido pela narrativa, embora vivesse sob a proteção divina, Patrocínio quis sobrepor-se à sua grandeza e, certamente, seria punido – o aviso fora dado pelo próprio Deus. Ara, porém, não evidencia quem seria o Abel daquela situação, o que deixava o abolicionista fluminense em situação mais constrangedora. O narrador estaria falando de todos os negros, dos republicanos negros, dos republicanos somente ou de toda a humanidade? Recursos literários à parte, o texto encerra um conflito secular, e não de ordem divina. Patrocínio era *persona non grata* entre os republicanos, por isso cabia-lhe o escárnio.

Ouso dizer que não houve em *A Pátria* disposição ou pretexto para que se protegesse o personagem José do Patrocínio, como ocorrera nos jornais da cidade de São Paulo em 1880. Naquele ano – conta a historiadora Elciene Azevedo –, ao discursar numa conferência abolicionista na capital paulista, Patrocínio “qualificou os senhores de escravos de ‘piores do que compradores de furto, piores do que os portadores de moeda falsa’” (1999, p. 179). Por conta disso, mais do que a indignação de escravistas, recebeu, principalmente, a defesa de ninguém menos que o famoso abolicionista republicano Luiz Gama, que foi à *Gazeta do Povo*

reprimir as agressões àquele cidadão negro da Corte, feitas por um escravocrata nas páginas da *Província de São Paulo*:

Em nós até a cor é um defeito, um vício imperdoável de origem, o estigma de um crime; e vão ao ponto de esquecer que esta cor é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta cor convencional da escravidão, como supõem os especuladores, à semelhança da terra, ao través da escura superfície, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade.

Nós, que falando, escrevendo, e esmolando, de porta em porta, somos acolhidos com impiedoso sorriso pelos bondosos estrangeiros, que convivem neste país, sem temor da negridão da nossa pele, que nos franqueiam a sua bolsa, e nos prodigalizam o seu óbolo, para a remissão dos *elefantes negros da lavoura*, temos, por certo, sobejo motivo para enojarmo-nos dessa parolagem sáfia, indigna da imprensa de um país culto (Gama *apud* Azevedo, 1999, p. 180-181).

A denúncia da discriminação racial fundava a manifestação de Luiz Gama, que poderia ganhar forças à medida que as liberdades dos negros escravizados fossem totalizadas. No entanto, o período que dista 1880 de 1889 assistiu, entre outros acontecimentos, à morte daquela celebridade, ao crescimento do republicanismo e à perda de sentido da fala abolicionista, uma vez que a partir de 1888, teoricamente, não existiriam pessoas escravizadas no Brasil. Perante a opinião pública, os abolicionistas, não os ex-escravizados, conquistaram a cena. Nos termos das disputas políticas hegemônicas do pós-abolição, desapareceriam as bases que impeliam alguns republicanos abolicionistas a tolerar José do Patrocínio. Nesse ponto, *A Pátria* – à luz do material examinado – acabou repetindo uma barreira ao livre fluxo do que se vislumbrava no pronunciamento de Luiz Gama. Aos olhos do impresso, naquele momento, os negros não republicanos perigavam ser tomados como dissidentes da causa de libertação de seu povo. O respeito a toda prova à identidade racial em nome do fortalecimento da emancipação – como sugeriu Gama – fora maculado em ao menos um detalhe.

Em outras dimensões, a sintonia se manteve. Permanecera o interesse pelas ações empreendidas por pessoas negras de outras localidades. À medida que o vínculo com José do Patrocínio perdia a validade, outras aproximações com o Rio de Janeiro assumiam relevo. Sendo informação dada em primeira mão aos leitores da Corte, a notícia da formação do Club Republicano dos Homens Cor há pouco tinha sido reproduzida numa folha paulistana. Tamanha foi a satisfação de *A Pátria*, que reservou considerável espaço para demonstrar sua afinidade com a proposta de seus pares fluminenses. O artigo de autoria de Ignácio de Araújo Lima inicia-se com versos efusivos:

Hosana, hosana, entoemos a esse dia
Em que essa nova aqui nos anuncia
Que unidos pela idéia, aí estais,
Prontos para combater a tirania

E aos demais que a nossa raça deprecia
Vinguemos nossos pais (AP, n. 2, p. 2).

Após a epígrafe, o publicista, em nome de “Nós, homens de cor daqui da capital de São Paulo”, sustenta a contigüidade com os republicanos negros fluminenses reprovando a criação e a atuação da Guarda Negra. Mormente estabelecida na Corte, o poder monárquico procurou instituí-la ainda em terras paulistas. Importa detalhar que, naquela atmosfera de preocupações republicanas, pairava mais uma vez a figura de José do Patrocínio. Ao tecer comentários sobre a Guarda Negra, Clóvis Moura pondera:

José do Patrocínio foi o mais fervoroso adepto do *isabelismo*, e procurou aliciar libertos para defender a monarquia ameaçada pela onda republicana que crescera após a Abolição. Não satisfeito em beijar os pés da Redentora, José do Patrocínio inicia a arregimentação de ex-escravos, capoeiras e marginais de um modo geral, para fundar a *Guarda Negra*. Esse ajuntamento tinha como finalidade impedir a propaganda republicana, inclusive com a tarefa de dissolver comícios pela violência. Essa posição dos elementos aliciados por José do Patrocínio deu muito trabalho às autoridades e impediu, em muitos casos, que os adversários da monarquia se manifestassem. Os seus membros conseguiram dissolver muitos comícios republicanos através da violência (Moura, 1992, p. 68).

O Club Republicano dos Homens Cor correspondia, desta feita, a uma outra possibilidade da presença negra na sociedade pós-abolição, não circunscrita ao poder monárquico. Insatisfeitos com o cenário que se firmava, os envolvidos com a publicação de *A Pátria* questionam a viabilidade de a cidadania plena ser desfrutada por toda a população negra caso a monarquia permanecesse no poder:⁵⁷ “Chama-nos paulistas porque tivemos nosso berço na cidade de São Paulo, legendária e heróica pelos brilhantes feitos de seus filhos, porém nós que somente podemos dizer: Aqui nesta parte da América do Sul, tivemos nosso berço, mas onde está nossa Pátria?” (AP, n. 2, p. 2).

Três séculos de história transcorridos desde a descoberta do Brasil – “onde se escreveu o martirólogo dos infelizes filhos d’África escravizados no Brasil, (...) onde [os escravocratas] esses malvados seres nutriam a terra com os corpos de nossos avós e pais e regavam-na com o seu sangue e com as suas lágrimas!” (*Idem, ibidem*) –, e as estruturas sociopolíticas conservavam-se praticamente inalteradas. Isso era tomado como motivo suficiente para que os descendentes de africanos duvidassem das promessas de uma incorporação natural e democrática naquele momento e almejassem uma integração distinta

⁵⁷ Em outro artigo, intitulado “Momento da Atualidade”, o jornal manifesta em mais detalhes sua opinião sobre a o sistema de governo monárquico: “Ninguém ignora que monarquia só tem contribuído para o engrandecimento de suas cortes, que neste ou naquele país onde ela predomina, arrancando ao mercenário a sua última baga de suor para transformá-la em brilhantes futilidades no recinto aristocrático de um governo que jamais soube compreender a sua elevada missão, perante uma nação civilizada” (AP, n. 2, p. 3).

da facultada pela Guarda Negra. Aqui repousava outra justificativa para a simpatia republicana carregada nas letras do periódico negro.

Nos dizeres de *A Pátria*, o primeiro impulso teria sido a busca de “punição para tantos crimes, porém é tarde, muito tarde”. O presente reservava-lhe, todavia, outra missão mais espinhosa, porém “mais nobre e mais honrosa”: garantir que os recém-libertos pudessem, de fato, ter o Brasil como pátria, pudessem desfrutar a cidadania prometida, uma vez que: “Ontem deram liberdade ao escravizado, mas esqueceram-se de que o liberto, que se transformara em cidadão, tem direito e precisão de ter uma pátria. Sim, quem mais do que eles têm direito sobre o solo em que pisam?” (*Idem, ibidem*).

O quadro instava nos negros isentos da escravidão sem o expediente da Lei Áurea a responsabilidade pela conquista da igualdade efetiva aos recém-libertos, bem como a eles próprios. As razões para tal ficam evidenciadas neste trecho:

E nós que *sentimos correr em nossas veias o sangue Africano*, nós que nos *orgulhamos em pertencer a essa raça*, que foi a primeira que penetrando no seio virgem da terra, de lá voltou com as mãos cheias d’ouro e pedras preciosas, frutos esses por eles colhidos, que se transformou em mantos, onde se esconderam tantos crimes e que ainda hoje existem nos cofres dos potentados; ainda mais os três séculos de trabalho dessa raça expatriada e escravizada encheu também de ouro e de pedras preciosas o erários dos reis e dos imperadores. É o tempo que corre e exige o nosso conagraçamento para juntos combatermos as trevas nas quais imersos estão ainda muitos dos libertos de ontem, educá-los e encaminhá-los na idéia grandiosa Pátria e República. (...) *Nossos avós e nossos pais* sucumbiram entre sacrifícios e dores cruciantes, não no terreno da luta pela aspiração ou idéia, mas sob os golpes do azorrague vibrados por braços possantes, nos amplos quadriláteros das fazendas (*Idem, ibidem* – grifos meus).

As marcas de uma identidade fundada em heranças negro-africanas e no pertencimento ao grupo sociorracial negro, construído historicamente, sustentam a fatura do artigo e de todo o impresso. A garantia de sobrevivência digna não carecia do escamoteio do passado ou da ancestralidade. Ainda que os negros respondessem por uma variedade de posições sociais – bem mais ampla do que o termo binário “livre/liberto” permite avistar –, o reconhecimento do vínculo que aproximava suas diversas experiências tornava possível o compromisso mútuo em nome da conquista da democracia real – traduza-se democracia racial. Essa era a forma de perceber o mundo que legitimava a existência do jornal como instrumento de resistência dos afro-brasileiros:

Bem sabemos que somos pequenos diante da majestade e poder dos grandes, mas também somos descendentes dessa raça, que durante três séculos foi martirizada, extorquida, vilipendiada, destruiu o átomo, contestou o fato. E onde encontraremos Pátria e Liberdade além dos vimos no disco da República porque o sangue de tantas torturas, o suor de tantas angústias são os troféus de glória que nos legaram

nossos avós e pais. Guardemos esses troféus no sacrário de nossos corações e busquemos para esses que ainda hoje restam velhos e alquebrados, para eles e para nós, o complemento da Liberdade, Pátria e Descanso (*Idem, ibidem*).

Autenticava legitimidade à *Pátria*, em São Paulo, e ao Club Republicano dos Homens Cor, no Rio de Janeiro. E mais, como deixava entrever, essa identidade racial conectava-se à outra construção identitária de natureza republicana. Ambas vinham à tona por ocasião dos embates políticos do momento. Ao fim e ao cabo, foram essas as proximidades que uniram as duas experiências travadas em províncias diferentes, tal como registrado nas palavras finais do artigo:

Cada um de vossos seres representa uma idéia e nesse conjunto de idéias existe um ideal, sobre esse ideal erguei a Deusa da República, que só com ela teremos o descanso para o resto dos dias da existência de nossos Pais, sob o império da democracia, onde domina o império do povo pelo povo, na Pátria então verdadeiramente livre (*Idem, ibidem*).

A República ofereceria, além do mais, a possibilidade da supressão das lacunas deixadas pela independência incompleta, como acusa o periódico por meio do artigo de João China, “Emancipação da Pátria”. As palavras do publicista eram categóricas: “A Nação Brasileira nunca ficou independente! Aquele arranjo do pai e do filho, combinado com alguns ministros e que deu resultado a proclamação da independência no dia 7 de setembro de 1822, não foi a emancipação do Brasil”. Naquela conjuntura, entre as decisões tomadas para o estabelecimento da jovem Nação, estava a permanência da escravidão de africanos e seus descendentes, evidenciando sua autonomia limitada e seu despreço pela humanidade dos povos negros:

Como compreender-se um Estado independente e livre, quando a superioridade numérica dos seus habitantes continuava escravizada? Mas o Brasil começou a gozar dos foros de uma nação livre e independente sofrendo, porém, o escárnio que fazia o estrangeiro de sua liberdade, que na verdade era aparente! (*Idem, ibidem*, p. 3).

A alteração da forma de governo tornava-se, portanto, uma oportunidade ímpar para os acabamentos finais à impulsão do crescimento e da democracia brasileira, há tempos buscada.

Valorizando símbolos e imagens tais como as dos “heróis inconfidentes mineiros, capitaneados pelo imortal Tiradentes”,⁵⁸ *A Pátria* apostava na proximidade da emancipação definitiva do país, visto que: “uns fizeram a base, outros levantaram as paredes, alguns já estão cobrindo e brevemente muitos levantarão o pavilhão sobre o grande edifício da

⁵⁸ Segundo José Murilo de Carvalho, os partidários da República brasileira, ao recuperar a imagem de Tiradentes, tanto ratificaram sua importância perante a “Inconfidência Mineira” quanto garantiram-lhe o posto de herói republicano (1990).

civilização, moralidade e igualdade!” (*Idem, ibidem*). A contar com o ocorrido durante as pelejas abolicionistas, que em seus últimos momentos recebera a adesão dos “grandes, graduados, os da melhor posição da sociedade”, uma movimentação semelhante parecia acontecer com a causa republicana. A experiência adquirida no processo de extinção do trabalho escravo, bem como as dificuldades específicas do período que antecederam a República foram assim descritas:

Correram os tempos e como a causa da humanidade foi adquirindo adeptos, o povo branco começou a *exigir* a reivindicação da liberdade do povo preto, e este, ao seu turno, foi compreendendo o seu direito e por si mesmo procurou restaurar-se na sociedade e, em consequência, veio a lei de 13 de maio de 1888, que deve denominar-se *Lei do Povo*.

Mas o Brasil está livre mesmo?

Creemos que não!...

A nação tem ainda os piores escravos: os que (sem necessidade absoluta) sacrificam suas idéias, barateiam suas posições políticas e sociais por amor a um título ou emprego que raras vezes são merecidos e dão-lhe importância!

Os homens nessas condições são mais escravos que os antigos escravizados de cor preta (*Idem, ibidem*).

Essa representação linear e cíclica que encadeia a sucessão dos fatos na narrativa, ao tempo em que evidenciava as limitações das expectativas anteriores – da independência e da abolição –, contribuía para o fortalecimento do projeto recente – a República. Importa dizer que tal expediente não se restringia à fatura do artigo de João China, estando presente na conformação argumentativa do exemplar como um todo; ou seja, a elaboração dos textos guiava-se simultaneamente pelas contradições e as expectativas do momento. Mesmo que o objetivo geral girasse em torno da garantia de linearidade ao que fosse proferido, o jornal abria para uma multiplicidade de cruzamentos ricos em detalhes.

Fundado nesse mesmo princípio, o segundo número de *A Pátria* reserva outra surpresa, dessa vez localizada no artigo assinado por Arthur Carlos comentando o que teria ocorrido na cidade de São Paulo quando da comemoração do primeiro aniversário da Lei Áurea. À luz do descontentamento expresso nas linhas do “13 de maio em São Paulo”, sobressai o clima de intolerância do poder público perante qualquer possibilidade de agitação popular. Em curto espaço de tempo, as autoridades tratavam, pois, de assegurar uma atmosfera de normalidade, na qual os embates públicos, por menos ameaças que trouxessem, fossem colocados no esquecimento:

O modo frio com o qual foi acolhida aquela data em São Paulo demonstra evidentemente a falta de patriotismo que existe entre nós! Parece incrível? Que numa província como a nossa, que tem sido sempre a primeira nas demonstrações de amor pela pátria, depois de um ano decorrido do aniversário da lei que libertou o

Brasil da mais degradante nódoa não procurasse dar uma prova mais viva, mais entusiasta pela realização desse grande fato, no qual foi a maior obreira.

Os dias 12 e 13 de maio do corrente ano em nada diferiram dos comuns, senão pelo zelo especial que teve a nossa polícia em mandar espancar e pisar a patas de animais os transeuntes que saíram de suas casas em busca de festas e que, completamente desenganados, tiveram de recolher-se a seus lares porque a prudência assim os aconselhava (AP, n. 2, p. 4).

Os poucos eventos percebidos corresponderiam, segundo o articulista, a “brincadeira particular que não traduzia o sentimento dum povo”, limitando-se a iluminações nas ruas e no largo da liberdade e um certo número de batuques. Distante desse restrito circuito de rua, a ocasião oportunizou, ainda, a publicação de um “jornal *comemorativo*”, muito mais voltado para o ataque à imagem dos republicanos do que para os interesses mais imediatos dos recém-libertos.

Indiscutivelmente, a empreitada assumida por *A Pátria* encontrou uma São Paulo de cuja superfície histórico-social eram erguidas grandes expectativas, dela também se nutrindo as aspirações dos cidadãos negros. Os envolvidos com a redação do jornal, especificamente, vislumbravam no tempo da República a época em que, além de suplantados os limites da independência capenga, as esperanças lançadas pela abolição poderiam materializar-se para qualquer “Filho da Plebe”, como decantava Honório de Santarém:

A minha fronte arrogante
Hei de erguer! e por que não?
– Se como a águia valente
Sou livre – ou como a vertente
D’água virgem do sertão?

Meu pensamento, quem pode,
Quem pode subjugar?
– Ninguém, por certo, ninguém
Que o homem poder não tem
Para a tanto se arrojar (AP, n. 2, p. 3).

A força das palavras e das idéias nelas contidas parecia dispensar a apresentação detalhada da figura de cada redator. Suas identidades deveriam ser facilmente acessadas pelos leitores da época. Contudo, isso acabou prejudicando a confirmação do pertencimento racial desses personagens no presente. A despeito disso, *A Pátria* apresentava-se como um instrumento “dos” homens de cor; seus argumentos evidenciam-nos como público-alvo; e, acima de tudo, o sujeito da fala geral do jornal assim se identificava.

Existiria, outrossim, um espaço de sociabilidade que tornava possível *A Pátria* ser vendida em locais públicos, a saber, a charutaria Aymoré e o chalé do Profeta, por um “especial obséquio” dos estabelecimentos. As correspondências, as assinaturas e tudo que tivesse relação com periódico deveriam ser dirigidas também à Casa Aymoré, estabelecida no

Largo da Sé, n. 2D. Em contrapartida, a folha veiculava um anúncio da charutaria. Fato digno de relevo, entre os títulos da imprensa negra oitocentista, *A Pátria* foi o primeiro a reservar espaço para uma tira publicitária – o que a conectava às modernizações empreendidas em todo o campo editorial (Imagem 18).

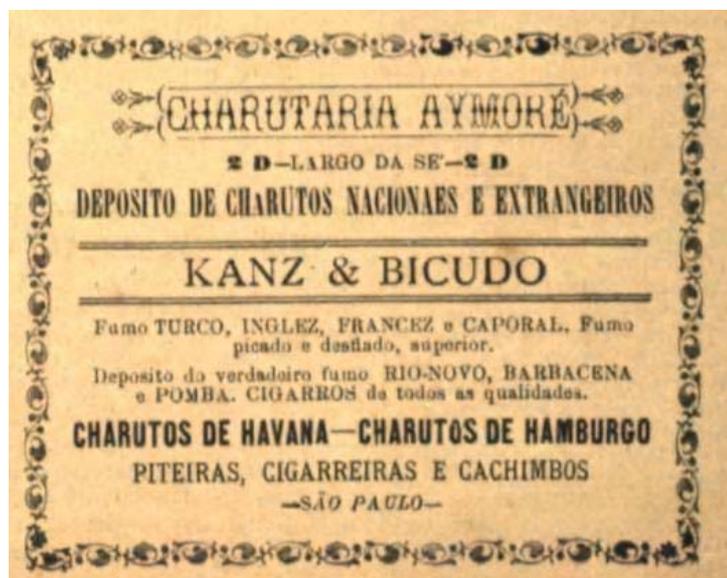


Imagem 18
Anúncio publicitário em *A Pátria*, n. 2

O modo de se lidar com o tempo parecia estimular mudanças variadas e numa velocidade intensa. O que parecia firme era abalado com certa facilidade. As representações forjadas pelos membros do grupo sociorracial negro – estando envolvidos até o limite, a despeito de seus desejos manifestos ou não – compuseram esse processo, que simultaneamente também pautava seus pensamentos e práticas.

– 3 –

DESILUSÕES E DESAFIOS NA ESCRITA DE *O PROGRESSO*

Transcorridos dez anos do lançamento de *A Pátria*, o jornal negro que pouco disfarçava sua simpatia perante o republicanismo, a cidade de São Paulo receberia no ano de 1899, tempos da República, um novo periódico chamado *O Progresso – órgão dos homens de côr*. Diferentemente do primeiro, este vinha a público anunciando ter o único fim de

“prestar auxílio desinteressado à raça a que pertencemos”.⁵⁹ O trem da história, cada vez mais cheio de vagões – como avistado no subitem anterior –, precipitava desejos de mudanças mais intensas, instava novos posicionamentos aos sujeitos sociais, ainda que a paisagem passasse por alterações bem mais lentas. Tais expectativas, ao depararem com a conservação do estado de coisas, resultavam em expressões de desgosto, frustração e indignação, tais como esta:

Passou-se o período mais angustioso para os homens pretos. Surgiu a aurora de 13 de maio, data de imorredoura glória de muitos pretos que foram os arautos da abolição como *Luiz Gama, José do Patrocínio, Quintino de Lacerda, Rebouças* e tantos outros.

Proclamou-se a República, o governo da igualdade, da fraternidade e quejandas liberdades. No movimento republicano, contavam-se *muitos pretos e mulatos (que vem a dar no mesmo)* que prestavam e prestam serviços inolvidáveis ao novo regime.

Esperávamos nós, os negros, que, finalmente, ia desaparecer para sempre de nossa pátria o estúpido preconceito e que os brancos, empunhando a bandeira da igualdade e fraternidade, entrassem em franco convívio com os pretos, excluindo apenas os de mau comportamento, o que seria justíssimo.

Qual não foi, porém a nossa decepção ao vermos que o idiota preconceito em vez de diminuir cresce; que *os filhos dos pretos, que antigamente eram recebidos nas escolas públicas, são hoje recusados nos grupos escolares*; e que os soldados pretos que nos campos de batalha têm dado provas de heroísmo, são postos oficialmente abaixo do nível de seus camaradas; que para os salões e reuniões de certa importância, muito de propósito não é convidado um só negro, por maiores que sejam seus merecimentos; que os poderes públicos, em vez de curar do adiamento dos pretos, atiram-nos à margem, como coisa imprestável? (OP, n. 1, p. 3 – grifos meus).

O trecho evidencia que, além da abolição, a instauração da República ganhara já contornos de engodo nacional. José do Patrocínio, antes rejeitado, era ali redimido e ganhava a cena ao lado de seus pares negros, como Luiz Gama e André Rebouças.⁶⁰ Ao mesmo tempo, ampliava-se o sentimento de que a situação dos descendentes de africanos no Brasil piorava a olhos vistos. *O Progresso* trazia consigo não somente percepções renovadas, como também era produto de diferentes autores. Em sua estréia a 24 de agosto de 1899, Theophilo Dias de Castro ocupava a função de redator-chefe. A José Cupertino, redator secretário, coube a responsabilidade pelo recebimento das correspondências, que deveriam ser emitidas para o

⁵⁹ A despeito de suas diferenças, ao que parece, essas duas empreitadas da imprensa negra em São Paulo mantiveram certa relação. Essa possibilidade é sugerida pela publicação em *O Progresso* de uma nota de falecimento de Arthur Carlos, em 11 de agosto. O ex-redator de *A Pátria* era saudado como um prezado amigo e companheiro de lutas. *O Progresso* informava sua intenção de publicar uma pequena biografia do companheiro, mas isso não havia sido possível naquele número em virtude do atraso em que o material chegou à redação. Todavia, prometia apresentá-la na edição seguinte.

⁶⁰ *O Progresso* concederia a José do Patrocínio outro espaço além dessa breve referência. A seção “Noticiário” garante-lhe mais uma nota de destaque: “Esteve, há dias, nesta capital, o distinto jornalista José do Patrocínio, sendo alvo de uma entusiástica manifestação promovida pelos moços acadêmicos. À porta da Confeitaria Fasoli, foi este ilustrado abolicionista saudado pelo nosso amigo Antonio Eusébio d’Assumpção” (OP, n. 1, p. 4).

escritório do jornal na Rua das Flores, 45. A impressão, por sua vez, era feita na Tipografia Soler, Rua del Riachuelo, 34.

O recurso ao passado como alavanca para o futuro, habitualmente, recolheria aquilo que mais interessante parecesse às estratégias do momento. Nesse sentido, a primeira página chama para si bastante atenção ao trazer uma xilogravura do busto de Luiz Gonzaga Pinto da Gama, o advogado negro abolicionista e filho de Luiza Mahin, liderança feminina associada à Revolta do Malês, ocorrida em Salvador no ano de 1835. A imagem era acompanhada por um brasão no qual duas mãos se cumprimentavam em atenção ao 13 de maio de 1888. Ademais, o lançamento do jornal casara-se com o aniversário de morte daquele defensor da causa libertária. A oportunidade foi, então, aproveitada para a exposição de uma curta biografia, inserida no artigo de fundo assinado por Teodias, codinome do editor.

Curiosamente, o texto não mencionava o lado republicano de Luiz Gama, mas ressaltava o desejo de, por meio do exemplo deixado por ele aos negros, incitar em seus leitores, também negros, a fibra e a astúcia do homem que se livrou da escravização indevida e se tornou um respeitado jurisconsulto na cidade de São Paulo:

Pretos! É preciso que se pague este tributo ao morto ilustre: é preciso que seu nome brilhe dentro de nossas almas, tanto quanto a estrela mais adorada do Firmamento; é preciso que a aurora do século XX, ao saudar este pedaço do continente americano, onde se acham sepultados os restos de nossos maiores, bem haja o nosso sometimento [respeito/abnegação] nessa ânsia de progredir; que dele se desprenda o retalho de torpezas que se apega ao manto velho do século XIX, sendo atirado à noite do esquecimento; que uma geração capaz, ativa e feliz surja triunfante na conquista do Bem, na realização dos nobres ideais.

E para isso é necessário que não demorem em *construir o nosso núcleo social*, no qual fiquem concentradas todas as nossas forças, derivando dele as boas intenções que temos em prestar o nosso auxílio desinteressado à raça a que pertencemos (OP, n. 1, p. 1 – grifo meu).

Além de estímulo às individualidades, a figura de Gama prevalecia como plataforma para o fortalecimento de laços coletivos que uniam os negros daquela cidade. A crença gratuita no esteio republicano, ao menos em *O Progresso*, não tinha mais razão de ser. Ensaia-se, assim, uma afirmação estruturada a partir de um coletivismo negro. Décadas mais tarde, a cidade de São Paulo contaria com uma série de clubes, associações e outros jornais voltados para o benefício das mulheres e dos homens negros. Mas a identificação entre esses dois momentos não se deu de forma instantânea. Por ora, o publicista recobrava lances da vida de Luiz Gama, a partir das informações existentes no terceiro volume do “Instituto Histórico de São Paulo”, a fim de gerar uma imagem que permitisse avistar a viabilidade da proposta.

Antes de iniciar o relato, o redator preocupa-se em incentivar os leitores para que lessem tudo aquilo não “como um escrito de pouca importância, pois muito [falaria] em nossa alma”. O texto, além do destaque à atuação jurídica de Gama⁶¹ – momento posterior à guinada que empreendera em seu próprio destino, graças a sua sabedoria e seu senso de oportunidades, livrando-se da escravização indevida –, engrandece sua origem materna e critica a figura paterna, que o teria conduzido ao cativeiro vivido no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Apoiado no que Luiz Gama havia narrado nas *Trovas Burlescas de Getulino*, o texto reconhecia em Luiza Mahin a genitora do ídolo. Ao descrevê-la, atribui “o profundo sentimento de insurreição e liberdade” daquele homem à herança deixada pela forte personalidade de sua mãe:

[Luiza] era muito trabalhadeira e entregava-se ao comércio da quitanda, sendo na cidade em que residia muito popular e conhecida. Era pagã e recusava-se a converter-se ao cristianismo. Mais de uma vez fora presa por suspeita de envolver-se em planos de insurreição de escravos, que não tiveram efeito. Em 1837, depois da revolução do dr. Sabino, mais conhecida pelo nome de *Sabinada*, veio ao Rio de Janeiro e nunca mais voltou (*Idem, ibidem*).

Quanto a seu pai, a narrativa recorre novamente ao período próximo à Sabinada e vai até 1840 para informar aos leitores sobre como Luiz Gama fora vendido por seu próprio pai, um fidalgo português falido. Sobre o episódio, o texto oferece até mesmo uma reconstituição da cena da transação comercial, “que deixa ver, por um lado, o caráter corrupto de um pai e, por outro, a energia do filho vendido”:

Às cinco horas da tarde, o pai de Luiz Gama mandara Luiza Mahin vestir o filho, dizendo que ia dar um passeio.

Chegando ao cais, chamou um bote e declarou que preferia um passeio marítimo, visto que aproveitava a ocasião para falar com o comandante do patacho Saraiva, com quem tinha uma questão a ultimar.

Dirigiram-se para o patacho e, chegados, o pai deixou a criança a conversar com o comandante.

Terminada a conversa foi se retirando sorrateiramente para assim escapar às vistas do filho, mas esse, sempre vivo e esperto, quando viu o pai afastar-se e entrar no bote, dando ordem para partir, perguntou da escada:

– Então meu pai, não me leve consigo?

Ao que lhe respondeu:

– Não porque me esqueci de alguma coisa em terra. Voltarei em breve e então iremos juntos.

Foi então que o jovem Luiz desceu mais alguns metros e exclamou:

– Meu pai o senhor me vendeu!... (*Idem, ibidem*, p. 3).⁶²

⁶¹ Para mais detalhes, sugiro a leitura do livro de Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo* (1999).

⁶² Existe aqui uma contradição. Em 1840, Luiza Mahin não estava mais na Bahia, quando seu filho foi mandado para o Rio de Janeiro. Segundo consta, ela teria seguido para aquela província imediatamente após a Sabinada, em 1837.

Luiz Gama, a contar do dia do seu possível último encontro com sua mãe, por infelicidade do destino, e seu pai, pelo desprezo adquirido, dedicou sua vida à defesa da população negra, empenho definitivamente interrompido pela morte em agosto de 1892. Fato registrado por Elciene Azevedo, no entender de Gama, as causas maiores a se buscar seriam a liberdade e a soberania popular. Enquanto se continuasse a exaltar a “pátria”, antes e acima de tudo, o rompimento como que estava estabelecido se tornaria impossível. A simples exaltação à pátria, portanto, “seria um conceito incompatível com as transformações pelas quais lutava, pois este conceito representaria a união de todos indiferenciadamente – a ‘síntese da felicidade deste país’ – sem atentar para as profundas desigualdades de uma sociedade regida por relações escravista [racistas]” (Azevedo, 1999, p. 169-170).

Isso interessava ao jornal. A representação veiculada por *O Progresso* exaltava naquela trajetória individual, além da sagacidade, os êxitos alcançados por ele graças à sua aplicação aos estudos e ao bom manejo das ferramentas do mundo branco, dito civilizado. Valendo-se desse exemplo, o jornal indica a luta pela educação como instrumento imprescindível ao alcance da autonomia dos negros. Os processos de ensino, ao aglutinar simultaneamente as funções de fortalecimento individual e reação coletiva, será ainda o mote de outro texto “Eduquemo-nos”, assim introduzido:

Lançando um olhar para o futuro, sem esquecermos o passado, vemos que o homem preto, por sua índole, inteligência e amor ao trabalho, pode ter papel saliente na sociedade, embora espíritos retrógrados afirmem o contrário, querendo colocá-lo abaixo do nível de outras raças. Queremos que nos mostrem em que o preto é inferior ao branco?

Em inteligência?

Não, porque todo o preto que tem estudado tem dado boa prova de si, chegando a ocupar página de nossa história.

Dirão que esses são poucos, não podendo, portanto, fazer peso na balança do julgamento.

Mas, senhores, como exigir da totalidade mostras de talento, se não lhes deram instrução! (*Idem, ibidem*, p. 2).

Ao contrário das representações que as teorias raciais vinham forjando ao longo do tempo, *O Progresso* tratava o restrito avanço social no meio negro como o resultado da negação de oportunidades iguais para todos os membros da sociedade; e expunha lances corriqueiros em que os talentos e virtudes eram preteridos em proveito da valorização do fenótipo branco. As provas disso eram abundantes:

Muitas vezes em boas rodas eram admitidos tipos repugnantes cujo hálito empestava a atmosfera, pois eram ladrões, assassinos, sedutores, tudo quanto de vil a sociedade comporta; mas eram brancos ou *mulatos-claros* (?)

No entanto, nessas cidades havia médicos ilustres, advogados cujos nomes eram respeitados no mundo forense, artistas de real merecimento, homens de caráter irrepreensível, famílias cuja honradez não admitia dúvidas, que, por serem pretos, eram desprezados por seus colegas (*Idem, ibidem*, p. 3).

Essa manutenção do desdém contra os negros – que extrapolava a fronteira do escravismo e alcançava os livres e libertos – realizava-se graças ao subterfúgio do nivelamento dos dois espaços mais imediatos de socialização negra, o cativo e a liberdade formal. Enquanto o cotidiano escravista reproduzia – o que é diferente de gerar⁶³ – a associação direta das imagens dos africanos e seus descendentes à estupidez e à barbárie, garantia aos brancos a posse da insígnia da civilização.

À medida que essas percepções se naturalizavam, comentários como o seguinte facilmente apareciam: “os pretos, os que arrancavam das entranhas da terra regada com seu sangue a fortuna que seus *senhores* gastavam, eram tão idiotas que dispensavam tudo isso para devorar uma pelota de angu, um pouco de feijão e um pedaço de peixe (bacalhau), isto por ser dia de festa” (*Idem, ibidem*, p. 2-3). O articulista de *O Progresso*, em sentido inverso, relativizava o alcance desse binômio civilização–barbárie recobrando os limites impostos pela própria escravidão brasileira, que tolhia aos negros estímulos ao desenvolvimento do gosto por comidas e costumes considerados sofisticados, os quais a muito custo eram aprendidos pela gente da elite local. “Como exigir, pois, desses homens civilização que lhes não deram?”. E dizia mais: “[Os mesmos homens] que, vivendo sob o cativo foram atirados da noite para o dia ao grande turbilhão social, sem a menor noção de civilidade, tornaram-se verdadeiros patriotas (...) O país que despreza elementos de força e progresso como esses é um país de cegos” (*Idem, ibidem*, p. 3).

Investindo sobre o mesmo terreno em outro flanco, o artigo de Bernardino Ferraz, cujo título era “Superioridade da Raça”, dirigia suas forças para solapar a autenticidade das correntes da ciência antropológica que submetiam os negros à condição de raça inferior, tanto fisiológica quanto psicologicamente. Os “antropologistas” signatários adotavam como peças de demonstração de suas teses “o menor volume do cérebro e a acumulação da massa encefálica na região occipital [parte ínfero-posterior da cabeça], o que para a frenologia é sinal de sensualismo e falta de concepção do mundo exterior”. Ferraz colocava em xeque

⁶³ Este aparte é feito simplesmente para marcar que, neste texto, o *racismo* não é entendido como produto da *escravidão racial*. As matrizes de sentido que sustentam aquele sistema de opressão social precedem à constituição desse sistema de produção moderno, sendo essa associação direta, portanto, um reducionismo. Essa discussão mereceria mais espaço certamente. Todavia, em respeito aos limites e objetivos dessa dissertação, serve por ora como pressuposto de análise.

esses argumentos trazendo ao primeiro plano as práticas científicas que não se limitavam a tais postulados, as quais abriam “novos horizontes para a filosofia antropológica”:

O homem já não é mais estudado pelo seu corpo físico, mas sim pelo ambiente onde ele se desenvolve.

Um homem de cor preta criado e educado na Europa torna-se tão ilustrado e moralizado como um europeu que temos prova; e, ao mesmo tempo, um branco europeu criado no meio dos selvagens antropófagos não só será selvagem como também devorador de carne humana (*Idem, ibidem*).

Não haveria, pois, justificativa empírica que sustentasse as teorias sobre a hierarquização das raças. O publicista segue no aprofundamento dessa idéia por meio do exame da trajetória dos povos de “raça amarela”, em especial os chineses. Na percepção assumida em *O Progresso*, essa civilização, que no passado fora responsável pelo desenvolvimento de “grandes maravilhas”, estava agora reduzida à mediocridade em virtude das mudanças de ordem histórico-social, não biológico-natural:

De inteligente que era, tornara-se ignorante, de laboriosa que era, tornara-se indolente, de livre que era, vai-se tornando escrava passiva de outras raças, portanto, essa raça que tem uma das mais belas histórias está destinada a desaparecer pelo cruzamento de com outras raças que pouco a pouco vão invadindo as suas regiões (*Idem, ibidem*).

Processo semelhante, acrescenta, estaria em curso na Europa, “centro da raça branca”, onde se passava “qualquer coisa de anormal, própria de uma raça cansada” – algo que fatalmente redundaria na perda da supremacia que ora desfrutava, “pois que muitos outros povos se civilizarão e reivindicarão os seus direitos”.

Esses questionamentos retirados de uma antropologia cultural incipiente faziam frente às certezas do evolucionismo social. A despeito de suas limitações de fundo – como identificado por Fanon (1980) –, pareciam trazer benefícios imediatos ao contestar a redução da noção de raça à de cultura, combatendo a ascensão do racismo biológico ainda forte à época; bem como permitia afirmar categoricamente: “A civilização é como uma onda impelida pela lentidão dos séculos através das raças humanas; ela não é propriedade desta ou daquela raça, porque todas elas são aptas a progredir” (*Idem, ibidem*, p. 4). Tal reconhecimento vinha demonstrar a grandeza das pessoas negras que conseguiam romper as barreiras sociais que travancavam seu desenvolvimento:

Os libertos mandavam seus filhos à escola e este bem depressa davam mostras de que eram tão inteligentes como os brancos, e a prova é que os poucos pretos cuja condição pecuniária lhes facultou os meios de estudar em estabelecimentos de ensino superior deram provas de pujança de espírito, salientando-se entre os seus contemporâneos.

É assim que temos nas letras, nas artes, nas ciências, pretos de real merecimento, que longo seria enumerar (*Idem, ibidem*, p. 3).

Ocorre que o controle exercido sobre os descendentes de africanos não se limitava às tentativas de rebaixamento absoluto. As chamadas exceções, ora utilizadas para demonstrar quão limitadas seriam as virtudes da raça negra, em outro momento, amparariam as representações da vigência de uma democracia racial no Brasil. Dessa forma é que os esforços empreendidos pela população negra ao largo do apoio governamental seriam aproveitados por seus detratores.

Diante de um conjunto de situações tão complexas, muito facilmente se entende o zelo dispensado à busca por educação para as pessoas negras. Preocupação que não se limitava à demonstração dos fatos, recorria até à convocação declarada:

A vós homens pretos, por honra de nossa raça, por glória de nossos avós que morreram no árduo trabalho de fazerem fortuna pública e particular de nossa pátria, pedimos por tudo quanto mais caro vos possa ser: educai-vos, educai vossos filhos, ensina-lhes o caminho do dever que tem por ponto de partida o trabalho e a instrução (*Idem, ibidem*, p. 3).

Por falar em trabalho, esse foi outro tema importante no primeiro número de *O Progresso*. “A crise da lavoura”, artigo também assinado por Bernardino Ferraz, criticava os subsídios destinados à substituição de mão-de-obra negra pela branca com o argumento da melhor aptidão dos europeus ao trabalho assalariado e modernizante. No fim do século XIX, a cultura cafeeira era a base da economia de São Paulo, sendo a responsável pelo rápido desenvolvimento que o estado assistira nos últimos tempos. Mas, nos tempos da presidência de Campos Sales, a produção do ouro verde entrava em crise. Acerca disso se pronunciava o “órgão dos homens de cor”:

Em nosso entender, a crise da lavoura não é o excesso de produção, mas sim o preço do trabalho, a falta de aptidão do trabalhador e a falta de braços. Rios de dinheiro tem o Estado dispensado com a migração, quantidade enorme de europeus tem aportado às nossas plagas, e clamor da falta de pessoal para a lavoura é geral! (*Idem, ibidem*, p. 4)

O jornal negro não recorreria aos valores da caridade para defender a contratação do trabalhador negro nos serviços agrícolas, tal como utilização feita por parte dos abolicionistas anos antes, segundo Célia Azevedo (2004a, p. 205-211). Em disso, dispunha aos leitores uma avaliação ancorada num pragmatismo simples:

Como se pode explicar semelhante anomalia? Muito bem, respondemos nós – o europeu na fazenda é um mártir: o clima, o sistema de alimentação e o trabalho agreste fazem com que ele, depois de um ano de trabalho, no qual forra um peculiozinho, se retire para a cidade, tornando-se um negociante em qualquer escala.

No estado de São Paulo há uns 300.000 trabalhadores europeus nas fazendas, os quais não dão vazão ao trabalho que em 1887 era feito com folga por 100.000 pretos! *O desprezo dado aos pretos pelos fazendeiros é uma das principais causas da crise da lavoura.*

Depois da abolição, um preto limava mil pés de café por 40\$000 anuais, hoje o europeu limpa por 80\$000; um preto colhia um alqueire de café por 300 réis, e hoje o europeu colhe por 1\$000. (...) Os pretos em todos os pontos de vista devem ser preferidos aos estrangeiros para o trabalho agrícola; e nem se diga que o trabalho do europeu supera o do nacional, porque dizem que o europeu trabalha impulsionado pela inteligência (...) O governo paga, além da passagem, 70\$000 por imigrante agrícola, o qual não pára na fazenda e absolve essa quantia dos cofres públicos, sem o mesmo resultado para a lavoura e prova do Estado. Se esse dinheiro revertesse em benefício da educação agrícola dos nacionais, que grandes vantagens não seria para a lavoura e para o estado (OP, n. 1, p. 4 – grifo meu).

Reflexões que à academia brasileira custaram mais de meio século eram feitas naquele momento mesmo por Bernardino Ferraz, para quem as políticas imigrantistas não passariam de pretexto para a exclusão da população negra do mercado de trabalho, na medida em que os estrangeiros brancos é que não dominavam a técnica de trabalho em terras brasileiras. A esse “erro de cálculo”, cujo sobrenome seria discriminação racial, o articulista atribuiu às causas primeiras da crise do café.

A despeito dos avanços substanciais em suas explicações sobre a dinâmica sociorracial brasileira, a escola de sociologia paulista – representada por cânones como Florestan Fernandes (1978), Fernando Henrique Cardoso (1977), Octávio Ianni (1978), entre outros – incorreu em uma série de deslizos. Esses, inevitavelmente, contribuíram para a reprodução de elementos do repertório racista brasileiro em níveis acadêmico, político e midiático. Um dos exemplos refere-se a essa introjeção das imagens dos imigrantes europeus como um grupo dotado de conhecimentos mais avançados que os dos trabalhadores afro-brasileiros, que há muito lidavam com a terra por aqui. Somente a ascensão de outra leva de intelectuais canônicos – figurada por Célia Azevedo (2004a), Sidney Chalhoub (1990), Lilian Moritz Schwarcz (1987), etc. – possibilitou a divulgação de outras versões a esses fatos, as quais estão mais próximas do entendimento apresentado já em 1899 por Bernardino Ferraz em *O Progresso*.

Atuando no presente em nome da construção de um futuro próspero para a população negra, esse impresso negro apostava na reversão do quadro de desigualdade que os atingia em cheio e assim terminava um de seus artigos: “Muita gente não crerá que um dia a raça preta floresça como está florescendo a branca, mas se tomarem a história e procurarem a origem de todos os povos mais civilizados da Europa, ficarão convictos de que foram mais bárbaros, mais ignorantes que os africanos de hoje” (OP, n. 1, p. 4).

Assim diziam aqueles velhos militantes...



CAPÍTULO V

O EXEMPLO

NEGRAS LIÇÕES QUE NÃO PODEM PASSAR EM BRANCO

No dia em que um homem preto ou pardo, independente e de merecimento quer moral, quer intelectual, tiver a hombridade, a altivez de caráter para repelir, dorido, uma posição que não passa de detritos da politicagem, com os quais lhe tentem engodar a consciência, fazendo sentir aos correligionários da facção partidária a que estiver filiado o menosprezo, a falta de equidade perante as leis que sofre um seu igual, digno de acatamento e de garantias, pela sua conduta inatacável; nesse dia, eu tenho certeza, seremos mais *tolerados* na comunhão social brasileira.

Esperidião Calisto (EX, n. 32, p. 2)

– 1 –

DE UMA BARBEARIA NASCE UM JORNAL

Ao serem distribuídas por todas as regiões do Brasil, as populações negras acabaram por empreender várias ações em nome de sua sobrevivência, dando mostras de resistência nos mais variados cenários. Como tenho explicitado neste trabalho, a imprensa figurou como uma possibilidade real. Finda a escravidão, depois de São Paulo, com *A Pátria*, o Rio Grande do Sul foi o estado onde a produção jornalística feita por negros e voltada para a defesa dos interesses desse grupo sociorracial teve seqüência. Como observa o historiador José Antônio dos Santos, aproximava-se a chegada do século XX e:

Nenhum jornal mostrava-se disposto a discutir e informar sobre questões e problemas que diziam respeito aos negros. Além disso, quase todos os grupos étnicos imigrantes dispunham de periódicos próprios e a imprensa operária, da qual

a maioria dos negros fazia parte, não demonstrava vontade política para discutir e divulgar as questões relativas aos *homens de cor* (Santos, 2006, p. 26).

Quem hoje caminha pela popular Rua da Praia, no centro de Porto Alegre, pode ainda não saber, mas, em 11 de dezembro de 1892, numa barbearia localizada no número 247 dessa também, caprichosamente, chamada Rua dos Andradas (Imagem 19), um grupo de homens negros deu início à publicação do jornal *O Exemplo*, primeiro título da imprensa negra gaúcha. “Reunidos em confabulação íntima”, Arthur de Andrade, Marcílio Freitas, Esperidião Calisto, Aurélio Bittencourt Júnior, Sérgio Bittencourt, Alfredo de Souza, entre outros, resolveram “publicar este modesto órgão, que, pequeno no formato, fosse, no entanto, grande nos fins” – relembra Freitas na ocasião do primeiro aniversário do periódico (EX, n. 52, p. 1).



Imagem 19

Rua dos Andradas no fim do século XIX

A empreitada percorreu 37 anos, encerrando-se somente no ano de 1930, em virtude de complicações financeiras advindas da quebra da Bolsa de Nova York. Porém, como explica Oliveira Silveira, “não foi uma carreira ininterrupta, é verdade: o jornal teve várias fases, mas sempre ligado a um mesmo grupo, que se foi renovando” (Silveira, 1972, p. 22). A primeira fase corresponde aos jornais publicados entre 1892 e 1895. A segunda diz respeito ao período que vai de 1902 a 1905. A terceira, de 1910 a 1911. A última se insere nos anos de 1916 a 1930 (Silveira, 1972; Moraes, 2002). Cabe informar que, à luz do recorte temporal

desta pesquisa, “apenas” os exemplares da primeira fase mantêm consonância com o campo de análise definido. Afora isso, para a escrita deste capítulo, optei por outra redução ao utilizar os exemplares referentes ao primeiro ano de vida de *O Exemplo*, período que totaliza a publicação de 52 números.⁶⁴

Ao artigo de abertura do número inicial coube a exposição dos significados daquela grande tarefa. Incomodados com a “letargia” e o “marasmo intelectual” assistidos no meio social negro, os redatores de *O Exemplo*, primeiramente, apresentaram ao público o resumo de seu programa editorial: “O nosso programa é simples e podemos exará-lo em duas palavras: a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos”. Outrossim, em diversos momentos, o impresso serviria como espaço para a denúncia e o combate ao cotidiano de discriminações raciais:

Devemos mostrar à sociedade que também temos um cérebro que se desenvolve segundo o grão de estudo a que o sujeitemos e, por conseqüência, que também nos podemos alistar nas cruzadas empreendidas pela inteligência, muito embora algum estulto nos queira acoimar, ou seja porque desconheça as nossas legítimas aspirações, ou seja porque faça parte dos doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme (EX, n. 1, p. 1).

A partir desse prisma, do fortalecimento da gente negra local e da defesa de seus interesses, inúmeros temas foram abordados nas páginas desse jornal. A gama de assuntos ia das queixas à tributação de impostos sobre o trabalho das lavadeiras (EX, n. 7) à divulgação de medidas de saneamento público para a prevenção do cólera, num artigo de Lindolpho Ramos (EX, n. 38); passando pela propaganda do casamento civil (EX, n. 29), a defesa da moralização da imprensa, feita por Marcílio Freitas (EX, n. 14), e a intervenção perante a mudança dos dias funcionamento comércio na cidade (EX, n. 18). Sem falar nas traduções e textos literários que vez ou outra também ocupavam espaço de destaque na primeira página (EX, n. 42 e 43). Ou seja, educação, saúde, lazer, política, economia, trabalho, enfim, tudo era reconhecido como objeto de alto interesse da população negra da capital gaúcha. Tratava-se, desta feita, de um “jornal literário, crítico e noticioso”, como Arthur de Andrade fez questão de ressaltar na edição de aniversário (EX, n. 52, p. 1).

A título de ilustração, Andrade, em sua coluna “Aconselhando”, certa vez notificou os leitores de *O Exemplo* sobre a nova regra do governo que impunha aos proprietários das vendas e armazéns da cidade o fechamento das portas aos domingos. Isso alterava, por

⁶⁴ Além da melhor viabilidade de trabalhar com uma amostra menor, essa decisão foi motivada também pelo fato de a coleção consultada ter nos anos de 1892-1893 uma seqüência de exemplares menos interrompida, o que facultava o acompanhamento da argumentação produzida.

suposto, o cotidiano dos trabalhadores de baixa renda, segmento com expressiva presença negra. Tendo esse grupo demonstrado descontentamento, o articulista fazia coro com os que consideravam aquela uma medida injusta. Em suas palavras: “se aproveita a uns que querem entregar-se ao descanso nos domingos, deprime, por outro lado, aos menos abastados e dispõem de pouquíssimo tempo para atender às múltiplas necessidades de sua família” (*Idem, ibidem*, p. 1). Entretanto, admitindo que a modificação já era efetiva, o publicista dirigia-se aos “*senhores mestres de obra e proprietários*, esperando encontrar em sua generosidade um meio de aliviar tão prejudiciais quão desagradáveis danos”, para propor um ajuste que remediasse os contratempos gerados: “Esperamos, pois, que as férias desses filhos do trabalho lhes sejam abonadas nas sextas-feiras ou, pelo menos, no sábado ao meio dia” (*Idem, ibidem*).

Tal como procedera nessa ocasião, nas demais *O Exemplo* não apenas tomava parte nas discussões públicas, como também apresentava suas propostas para a garantia do bem comum. Era assim que, a cada domingo, a equipe do jornal reafirmava os compromissos assumidos com o público. Aproveitando circunstâncias especiais, como a comemoração do ocaso do escravismo, criavam-se até mesmo oportunidades para relembrar os objetivos primeiros. Na edição de 13 de maio de 1893, Esperidião Calisto assertava:

Nós, descendentes dessa raça injustamente malsinada e abocanhada pela renga civilização tão alardeada pelos nossos compatriotas, e que nos agremiamos para na arena onde se refletem as necessidades humanas – o jornalismo – guerrear o preconceito de raça, de que tanto tem abusado até hoje os nossos governos (EX, n. 22, p. 3).

Calisto, que também escrevia no jornal *A Federação*, órgão republicano, não se furtava a apresentar críticas à permanência e à reprodução do racismo nos tempos da República (Imagem 20). Os vínculos políticos individuais dos jornalistas deveriam, pois, ficar em segundo plano diante dos propósitos da folha. Disso a redação de *O Exemplo* também fez questão de dar provas ao principiar sua décima quarta edição, dizendo: “Mais uma vez somos forçados a dizer, por estas colunas, que este órgão não tem cor política; é neutro no rigor da palavra e seu fim é a defesa dos direitos dos *homens de cor* e a pugna pelo levantamento moral de sua classe” (EX, n. 14, p. 1).

Para que essas palavras pudessem ser veiculadas, uma organização do trabalho fora arranjada. Naquele primeiro momento, as páginas de *O Exemplo* foram impressas em duas tipografias. Conforme indicação do próprio jornal, seus doze primeiros números foram impressos na Tipografia do jornal *Mercantil*. Em virtude do “empastelamento e destruição completa do material de que foi vítima” aquele estabelecimento gráfico em março de 1893 (EX, n. 13, p. 4), o impresso negro transferiu a impressão para a Tipografia do Rio Grande, lá

permanecendo até a publicação do vigésimo segundo número, quando retornou para a Tipografia do *Mercantil* (EX, n. 23, p. 3).



Imagem 20

Esperidião Calisto em uma de suas últimas fotos

Resoluções dessa natureza saíam do escritório de *O Exemplo*, que também era o local de trabalho do barbeiro e jornalista Esperidião Calisto. Arthur de Andrade (Imagem 21) desempenhava a função de diretor de redação. Quando esse ficou doente entre os meses de janeiro a março de 1893, Aurélio Júnior substituiu-o em suas atribuições de redator chefe (EX, n. 7, p. 3). Por seu turno, Marcílio Freitas respondia pelo posto de editor gerente. Cabia a ele o cuidado especial para com o fechamento e a cobrança das assinaturas, a princípio mensais, no valor 500 réis, mas que, tempos depois, se tornaram trimestrais, mantendo a proporcionalidade para 1\$500.

Ademais, recebiam ali solicitações para anúncios de serviços e eventos, notas de felicitações por aniversários, casamentos, nascimentos, viagens e conquistas pessoais, bem como informes de falecimentos por morte natural – muitos de crianças – ou até mesmo por suicídio.⁶⁵ Esses espaços, preenchidos mediante pagamento à parte, garantiam a captação de recursos extra-assinaturas e, de quebra, iluminavam o alcance do impresso dentro da rede

⁶⁵ Diferentemente do atual procedimento utilizado na imprensa, em *O Exemplo*, ocorrências de suicídio não apenas são notificadas, como também se apresentam informações detalhadas sobre os falecidos. Existem ao menos dois registros na amostra analisada. No número 38, lê-se: “Suicidou-se na terça-feira, 29 do passado, o cidadão Bello Antonio da Silva, estabelecido com casa de secos e molhados perto do Hospício de Alienados. O infeliz cidadão, que para cometer esse ato de desespero utilizou-se de um revólver, disparando-o no olvido, deixa seus filhos e viúva em difíceis condições de existência” (EX, n. 38, p. 2). Dez números depois, outro caso: “Suicidou-se no sábado à noite, atirando-se de bordo do vapor que ia para a Margem, a jovem Maria Ângela, residente no alto da Caridade. Ignoram-se os motivos que a levaram a esse ato de desespero” (EX, n. 48, p. 3).

social à qual se ligava. Somadas aos exemplos individuais, muitas associações e sociedades de base negra ou inter-racial registraram suas atividades nas páginas de *O Exemplo*. Entre essas estavam a Floresta Aurora, a União Profissional, a Estrela D’Alva, a Reunião Familiar, a Flor do Centro, e os Clubes das Moças, Recreativo Operário, da Juventude, Democrata, dos Quinze e Caixeiral.



Imagem 21

Arthur de Andrade, primeiro editor de *O Exemplo*.

O diálogo e a repercussão que o jornal mantinha com o meio social negro também se mostravam nas colunas-seções “Alfinetadas”, “Mexericando”, “Ferroadas”, “Carapuças” e “Pauladas”, as quais eram repletas de troças e gracejos sobre o comportamento de pessoas facilmente identificadas na comunidade. Ao serem lidos como fofocas por alguns, tantos julgamentos acabaram revertendo em várias reclamações aos redatores do jornal, mas como o órgão fazia questão de justificar: “Quando criamos a seção Mexericando, só tivemos em vista apontar pequenos desvios ou transgressões originadas por mera irreflexão de quem os praticasse, mas nunca transformá-la em balcão de intrigas, escândalos e maledicências” (EX, n. 20, p. 1). O caso é que a dimensão burlesca das tiradas era inegável, e essa emenda poderia ficar pior do que o soneto. Mas a bendizer, *O Exemplo* pretendia ensinar por meio do riso... Até porque, era graças a esses espaços que o editor gerente, de forma cômica, promovia as cobranças das mensalidades atrasadas, conforme o trecho a seguir: “Dizem (...) que brevemente serão publicados os nomes dos caraduras que depois de terem recebido muitos números do nosso jornal dizem com o maior sem vergonhismo ao cobrador: Não sou assinante...” (EX, n. 7, p. 3).

Ao fim e ao cabo, com ou sem comicidade, o jornal conseguia se desenvolver. Em junho de 1893, seis meses após o lançamento, tanto buscava a consolidação de suas conquistas atuais quanto insistia no ensaio de novos avanços:

Os esforços até então empregados têm sido de certa forma correspondidos; mas é de necessidade que *O Exemplo* se multiplique e penetre mais intimamente em muitos meios ainda incultos, com o fim de melhorar-nos e assim irmos realizando nosso *desideratum*. Lamentamos seriamente que nossa folha seja devolvida por amigos nossos e que sem custo a podem sustentar.

Ignoramos o motivo porque assim procedem; acaso não desejarão auxiliarnos na regeneração dos nossos? (EX, n. 25, p. 1).

Coaduno com Paulo Ricardo de Moraes em sua identificação da vigência de algumas limitações constantes ao desenvolvimento extensivo e intensivo da imprensa negra gaúcha – o que pode ser aplicado em outras localidades do Brasil. Diz o autor: “Por um lado, o baixo poder aquisitivo do povo negro não lhe permitia (...) adquirir periodicamente o exemplar de um jornal ou revista, e de outro, todos os veículos da imprensa negra eram basicamente sustentados pelos grupos negros e militantes que apostavam neste tipo de idéia” (Moraes, 2002, p. 42). A manutenção dos órgãos da imprensa negra, via de regra, pautava-se – e pautase ainda – por aspectos simultaneamente objetivos e subjetivos. O convencimento individual de membros do público-alvo sobre a legitimidade dos veículos de comunicação negra era ao um só tempo inquirido por razões financeiras e histórico-afetivas. Era, portanto, a atuação desse jogo de forças que impedia a redação de *O Exemplo* avistar um horizonte tão nítido quanto gostaria.

O quadro, fatalmente, remetia às manifestações e aos resultados do “preconceito de raça”, que ocupavam parte significativa da vida social dos cidadãos negros habitantes da cidade de Porto Alegre. Não eram mesmo infundadas as razões que levantaram a existência do jornal. Para além das questões mais gerais e de ordem técnica – pontuadas até aqui –, de fato, *O Exemplo* utilizou-se de várias páginas para empreender sua batalha contra as práticas racialmente discriminatórias. O próximo subitem é dedicado ao exame desses argumentos.

– 2 –

A FOLHA COMO TRIBUNA DO COMBATE AO RACISMO

As páginas de *O Exemplo* não deixam dúvida: mulheres e homens negros viveram intensamente a cidade de Porto Alegre nos últimos anos do século XIX. Na verdade, é

possível dizer que já o faziam em tempos anteriores, mas as imagens que sobressaem da leitura dos números desse jornal negro referendam uma época específica, na qual oficialmente o escravismo fora abolido e em companhia da proclamação da República incutiam novas esperanças quanto à igualdade entre todos os cidadãos brasileiros. Diante da ativa participação dos descendentes de africanos na vida da cidade, o antropólogo Iosvaldyr C. Bittencout Júnior confere atenção a vários cenários da capital gaúcha como territórios negros. Segundo o pesquisador, entre o fim do século XIX e início do XX, “os negros ocupavam a esfera pública, sendo absolutamente normal o ‘trânsito de biscateiros negros pelas ruas e praças de Porto Alegre nos anos que se seguiram à proclamação da República. Negras doceiras, negros carregadores, barbeiros, moleques de recado...” (Bittencourt Júnior, 2005, p. 38).

Não obstante, esse trânsito não significou tolerância, muito menos pôde ser traduzido em respeito. Gente na rua, circulando e trabalhando não era sinônimo de democracia racial, tal como denunciava *O Exemplo* em primeiro de janeiro de 1893:

A República brasileira consagrou o dia de hoje à confraternização dos povos.

O seu intento foi, portanto, estreitar num único elo, todos os brasileiros, todos os cidadãos autóctones da vasta região que ocupa quase metade da América Meridional. Entretanto, porém, aquele que, imparcialmente julga os fatos históricos, aquele que vai à planatura do Iran buscar a etnografia e etnologia da humanidade, sente-se, por assim dizer, coagido a exclamar que a confraternização não passa de uma utopia, de um vocábulo aplicável na teoria, mas de nulo valor na prática (EX, n. 4, p. 1).

Mais uma vez, a fala construía-se a partir do sentimento de descompasso entre as expectativas geradas e a permanente não-materialização das promessas. A vigência da forma republicana de governo, propalada como amiga da igualdade entre todos os cidadãos, não era o bastante para inviabilizar o preconceito e a discriminação raciais. Em meio a várias evidências de contradições e arbitrariedades empreendidas seja por indivíduos comuns, seja pelos principais representantes da nova ordem – expressas até mesmo na garantia do mandato inconstitucional do então (vice-)presidente Floriano Peixoto –, os jornalistas responsáveis pela folha saíam em defesa do cumprimento das leis, como garantia imediata da justiça:

Estamos em pleno regime democrático; no entanto não nos é dado ainda gozar os largos e benéficos princípios que derivam desse salutar sistema governativo.

Há como que uma obsessão no espírito de várias entidades sociais que as leva à má compreensão de que não somos todos iguais perante a lei, a qual estabelece para todos, sem distinção de raças, um incontestável direito às suas vantagens e garantias (EX, n. 5, p. 1).

No que tange às particularidades de Porto Alegre, eram abundantes os casos noticiados pelo *Exemplo* em que o grupo sociorracial negro, na figura de seus indivíduos ou grupos, era

exposto a situações de constrangimento público e privado em razão de suas características fenotípicas, ou melhor, das representações discriminatórias geradas a partir dos valores depreciativos atribuídos às marcas da ascendência africana. Essa dinâmica sociocultural permitia até mesmo investidas contra o direito de ir e vir da população negra, como aparece no episódio em que sociedades dançantes formadas por pessoas brancas, em comum acordo, decidiram que os salões por elas freqüentados não poderiam ser alugados a sociedades de negros. Curiosamente, julgavam ter a prerrogativa de interferir sobre a liberdade dos proprietários dos imóveis. Por motivos óbvios, o jornal lançava-se ao combate de tal capricho:

Ignoramos em que se funda *essa gente* para pretender postergar-nos assim.

O que pensam? Por ventura a legislação existente faculta-lhes um direito e a nós, outro? Acaso julgam-se nobres? Teremos plebeus? Não, três vezes não!

A República, que desconhece honrarias, não vê nobres nem plebeus e tem, sob sua proteção, os cidadãos de todas as classes, no seu território (EX, n. 27, p. 1).

Ocorre, todavia, que a mesma República que ignorava diferenças entre os cidadãos, deixara de criar mecanismos garantidores do respeito aos direitos humanos para todos e em todas as ocasiões. Sendo assim, não raras vezes, acabava servindo tão-somente como moldura de uma paisagem repleta de lances nada edificantes. Vis-à-vis as agressões, muitos protestos vinham à cena, para os quais o jornal desempenhava a função de tela.

Confiante nessa concepção da imprensa como tribuna do povo, um cidadão de nome L. Leme enviara a *O Exemplo* uma denúncia sobre um incidente de cárcere privado a que estariam submetidos um homem negro e sua família, com a anuência das autoridades locais. De acordo com o jornal, o denunciante era “pessoa que nos merece crédito”, tendo, por isso, seu texto publicado:

Lúgubre foi o quadro que presenciamos em dias da semana passada no lugar denominado Tristeza, a duas léguas distantes desta capital.

A princípio julgamo-nos entre uma tribo de selvagens, mas infelizmente não!... estávamos em presença das autoridades locais. Que autoridades aquelas sem coração e humanidade! Veja!!!

Em um tosco e imundo barracão jaziam seis presos amarrados pelo pescoço aos esteios do mesmo; junto a um dos presos estavam uma senhora e três criancinhas, todos de cor preta e que choravam desesperadamente pela desgraça de seu esposo e pai.

Ficamos realmente penalizados diante desse quadro horrendo da ferocidade humana. A vítima capital era um pobre velho da cor preta que ali sofria duros castigos.

O que tinham feito esse pobre e essa miserável gente para assim serem tratados? Alguém nos disse que o pobre velho fora preso por haver contra ele suspeitas de crime abjeto, mas é sabido que o pobre velho vive honesta e laboriosamente e é bem querido entre os moradores do lugar.

Esperamos providências no sentido de serem respeitados nossos direitos, pois uma prisão imposta assim é somente uma atrocidade e uma violência infligida à liberdade desse nosso conterrâneo (EX, n. 5, p. 4).

As ações narradas nesse artigo batiam de frente com o postulado no artigo 72, parágrafo primeiro da Constituição da República, de 1891, segundo o qual ninguém poderia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei. A contestação noticiada girava, justamente, em torno desse ponto. Era preciso fazer a lei valer. Assim como Leme procede nessas últimas linhas, estrategicamente *O Exemplo* também procura retirar legitimidade das práticas discriminatórias cotidianas e ratificar o valor das letras norteadoras da ordem do país, adotando-as como parâmetro argumentativo. Essa corresponderia à principal arma utilizada no combate ao racismo contra negros.

Houve, portanto, muito trabalho e muitas páginas escritas, na medida em que, sem muitos disfarces, vários outros princípios do direito republicano eram feitos de tábula rasa em situações que previam o envolvimento de pessoas negras em conflito com brancas. Um exemplo pode ser retirado do artigo “Mais um vexame”, que relatava a ação de desordeiros que haviam atrapalhado um atividade ocorrida nas dependências da Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora.⁶⁶

Durante uma festa de aniversário realizada no salão da Floresta Aurora, na noite de 24 de dezembro de 1893, um grupo de rapazes da “*alta* sociedade, que embriagados erravam pelas ruas da cidade, sem que a polícia lhes embargasse o passo”, invadiu o espaço a fim de pôr termo ao baile. Ao serem coagidos pelos associados a se retirar do local, um deles disparou um tiro de revólver, “semeando o alarme no seio das famílias”. Compete dizer que, depois disso, os agressores não apenas conseguiram fugir, como também o fizeram de “mãos dadas com os soldados que por ali patrulhavam”. Para além da denúncia quanto à “desconsideração da parte das autoridades que não vêem nosso direito de equidade”, a redação de *O Exemplo* aproveita o episódio para promover a valorização do grupo sociorracial do qual fazia parte:

Já não é a primeira vez que nesta cidade se reproduzem esses espetáculos tristes e vergonhosos em que quase sempre se exibem homens que se vangloriam de hombridade: lamentável, porém, é que esses indivíduos aproveitando-se da noite,

⁶⁶ Nas palavras de Nereidy Rosa Alves, assessora de planejamento da entidade, “a Sociedade Beneficente Cultural Floresta Aurora, entidade fundada em 31 de dezembro de 1872, por negros forros, contempla uma parte importante da história social dos negros no Rio Grande do Sul. A sociedade surgiu com caráter beneficente, para auxiliar famílias negras em caso de óbito, custeando o funeral e prestando assistência aos familiares do falecido. Os fundadores na maioria eram operários” (Alves, 2002, p. 9). Passados 134 anos, a Sociedade Floresta Aurora continua firme na cidade de Porto Alegre, permanecendo como referência para os cidadãos negros.

violentem a liberdade de cidadãos inertes e pacíficos. Um consolo nos resta todavia... Nunca um grupo de homens *de cor* invadiu um salão, fomentou desordens e insultou famílias que pacificamente entregavam-se a modestos folguedos; no entanto acabamos de presenciar da parte desses *nobres valientes* o indecoroso espetáculo que narramos. É digno de nota este contraste de educação! e oxalá que esses indivíduos infames e perturbadores da ordem se compenetrem de seus deveres (EX, n. 4, p. 1).

A despeito dessas queixas e conselhos, os atos arbitrários teimavam em se repetir, tendo entre os agentes de maior proeminência a força policial. Passados três números desde a publicação daquele artigo, *O Exemplo* tornaria público outro fato desagradável, desta vez envolvendo o cidadão Adolpho Peres, condutor de carro de praça agredido por dez guardas municipais, “numa ferocidade insólita”, quando “nos misteres de sua profissão” conduzia uma família na subida da Rua General Paranhos. Segue o complemento da notícia:

Na referida rua, os animais que tiravam o veículo empacaram; nesse caso Adolpho procurava fazê-los seguir caminho fustigando-os, quando inopinadamente é acercado por esses agentes da força pública, que deviam ser os primeiros a manter a ordem, e grosseira, senão brutalmente, espancado a *panos* de rifle, tendo ficado contundido em diversas partes e com um grande talho em uma das mãos (EX, n. 7, p. 1-2).

A opinião do impresso, mais uma vez, solicitaria o respeito à legislação em vigor e argumentaria a favor da moralização das práticas públicas. Em outras palavras, o debate permanecia dentro do circuito do legalismo:

Não é desse modo que deve ser feito o serviço de manutenção da ordem.

Se o cidadão errar, seja castigado de acordo com a constituição que nos rege, sujeitem-no às leis dimanadas dos poderes competentes; mas cada um daqueles a quem está afeita essa tarefa ir ao seu bel prazer infligindo castigos, violentando a liberdades dos cidadãos, que na maior parte concorrem para sua sustentação... isto é absurdo, é irrisório, é preciso pôr paradeiro a tal desatino.

Paralelamente, os agentes da ordem pública iam se tornando figurinhas batidas nas páginas do jornal negro gaúcho. Entre as inúmeras razões para tanto, havia sua decisiva participação nos processos de alistamento arbitrário de homens negros para a composição da força militar do estado do Rio Grande do Sul empregada nas disputas da Revolta Federalista.⁶⁷ O poeta e pesquisador Oliveira Silveira já ressaltava esse ponto em artigo

⁶⁷ Consta que a Revolta Federalista, movimento insurrecional que durou de 1893 a 1895, “envolveu as principais facções políticas do Rio Grande do Sul, onde o poder era disputado pelo Partido Republicano Rio-Grandense e pelo Partido Federalista. O primeiro reunia os republicanos ‘históricos’, sob o comando de Júlio de Castilhos. O segundo agrupava os descontentes com a política de governo forte e centralizador do ‘castilhismo’. Apoiado pelo presidente Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos assumiu o governo em 1893. A tentativa de impedir, pelas armas, a posse de Castilhos gerou uma forte repressão, obrigando os federalistas a buscar refúgio no Uruguai e Argentina. Em fevereiro de 1893 os federalistas invadiram o Rio Grande do Sul. Tinha início uma violenta guerra civil, repleta de massacres recíprocos. Somente em 1895 Prudente de Moraes, o novo presidente da República, conseguiu estabelecer um acordo de paz, anistiando os rebelados” (Projeto Memória, 2006).

original: “A revolução de 1893 trouxe inquietação para o povo negro gaúcho e porto-alegrense em especial. *O Exemplo* dá conta dessa preocupação, resultante do tratamento preferencial por parte das autoridades policiais. Era a luta contra os critérios de recrutamento” (Silveira, 1972, p. 22). Representando a opinião do imprenso, publicou-se numa edição de março um artigo sob o título “Escândalo!”:

A polícia está infringindo a letra da Constituição do Estado!

Desconhece a igualdade de todos perante a lei e prende homens *de cor* violentado-lhes a liberdade, coagindo-os a abandonar seus labores, lares e famílias, obrigando-os a verificarem praça na força militar do Estado.

Isto é uma violência inqualificável. Enquanto os homens de cor preta e parda são desconsiderados assim, os de cor branca são restituídos a liberdade e vagueiam tranqüilos pela cidade.

É lastimável essa falta de equidade.

Prendem um homem *de cor*, honesto, laborioso e pacífico e soltam brancos vagabundos, desordeiros e perniciosos à nossa sociedade.

Pois saibam que os violentados farão muito pouco na defesa da causa rio-grandense, por não terem sido consultados e por não se terem apresentado espontaneamente.

Falta-lhes o ardor cívico, sufocado pela prepotência das autoridades e serão sempre maus soldados... (EX, n. 13, p. 1).

Embora aposte no futuro promissor da jovem República brasileira, *O Exemplo*, na figura de seus redatores, não deixava de apresentar críticas a certos caminhos tomados dentro da nova forma de governo, conforme acontecia com o recrutamento. Nisso, declaradamente, se aproximava de José do Patrocínio, quando esse tratava do mesmo assunto no Rio de Janeiro, por meio de seu jornal *Cidade do Rio* (EX, n. 36, p. 1-2).

Tais atitudes vinham se tornando peça de uso comum entre os policiais de Porto Alegre, que naquele momento, por ocasião do conflito político, apenas azeitavam a máquina repressiva. A primeira edição de *O Exemplo*, ainda em 1892, deixava pistas ao anunciar a prática de prisão abusiva contra homens negros. Uma nota, apesar de pequena, chamava a atenção para o fato: “No dia 9 foi recolhido à cadeia civil desta cidade o laborioso operário Alcibiades Emilio de Figueiredo. Ignoramos os motivos” (EX, n. 1, p. 4). Afora esse, outros relatos foram incorporados em números posteriores, a exemplo da notícia da morte de Caetano Homero, homem negro, em decorrência das torturas empreendidas por agentes da força pública quando da prisão daquele cidadão (EX, n. 33, p. 1).

Em virtude de seus posicionamentos, o próprio *O Exemplo* passou pelo dissabor de ser alvo de ataques. Ao projetar-se na defesa da classe dos “homens de cor”, “não poupando esforços para a realização desse fim”, conquistou a atenção de detratores. O editorial da vigésima edição alertava: “Há por aí um grupo de indivíduos, cujo critério se tem empanado

pelo mais sórdido interesse, que pretendem ganhar o desfavorecimento de nossa folha, malsinando-nos, caluniando-nos com o emprego da mais torpe e baixa das intrigas”. Conhecedores das artimanhas de seus inimigos, que estimulavam a “indisposição entre nossos companheiros de luta para, com esse alvitre, alcançarem a dissolução da empresa”, os redatores propugnavam: “precisamos esmagar por completo o amontoado de difamações que a inépcia, a inveja e o despeito têm levado a arremessar contra nós. Precisamos confundi-los, desmascará-los, a fim de que não fique impune tamanha corrente de deslealdades e vilanias” (EX, n. 20, p. 1).

Ocorre que, a despeito das diversas origens dos insultos tanto contra si quanto a outros sujeitos negros, *O Exemplo* optava pela manutenção de sua postura reservada ou mesmo ética para com a identidade dos agentes das discórdias. Mas que isso não seja tomado como sinal de simples fraqueza ou covardia. Estava em ação um recurso argumentativo. Embora as práticas discriminatórias atingissem inúmeras pessoas da “classe dos homens de cor”, *O Exemplo* preferia tratá-las mais como expressões de mesquinhas e ignorância de algumas pessoas e grupos bem definidos, do que estender a toda população branca porto-alegrense a alcunha de racista – seja por verdade ou necessidade. O enfrentamento só se dava com os adversários declarados, a exemplo dos que atacavam o jornal ou impendiam a livre circulação das pessoas negras pela cidade. Afinal de contas, era preciso o apoio do maior número de pessoas para a perpetuação dos trabalhos desenvolvidos até ali. Em seus objetivos específicos, por outro lado, ficava garantida e justificada a fala em prol do empoderamento do grupo negro:

Já é tempo de pugnarmos por nossos direitos; já é tempo de congregarmo-nos para marcar a nossa grandeza vindoura. Está reservado ao Rio Grande do Sul um futuro esplêndido e dele participaremos como filhos da mesma terra gaúcha. Temos direitos inconcussos adquiridos por nossos antepassados, os quais continuam a ser sustentados por compatriotas contemporâneos. Não precisamos ir longe para abater essa pretensão fútil e abjeta de uma parte da raça branca (EX, n. 27, p. 1).

Ou como evidenciado nas palavras utilizadas meses antes para contrapor aspirações racistas muito próximas, que buscavam a exclusão das crianças negras do ensino público:

Mas então vós que vos julgais oriundos de uma raça tão superior, que levais o vosso orgulho ao ponto de sentirdes repugnância dos descendentes da raça negra, deveis revelar, em vossa atitude para conosco, mais coerência. (...)

Para provarmos isso, basta lembrar-vos de que, quando a Pátria pede sacrifício ingente de seus filhos para a desafrontar de insultos lançados à sua face por uma nação inimiga, vós com raras exceções, ficais no doce concheço do lar, pretextando este ou aquele impedimento; enquanto que nós, os *homens de cor*, cheios de abnegado ardor, acudimos pressurosos à reivindicação dos brios nacionais.

Vós, num egoísmo abastardo e vil, vos limitais aos rega-bofes da família, antegozando as propinas resultantes de uma conflagração que muitas vezes tendes adrede preparado.

Nós, que contraste! formamos numa totalidade digna de nota as fileiras de heróis que se oferecem em holocausto da Pátria! (EX, n. 5, p. 1).

É preciso dizer ainda que, nas páginas de *O Exemplo*, se delineava uma crescente indignação a respeito da inércia do poder público perante as queixas apresentadas constantemente no jornal – as quais não alcançavam providências reais. Talvez por isso, em um dado momento, a postura legalista do impresso fora deixada um pouco de lado em proveito da autodefesa dos negros, como neste episódio apresentado numa edição de julho de 1893:

No dia 22 à noite, sábado, estavam em reunião íntima algumas famílias de *cor*, quando foram sobressaltados com a presença de várias praças do exército e paisanos fardados [supostamente brancos] que desrespeitaram a todos que lá se achavam, injuriando-os com epítetos, caluniosos, somente porque se opunham à entrada deles.

Esgotados os meios brandos com que alguns moços procuraram dissuadir os importunos do propósito em que se achavam, aqueles empregaram meios mais enérgicos, isto é, repeliram-nos a pau.

Temos por estas colunas registrado casos idênticos e pedindo providências às autoridades competentes. Essas providências, porém, não têm sido tomadas, porque esses fatos reproduzem-se seguidamente; portanto aplaudimos o procedimento dos dignos moços.

Uma vez que as autoridades são impotentes para conter os abusos de meia dúzia de *engraçados*, resta-nos usar o direito da força (EX, n. 33, p. 1).

Por essas e outras, quando alcançaram a marca de um ano de existência, organizadores e colaboradores de *O Exemplo* tanto tinham para se regozijar com a conquista. Entre tantos, Hélio Silva, a seu modo, construía um elogio àquele “11 de dezembro”:

Comemora-se hoje o primeiro aniversário do modesto jornal *O Exemplo*, e não podendo silenciar sobre esse fato insignificante na aparência, porém verdadeiramente grandioso para todo aquele que como eu tem perfeito conhecimento do nosso meio social, e que por isso não desconhece os enormes obstáculos que se antepõem a uma publicação desse gênero, venho saudar o grupo de espartanos que, apesar de todos os tropeços, apesar de toda a guerra movida pelos inimigos do progresso, aqueles aos quais convém deixar nossa classe em eterna obscuridade e do mau acolhimento que tiveram por parte dos que mais deviam empenhar-se em protegê-los, sem dúvida por não compreenderem a missão elevada a que se propunha *O Exemplo*, a qual foi amplamente exposta num bem elaborada artigo-programa, conseguiram sustentá-lo este período (EX, n. 52, p. 1).

De fato, muita coisa havia sido feita e de maneiras bem diversificadas. Afora o mostrado aqui, outras surpresas estão reservadas a quem se debruçar sobre os números reminiscentes de *O Exemplo*, desta fase e das seguintes. Nesse rico material, houve espaço até mesmo para polêmicas internas, ou seja, travadas entre articulistas do próprio jornal. Entre as

existentes, escolhi acompanhar a que fora motivada pelo debate do tema do racismo no sistema educacional.

– 3 –

DE TANTA INSTRUÇÃO, EIS QUE SURGEM AS DIVERGÊNCIAS...

Promover a educação no meio negro foi preocupação central em *O Exemplo* desde seu primeiro número.⁶⁸ A serviço do “aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” – aspiração manifesta no programa do periódico –, os redatores avançaram no terreno em várias direções, incluindo a abordagem da educação formal. Em mais esse ponto, a discussão instituía fina sintonia com o que seria desenvolvido pelos movimentos negros do século XX e antecipava práticas comuns em nome da extensão do direito ao ensino público e de qualidade, em todos os níveis. A educação era e seria percebida como via de mobilidade, ascensão e integração social (Romão, 2005). Assim, como observa Jônatas Conceição da Silva:

Diante da negação ostensiva e secular do acesso à educação da população de origem africana, motivos não faltaram para que muitas entidades negras do período pós-abolição (...) colocassem como meta principal de trabalho a educação, a exemplo do Centro Cívico Palmares, fundado em 1926, que forneceria líderes e idéias para a Frente Negra Brasileira na década de trinta (Silva, 2004, p. 33).

No tocante à realidade do Rio Grande do Sul, a alfabetização – porta de entrada para o mundo da cultura letrada – era instrumento recente até mesmo na trajetória dos redatores de *O Exemplo*. O analfabetismo verificado entre a maioria da população negra da capital gaúcha, desta feita, rendia a esse grupo de indivíduos destaque em seu meio. Observe que a difusão do conhecimento e das reivindicações, por meio dos veículos de comunicação impressa, permanecia dependente, sobretudo, do empenho dos membros de uma pequena elite negra, que vinha se mantendo ao longo dos anos. Sem muitos outros motivos que extrapolassem seu compromisso com a totalidade do grupo sociorracial, segundo Santos, “a capital era o local privilegiado da circulação do jornal, que, no tocante às dificuldades no acesso a educação em virtude do preconceito de cor, não era diferente do restante do país” (2006, p. 26).

As barreiras forjadas a partir da conexão entre racismo e educação seriam bem mais evidenciadas no editorial “A quem toca”, do quinto número de *O Exemplo*. O texto alerta sobre o fato de algumas escolas públicas da capital estarem abertamente se recusando a

⁶⁸ Segundo dados coletados por José Antonio dos Santos, a equipe do jornal *O Exemplo* fundou uma escola noturna em 1902, ano da comemoração de seus dez anos de existência (Santos, 2006, p. 27).

admitir ou limitando o número de matrículas para os estudantes negros. E mais, os matriculados estariam sendo alvos de maus-tratos por parte de seus professores, “a ponto de seus pais, em justa indignação, retirarem-nas das aulas. E aí ficam essas crianças atiradas à sociedade de uma ignorância crassa e prejudicial!” (EX, n. 5, p. 1). O editorialista, a partir daí, simula um confronto argumentativo com os agentes da discriminação, que além de um atentado contra o progresso da sociedade em geral, era a comprovação de um crime contra o que pregava a Carta Magna:

Demais, se não querem estar em contato com o *negro*, porque aceitam essa emissão do governo, que é, de algum modo, remunerada com o suor do mesmo *negro*?

Miséria!

O governo que tem criado aulas públicas, onde possam os filhos do povo encontrar os rudimentos fundamentais para um mais proveitoso estudo, não cogitou da separação ou exclusão de classes, por diversidade de raças.

Mas sabemos. É que não convém a essa parte social, possuída de uma estulta soberba contra os *homens de cor*, que esta raça, capaz de grandes empreendimentos, deva instruir-se suficientemente; e que, pelo seu critério e honestidade, saiba enfrentá-la e mesmo desbaratá-las em pugnas que se tratarem pelo progresso moral e material do país (n. 5, p. 1).

Debalde certos grupos investissem contra a escolarização das pessoas negras, a redação de *O Exemplo* insistia tanto em apostar quanto em estimular o gosto pelo conhecimento entre o grupo sociorracial, numa estratégia de superação do racismo e da discriminação. Até porque, mesmo que o jornal dialogasse diretamente com o público letrado, a massa de iletrados certamente estava prevista no seu raio de atuação, como sugere este trecho:

Com esses elementos, fica-se habilitado para desenvolver as faculdades intelectuais, segundo o gosto particular de cada um.

E quem disso não puder se convencer, lembre-se que horrível pedir a outrem que lhe assinie um recibo ou antes (que miséria!) que lhe interprete os sentimentos, escrevendo-lhe *uma carta* para alguém, qualquer que seja o fim (EX, n. 17, p. 1).

Ademais, havia nas palavras do periódico um desejo manifesto de que os descendentes de africanos pudessem ser incorporados à dinâmica social estabelecida, à nação da qual se sentiam membros:

Os homens de cor preta e parda na sua maioria constituem hoje uma grande comunhão que, para ser sólida e saliente, necessita apenas de instrução. O nosso meio tem-nos mostrado que para sermos benquistos e considerados necessitamos de dar exemplos de boa conduta e vem, portanto, em boa hora que os de nosso grêmio lancem a atenção para estas linhas, pautando seus atos pelos sãos princípios da moral.

É verdade que a maioria dos nossos é completamente ignorante, mas ainda é tempo de reparar o mal, dedicando-se todos ao cultivo da inteligência e dos bons

sentimentos. E se os pais não quiserem dar-se ao trabalho de já, em adiantada idade, ir estudar o a b c, prestem ao menos um serviço à sua pátria e cumpram um dever que lhes é imposto pela condição paterna, mandando os filhos para a escola, a fim de receberem aí a luz e o conhecimento da verdade (EX, n. 16, p. 1).

De dezembro de 1892 a junho de 1893, *O Exemplo* tinha produzido um considerável material em torno da educação para indivíduos negros jovens ou adultos. Tratava-se de um tema tão apreciado no debate público que, curiosamente, acabou dando vazão a uma polêmica entre Miguel Cardoso e Esperidião Calisto. A alteração, que se estendeu por nove números ou pelos meses de junho a agosto, foi estimulada pelas idéias de Cardoso sobre a invalidade dos argumentos que atribuíam ao “preconceito de raça” as principais motivações para a estabilidade da ignorância entre os negros e a exclusão desses dos espaços escolares.

No primeiro momento, o articulista apresentou uma seqüência de três artigos distribuídos, respectivamente, nos números 28, 29 e 31. Miguel Cardoso apresentaria o artigo “Atualidade I” no espaço normalmente destinado ao editorial de *O Exemplo*. De início, os argumentos não fugiam à orientação adotada pelos demais publicistas, à luz do que postulava o programa da folha. Bradava pela massificação do ensino e pela abnegação dos pais em benefício da prole:

Sacrificai embora vossos interesses; porém mandai ao colégio vossos filhos; porque dali virão benefícios, resultados para ele e para vós, que tereis mais tarde o prazer de vê-lo bom cidadão e bom chefe de família. Com instrução ele saberá defender seu direito, quando violado; e então! na imprensa como na tribuna ou nos comícios populares, ele esmagará o prepotente com a força da palavra, fundado no direito e na razão” (EX, n. 28, p. 1).

Até aí, nada de grandes novidades. No entanto, quando as linhas do artigo já chegavam ao fim, eis que Cardoso aparece com a dissonância:

De há muito que o estado de acabrunhamento em que vivemos em nosso meio é tomado como preconceito de raça; e isso, provado com a natureza dos fatos evidentes; porém, esses mesmos atos é tão somente pela absoluta falta de instrução na maior parte desse meio. Tanto é assim que nos comprometemos desde já a estabelecer paralelos, a fim de deixar provado, sob o maior ponto de vista, a veracidade de nossa asserção (*Idem, ibidem*).

Tanto naquele número quanto no seguinte, nenhuma outra opinião foi apresentada para diretamente desbancar o que acabara de ser afirmado por Miguel Cardoso. Em vez disso, esse voltaria à cena com “Atualidade II”, só que não mais na coluna editorial, reservada ao tema do casamento civil. Mas, ainda na primeira página, pode desenvolver seu diagnóstico sobre o atraso educacional da população negra porto-alegrense. Eram estas as suas palavras: “...temos aulas primárias de instrução, mas se visitarmos uma a uma essas aulas, não encontraremos aí,

entre cem freqüentadores, vinte meninos de *cor*; isso prova suficientemente o descuro ou pouca importância que tem a instrução para a maior parte do nosso meio” (EX, n. 29, p. 1). Ocorre que, não obstante sua crença nas explicações de ordem classista-financeira, saia em defesa dos trabalhadores negros – quem sabe podendo se estender aos demais nacionais:

Ainda sendo um operário, é imprescindível a instrução; pois urge acabar com a concorrência que nos faz o estrangeiro dentro de nosso país, fazendo sofrer mais a nossa classe, que constitui o verdadeiro proletariado; essa concorrência é feita no comércio, como na indústria e mesmo na agricultura (*Idem, ibidem*, p. 2).

Após o intervalo de uma edição, Cardoso apresentaria o artigo “Atualidade III”, no qual finalmente viria demonstrar o porquê de não atribuir ao “preconceito de raça” a responsabilidade pela maioria dos dissabores que acometiam a “classe dos homens de cor”. Seguem os seus argumentos:

Em nosso primeiro artigo, comprometemo-nos provar o contrário do que se estabelece ou por outra se tem estabelecido com relação ao que se chama preconceito de raça; preconceito este que muitos dos nossos julgam alusivos aos homens de cor em geral. Mas isso tanto assim não é que muitos de nossos irmãos são chamados a ocupar cargos públicos; e alguns o ocupam debaixo de alta responsabilidade, bem a contento daqueles de quem são degradados; mostrando assim serem dignos de figurar ao grande círculo da igualdade social. Vê, pois, o leitor que para esses não existe o preconceito de raça de que se queixam muitos. (...) Vultos bem salientes de homens de cor existem na sociedade brasileira e que fazem parte de círculos importantes, quer na vida pública, quer na militar sem distinção dos outros homens.

Julgo ter assim provado que a instrução é o único motivo pelo qual eles têm o mérito que lhes é dispensado e de que se torna merecedor todo o homem que impõe à consideração pública, pelos seus atos, ilustração e isenção de caráter (EX, n. 31, p. 1).

Uma vez completada a trilogia de Miguel Cardoso, Esperidião Calisto subiria à tribuna de *O Exemplo* na trigésima segunda edição para apresentar suas divergências a respeito das inferências do outro publicista, no editorial “Pelo dever”. Somente após o detido acompanhamento das composições do “patrício e amigo” e diante de sua persistência em negar a vigência de “preconceito de raça” na sociedade gaúcha, o jornalista achou por bem se pronunciar:

Aplaudindo, com algumas alternativas, os conceitos emitidos nos dois primeiros, por estarem traçados de acordo com o programa que subscrevemos, temos, no entanto, de opor algumas objeções quanto ao terceiro. (...) [Esse] danifica completamente o *ferro frio* em que temos malhado desde a fundação de nosso periódico; que é: O preconceito de raça, oficialmente instituído, tem sido até hoje o joio que nos embaraça, malsinando nossas justas aspirações de cidadão brasileiro (EX, n. 32, p. 1).

Nesse texto – que ocupou não somente a primeira página, como também parte da segunda –, Calisto procede à desconstrução dos argumentos de Cardoso. Acerca da pequena participação de crianças negras nas salas de aula, restitui sua própria trajetória para dar medida de como se processava a materialização do preconceito escolar:

Quem escreve essas linhas freqüentou a aula primária do primeiro distrito desta capital, dirigida pelo então professor público Raphael Antonio de Oliveira; e o que fazia esse funcionário?... Separava-nos para um quarto escuro contíguo à sala, onde estavam os brancos; e lá recebíamos a instrução correspondentes à obumbrada luz diurna que exiguamente nos iluminava. Eis aí estabelecido o preconceito escolar, tendo por base a cor, nos afugentando das aulas públicas (*Idem, ibidem*).

Em vez de creditar importância à representação de uma indolência gratuita da população negra perante a instrução pública, Calisto prefere explicar a ausência de seu alunado nas salas de aula como consequência da organização educacional vigente, gerada e reproduzida a partir de valores discriminatórios e racistas – a qual estaria conectada a outras instâncias da sociedade.

Sobre os exemplos de homens negros “chamados” a ocupar cargos públicos ou de certa responsabilidade, Esperidião Calisto reconhecia ali tão-somente “o triunfo do mérito sobre a inépcia; e nada mais”. Até porque muito se sabia das “dificuldades com que lutam nossos iguais para serem devidamente classificados no resultado dos concursos a que se inscrevem, apesar do reconhecido talento que os recomendam e do conhecimento amplo das matérias de que prestam exame” (*Idem, ibidem*). Para ilustrar o raciocínio, Calisto recordaria o caso de Justino Coelho da Silva Júnior, que, tendo sido o único aprovado num concurso entre 33 candidatos, não foi empossado em virtude do veto de Gaspar Silveira Martins, presidente da província: “O que foi isso mais do que a explosão do preconceito estúpido de cor atuando no julgamento dos samicas (*sic*) que nos governavam, que não admitiram que um negro suplantasse com seu mérito incontestável a uma caterva de nulidades *caídas*” (*Idem, ibidem*). Houve espaço também para o editorialista recolocar o problema do recrutamento majoritário de negros para servir nas pelejas da revolta federalista, sendo mais uma prova do “preconceito estulto que redundava num privilégio perigoso dispensado pela diferença da cor”.

Aproveitando o ensejo, Calisto tornar público até mesmo o seu juízo sobre a função desempenhada pelas “exceções honrosas” – ou “efêmeras regalias”, como preferia chamar – dentro do meio social negro, exposto a tantas apartações:

Não devemos nos vangloriar por posições adquiridas por tão alto preço. Elas são uma espécie de injeção de cocaína com que os potentados anestesiavam os brios dos homens de cor, de merecimento puramente material, a fim de abusarem da

humildade do isolado proletário que não encontra uma voz autorizada que proteste contra as violências que são infringidas, que reclame por seus direitos de cidadãos brasileiros, estatuídos na constituição da República” (*Idem, ibidem*, p. 2).

Era da ausência desse tipo de lucidez – e não de qualquer outra – que careceriam os homens e as mulheres negras em sua luta pelo reconhecimento democrático de seus talentos e virtudes. Calisto finalizaria aquele editorial de 23 de julho de 1893, com um diagnóstico muito simples, mas longo alcance: “Enquanto isso [a consciência das armadilhas do racismo] não acontecer, o preconceito campará com toda a ferocidade” (*Idem, ibidem*).

Para quem já estava convencido ou se convenceu a partir do discurso de Esperidião Calisto, a disputa argumentativa bem que poderia terminar por ali. Contudo, depois do refresco de um número, Miguel Cardoso, mediante o artigo “Por coerência”, retomou o debate para retorquir as “suaves acusações” expressas por Calisto. Diante de todas as ocorrências de que se valeu o jornalista de *O Exemplo*, Cardoso destituiu as interpretações que identificavam o emprego de práticas racistas, substituindo-as por entendimentos que giravam em torno seja das disputas meramente políticas (“preconceito político”), seja da crença de que tudo aquilo não passava de lances de um passado muito distante, que nada teria a dizer sobre o pensamento assistido na República, sistema que “abominava o preconceito de raça” (EX, n. 34, n. 1).

“Ainda pelo dever”, Esperidião Calisto daria uma última cartada. No lugar do tom respeitoso empregado no editorial de resposta às “Atualidades”, apresentaria agora uma postura mais de acordo com a interpretada falta de seriedade assumida por Cardoso na construção do artigo anterior:

Conquanto as considerações contidas em meu último escrito não passassem de frágeis ataduras, nas lancetadas vacilantes dadas em nossa orientação pelo amigo Miguel Cardoso, no último artigo da série que publicou, eu já esperava o “Por coerência”, resultante da revolta do amor próprio, que impele a *quebrar*, mas não *torcer*, contra os protestos da consciência, que nos manda *dar as mãos à palmatória*, quando estamos em erro (EX, n. 36, p. 1).

Em seus apontamentos, chega a dizer que aquele publicista confundira “alhos com bugalhos, insistindo que não existe preconceito de cor, oficial, porque não é de lei!”. Cardoso não teria alcançado o raciocínio de Calisto acerca da evidente distância entre as promessas das letras e materialidade das práticas. Por isso, dessa vez, o redator de *O Exemplo* estendia-se um pouco mais quanto a essa diferenciação:

A constituição, lei que nos iguala, não passa de mera máquina, que pode ser muito boa, mas que só se move conforme a intuição e patriotismo do encarregado de fazê-la trabalhar oficialmente: Se é bem intencionado e imparcial, gozamos de

todos as regalias que a mesma constituição nos assegura; em caso contrário, a lei é vilipendiada, é letra morta ante a inépcia e retrogresso de quem se acha investido da autoridade *oficial* de distribuí-la para o povo; pois aplica-se de acordo unicamente com seus interesses partidários ou pessoais. Abundam na história exemplos de perturbação internas pela má interpretação da lei; portanto, o mal de que nos queixamos não é legal e sim puramente *oficial*; porque os indivíduos investidos de cargos oficiais procedem influenciados pelos costumes inerentes à sua origem (EX, n. 36, p. 1).

Ou seja, era justamente porque a lei do ensino não excluía os alunos por serem pretos ou pardos, que o combate aos abusos que os afugentavam das escolas se tornavam necessários e ao mesmo tempo possíveis. Esse contra-argumento seria a base para o tratamento das demais situações de racismo e discriminação racial.

Ao fim e ao cabo, é verdade que a última palavra foi assegurada pela opinião de *O Exemplo*. Todavia, é fato merecedor de realce o cuidado de *O Exemplo* em manter a imagem da imprensa como tribuna pública. Os coordenadores do periódico, mesmo tendo um ponto de vista diametralmente oposto ao de Miguel Cardoso, não o impediram de se manifestar. Afora isso, parece que as diferenças entre as partes não renderam inimizade profunda, pois que, na época em que o colaborador Miguel Cardoso havia perdido seu filho recém-nascido e se encontrava com a esposa enferma, a equipe do jornal prestou condolências em uma das primeiras páginas da folha (EX, n. 43, p. 1).

Valendo-me desse clima propenso ao reconhecimento de perspectivas variadas, saio do terreno daquela polêmica interna do jornal para me dirigir à exposição do tratamento dispensado pelos redatores de *O Exemplo* a uma data comemorativa bastante problematizada na atualidade, a saber, o treze de maio, como dia importante na história do povo negro no Brasil.

– 4 –

QUANDO O TREZE DE MAIO ERA “DIA DE NEGRO”

Desde que isso aconteceu já se passaram muitos anos... Foi bem antes de o Grupo Palmares, de Porto Alegre, deflagrar esforços, ratificados depois pelo Movimento Negro Unificado (MNU)⁶⁹, em nome do reconhecimento do vinte de novembro, data da morte de

⁶⁹ Em 1971, um grupo de intelectuais-ativistas negros de Porto Alegre reuniu-se em torno de estudos sobre a história das populações negras no Brasil, dando origem ao Grupo Palmares. Feitas algumas pesquisas, identificaram a data da morte de Zumbi dos Palmares, 20 de novembro de 1695. Segundo Oliveira Silveira, um dos membros-fundadores, “a evocação do dia Vinte de Novembro como data negra foi lançada nacionalmente

Zumbi dos Palmares, como o Dia Nacional da Consciência Negra. Zumbi, o espírito guerreiro que habita corações e mentes dos negros – tal como canta os versos da poética afro-brasileira – estava longe de ser elevado à categoria de herói nacional, ou mesmo de prócer dos descendentes de africanos no Brasil.

Em 1893, o treze de maio, marco da abolição legal da escravatura, era data das mais importantes no calendário dos cidadãos negros. Era ocasião que, de uma só vez, encerrava o passado e as aspirações de futuro. As lembranças do cativo estavam ainda bem latentes na memória coletiva. Essa era a imagem que dava início ao primeiro artigo da edição comemorativa de *O Exemplo*, que recobrava: “Quão inúmeros foram os tormentos, os martírios que padeceram os infortunados homens de cor preta, a quem negaram todas as ditas reservadas pelo Criador aos seres seus semelhantes e toda a pujança de sentimentos afetivos que palpitavam, com exuberância, em seus corações” (EX, n. 22, p. 1). Felizmente, a escravidão, “espetáculo mais estupendo de repugnantes misérias”, chegara ao fim. Havia motivo para festejar.

Todavia, não escapava ao panorama construído por A. Gama – abreviatura que assina o referido artigo –, o fato de o Brasil ter mantido por tanto tempo esse sistema de exploração indébita do trabalho humano, a despeito dos exemplos e das pressões envidadas por várias nações, especialmente as européias, Inglaterra, França e, até mesmo, Portugal.

Quando o mundo inteiro, reconhecendo o erro inabalável em que se apoiava a escravização de seres humanos, esboroara as sutilezas e enganosas tradições, fazendo soar no estrídulo o grito uníssono de liberdade, desgraçadamente, repetimos, o Brasil conservava sob o amparo de suas leis tão cruel instituição (*Idem, ibidem*).

Informação causadora de relativo incômodo na contemporaneidade, na opinião do articulista, a partir do momento em que a “Pátria Brasileira” optara por dar fim ao escravismo, os horrores a que foram submetidos os cativos teriam de ser deixados para trás:

Não nos fatigaremos em embrenhar nos labirintos tão ígneos de maldades que os dramas lúgubres de homem escravo, em nosso país, fizeram ressumbrar a admiração universal; não! pois que, além da imperiosa necessidade de empregar toda uma vida para dar um pálido reflexo das cenas horríveis que se passaram nos ergástulos dos pobres cativos, nutrimos o máximo empenho em riscar, tanto quanto possível, de nossa memória esses horrores, para que também o ódio, quiçá justo, não turve a superioridade de nossos sentimentos (*Idem, ibidem*).

pelo Grupo Palmares” (Silveira, 2003, p. 23). A mobilização seguiu num crescendo ao longo dos anos. Em 1978, o Movimento Negro Unificado indica em seu manifesto de lançamento a data como o Dia Nacional da Consciência Negra, numa mostra do alcance atingindo pelo trabalho iniciado no Sul.

Ou quando menos, fossem emparelhados à ação daqueles que “extenuadamente se esforçaram pelo triunfo da áurea lei que nivelou os direitos civis e políticos dos filhos de uma mesma Pátria” (*Idem, ibidem*). Em todo caso, que fossem dadas vivas ao treze de maio.

Na seqüência, seria oportunizado a Herculano Silva proferir suas considerações. Ainda que sancionada por decreto, seu entendimento conforma que a abolição fora “arrancada pelo povo aos altos poderes”. Portanto, os governantes “não lhes fizeram favores libertando-os, porque livres eram eles quando, contra todos os preceitos divinos e humanos, arrancaram-nos de seus lares aos braços da mais degradante condição – cativa!”(EX, n. 22, p. 1). Nisso o articulista encontrava razões para louvar o treze de maio.

Outra possibilidade de significação acerca do fim do escravismo foi disponibilizada por Sérgio Bittencourt. No artigo “Liberdade”, a luta pela emancipação dos povos negros do regime escravista brasileiro vinha no bojo da difusão do “germe da Liberdade” lançado pelos franceses em 1789, e que mais tarde alcançara repercussão “em Minas, essa região opulenta do Brasil”, no episódio da Inconfidência Mineira. No que diz respeito à dinâmica de criação da realidade histórica, uma vez que as atividades da Revolta dos Búzios e de seus principais personagens, ocorridas em época próxima, não foram revestidas pelo mesmo manto enaltecido que serviu de cobertura republicana à Inconfidência Mineira, essa acabou sendo o maior ponto de referência da utilização dos ideais franceses em proveito das aspirações locais (Carvalho, 1990). Mais adiante, os mesmos ideais serviriam de sustento às demandas abolicionistas, que se opunham à “desumanidade da escravidão”:

O abolicionismo levantou-se, confiante na vitória contra os escravocratas cruéis, miseráveis, torpes, que acumulavam nas arcas o produto do comércio de carne humana, vendendo homens como eles e como eles ciosos da própria independência; a nação inteira desprendeu um brado de indignação contra a pertinácia da realeza, que, temendo perder o trono, açulava contra a raça negra os ódios de seus argentários inimigos (EX, n. 22, p. 2)

Eis que, passadas tantas contendas, veio o arremate do treze de maio de 1888, motivo de satisfação para a população negra. De tudo isso, Sérgio de Bittencourt ressaltaria ainda um ensinamento para ratificar o discurso da folha e, assim, finalizar sua contribuição:

Conquistados assim os direitos, as prerrogativas de uma classe secularmente perseguida, desdenhosamente banida da comunhão social, resta-nos o dever de aconselhá-la a que procure por todos os meios dignos ocupar o lugar que lhe está reservado nos destinos da nossa amada Pátria, cuja grandeza depende imensamente da maior ou menor soma de dedicação que lhe consagremos. Saibamos honrar a memória daqueles que por nós se bateram, cujos nomes todos devemos apontar à gratidão da posteridade e inscrever nos fúlgidos anais da História da Liberdade (*Idem, ibidem*).

Marcílio Freitas também compareceu a essa edição com o artigo “O dia de hoje”. Para falar da abolição, mais uma vez a Inconfidência Mineira e a figura de Tiradentes seriam lembradas: Liberdade ainda que tarde, dizia o nosso malogrado José Joaquim da Silva Xavier; realmente demorou, porém veio e a Nação Brasileira hoje festeja uma das mais gloriosas datas – a redenção dos cativos” (*Idem, ibidem*). Segundo o publicista a abolição fora “uma das mais brilhantes conquistas da raça negra”, graças ao empenho de “homens eminentes como José do Patrocínio, o príncipe do jornalismo brasileiro, Luiz Gama, que com esforços próprios alcançou posição saliente na imprensa paulista, e outras tantas notabilidades” (*Idem, ibidem*).

Em mais essa narrativa, não seriam dadas vivas à princesa ou à monarquia. Diante de grande pressão vinda dos próprios escravizados, contando com o apoio de abolicionistas e de parte do exército – que, “apesar das terminantes ordens do governo, de perseguir os fugitivos, se negava ao ignominioso papel de ‘capitão do mato’” –, foi que os “dominadores daquela época se lembraram de fazer baixar o decreto extinguindo a escravidão; sujeitaram-no à sanção de Isabel, presumida redentora, então princesa regente, a qual por sua vez sancionou-o, não tanto por seus sentimentos humanitários”. Tratava-se, pois, de um estratagema para “cercar de prestígio as instituições já carcomidas, firmando assim o seu trono” (*Idem, ibidem*).

Contudo, os planos da monarquia foram por água abaixo, “porque os negros compreenderam que nada tinham que agradecer; pois que apenas lhes tinham restituído o que de direito lhes pertencia”. E, pouco depois, veio a República, junto com a qual conseguiu se manter o “preconceito de raça”. Por isso, dizia o articulista, “dentro do novo regime, ainda cumprimos um dever combatendo o preconceito de raças; porque não está de todo abolido”. De qualquer forma, o treze de maio seria saudado por duplo motivo: “já por nos ter elevado aos olhos do mundo civilizado, já por nos ter encaminhado para o regime republicano, o qual, não sendo fraudado, podemos nele, melhor do que nos ominosos tempos da monarquia, combater pelos direitos” (*Idem, ibidem*).

Por seu turno, Mário P. Meireles optara por ressaltar a atuação dos republicanos no processo abolicionista, bem como engrandecer o “espírito libertador do Rio Grande”, que outras mostras dera em nome da República: “Saudando, portanto, o 13 de Maio, data entusiasta para todos os propagandistas da Liberdade, devemos não só comemorá-la, como também render a nossa justa homenagem ao Estado do Rio Grande, que sonha felicidade à sombra da Bandeira Republicana dos Estados Unidos do Brasil” (*Idem, ibidem*).

Esperidião Calisto não poderia deixar de proferir suas opiniões particulares, e assim o fez no artigo “Duas palavras”. Embora os textos girem em torno do mesmo tema, levar a efeito o seu acompanhamento permite visualizar a relevância que cada um apresenta em suas respectivas particularidades. Calisto, por exemplo, além do elogio a José do Patrocínio, Luiz Gama e ao “instituto racional dos escravos paulistas, que, abandonando as fazendas, se aproximaram da liberdade”, trata da permanência do “preconceito de raça” na era republicana:

Derruído o cativo pelo retumbar dos golpes do abolicionismo na consciência trevosa e torpe dos que mercadejavam com os seus semelhantes, sobreveio o preconceito de raça oficialmente instituído, não nas leis, mas impregnado nos costumes, o que é mais pernicioso; não tão selvagem, porém mais aviltante; porque nos obriga a mendigar aos potentados uma ressalva, para com ela no bolso, ampararmos nossa liberdade individual (*Idem, ibidem*, p. 3).

Além da percepção de um cidadão negro no pós-abolição, o texto ilumina um posicionamento diante dos desafios da época. Segundo Calisto, aquela conjuntura pedia uma postura de luta também renovada por parte dos homens e das mulheres negras. Em suas palavras: “Devemos festejar efusivamente a data luminosa de 13 de Maio, como início da reivindicação de nossos direitos de cidadãos brasileiros. Salve! 13 de Maio!” (*Idem, ibidem*).

À luz da mobilização empregada no número dedicado ao quinto aniversário da abolição – três das quatro páginas foram reservadas às reflexões sobre o assunto –, tem-se uma razoável medida de como, em Porto Alegre, os brasileiros de origens africanas atribuíam sentidos ao marco histórico da concessão de cidadania a todos os habitantes do país. Afora os textos discutidos aqui, outros colaboradores publicaram seus artigos, notas e versos, como Alfredo Souza, Lindolpho Ramos, Hélio Silva, sempre carregados de uma simpatia para com a data.

Tratamento igual não teve aniversário de quatro anos da República. No quadragésimo oitavo número, consta tão-somente um pequeno artigo assinado pela “Redação” e outro não menos extenso defendido por Marcílio Freitas, cujo título era “Data memorável”. Em tempos da Revolta Federalista, “das disputas entre os partidários da república federativa e da república unitária”; *O Exemplo* limitou-se a registrar sua simpatia para com a federação brasileira – no desejo de que “esse regime seja imutável no país” – e lastimar a “luta fratricida” presenciada nos conflitos (EX, n. 48, p. 1). Ouso dizer que havia um mundo negro em Porto Alegre a merecer maior atenção que as disputas hegemônicas pura e simplesmente.

Em 1972, o mestre Oliveira Silveira finalizava seu artigo no *Correio do Povo*, instigando à realização de novos estudos acerca do “farto material” de *O Exemplo*, haja vista que continuava a figurar como “documento da participação cultural do negro no Rio Grande do Sul, sua capacidade em termos jornalísticos, sua tenacidade”. De forma inicial, por meio dessas páginas, enfrentei o desafio. Espero ter honrado, com “cuidado e delicadeza”, esse “Precioso Patrimônio da Comunidade Negra” (Silveira, 1972, p. 22), não apenas do Sul, mas de todo o mundo afro-diaspórico.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude da falta de informações a respeito dos jornais negros oitocentistas, por algum tempo, convencionei associá-los à imagem de uma “imprensa esquecida”. Ocorre, porém, que certa vez uma atenta observadora me alertou para o fato de que os resultados apresentados por mim já teriam tornado injusta e indevida tal denominação. Acolhi a consideração, contudo, sem aceitá-la completamente. Havia um grande incômodo manifesto na sensação de injustiça cometida contra tão rico material que permanecia inexistente para muitas pessoas, incluindo as diretamente ligadas ao estudo e à produção de periódicos negros no Brasil.

Eis que agora chego às últimas páginas desta dissertação e me sinto mais apaziguada perante esses fragmentos testemunhais da trajetória histórica dos descendentes de africanos no Brasil, seja por ter conseguido finalizar mais esta etapa da pesquisa, seja porque pouco a pouco esse novo marco da imprensa negra brasileira passa a ser reconhecido principalmente entre os maiores interessados, a saber, o grupo de leitores e realizadores de folhas negras contemporâneas (Pinto, 2006; Silveira, 2005). Obviamente o que apresentei não foi capaz de esgotar as possíveis abordagens do tema – também não era esse o objetivo –, nem tampouco aquela lacuna na história da imprensa brasileira foi totalmente reparada. Todavia, um trabalho foi cumprido.

No decorrer dos capítulos, empenhei-me em apresentar um panorama representativo desses momentos iniciais do jornalismo negro brasileiro. Tratei, pois, de realçar semelhanças, diferenças, continuidades e, sobretudo, registrar uma variedade dos recursos argumentativos utilizados pelos publicistas nas práticas de combate ao racismo. De tal sorte, busquei levar a cabo o ensinamento africano simbolizado na figura do pássaro mítico Sankofa,⁷⁰ que afirma a importância de se conhecer o passado para transformar o presente e gerar o futuro.

Dado marcante, nos oito títulos analisados – *O Homem de Côr ou O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Lafuente, O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social, A Pátria, O Progresso e O Exemplo* –, os conflitos gerados pelas múltiplas

⁷⁰ Ícone Akan, originário das nações de Gana e da Costa de Marfim, que abriu todas as seções desta dissertação.

associações entre o preconceito racial e o desrespeito à cidadania dos indivíduos negros, seguidos pela insatisfação dos atingidos por tais arbitrariedades, figuram como razão de ser de todas as folhas. Sob a vigência ou não do regime escravista, nos tempos da Monarquia ou da República, a Nação brasileira nunca apareceu nas páginas desses jornais oitocentistas como espaço acolhedor para os descendentes de africanos. Em vez disso, entre 1833 e 1899, emergem representações cada vez melhor ajambradas que atestam o acirramento das mazelas dirigidas ao grupo sociorracial negro. Mesmo que tal julgamento não possa se estender a toda população afro-brasileira da época, isso era ponto pacífico ao menos entre os que alcançaram meios de emitir suas percepções e expor suas demandas – o que já era sintomático.

Nas Constituições de 1824 e de 1891, a universalidade da lei, a igualdade dos direitos civis entre os cidadãos e o mérito, tidos como elementos formadores, invalidavam a estratificação social e a discriminação por conta de raça ou cor dos indivíduos – ainda que, na primeira, por conta da legitimidade da propriedade, a escravidão permanecesse intocada. Curiosamente, isso não era instrumento feito para ser levado a sério em todos os momentos. As situações para tal teriam de ser criadas e legitimadas. Não por acaso, grande parte da argumentação formulada nas páginas dos periódicos negros destina-se a essa empreitada. Fosse pelo caráter moderno e progressista que os ideais europeus vinham impingir ao cenário brasileiro de atraso, fosse pela necessidade de retirar o verniz da civilidade que recobria os atos arbitrários comuns ao sistema de privilégios vigente, os contra-argumentos acionados pregavam o respeito às letras que visavam a instituir a ordem no país.

Não obstante esse dado comum, as formas de apresentação variaram bastante. Mais restritos aos detalhes das disputas políticas hegemônicas entre liberais exaltados e moderados, os pasquins fluminenses do período regencial não lograram avaliações mais profundas; embora, verdade seja dita, demonstrassem atenção ao que se passava em outras províncias do Império, como Pernambuco. De todo modo, ousou dizer que essa tarefa foi desempenhada exemplarmente pelos articulistas de *O Homem*, o jornal pernambucano de 1876. Registraram-se ali lances que extrapolaram os limites impostos pelos embustes dos que se arrogavam a prerrogativa do controle social. Além do enfretamento no campo do debate público, estabeleceram-se decisivas estratégias argumentativas sociopedagógicas voltadas para o fortalecimento do meio social negro onde aqueles princípios e informações lograram circular.

Agora, no que diz respeito ao poder de articulação com o público, ao que parece, somente o jornal *O Exemplo*, circulante na capital gaúcha a partir da última década do Oitocentos, conseguiu registrar maior êxito. Vários indícios de que a população negra de

Porto Alegre depositava confiança no periódico podem ser facilmente localizados em suas páginas. O único motivo da ressalva encontra-se no fato de que, lamentavelmente, o alcance dos títulos da imprensa negra paulista não pôde ser confirmado. Contudo, os feitos que se seguiram nas três primeiras décadas do século XX – em especial o *boom* da imprensa negra naquele estado – estimulam conjecturas e curiosidades acerca do potencial aglutinador que possam ter desempenhado os periódicos *A Pátria* e *O Progresso*.

Enfim... o trabalho parece não querer acabar. A todo momento, a sensação de que o vento insistentemente parece soprar nesse amontoado de folhas, querendo descobrir ou mostrar outros detalhes que ainda não percebi. Mas é preciso estabelecer um fechamento, mesmo que temporário. E na falta de uma frase emblemática, eis uma saída fácil, um ponto.



LISTA DE ABREVIATURAS DOS JORNAIS

AF – *Aurora Fluminense*

AP – *A Pátria – Órgam dos Homens de Côr*

BP – *Brasileiro Pardo*

CB – *O Cabrito*

CC – *O Carioca – Jornal Político, Amigo da Igualdade e da Lei*

CT – *Correio da Tarde*

EX – *O Exemplo*

HC – *O Homem de Côr*

HM – *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*

IB – *Indígena do Brasil*

LF – *O Lafuente*

MHC – *O Mulato ou O Homem de Côr*

OP – *O Progresso – Órgam dos Homens de Côr*

PH – *Pharol do Norte*

PV – *A Província*



FONTES DAS IMAGENS

- Imagem 1** – Cabeçalho do pasquim *O Homem de Côr*, n. 2. Fonte: Acervo de Obras Raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- Imagem 2** – Antonio Pereira Rebouças. Fonte: Grinberg, 2002, capa.
- Imagem 3** – Manoel Querino. Fonte: Calmon, 1995, p. 13.
- Imagem 4** – José do Patrocínio. Fonte: Marco Negro (www.marconegro.blogspot.com).
- Imagem 5** – Luiz Gama. Fonte: Marco Negro (www.marconegro.blogspot.com).
- Imagem 6** – Luiz Gama à esquerda. / O Diabo Coxo agradece ao jornalismo – a recepção que lhe deu. Fonte: *Diabo Coxo*, n. 3, p. 1 (Gama, 2005).
- Imagem 7** – Machado de Assis. Fonte: Capoeira Infos (www.capoeira-infos.org).
- Imagem 8** – Francisco de Paula Brito. Fonte: Gondim, 1965, p. 7.
- Imagem 9** – Antonio Gonçalves Teixeira e Sousa. Fonte: Portal Afro (www.portalafro.com.br).
- Imagem 10** – Rua da Cruz, antes Rua dos Judeus, depois Rua do Bom Jesus. Gravura de Luis Schlappriz. Fonte: Velhas Fotografias Pernambucanas 1851-1890 – Gilberto Ferrez (www.longoalcance.com.br).
- Imagem 11** – Rua da Cruz, então Rua do Bom Jesus, 1885. Fotografia de Guilherme Gaensly. Fonte: Velhas Fotografias Pernambucanas 1851-1890 – Gilberto Ferrez (www.longoalcance.com.br).
- Imagem 12** – O cais do Trapiche, 1875. Fotografia de Marc Ferrez. Fonte: Velhas Fotografias Pernambucanas 1851-1890 – Gilberto Ferrez (www.longoalcance.com.br).
- Imagem 13** – Cabeçalho de *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social*, n. 9.
- Imagem 14** – Alexandre Dumas, pai. Fonte: Read Print (www.readprint.com/author-34/Alexandre-Dumas).
- Imagem 15** – Alexandre Dumas, filho. Fonte: Wikiquote (pt.wikiquote.org/wiki/Alexandre_Dumas%2C_filho).

Imagem 16 – Francisco Gê Acaiaba de Montezuma Fonte: Wikipedia (pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_G%C3%AA_Acaiaba_de_Montezuma)

Imagem 17 – Henrique Dias. Fonte: Exército Brasileiro (www.exercito.gov.br).

Imagem 18 – Anúncio publicitário em *A Pátria*, n. 2.

Imagem 19 – Rua dos Andradas no fim do século XIX. Fonte: Fotos antigas do Rio Grande do Sul (www.fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/).

Imagem 20 – Esperidião Calisto em uma de suas últimas fotos. Fonte: *Correio do Povo*, 8 de outubro de 1972, p. 22.

Imagem 21 – Fotografia de Arthur de Andrade, primeiro editor de *O Exemplo*. Fonte: *Correio do Povo*, 8 de outubro de 1972, p. 22



FONTES PRIMÁRIAS

BRASILEIRO PARDO. Rio de Janeiro, Typographia Paraguassu, n. 1, 21 de outubro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

O CABRITO. Rio de Janeiro, Typographia Miranda & Carneiro, n. 1, 7 de novembro de 1833; n. 2, 20 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

O CARIOCA – JORNAL POLÍTICO, AMIGO DA IGUALDADE E DA LEI, Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 1, 17 de agosto de 1833; n. 2 22 de agosto de 1833; n. 3, 30 de agosto de 1833; e n. 7, 1º de outubro de 1833 – não considerado periódico de imprensa negra.

O EXEMPLO. Porto Alegre, n. 1, 11 de dezembro de 1892 – n. 52, 11 de dezembro de 1893 (Coleção particular de Oliveira Silveira).

O HOMEM – REALIDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL. Recife, Typographia do Correio do Recife, n. 1, 13 de janeiro de 1876 – n. 12, 30 de março de 1876 (APEJE – Hemeroteca: DJ 027/ J30, Jornais Diversos).

O HOMEM DE CÔR. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 1, 14 de setembro de 1833; n. 2, 28 de setembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

O LAFUENTE. Rio de Janeiro, Typographia Paraguassu, n. 1, 16 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

O MULATO OU O HOMEM DE CÔR. Rio de Janeiro, Typographia Fluminense de Brito, n. 3, 16 de outubro de 1833 – n. 5, 4 de novembro de 1833 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

A PÁTRIA – ORGAM DOS HOMENS DE CÔR. São Paulo, n. 2, 2 de agosto de 1889 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).

O PROGRESSO – ORGAM DOS HOMENS DE CÔR. São Paulo, Typografia Soler, n. 1, 24 de agosto de 1899 (Obras Raras, Biblioteca Nacional).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). *Evaristo da Veiga*. Disponível em: www.biblio.com.br/Templates/EvaristodaVeiga/EvaristodaVeiga.htm. Acessado em: 18 de julho de 2005.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). Apêndice. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997a.
- _____. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.
- ALVES, Nereidy Rosa. Floresta Aurora: 130 anos de história. In: ARI. *O povo negro no Sul*. Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), 2002.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. A recusa da 'raça': anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, julho-dezembro de 2005.
- _____. *Onda negra, medo branco – o negro no imaginário das elites século XIX*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2004a.
- _____. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004b.
- _____. Irmão ou inimigo: o escravo no imaginário abolicionista dos EUA e do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28 (Povo Negro), dezembro de 1995-fevereiro de 1996.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. São Paulo: Martins, 1967.
- BASTIDE, Roger. A Imprensa Negra do Estado de São Paulo. In: BASTIDE, R. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- BENTO, Maria Aparecida Silva & CARONE, Iray. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: Educ; Fundação Editora da Unesp, 1998.

BITTENCOURT JÚNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Territórios negros. *In: SANTOS, Irene (org.). Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

BRITO, Eleonora Zicari Costa de. O Haiti era lá, aqui e acolá – os discursos sobre a escravidão no século XIX. *In: CABRERA, Olga & ALMEIDA, Jaime (orgs.). Caribe, sintomas e dissonâncias*. Goiânia: Centro de Estudos do Caribe no Brasil, 2004.

BURKE, Peter. Unidade e variedade na história cultural. *In: BURKE, Peter. Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALMON, Jorge. *O vereador Manoel Querino – ensaio*. Salvador: Câmara Municipal de Salvador, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz & Publifolha, 2000 (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Édison. A Lei do Ventre-Livre. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, Ufba/Ceao, 1980, n. 13.

CARNEIRO, Sueli. *Faz-de-conta*. Disponível em: www.irohin.org.br. Acessado em: agosto de 2006.
_____. *De novo a raça*. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/021/21ccarneiro.htm>. Acessado em: novembro de 2004.

CARVALHO, José Murilo de. Com o coração nos lábios. *In: PATROCÍNIO, José do. A Campanha Abolicionista – coletânea de artigos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996. Disponível em: http://omnis.if.ufrj.br/~coelho/campanha_abolicionista.html. Acessado em: janeiro de 2006.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, 1998, v. 18, n. 36.

_____. Os nomes da Revolução – lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, 2003, v. 23, n. 45.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831-1850*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

_____. A imprensa mulata. In: MACHADO, José (org.). *Quando a imprensa é notícia*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Temário, 1969.

CASTRO, Paulo Pereira de. A “experiência republicana”, 1831-1840. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo II O Brasil monárquico*, volume 4, Dispersão e unidade. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios e propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1994. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?cd_edi=31. Acessado em: julho de 2004.

_____. A história entre narrativa e conhecimento. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CRAVO ALBIN, Ricardo. *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*. Disponível em: www.dicionariompb.com.br. Acessado em: junho de 2006.

CUSH, Indus Khamit. *Enoch the Ethiopian: lost prophet of the Bible – greater than Abraham, holier than Moses*. Nova York: A&B Publishes Group, 2000.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos – e outros episódios da história cultural francesa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DIAS TAVARES, Luís Henriques. O soldado Luís Gonzaga das Virgens. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, vol. 13, n. 37, dezembro de 1999.

DOLHNIKOFF, Miriam. Introdução. In: SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*, Miriam Dolhnikoff (org.). São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

DOMINGUES, Petrônio José. Negros de almas brancas? – a ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. *In: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). Representações: contribuição a um debate transdisciplinar.* Campinas, SP: Papyrus, 2000.

FANON, Frantz. Racismo e Cultura. FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana.* Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

_____. *Pele negra máscaras brancas.* Rio de Janeiro: Fator, 1983 (Coleção Outra Gente, v. 1).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963).* São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil.* São Paulo: Ática, 1988.

FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. *In: ROMÃO, Jeruse (org.). História da Educação do Negro e outras histórias.* Brasília: SECAD/ MEC, 2005.

FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social.* Brasília, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília.

GAMA, Lopes. *O Carapuceiro: crônicas de costumes;* Evaldo Cabral de Mello (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GAMA, Luiz. *Diabo Coxo (1864-1865),* ed. fac-similar. Ana Maria de Almeida Camargo (dir.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GAMA, Luiz & ALBUQUERQUE, Pompílio de. *O Polichinelo (1876),* ed. fac-similar. Ana Maria de Almeida Camargo (introdução). São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1981.

GARCIA, Januário. *Vi Vendo.* Disponível em: www.koinonia.org.br/oq/memoria.htm. Acessado em setembro de 2005.

GOMES, Flávio Gomes. *Palmares.* São Paulo: Contexto, 2005.

_____. A nitidez da invisibilidade: experiências e biografias ausentes sobre raça no Brasil republicano. *In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). A República e a questão do negro no Brasil.* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

GONDIN, Eunice Ribeiro. *Vida e obra de Paula Brito: iniciador do movimento editorial no Rio de Janeiro (1809-1861).* Rio de Janeiro: Livraria Brasileira, 1965.

GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra?. In: HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidade e mediações culturais*. Liv Sovik (org.). Belo Horizonte/Brasília: Ed. UFMG/Humanitas, 2003.

_____. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz T. (org.). *Identidade e diferença*. Petrópolis, Vozes, 2000.

HUNT, Lynn. História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

JODELET, Denise. Um domínio em expansão. In: JODELET, Denise. (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

KALY, Alain Pascal. O Ser Preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro – Um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopie*, 2001. Disponível em: www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/kaly.pdf. Acessado em: maio de 2004.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KRISTENSEN, Christian Haag; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; GOMES, William Barbosa. Desenvolvimento Histórico e Fundamentos Metodológicos da Neuropsicologia Cognitiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 14, n. 2, 2001.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. Com a palavra a cidade mestiça: imprensa, política e identidade no Rio de Janeiro, 1831-1833. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (org.). *Ler e escrever para contar: documentação historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1999. Disponível em: www.casaruibarbosa.gov.br/ivana_lima/main_cidade.htm. Acessado em: setembro de 2004.

- LUZ, Marco Aurélio. Dos tumbeiros às fábricas – dos quilombos à comunalidade africano-brasileira. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes – quadros da escravidão*. São Paulo: Editora Scipione/Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1991.
- MACHADO DE ASSIS. *Contos – uma antologia*, v. 2. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Bons dias*. Organização John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas*. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.
- MARTINS, Franklin. *Jornalismo Político*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MORAES, Paulo Ricardo de. A imprensa negra gaúcha: a voz que não cala. In: ARI. *O povo negro no Sul*. Porto Alegre: Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), 2002.
- MATTOS, Florisvaldo. *A comunicação social na Revolução dos Alfaiates*. 2.ed. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1998.
- MATTOS, Hebe Maria. Prefácio. In: GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *História da vida privada no Brasil: Império*, v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia 1798: os panfletos revolucionários: proposta de uma nova leitura. In: COGGIOLA, Osvaldo. *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp/ Novastela: Brasília: CNPq, 1990.
- MOURA, Clóvis. Formas de resistência do negro escravizado e do afrodescendente. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *HISTÓRIA do Negro no Brasil – o negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.
- _____. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil – identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, v. VI (Periódicos do Recife – 1876-1900). Recife: Editora Universidade Federal de Pernambuco, 1972.
- PEDROZA, Alfredo Xavier. *Letras Católicas em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Cruzada da Boa Imprensa, 1939.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *A imprensa negra no Brasil - momentos iniciais*. Disponível em: www.irohin.org.br/ref/inegra/20060530_01.htm. Acessado em: maio de 2006.
- PINTO, Estevão. *Pernambuco no século XIX*. Recife: Imprensa Industrial, 1922.
- PROENÇA FILHO, Domicio. Prefácio. In: SOUZA, Antonio Gonçalves Teixeira e. *O Filho do pescador*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.
- PROJETO MEMÓRIA. Rui Barbosa. Disponível em: www.projetomemoria.art.br/. Acessado em: maio de 2006.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, dezembro de 1995-fevereiro de 1996.
- _____. *Negociação e Conflito – a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RODRIGUES, João Jorge Santos. O silêncio dos inocentes – 205 anos da Revolução dos Alfaiates/Revolta dos Búzios, 1798-2003. In: ASHOKA & TAKANO (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed. Takano, 2003.
- ROMÃO, Jeruse (org.). *História da Educação do Negro e outras histórias*. Brasília: SECAD/MEC, 2005.
- SÁ BARRETO JÚNIOR, Jurandir Antônio. *Raça e degeneração: análise do processo de construção da imagem dos negros e mestiços, a partir de artigos publicados na Gazeta Medica Baiana (1880-1930)*. Salvador: Editora da Uneb, 2005).
- SANTOS, Boaventura de Sousa. As dores do pós-colonialismo. *Folha de S. Paulo*, 21 de agosto de 2006.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizavam a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SANTOS, José Antônio dos. Intelectuais negros e imprensa no Brasil meridional. *Ìrohìn*, Brasília, ano XI, n. 16, abril-maio de 2006.

SCHWARCZ, Lilia Mortitz. *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1992.

SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SIMÕES PIRES, Antônio Liberac Cardoso. “Associações de Homens de Cor” – Imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1937). In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade (org.). *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EdUFBA; Ilê Aiyê, 2004.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*; Miriam Dolhnikoff (org.). São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

SILVA, Leonardo Dantas. *A Imprensa e a abolição*. Recife: FUNDAJ; Massangana, 1988.

SILVEIRA, Oliveira. Palavra de Negro. In: SANTOS, Irene (org.). *Negro em preto e branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005.

_____. *Entrevista ao Portal Afro*. Disponível em: www.portalafro.com.br. Acessado em: agosto de 2003a.

_____. Vinte de Novembro: história e conteúdo. In: GONÇALVES, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Inep, 2003b.

_____. Três coleções preservam jornal da comunidade negra. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 de outubro de 1972, p. 22.

SODRÉ, Muniz. *Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Mauad; Adesa, 1996.
- SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília: EdUnB, 1992.
- VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira (1812-1869)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.
- ZACCUR, Edwiges. Metodologias abertas a itinerâncias, interações e errâncias cotidianas. In: GARCIA, Regina Leite. *Método: pesquisa como o cotidiano*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- WEDDERBURN, Carlos Moore. Do marco histórico das políticas públicas de ações afirmativas – perspectivas e considerações. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: SECAD/MEC, 2005.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.